

ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

MAURÍCIO MOROSO KNEVITZ

**“INCULCAR NOS OPERÁRIOS OS PRINCÍPIOS ECONÔMICOS E FILOSÓFICOS DO
COMUNISMO ANÁRQUICO”**: CONCEPÇÕES E PRÁTICAS SINDICAIS DO ANARQUISMO
ARGENTINO (1905-1915)

Porto Alegre
2021

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

MAURÍCIO MOROSO KNEVITZ

**“INCULCAR NOS OPERÁRIOS OS PRINCÍPIOS ECONÔMICOS E FILOSÓFICOS
DO COMUNISMO ANÁRQUICO”**: CONCEPÇÕES E PRÁTICAS SINDICAIS DO
ANARQUISMO ARGENTINO (1905-1915)

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial e último para a obtenção do título de Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Helder Volmar Gordim da Silveira

Porto Alegre
2021

Ficha Catalográfica

K68i Knevitz, Maurício Moroso

"Inculcar nos operários os princípios econômicos e filosóficos do comunismo anárquico" : concepções e práticas sindicais do anarquismo argentino (1905-1915) / Maurício Moroso Knevitz. – 2021.

199 f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Helder Volmar Gordim Da Silveira.

1. Anarquismo. 2. Sindicalismo. 3. Movimento operário argentino. 4. Federação Operária Regional Argentina. 5. La Protesta. I. Silveira, Helder Volmar Gordim Da. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecária responsável: Clarissa Jesinska Selbach CRB-10/2051

MAURÍCIO MOROSO KNEVITZ

**“INCULCAR NOS OPERÁRIOS OS PRINCÍPIOS ECONÔMICOS E FILOSÓFICOS
DO COMUNISMO ANÁRQUICO”**: CONCEPÇÕES E PRÁTICAS SINDICAIS DO
ANARQUISMO ARGENTINO (1905-1915)

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial e último para a obtenção do título de Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovado em __ de ____ de ____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Helder Volmar Gordim da Silveira – PUCRS (Orientador)

Prof. Dr. Claudio Henrique de Moraes Batalha – UNICAMP

Profª. Dra. Edilene Teresinha Toledo – UNIFESP

Porto Alegre

2021

AGRADECIMENTOS

Ao professor Helder Volmar Gordim da Silveira, por ter enxergado em mim algum potencial quando eu ainda estava na graduação, pela sua orientação dada desde a Iniciação Científica e por ter sempre me incentivado a ser um pesquisador autônomo e independente.

Aos professores Claudio Henrique de Moraes Batalha e Edilene Teresinha Toledo, por aceitarem participar de nossa banca e compartilhar conosco suas valiosas contribuições.

À Caroline Poletto, que gentilmente me disponibilizou uma coleção digitalizada do periódico La Protesta, sem a qual a realização deste trabalho não seria possível.

Ao CNPq pelo financiamento da pesquisa.

Aos meus pais, Genezio e Maraglai, que sempre me deram apoio, cada um à sua maneira.

Ao meu primo Alexandre Guilhão, pela parceria e pelo incentivo ao longo de toda a minha trajetória acadêmica até aqui.

Aos amigos que estiveram mais próximos de mim durante o mestrado: Guilherme Garcia, Davi Bichê, Emerson Folharini, Germana Machado, Rodrigo Ávila, Juliana Roloff, Sebastián Cisternas e aos companheiros da Sileno, Omega Cobra e Non-Human. Agradeço por todos os bons momentos que compartilharam comigo.

À minha companheira Letícia Merten, que sempre me motivou e com quem pude compartilhar todas as minhas alegrias e frustrações ao longo dos últimos anos. Obrigado por tudo.

Aos que lutaram e continuam lutando por um mundo livre de injustiças, onde possamos ser socialmente iguais, humanamente diferentes e completamente livres.

Os erros cometidos por um movimento operário verdadeiramente revolucionário, do ponto de vista histórico, são infinitamente mais fecundos e valiosos do que a infalibilidade do melhor Comitê Central.

Rosa Luxemburgo

RESUMO

Em 1905, o V Congresso da Federação Operária Regional Argentina (FORA) aprovou uma resolução que recomendava a todos os seus aderentes a propaganda dos princípios econômicos e filosóficos do comunismo anárquico. A identificação da maior instituição sindical da Argentina com a ideologia anarquista não só demonstrava a força do anarquismo no movimento operário como também foi um fato que encontrou poucos precedentes na história do movimento libertário. Longe de apenas seguir os exemplos de seus pares europeus, os anarquistas argentinos desenvolveram concepções originais e que fundamentaram suas práticas no movimento operário. A presente dissertação pretende analisar as concepções e práticas sindicais dos anarquistas argentinos entre 1905 e 1915, período em que a FORA esteve abertamente identificada com o anarquismo. Buscamos compreender as formulações anarquistas sobre a ação, organização e finalidade do sindicalismo; suas práticas concretas frente a questões como a solidariedade de classe, a luta por melhores condições de vida para a classe trabalhadora, o enfrentamento contra o Estado e o internacionalismo; e suas relações com o sindicalismo revolucionário, corrente política que disputava a direção do movimento operário argentino e compartilhava certos princípios com o anarquismo, como o antiparlamentarismo e a defesa da ação direta e da greve geral.

Palavras-chave: Anarquismo. Sindicalismo. Movimento operário argentino. Federação Operária Regional Argentina. *La Protesta*.

ABSTRACT

In 1905, the 5th Congress of the Argentine Regional Workers' Federation (Federación Obrera Regional Argentina, FORA) approved a resolution which advised to all its members the study and propaganda of the economical and philosophical principles of anarcho-communism. Being the major labor federation in Argentina, its identification with anarchist ideology not only shows how anarchism was strong among the labor movement, but also stands as a fact with little to no precedence in libertarian movement history. Far from following the steps of fellow European counterparts, anarchists in Argentina developed original concepts as a foundation for their practices in the labor movement. This dissertation aims to analyze anarchist concepts and practices in the Argentine labor movement between 1905 and 1915, a period in which the FORA openly identified itself with anarchism. We sought to understand anarchist purposes for labor action, organization and its aims; their concrete practices regarding issues such as class solidarity, struggles for better life conditions for the working classes, clashes with the State and internationalism; and its relationships with revolutionary syndicalism, a political current disputing control of the Argentine labor movement which shared some principles with anarchism, such as anti-parliamentarism and support for direct action and general strikes.

Key-words: Anarchism. Syndicalism. Argentine labor movement. Argentine Regional Workers' Federation. *La Protesta*.

LISTA DE SIGLAS

- AIT – Associação Internacional dos Trabalhadores
- ASS – Agrupação Socialista Sindicalista
- CEDINCI – *Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas*
- COB – Confederação Operária Brasileira
- CORA – Confederação Operária Regional Argentina
- CGT – Confederação Geral do Trabalho
- CHG – *Comité de Huelga General*
- DNT – Departamento Nacional do Trabalho
- FOA – Federação Operária Argentina
- FOLB – Federação Operária Local Bonaerense
- FOLR – Federação Operária Local de Rosario
- FOLS – Federação Operária Local de Santos
- FORA – Federação Operária Regional Argentina
- FORPa – Federação Operária Regional Paraguaia
- FORPe – Federação Operária Regional Peruana
- FORU – Federação Operária Regional Uruguaia
- FTRE – *Federación de Trabajadores de la Región Española*
- PSA – Partido Socialista Argentino
- UCR – União Cívica Radical
- UGT – União Geral de Trabalhadores
- UIA – União Industrial Argentina

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 ANARQUISMO E MOVIMENTO OPERÁRIO NA ARGENTINA: A CONQUISTA DA HEGEMONIA.....	20
1.1 ORIGENS, PRESENÇA DE ERRICO MALATESTA E PRIMEIRAS AGITAÇÕES GREVISTAS (1872-1889).....	21
1.2 OS ANOS DE <i>EL PERSEGUIDO</i> : REFLUXO DO MOVIMENTO OPERÁRIO E PREDOMÍNIO DOS ANTIORGANIZADORES (1890-1896).....	26
1.3 AVANÇO ANARQUISTA SOBRE A ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA (1897-1900)....	31
1.3.1 O anarquismo e o movimento grevista de 1896.....	32
1.3.2 <i>La Protesta Humana</i>, interiorização e crescimento da atividade anarquista. .	34
1.4 FUNDAÇÃO DA FEDERAÇÃO OPERÁRIA ARGENTINA, CISÃO E RADICALIZAÇÃO (1901-1904).....	38
1.4.1 As primeiras jornadas da FOA e a consolidação do anarquismo nos sindicatos	41
1.4.2 Rompimento dos socialistas com a FOA.....	43
1.4.3 A primeira greve geral da história argentina.....	46
1.4.4 Depois do estado de sítio.....	48
1.4.5 Consolidação e “anarquização” da Federação.....	51
2 CONCEPÇÕES DE LUTA, AÇÃO E ORGANIZAÇÃO SINDICAL E A FINALIDADE DA ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA.....	57
2.1 LUTA SOCIAL OU LUTA DE CLASSES?.....	58
2.2 AÇÃO E ORGANIZAÇÃO SINDICAL.....	64
2.2.1 A luta reivindicativa.....	66
2.2.2 Meios de luta.....	70
2.2.3 A organização sindical.....	73
2.2.4 Sindicato como meio ou como fim?.....	77
2.3 A FINALIDADE DA ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA.....	79
3 A PRÁTICA REVOLUCIONÁRIA DO ANARQUISMO ARGENTINO.....	90
3.1 A GREVE GERAL DE JANEIRO DE 1907 E A PRÁTICA DA SOLIDARIEDADE. .	91
3.2 A GREVE DE INQUILINOS DE 1907 E A LUTA POR MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA.....	101

3.3 DA <i>SEMANA ROJA</i> AO CENTENÁRIO: ANARQUISTAS, ESTADO E MOVIMENTO OPERÁRIO.....	109
3.4 A PRÁTICA DO INTERNACIONALISMO.....	123
4 O ANARQUISMO ARGENTINO FRENTE AO SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO.....	135
4.1 ANARQUISMO E SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO: UMA COMPLEXA RELAÇÃO.....	135
4.2 O NASCIMENTO DO SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO NA ARGENTINA: EMBATES CONTRA O REFORMISMO SOCIALISTA E AS TENTATIVAS DE APROXIMAÇÃO COM O ANARQUISMO.....	143
4.3 RUMO À UNIDADE?.....	152
4.4 MARCANDO DIFERENÇAS.....	161
4.5 UMA EFÊMERA REAPROXIMAÇÃO.....	170
4.6 DO CENTENÁRIO AO IX CONGRESSO DA FORA: AVANÇO SINDICALISTA E REPOSICIONAMENTO DO ANARQUISMO.....	176
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	191
REFERÊNCIAS.....	195

INTRODUÇÃO

Entre 24 e 31 de agosto de 1907, um Congresso Anarquista Internacional era celebrado em Amsterdã, reunindo notórios militantes libertários como Amédée Dunois, Emma Goldman, Errico Malatesta, Luigi Fabbri, Pierre Monatte e Rudolf Rocker. Naquele momento, o anarquismo europeu se reaproximava do movimento operário após um período de isolamento social, marcado por atentados individuais contra autoridades políticas e representantes da burguesia. A prática dos atentados logo mostrou seus custos e limitações e foi abandonada, e a partir de 1890, posturas favoráveis à atuação dos anarquistas na luta sindical voltaram a ser predominantes no meio libertário. Na França, a Confederação Geral do Trabalho (CGT) aparecia como uma alternativa radical ao sindicalismo socialdemocrata, inspirando experiências sindicais revolucionárias ao redor do globo e entusiasmando os anarquistas, que viram no sindicalismo revolucionário francês a continuação da obra iniciada pela ala antiautoritária da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT). Assim, embora o Congresso de Amsterdã tenha dedicado suas sessões a diversos temas caros aos anarquistas, como a educação popular e o antimilitarismo, as relações entre anarquismo e sindicalismo ocuparam o centro dos debates.

As intervenções de Malatesta no Congresso de Amsterdã se destacaram entre as demais. O já experiente militante italiano considerava que o sindicalismo era essencialmente reformista, uma vez que seu único objetivo era a conquista de melhores condições para a classe trabalhadora. Mesmo assim, via no sindicalismo “um campo particularmente propício para a difusão da propaganda revolucionária e também como um ponto de contato entre os anarquistas e as massas”. Para Malatesta (1990, p. 203-204), os militantes libertários deveriam ingressar nos sindicatos “antes de mais nada para difundir o anarquismo entre os trabalhadores” e combater o sentimento corporativo “que faz com que os sindicatos não sintam o menor entusiasmo para defender nada além dos seus próprios interesses particulares”.

Malatesta não foi o único anarquista a perceber o problema que era colocado pelo desenvolvimento da ação sindical. Dois anos antes do Congresso de Amsterdã, entre 26 e 30 de agosto de 1905, a Federação Operária Regional Argentina (FORA) celebrou o seu V Congresso na cidade de Buenos Aires. A FORA era a principal instituição operária da Argentina e, desde 1902, foi hegemonizada pelos anarquistas. Na ocasião de seu V Congresso, duas questões se colocaram na ordem do dia: Quais eram os métodos que deveriam ser empregados para que as sociedades de resistência não se detivessem na conquista das 8 horas? De que métodos o operário deveria dispor

para conquistar sua completa emancipação? As discussões resultaram na aprovação de uma resolução que recomendava a todos os aderentes da FORA “a propaganda e a ilustração mais ampla possível, com o objetivo de inculcar nos operários os princípios econômicos e filosóficos do comunismo anárquico”, evitando assim “que eles se detenham na conquista das 8 horas” e conduzindo os trabalhadores “à sua completa emancipação” (COLOMBO, 2004, p. 100). A resolução “finalista”, como passou a ser conhecida, era uma forte declaração de princípios que vinculava diretamente a organização sindical com a ideologia anarquista. Tratava-se de uma formulação original do anarquismo argentino e que teve poucos precedentes na história do movimento libertário. Ao mesmo tempo, também foi uma forma que os anarquistas encontraram para se diferenciar das demais correntes políticas que disputavam o movimento operário, nomeadamente o socialismo e o sindicalismo revolucionário.

A historiografia é praticamente unânime ao reconhecer a importância do anarquismo na formação do movimento operário argentino. De acordo com Hobart Spalding (1970, p. 20), o anarquismo foi “la ideología de mayor aceptación en las organizaciones obreras” no início do século XX; David Rock (1977, p. 91-95) afirma que “el movimiento anarquista argentino esteve entre los más importantes e influyentes del mundo” e destaca o papel dos libertários na organização dos primeiros sindicatos e federações sindicais; José Luis Bendicho Beired (1984, p. 12) sustenta que “nenhuma outra corrente política suplantou a anarquista em termos de mobilização operária”; para Osvaldo Coggiola e Edgardo Bilsky (1999, p. 42), ao assumirem a liderança da FORA, os anarquistas a transformaram “na instituição mais dinâmica e ativa” do movimento operário da época. A originalidade da tese finalista, que deu ao sindicalismo uma orientação ideológica abertamente anarquista, também foi notada por outros autores. Isaac Oved (1978, p. 423) afirma que “al conferirse una orientación ideológica anarco-comunista eminente a la federación de los sindicatos obreros – es decir, una conjugación de acciones anarco-comunistas y acciones gremialistas – se hizo un intento singular y sin parangón en el mundo”; Jorge Solomonoff (1988, p. 200) sustenta que a FORA foi “el ejemplo más acabado” de uma síntese entre a organização sindical e a ideologia anarquista; Coggiola e Bilsky (1999, p. 45) consideram o finalismo da FORA como um “antecedente importante do que seria depois o anarco-sindicalismo espanhol”. Contudo, as concepções finalistas e as formulações elaboradas para justificar a tese finalista foram até agora pouco estudadas. Muitas obras de síntese sobre o movimento operário argentino afirmam que o anarquismo adotou uma postura intransigente e sectária, resultado da orientação ideológica que tentaram imprimir à FORA e que implicava em uma política de “tudo ou nada”, que consistia na

negação sistemática de qualquer forma de negociação e tendia a prolongar os conflitos sociais até a vitória definitiva ou a derrota completa, apostando todas as fichas na ação direta dos trabalhadores. Apesar de destacarem os méritos do anarquismo e a sua importância para a formação do movimento operário argentino, Coggiola e Bilsky (1999, p. 42) afirmam que os libertários demonstravam uma “fé absoluta na greve geral e na queda iminente do sistema” e uma “crença cega na potencialidade inesgotável da mobilização espontânea das massas”, que os levou a “menosprezar os problemas táticos relativos à factibilidade ou não do triunfo dos conflitos”; no mesmo sentido, Julio Godio (2000, p. 170) sustenta que a atuação dos anarquistas no movimento operário foi marcada pela “estrechez ideológica, la exaltación irracional de la huelga general, la destrucción del sistema político y la defensa del terrorismo individual”, prejudicando o desenvolvimento da ação política das classes trabalhadoras “en un país donde el objetivo estratégico principal era justamente transformar la democracia formal en democracia política real”, para criar condições que possibilitassem “el despliegue de las fuerzas sociales y políticas del movimiento obrero”. Mesmo autores que se dedicaram de maneira mais detida ao estudo do anarquismo argentino, como Juan Suriano, reproduzem ou aprofundam estas afirmações. Para Suriano (2005, p. 14), a militância anarquista era marcada por um senso de imediatismo e urgência, que buscava a “aceleración de los tiempos políticos al poner el énfasis en objetivos que iban más allá del presente, como la destrucción del Estado”, e “en cada conflicto en que intervenían extremaban las exigencias a los patrones y al gobierno para llegar más lejos”, em geral recusando negociações e privilegiando “la idea de todo o nada y de alcanzar los objetivos de manera inmediata”¹.

Autores como Roberto Korzeniewicz e Ruth Thompson, por sua vez, buscaram relativizar a importância do anarquismo no movimento operário argentino. Korzeniewicz (1989) afirma que os anarquistas tiveram pouca influência sobre as organizações operárias até 1900 e que, quando o anarquismo se tornou uma força social mais expressiva, sua prática já não era coerente com o seu discurso. De acordo com o autor, a atuação anarquista no movimento operário revelou uma postura mais pragmática nos conflitos entre capital e trabalho, aceitando inclusive a negociação e a arbitragem como recursos válidos na resolução de disputas trabalhistas. Korzeniewicz (1989, p. 38) sustenta que “o grosso das organizações sindicais” se situava entre “um discurso político voltado contra a repressão e outro organizado em torno da reforma”, às margens do anarquismo e do

1 Contudo, devemos pontuar que Suriano não se propõe a apresentar uma análise particular das concepções e práticas sindicais do anarquismo argentino. Sua obra mais importante não se detém sobre as relações entre anarquismo e movimento operário, sugerindo uma análise das “instituciones vinculadas directamente al movimiento anarquista (círculos, prensa, escuelas), pues [...] era en esos espacios donde se definían las tácticas y las estrategias políticas y culturales” (SURIANO, 2001, p. 16).

socialismo. No mesmo sentido, Thompson (1990) afirma que a influência do anarquismo e das demais ideologias políticas que disputavam o movimento operário argentino foi exagerada pela historiografia, sugerindo uma análise mais detida sobre a experiência das lutas sindicais, que quase sempre foram motivadas por razões econômicas, e não ideológicas. Assim como Korzeniewicz, a autora reconhece que os anarquistas assumiram posturas mais pragmáticas em diversos momentos, mas para ela, isso apenas evidencia uma incoerência entre a teoria e a prática do anarquismo. Thompson (1984, p. 98) inclusive afirma que é preciso questionar o caráter anarquista dos sindicatos assim classificados pela historiografia. Ao relativizar a importância do anarquismo, nos parece que Korzeniewicz e Thompson buscam dar um maior destaque à experiência dos trabalhadores “comuns” nas lutas operárias da Argentina, deixando clara certa influência da história social britânica sobre seus trabalhos. Desde os anos 1980, os estudos sobre a classe trabalhadora adotaram a perspectiva de que o historiador deveria priorizar o trabalhador “comum” ao invés das ideologias, das instituições e dos militantes. Se por um lado temas relativamente apagados da produção historiográfica vieram à tona, como as condições de vida da classe trabalhadora, as associações mutualistas e recreativas, o trabalho infantil e feminino e a vida cotidiana dos trabalhadores, as instituições sindicais, a militância operária e os projetos políticos da classe trabalhadora foram praticamente excluídas dessa nova história social, como se estivessem completamente distantes do trabalhador “comum”. Porém, é difícil acreditar que o trabalhador militante não compartilhava experiências com o trabalhador “comum”. Também é curioso notar que Edward P. Thompson, que em grande medida inspirou essa nova história social do trabalho, nunca deixou de destacar o papel da militância no processo de formação da classe trabalhadora, especialmente em seu clássico *A formação da classe operária inglesa*. Assim, historiadores como Lucas Poy buscaram reafirmar a importância dos militantes operários na formação da classe trabalhadora argentina:

El proceso de constitución de la clase obrera no puede analizarse sin tener en cuenta el modo en que ese naciente proletariado desarrolló, desde los primeros años de desarrollo, un conjunto de puntos programáticos que planteaban un antagonismo con la burguesía y se trazaban un conjunto de estrategias para la superación del régimen capitalista. En tanto la formación de la clase obrera argentina se produjo en un período posterior al de otros países, y al mismo tiempo en el marco de una masiva inmigración europea, las corrientes políticas que desarrollaban su acción en el seno del movimiento obrero a nivel internacional tuvieron su influencia en nuestro país desde una fecha muy temprana y deben ser consideradas un actor fundamental que contribuyó a ese proceso acelerado de delimitación de una identidad de clase (POY, 2014, p. 314).

Consideramos que os anarquistas foram agentes importantes na construção de uma identidade de classe entre os trabalhadores argentinos, ao aprofundarem “las tendencias existentes en todo un sector de la clase obrera para romper sus vínculos con sociedades policlasistas, de base nacional o étnica” e estimularem “una radicalización política que [...] trazó una fuerte separación entre los obreros y otros grupos sociales” (POY, 2014, p. 315). É bem possível que grande parte dos trabalhadores que se mobilizaram em greves e conflitos sociais de fato não tenham se comprometido ideologicamente com o anarquismo, mas os anarquistas deixaram marcas visíveis na cultura política da classe trabalhadora argentina. A militância anarquista esteve envolvida na criação das primeiras sociedades de resistência, e seus esforços garantiram a sobrevivência dessas organizações, enquanto a ação direta e a greve geral, os mais visíveis meios de luta da classe trabalhadora no início do século XX, foram introduzidos e propagados pelos anarquistas. A força do anarquismo entre os trabalhadores organizados fica ainda mais evidente se considerarmos o peso da mencionada resolução finalista aprovada pelo V Congresso da FORA. De 1905 até 1915, a maior e mais importante instituição sindical do país se identificou abertamente com o anarquismo, recomendando aos seus aderentes a propaganda dos princípios econômicos e filosóficos do comunismo anárquico. Parece-nos que a experiência do anarquismo argentino não pode ser dissociada de suas contribuições ao movimento operário.

Compreendendo o anarquismo como um elemento importante para o desenvolvimento do movimento operário argentino, buscamos uma análise mais detida em suas concepções e práticas sindicais, esclarecendo alguns pontos obscurecidos e problematizando certos consensos historiográficos. Nosso ponto de partida será o V Congresso da FORA e a aprovação da resolução finalista, um dos marcos mais importantes do anarquismo e do movimento operário argentino. Como mencionamos anteriormente, a identificação aberta de uma instituição sindical com a ideologia anarquista teve poucos precedentes na história. Longe de ser uma simples declaração escrita, a resolução finalista influenciou os rumos da FORA até 1915, ano que tomamos como marco final de nosso recorte cronológico. Até a sua abolição no IX Congresso da FORA, uma parcela considerável da militância anarquista demonstrou um sério comprometimento com as teses finalistas que puderam ser mais desenvolvidas em sua imprensa, em conferências e em discussões abertas nas sociedades operárias. Da mesma forma, a prática sindical do anarquismo argentino foi voltada para um horizonte revolucionário que vislumbrava a destruição da sociedade estatista e capitalista. Mas sustentamos que este objetivo revolucionário de longo prazo não era contraditório

com uma abordagem mais pragmática em determinadas situações, onde negociações com as autoridades e alianças com adversários políticos não foram descartadas.

A principal fonte utilizada em nossa pesquisa foi o periódico *La Protesta*. A escolha não foi aleatória. Fundado em 1897 como *La Protesta Humana*, a publicação foi uma das mais importantes e representativas do anarquismo argentino. O periódico se tornou diário em 1904, quando já se chamava somente *La Protesta*, e chegou a ter tiragens de 16 mil exemplares em determinados momentos. Embora a maior parte de seus colaboradores atuasse em Buenos Aires, os principais militantes anarquistas que desenvolveram alguma atividade na Argentina contribuíram com *La Protesta* em alguma ocasião, e o periódico chegou a circular em boa parte do território argentino e até mesmo fora dele, contando inclusive com a colaboração de correspondentes da Europa e de outros países da América do Sul. Nas colunas do periódico, encontramos diversas crônicas sobre o movimento operário argentino e debates teóricos importantes, além de intervenções nos conflitos sociais e disputas ideológicas que ocorriam à época. Embora mantivesse relações diretas com a FORA², *La Protesta* sempre conservou uma postura mais ou menos independente. Naturalmente, o periódico não passou despercebido pelas autoridades e pela repressão, e sua publicação foi interrompida em diversos momentos. Em 1905, duas declarações de estado de sítio impuseram quatro meses de silêncio ao diário anarquista. Novas declarações vieram em 1909, após o atentado de Simón Radowitzky contra o chefe de polícia Ramón Falcón e, em 1910, durante o Centenário. Com a violenta repressão desencadeada durante os eventos do Centenário, *La Protesta* só voltou a ser publicado em maio de 1911, com saída semanal e formato reduzido. O periódico teve que esperar até 1913 para retomar a sua periodicidade diária.

Ao longo dos anos, *La Protesta* passou por diversas mudanças em sua redação: algumas delas eram forçadas pela prisão ou expulsão de militantes, enquanto outras foram motivadas por cisões internas ou ressentimentos pessoais. Durante o período estudado, a redação de *La Protesta* passou por algumas trocas significativas e que implicaram em mudanças relevantes na linha editorial do periódico. Até agosto de 1906, o diretor de *La Protesta* foi Alberto Ghirardo, um importante intelectual anarquista que assumia posturas favoráveis à unidade do movimento operário em colaboração com os socialistas e sindicalistas. Com a saída de Ghirardo, o grupo de Eduardo Gilimón assumiu a redação do diário anarquista. Gilimón colaborava com o periódico desde a sua fundação e se destacou como um dos principais teóricos do anarquismo argentino e, ao assumir a

² É curioso notar que *La Protesta* teve uma regularidade e importância muito maior do que o próprio periódico oficial da FORA, *La Organización Obrera*. Inclusive, o V Congresso da FORA chegou a recomendar que “las sociedades federadas apoyen a *La Protesta* moral y materialmente” (BILSKY, 1985b, p. 215).

redação de *La Protesta*, deu ao diário um tom mais teórico e doutrinário. Nesse período, Gilimón desenvolveu as principais formulações teóricas utilizadas para justificar a tese finalista e a particularidade da FORA em relação às demais centrais operárias. Gilimón permaneceu na redação de *La Protesta* até 1910, ano em que foi expulso da Argentina após os eventos do Centenário. Quando *La Protesta* voltou a ser publicado em 1911, Teodoro Antilli e Apolinario Barrera assumiram a sua redação. Mais tarde, na década de 1920, ambos romperam com o grupo editorial de *La Protesta* e fundaram *La Antorcha*³, assumindo posições muito mais radicais e intransigentes, próximas ao chamado “anarquismo expropriador”⁴. Contudo, a passagem de Antilli e Barrera pela redação de *La Protesta* foi marcada por uma maior abertura aos militantes menos doutrinários, em especial àqueles que defendiam a unidade do movimento operário e uma aproximação com os sindicalistas revolucionários.

A coleção de *La Protesta* a qual tivemos acesso foi digitalizada a partir dos microfimes do acervo de periódicos anarquistas latino-americanos, coletados por Max Nettlau, que hoje se encontram no Instituto Internacional de História Social (IIHS) de Amsterdã. Os exemplares digitalizados foram gentilmente cedidos pela historiadora Caroline Poletto, que trabalhou com *La Protesta* em sua tese de doutorado (2017). Alguns exemplares que não encontramos nesta coleção – e algumas fontes adicionais, como os suplementos de *La Protesta* e a revista *Ideas y Figuras*⁵ – puderam ser consultados através do site do *Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas* (CEDINCI) de Buenos Aires, que disponibiliza online uma série de periódicos do movimento operário e das esquerdas argentinas. Também não nos furtamos em recorrer aos relatos militantes de Gilimón e Abad de Santillán. *Hechos y comentarios*, de Gilimón, é um dos relatos mais vivos do movimento operário argentino daquele período, escrito por um dos mais importantes militantes anarquistas da época. Já o livro de Abad de Santillán, *La FORA: Ideología y trayectoria del movimiento obrero revolucionario en la Argentina*, embora escrito por um militante que atuou na Argentina em um período posterior ao qual analisamos, reúne uma série de fontes úteis sobre a FORA, incluindo manifestos, resoluções de congressos, etc. Outra ferramenta valerosa para a nossa

3 Sobre a cisão entre “protestistas” e “antorchistas”, ver: ANAPIOS, 2007.

4 O anarquismo expropriador foi uma tendência no interior do anarquismo argentino que surgiu nos anos 1920, responsáveis por uma série de atentados e assaltos a bancos. O dinheiro levantado nas “expropriações” era destinado ao apoio de militantes anarquistas presos e a edições de livros e periódicos de propaganda. A figura mais conhecida do anarquismo expropriador foi Severino Di Giovanni, responsável pelo atentado à embaixada italiana em Buenos Aires, ação polêmica idealizada como um protesto contra o governo fascista de Mussolini mas que acabou causando a morte de inocentes. Para mais informações sobre o anarquismo expropriador, ver: BAYER, 2020.

5 A revista *Ideas y Figuras* foi fundada por Alberto Ghirardo em 1909, e embora mais voltada aos temas literários e culturais, também dedicou algum espaço ao anarquismo e o movimento operário em suas colunas. Apresenta crônicas detalhadas da repressão desencadeada após o assassinato de Falcón e dos eventos do Centenário, além de ter cedido espaço aos anarquistas fusionistas após o IX Congresso da FORA.

pesquisa foram as compilações de fontes primárias feitas por historiadores, como é o caso do livro de Hobart Spalding, *La clase trabajadora argentina: Documentos para su historia, 1890-1912*, que reúne documentos diversos sobre os mais variados aspectos do movimento operário e da classe trabalhadora argentina. Dentro do que foi possível, acreditamos ter trabalhado com uma boa quantidade e variedade de fontes.

No primeiro capítulo, traçamos um histórico do anarquismo argentino até 1905. Consideramos que essa contextualização é importante para uma melhor compreensão das concepções ideológicas dos militantes e uma análise do desenvolvimento da atuação anarquista nos sindicatos. Aqui, nos valem em grande medida das contribuições de Isaac Oved (1978), Gonzalo Zaragoza (1996) e Lucas Poy (2014), que dedicaram suas obras ao estudo das primeiras experiências libertárias na Argentina, privilegiando as relações entre anarquismo e movimento operário. O leitor já familiarizado com os temas da história social argentina provavelmente não irá encontrar grandes novidades por aqui.

O segundo capítulo se detém sobre as concepções elaboradas pelos anarquistas argentinos acerca da organização operária, seus métodos e objetivos. As discussões analisadas abordam desde a própria concepção de luta a ser adotada pelos militantes libertários, passando pelas formas de atuação e organização sindical e a finalidade da organização operária. Assim, temas como a centralidade da classe trabalhadora como sujeito revolucionário, o caráter da luta social ou de classes, a importância das lutas reivindicativas para o desenvolvimento da ação sindical, os meios de ação mais eficazes a serem adotados na luta econômica, as formas de organização a serem adotadas pelo sindicato, sua função na sociedade futura e a finalidade da organização operária serão explorados através dos debates desenvolvidos na imprensa anarquista em torno dessas questões.

No terceiro capítulo, buscamos analisar as práticas sindicais do anarquismo argentino, com um foco especial no período que vai de 1907 a 1910. Elencamos alguns eventos que consideramos relevantes para compreender a atuação anarquista frente a determinadas questões, como a solidariedade de classe, a luta reivindicativa, as relações com o Estado e o internacionalismo. A prática da solidariedade será analisada a partir da greve geral de janeiro de 1907, um movimento solidário que mobilizou milhares de trabalhadores por todo o país. A greve dos inquilinos de 1907 nos servirá para discutir a atuação dos anarquistas em um movimento reivindicativo que exigia melhores condições de vida para a classe trabalhadora. As relações entre anarquismo, Estado e movimento operário serão discutidas através da análise dos eventos compreendidos entre a *Semana*

Roja e o Centenário. Por fim, analisaremos dois movimentos ainda pouco explorados pela historiografia, a campanha antimilitarista de 1908 e a greve geral de protesto contra a execução de Francisco Ferrer y Guardia, em 1909, para demonstrar que o internacionalismo anarquista não era apenas um discurso vazio.

O quarto e último capítulo se dedica a abordar as relações entre anarquismo e sindicalismo revolucionário no contexto argentino. Na Argentina, o sindicalismo revolucionário se constituiu enquanto uma corrente política autônoma em relação ao socialismo e ao anarquismo, e por se apropriar dos mesmos meios de luta propagados pelos anarquistas e adotar uma postura igualmente combativa, representou um verdadeiro desafio aos militantes libertários, pondo em risco sua hegemonia sobre o movimento operário. Apesar dos momentos de colaboração, a tensão entre as duas correntes quase sempre foi permanente e, em muitos sentidos, a ideia de que a organização operária deveria ter uma orientação ideológica clara e uma finalidade bem definida pode ser entendida como uma resposta ao sindicalismo revolucionário.

Procuramos apresentar discussões e problemas comuns ao conjunto da militância anarquista e experiências que julgamos representativas para analisar as questões colocadas em nossa pesquisa, mas reconhecemos que este trabalho não deixa de ter suas limitações. Ao realizar uma análise mais detida nos “grandes acontecimentos” do período, é muito provável que certos elementos que seriam visíveis apenas em uma análise de menor escala nos tenham passado despercebidos. Por exemplo, ao estudar a ação sindical dos condutores de veículos ou trabalhadores portuários, duas categorias muito influenciadas pelo anarquismo, poderíamos encontrar concepções e práticas divergentes daquelas que aqui apresentamos de forma mais generalista. Da mesma maneira, o “anarquismo argentino” do título desta dissertação pode ser reduzido à experiência dos dois principais centros urbanos do país, Buenos Aires e Rosario. É verdade que nessas cidades o anarquismo chegou a ter um desenvolvimento excepcional, mas reconhecemos que nosso recorte geográfico obscurece a atuação anarquista nas cidades do interior, ocultando experiências provavelmente muito distintas daquelas que analisamos aqui. De qualquer forma, acreditamos que nossa contribuição pode ser útil para a compreensão das relações entre anarquismo e sindicalismo, e de modo algum pretendemos encerrar este debate. Uma vez que o conhecimento histórico é cumulativo, esperamos novas contribuições historiográficas que possam cobrir as lacunas apontadas por nós ou mesmo questionar as nossas formulações.

1 ANARQUISMO E MOVIMENTO OPERÁRIO NA ARGENTINA: A CONQUISTA DA HEGEMONIA

O anarquismo foi hegemônico entre os trabalhadores organizados na Argentina no início do século XX. Porém, essa hegemonia não surgiu ao acaso. Desde o final do século XIX, os anarquistas buscaram atuar entre os trabalhadores, e suas táticas foram se mostrando bem sucedidas, uma vez que seus militantes souberam explorar a conjuntura em que a nascente classe operária argentina estava inserida.

Socialistas argentinos como Germán Avé Lallemand, Juan B. Justo e José Ingenieros consideraram que o anarquismo era um fenômeno de países subdesenvolvidos como a Argentina. O atraso econômico do país impedia o desenvolvimento de um proletariado industrial robusto e favorecia, ao invés disso, a formação de uma classe trabalhadora ainda ligada ao artesanato e às formas de produção pré-industriais. Essa associação entre anarquismo e atraso econômico não foi uma formulação exclusiva dos socialistas argentinos. Na verdade, ela está bem presente na historiografia marxista mais tradicional, inclusive em autores como Eric Hobsbawm (2015, p. 113) que considera o anarquismo como um movimento pré-político e pré-industrial típico de regiões atrasadas como a América Latina. Parece-nos evidente que esses argumentos podem e devem ser problematizados: basta atentar para o fato de que, na Argentina, o anarquismo ganhou força principalmente em cidades de economia mais desenvolvida, como Buenos Aires e Rosario, e suas principais bases se encontravam entre os trabalhadores portuários, do transporte e da construção, atividades que dificilmente poderiam ser associadas ao trabalho artesanal ou semiartesanal.

A formação da classe operária argentina foi favorecida por um intenso fluxo imigratório iniciado no final do século XIX, e, devido ao desenvolvimento desigual da economia nacional, a maioria dos estrangeiros se assentaram nas grandes cidades do litoral. Nos principais centros urbanos, a maior parte da população economicamente ativa era composta por imigrantes, mas eles eram marginalizados e excluídos da vida política e social argentina. Essa condição de *extranjería*⁶ imposta sobre a classe operária emergente foi explorada pelo anarquismo, que soube se apresentar enquanto uma alternativa política viável para os trabalhadores. Através de um discurso e postura internacionalista, os anarquistas souberam superar as diferenças étnicas e culturais presentes entre

⁶ Este conceito é utilizado por Osvaldo Coggiola e Edgardo Bilsky (1999, p. 52) para definir a marginalização dos imigrantes na sociedade argentina. Segundo os autores, “[...] foi a situação de *extranjería* a que sobredeterminou as contradições provocadas pelo desenvolvimento capitalista, combinando-se com outras peculiaridades e contradições tradicionais do país. De conjunto geraram uma situação de efervescência social, concentrada sobretudo no litoral, dentro da qual os conflitos sociais protagonizados por essa nova força social, assumiram uma fisionomia classista [...]”.

os imigrantes ao estimular a criação de sociedades de resistência que reunissem os trabalhadores por ofício, e não por nacionalidade. Diante da inexistência de canais institucionais que possibilitassem a participação da classe operária na política, o anarquismo propunha a ação direta dos trabalhadores para a conquista de seus direitos. Parafraseando Osvaldo Coggiola e Edgardo Bilsky (1999, p. 43), podemos afirmar que frente à política de marginalização do Estado argentino, os anarquistas responderam com uma proposta de marginalização do Estado da vida dos trabalhadores. Ainda de acordo com Coggiola e Bilsky,

[...] podemos dizer que o anarquismo também contribuiu para o despertar político de importantes setores de massas, transmitindo uma visão particular da política, uma espécie de versão em negativo, da qual não estava ausente uma dimensão ética e moral. Foi dessa maneira que pequenos produtores e trabalhadores de origem social diversa, em vias de proletarianização, rejeitaram a nova realidade, as novas condições de opressão e o próprio Estado cuja imagem parasitária aparecia personificada no *caudillo* político, na arbitrariedade do comissário e do “juiz de paz” da localidade (COGGIOLA; BILSKY, 1999, p. 43).

No entanto, até alcançar uma posição hegemônica no interior do movimento operário argentino, os anarquistas precisaram percorrer um longo caminho. Neste capítulo, iremos discorrer sobre o desenvolvimento do anarquismo na Argentina, buscando compreender como essa ideologia se enraizou entre os trabalhadores a ponto de conseguir se vincular diretamente à organização operária.

1.1 ORIGENS, PRESENÇA DE ERRICO MALATESTA E PRIMEIRAS AGITAÇÕES GREVISTAS (1872-1889)

A origem do anarquismo na Argentina – e nas Américas como um todo – geralmente é associada ao fenômeno da imigração. Entre 1880 e 1914, cerca de 3.034.000 imigrantes chegaram ao país, sendo a maioria deles italianos e espanhóis. Segundo Poy (2014, p. 3), a maior parte dos imigrantes declararam ser agricultores em seus países de origem e, como destacou Oved (1978, p. 33-34), foram atraídos pelas políticas de incentivo à imigração do governo argentino e pela imagem de um país economicamente próspero, com promessas de salários mais altos e possibilidades de ascensão social. Entre os milhares de imigrantes que chegaram ao país, alguns deles possuíam alguma experiência prévia de militância política ou sindical, e já em 1872 encontramos indícios de uma presença anarquista na Argentina. Naquele ano, um núcleo da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) foi fundado em Buenos Aires. Este núcleo foi inicialmente formado por

trabalhadores franceses, sendo alguns deles sobreviventes da Comuna de Paris. Gonzalo Zaragoza (1996, p. 71) nos informa o nome de pelo menos três *ex-communards* que estiveram envolvidos na fundação da AIT em Buenos Aires: A. Aubert, Auguste Monnot e Eugène Dumas. Somaram-se a eles alguns militantes italianos e espanhóis. Os grupos que compunham o núcleo argentino da Internacional se dividiam com base em suas diferenças linguísticas: havia uma seção francesa, uma italiana e outra espanhola; cada seção possuía o seu comitê central particular, e as questões de interesse geral eram tratadas por um conselho federal, composto por seis membros (dois de cada seção).

De acordo com Eduardo Colombo (2004, p. 78), em seus primeiros anos, o núcleo argentino da Internacional “era preferencialmente favorável a Marx e ao Conselho de Londres, mas, na medida em que chegavam novos exilados após a repressão na Itália e a restauração dos Bourbons na Espanha, a tendência inverteu-se”. Entre 1874 e 1876, os partidários de Mikhail Bakunin se sobressaíram em relação aos marxistas, mas a divisão e as lutas intestinas acabaram propiciando a dissolução do núcleo argentino da AIT em 1876. Os bakuninistas então fundaram o *Centro de Propaganda Obrera*, primeira organização anarquista da Argentina, responsável pela publicação, em 1879, do folheto *Una idea*, que incluía as resoluções do congresso de 1872 da Internacional de St. Imier. No mesmo ano, surgiu *El Descamisado*, o primeiro periódico anarquista da Argentina, mas que logo teve sua publicação interrompida.

Como observado por Poy (2014, p. 315), os primeiros militantes que chegaram ao país encontraram certas dificuldades para desenvolver suas atividades, uma vez que o desenvolvimento das relações de produção capitalistas era embrionário e a classe trabalhadora local ainda muito incipiente. Contudo, a partir de 1880, com o aumento da imigração e a formação de uma classe operária urbana mais consistente, os militantes de esquerda puderam contar com um campo de atuação mais amplo. A chegada de anarquistas como o italiano Ettore Mattei, o catalão Zacarías Rabassa e o belga Émile Piette também foi decisiva para o desenvolvimento da atividade militante. Mattei, junto de outros anarquistas italianos, fundou em 1880 o *Círculo Comunista Anárquico*, um pequeno grupo de propaganda que contava com a presença de operários padeiros, ebanistas e gravadores. O *Círculo Comunista Anárquico* realizava reuniões e conferências de propaganda e distribuía periódicos da imprensa anarquista europeia em Buenos Aires. Piette, que chegou ao país em 1885, fundou a *Librería Internationale* no bairro de Barracas, tornando-se um centro de difusão de propaganda anarquista e ponto de encontro dos militantes libertários, particularmente daqueles de fala francesa.

Contudo, foi a chegada de Errico Malatesta em 1885 que definiu os rumos do anarquismo na Argentina. O proeminente militante italiano chegou ao país fugindo de uma ordem de prisão emitida em Florença, e logo após se estabelecer em Buenos Aires, fundou o *Círculo de Estudios Sociales*. Em agosto, iniciou a publicação de *La Questione Sociale*, periódico que contava com artigos extensos e de caráter fundamentalmente teórico. Após a publicação de quatorze números, *La Questione Sociale* deixou de aparecer, em 1886, por uma decisão do *Círculo*, que passou a priorizar a edição de opúsculos dedicados a tratar “el programa comunista anárquico en toda su extensión y bajo todos los puntos de vista” (POY, 2014, p. 236). O espaço deixado pelo periódico de Malatesta foi ocupado por *Il Socialista* de Ettore Mattei, em julho de 1887. *Il Socialista* era vendido na livraria de Piette e teve uma periodicidade semanal, publicando textos de propaganda programática e teórica, em geral escritos por autores consagrados do movimento libertário europeu, como Carlo Cafiero, Piotr Kropotkin, Saverio Merlino e também de Malatesta. De acordo com Poy, tudo indica que o funcionamento dos diferentes grupos anarquistas existentes em Buenos Aires naquele período foi mais complementar do que competitivo:

La actividad del “Círculo de Estudios Sociales” no sustituyó el funcionamiento del “Círculo Comunista Anárquico”: durante la segunda mitad de la década de 1880 ambos grupos colaboraban entre sí y con los núcleos de anarquistas de origen español y francés. En este contexto, las reuniones de propaganda realizadas por los grupos libertarios jugaron un papel destacado en la difusión de las ideas anárquicas. Aún más importante, la actividad desarrollada por Malatesta, con su fuerte énfasis en la importancia de estrechar los lazos organizativos entre los trabajadores, empalmó con el contexto de agitación obrera que [...] se desarrolló en la ciudad desde comienzos de 1888 (POY, 2014, p. 237).

Malatesta atuava sobretudo entre os imigrantes italianos, propagando o ideal anarquista e insistindo na necessidade de que os trabalhadores se organizassem em sociedades de resistência. Contudo, ele não limitou suas atividades ao meio imigrante italiano, e apesar de não dominar o espanhol, não se privava de discursar em assembleias de trabalhadores ou em reuniões informais realizadas em cafés e cervejarias. Em 1887, Malatesta esteve envolvido na fundação da *Sociedad Cosmopolita de Resistencia y Colocación de Obreros Panaderos*, uma iniciativa que de acordo com Oved (1978, p. 38) teve um grande impacto para o anarquismo argentino a longo prazo. Na verdade, a iniciativa partiu de um grupo de padeiros anarquistas – entre os quais os italianos Francesco Momo e Marino Garbaccio e o espanhol Rafael Torrents – apoiados por Mattei, eleito secretário gerente da associação, exercendo o cargo até outubro de 1896. A sociedade de resistência dos padeiros foi fundada em 4 de agosto e Malatesta foi convidado para elaborar seus estatutos. Os estatutos redigidos por Malatesta destacavam o papel da associação enquanto um órgão de

resistência e solidariedade de classe, estabelecia uma organização de tipo federalista e que não deveria se intrometer em questões políticas. A *Sociedad Cosmopolita de Resistencia y Colocación de Obreros Panaderos* seria por muito tempo um dos bastiões do anarquismo no movimento operário argentino e uma referência para os militantes libertários. Os estatutos do sindicato dos padeiros serviram de modelo para outras associações impulsionadas por anarquistas, como foi o caso das sociedades de resistência dos carpinteiros, mecânicos e sapateiros. De acordo com Poy, a influência do anarquismo entre os padeiros “se ponía en evidencia en torno a cuestiones organizativas y políticas”:

A diferencia de otras sociedades gremiales, los panaderos rechazaban la práctica de contar con un presidente permanente y sostenían que era perfectamente posible y más positivo para la causa elegir en cada reunión o asamblea a quien debiera presidirlas. [...] Si bien [...] la sociedad de panaderos no dudaba en realizar reuniones y negociaciones con las autoridades municipales o policiales en ocasión de las huelgas, se oponía abiertamente a las iniciativas impulsadas por los socialistas en torno a presentar peticiones y solicitudes a las autoridades gubernamentales: si lo primero implicaba asegurar un desenlace favorable para una medida de fuerza, lo segundo era considerado una confianza indebida en las autoridades y el orden constituido, que no traería resultados favorables y demoraría la emancipación obrera (POY, 2014, p. 205-206).

Os padeiros organizaram a sua primeira greve já em janeiro de 1888, exigindo pagamento semanal e um aumento salarial de 30%, além de um quilo de pão e 60 centavos por dia para a alimentação. Após dez dias de paralisação, a greve foi vitoriosa e estimulou uma onda grevista que se estendeu até o ano seguinte⁷. Além dos padeiros, os empregados domésticos (cozinheiros e garçons), sapateiros, ferroviários e metalúrgicos paralisaram o trabalho. Em geral, as greves foram motivadas pela depreciação dos salários e em sua maioria terminaram vitoriosas. A greve dos ferroviários foi a que ganhou maior magnitude, contando com a adesão dos trabalhadores metalúrgicos e se espalhando para o interior da província de Buenos Aires, onde foram registradas agitações em Junín e Campana. Gonzalo Zaragoza destacou o papel exercido por Malatesta nas greves de 1888:

Explicaba a sus compañeros la necesidad de la unión en las filas anarquistas, y de cooperación con los socialistas, basada en actividades conjuntas y discusiones razonadas. En su opinión todos los esfuerzos debían dirigirse a consolidar y ampliar el movimiento huelguístico. En Argentina, decía, como la correlación de fuerzas es favorable a los trabajadores y les permite vencer en las huelgas, éstas deben continuarse para crear en el trabajador el hábito de la lucha obrera que irá afianzando su conciencia revolucionaria (ZARAGOZA, 1996, p. 103).

⁷ Para maiores informações sobre as greves de 1888 e 1889, ver: POY, 2014, p. 43-76.

Não demorou para que os patrões e empresários reagissem às agitações grevistas. No dia 19 de novembro de 1888, o Conselho Administrativo da União Industrial Argentina (UIA) criou uma comissão para estudar as greves, suas causas e os meios cabíveis para preveni-las. Em nova reunião, celebrada no dia 23, firmaram um manifesto considerando as greves contraproducentes e prejudiciais para a indústria nacional. Também decidiram comparecer a um encontro promovido pelos trabalhadores onde seriam discutidas questões relativas às greves. O encontro ocorreu no dia 25 no salão do clube *Vorwärts*, reunindo as principais lideranças operárias e alguns representantes do empresariado. Aberta a reunião, presidida por Mattei, Malatesta tomou a palavra, discursando sobre a situação da classe trabalhadora na Europa e na América. Zacarías Rabassa fez uma fala abordando o mesmo tema. Em seguida, Eduardo Lluch, sócio da UIA, subiu à tribuna e fez um discurso criticando as ideias de Malatesta e sugerindo a criação de uma comissão composta por patrões e operários para analisar as greves, suas causas e consequências. A ideia de Lluch foi mal recebida pelos presentes e combatida por Rabassa, que a classificou como uma “cilada”. Por fim, os operários reunidos no encontro aprovaram um manifesto que considerava as greves como “el producto social del orden capitalista” e da “situación actual lastimosa de la clase obrera, de la situación creada por la injusta política financiera del gobierno (impuestos indirectos) y por la especulación desenfadada de la bolsa y de los capitalistas”. O manifesto também classificava a greve como “derecho natural derivado de la libertad individual, cuyo ejercicio libre solicitan los obreros sin condición para defender sus intereses” e refutava as afirmações de “una parte de la prensa capitalista que las huelgas actuales sean la obra artificial de los socialistas” (POY, 2014, p. 63).

As greves continuaram no ano seguinte. Reivindicações salariais movimentaram o porto de Buenos Aires em janeiro e agosto. A greve de agosto mobilizou empregados nas obras do porto, marítimos, operários responsáveis pela carga e descarga dos barcos e outros trabalhadores da região portuária. A agitação tomou conta do porto e causou grande comoção no bairro operário de La Boca, terminando com uma vitória para os trabalhadores. Outro movimento de vulto foi produzido pelos trabalhadores ferroviários em fins de setembro, mobilizando maquinistas, foguistas, trabalhadores das oficinas e peões de carga. O conflito acabou se estendendo até a cidade de Rosario, onde os maquinistas e foguistas organizados no sindicato *La Fraternidad* entraram em greve reclamando a liberdade de um companheiro preso, em uma paralisação que gerou sérios transtornos no serviço ferroviário do país. Os anarquistas não atuaram ativamente nestes movimentos, mas tiveram alguma participação nas greves dos pedreiros e carpinteiros, que

terminaram vitoriosas. A partir de 1890, porém, os militantes contrários à organização passaram a ter maior preponderância nas fileiras do movimento libertário argentino.

1.2 OS ANOS DE *EL PERSEGUIDO*: REFLUXO DO MOVIMENTO OPERÁRIO E PREDOMÍNIO DOS ANTIORGANIZADORES (1890-1896)

Por ser uma figura muito prestigiada, Malatesta conseguiu unir os anarquistas e evitar polêmicas de maior envergadura no interior da militância libertária. Porém, ele retornou à Europa em setembro de 1889 e deixou os anarquistas da Argentina sem um de seus quadros mais importantes. Sua partida também coincidiu com um refluxo do movimento operário causado pela retração da atividade econômica do país, atingido por uma séria crise econômico-financeira a partir de 1890. Esse contexto foi favorável para o desenvolvimento de uma tendência antiorganizadora no interior do anarquismo local, impulsionada por militantes espanhóis dissidentes da *Federación de Trabajadores de la Región Española* (FTRE) – entre os quais José e Manuel Reguera, Victoriano San José, Indalecio Cuadrado e Rafael Roca –, que se opunham ao sindicalismo e replicavam na Argentina as polêmicas que dividiam o movimento anarquista espanhol⁸. Este grupo, inclusive, adotou para si o nome “*Los Desheredados*”, mesma denominação utilizada pelos anarquistas que romperam com a FTRE após o Congresso de Sevilha em 1882. Entre 1890 e 1896, editaram *El Perseguido*, que se tornou a principal publicação anarquista daquele período.

Os antiorganizadores negavam a eficácia das sociedades de resistência e das greves por melhores condições de trabalho ou maiores salários. Argumentavam que os patrões poderiam facilmente anular as conquistas dos trabalhadores através de um aumento dos preços, tornando inútil todo e qualquer esforço pela conquista de ganhos para a classe operária. Também afirmavam que qualquer tipo de organização era incompatível com o anarquismo:

Desde la perspectiva de *El Perseguido*, la organización era en sí misma un ambiente de corrupción que destruía los instintos de lucha que surgían de los explotados y por lo tanto

⁸ Na Espanha, a polêmica se dava fundamentalmente entre coletivistas organizadores e comunistas antiorganizadores, e envolvia questões mais abstratas, como a distribuição dos frutos do trabalho na sociedade futura, e também questões práticas e concretas, como quais táticas os anarquistas deveriam adotar em sua luta e qual postura assumir em relação aos sindicatos. Os coletivistas organizadores adotavam as teorias econômicas de Bakunin, resumidas na máxima “a cada um, o fruto de seu trabalho”, e eram partidários da organização dos trabalhadores e da luta sindical, atuando no interior da FTRE. Os comunistas antiorganizadores, por sua vez, adotavam as teorias econômicas de Kropotkin e Malatesta, expressadas na máxima “de cada um segundo sua capacidade, a cada um segundo suas necessidades”, e eram críticos do sindicalismo, chegando a romper com a FTRE e passando a advogar a violência revolucionária e a propaganda pelo ato. Na Argentina, contudo, os anarquistas organizadores aceitavam o comunismo teorizado por Kropotkin e Malatesta, e as discordâncias com os antiorganizadores se davam apenas no campo tático. Para uma discussão um pouco mais detalhada sobre a polêmica entre coletivistas e comunistas no contexto espanhol, ver: TURCATO, 2018, p. 239-241.

debía ser combatida. Era la idea de que la organización bloqueaba las “iniciativas” y las tendencias de lucha que surgían de los trabajadores el argumento principal que ordenaba la denuncia de las sociedades gremiales: *El Perseguido* denunciaba, por ejemplo, que las palabras de orden de estas asociaciones eran siempre “calma y legalidad”, con lo cual cuando un movimiento se desarrollaba los comités eran vistos como un factor de bloqueo y desgaste que conducía a la derrota. Eso se debía, según la mirada libertaria, a que los asociados “hacen de su sociedad un ídolo intangible” y por lo tanto estarían “más bien dispuestos a comprometer sus reivindicaciones antes de comprometer su sociedad”. La conclusión era clara: “no hay términos medios; la organización forma un ambiente corrompido, y el dilema que impone es de aclimatarse, es decir corromperse, o salir lo más pronto de ella” (POY, 2014, p. 244).

A alternativa proposta pelos antiorganizadores foram os grupos de afinidade, organizações flexíveis que reuniam militantes para a realização de atividades de propaganda oral ou escrita. Geralmente, os grupos eram formados para promover uma atividade específica, como a publicação de um periódico, por exemplo. Os integrantes de um mesmo grupo de afinidade “no tenían por qué compartir ideas sobre todas las cuestiones que interesaban a los explotados, sino simplemente sobre aquella actividad que los convocaba”:

Los grupos surgían, en este sentido, más bien como un “mal necesario”, en aquellos casos en que se necesitaba algún tipo de acción conjunta entre varios individuos para lograr un determinado fin; pero en cualquier caso quedaba claro que el límite de ese grupo era la realización de esa acción determinada. En la medida en que la organización de grupos se debía únicamente a la “voluntad espontánea” de los individuos que buscaban realizar un objetivo determinado, estaban fuera de cuestión cualquier tipo de reglamento, organización jerárquica o autoridades permanentes. Los grupos no eran otra cosa que un conjunto de individuos “en acción común para realizar algo”, de modo tal que no podían concebirse “grupos sin acción”. Una vez realizada la tarea que los había reunido, el grupo debía quedar disuelto, “si otro trabajo no atrae a los individuos” (POY, 2014, p. 245).

Durante os anos de predomínio dos antiorganizadores, houve uma grande profusão de grupos de afinidade, ainda que a maior parte deles tenham sido efêmeros. *Los Desheredados* foi o mais importante e o mais duradouro, porém, existiram muitos outros: *La Expropiación*, *Tierra y Libertad*, *La Revancha*, *Los Ácratas*, *Bomba Pallás*, *Los Hambrientos*, etc. Como afirmou Zaragoza (1996, p. 131), os militantes “cambian frecuentemente de grupo o pertenecen a varios, cada uno dedicado a una misión”. A principal atividade destes grupos foi a publicação de opúsculos e periódicos, além da realização de conferências de propaganda e controvérsia. Muitas vezes, as controvérsias ocorriam através do concurso de antiorganizadores às reuniões socialistas. Durante a primeira comemoração do Primeiro de Maio na Argentina, realizada no *Prado Español* em 1890, os anarquistas fizeram questão de marcar presença para antagonizar com os socialistas, que organizaram o evento. Criticaram o fato de a comemoração estar ocorrendo em um local fechado e

tentaram impedir a votação de uma resolução – que acabou sendo aprovada – propondo o envio de uma petição informando a situação das classes trabalhadoras aos poderes públicos. Mais ilustrativo, porém, foi um evento alusivo à Comuna de Paris promovido pelos socialistas e descrito por Gilimón em suas memórias:

El centro socialista se hallaba instalado en una pequeña casa, ocupando dos habitaciones contiguas cuyo tabique medianero había sido volteado. [...] A las siete ya el local estaba casi lleno. El conserje, un alemán silencioso y taciturno, que balbuceaba con dificultad el castellano y a quien el pequeño núcleo socialista respetaba, [...] estaba admirado al ver tan temprano lleno el local de concurrencia.

– Qué éxito – decía cuando algún socialista entraba.

– Son anarquistas – susurró receloso uno.

– Hay que echarlos – rugió más bien que dijo el alemán.

– ¿Por qué? – intervino un jovencito, estudiante de medicina, vivaracho y travieso que traía con sus agudezas y desplantes revuelto al Centro y desconcertado al conserje. [...] ¿No son socialistas? Pues mejor. Eso es lo que necesitamos para hacer propaganda.

– Sí, pero estos son anarquistas y en Alemania a los anarquistas no se les permite entrar en las reuniones del partido, ni en acto alguno. [...]

Los anarquistas se habían apercibido del secreteo de los socialistas y unos a otros se pasaban la voz de no salir de allí de ninguna manera. En esto, una voz clara y fuerte empezó a entonar la primera estrofa del Hijo del Pueblo, himno anarquista de vibrantes notas y de versos violentos, demoleedores. Todo un himno de batalla. Contagiados los demás, acompañaron al iniciador y un coro de doscientos hombres enardecidos hizo retumbar la casa atrayendo a los transeúntes y vecinos no acostumbrados ciertamente a serenatas de aquella especie. Cuando la última nota vibró en la estancia, una formidable salva de aplausos aprobó el canto. Eran los mismos cantantes, quienes desbordando de entusiasmo aplaudían. Y como si el programa hubiese sido trazado de antemano con escrupulosidad, millares de hojitas sueltas volaron por el aire, cayendo sobre los concurrentes que se apresuraban a leerlas. Eran pequeños manifiestos en que se reivindicaba para los anarquistas el derecho a conmemorar el aniversario de la Commune, hecho violento y por lo tanto antisocialista, anárquico. Los socialistas protestaban. El salón ofrecía pintoresco aspecto. La concurrencia se había dividido en pequeños grupos y en cada grupo discutían a la vez acaloradamente, sin entenderse ni casi oírse, uno o dos socialistas con cuatro o cinco anarquistas. Se oían insultos, imprecaciones, amenazas. Se discutía en castellano, en italiano, en francés. [...] Los socialistas pretendían que los anarquistas no hablasen. El local era de ellos, para eso lo pagaban. Los anarquistas no reconocían derecho alguno de propiedad. El escándalo fue aumentando cada vez más. En lo más agudo, sonó un tiro y la concurrencia se precipitó hacia la calle, dejando el salón casi vacío. Cuando los agentes de policía llegaron, apenas si pudieron detener a una docena de personas. [...] Al día siguiente la prensa se ocupó en la sección policial del incidente y millares de personas, los asiduos lectores de la crónica sensacional, pudieron enterarse de que en Buenos Aires había socialistas y anarquistas, y de que se querían unos a otros como los gatos y los perros (GILIMÓN, 2018, p. 37-39).

Os anarquistas antiorganizadores acreditavam que ao polemizar publicamente com seus rivais políticos poderiam atrair mais adeptos à causa libertária, e por isso sempre insistiram no direito à livre discussão nas reuniões operárias. Existia uma grande confiança no potencial pedagógico da controvérsia e da propaganda. Nos momentos em que a agitação operária ganhava mais força, os antiorganizadores buscavam intervir nos conflitos promovendo assembleias para que

os trabalhadores pudessem discutir livremente suas opiniões sobre a questão social. De acordo com Poy,

En esas reuniones [...] no debía hacerse lista de asociados ni establecer cuotas de ninguna clase, sino limitarse a juntar donaciones voluntarias para los gastos más urgentes. [...] El objetivo de ese tipo de reuniones sería precisamente el de mostrar, a través de la discusión y la propaganda, que no sería “con reglamentos, con sociedades de resistencia, con aumento de jornal ni con disminución de horas de trabajo que pueden mejorar sus condiciones de esclavos del capital” sino “solamente destruyendo el sistema de organización social que convierte a unos en explotadores de otros y cambiándolo por otro en que todos sean productores y consumidores libres en común” (POY, 2014, p. 245-246).

Outra característica marcante dos antiorganizadores foi o discurso violento e a defesa aberta do terrorismo e dos atentados individuais. No final do século XIX, o anarquismo europeu passou por um período marcado por inclinações insurrecionárias e atentados contra autoridades políticas e figuras da burguesia. Desde a Argentina, *El Perseguido* celebrava os atentados de Ravachol, Sante Caserio e Michele Angiolillo, glorificando a bomba, o punhal e a dinamite. Contudo, cabe destacar que nenhum atentado ou ato violento realizado por anarquistas ocorreu durante o período em que os antiorganizadores foram predominantes no movimento libertário argentino. A violência jamais saiu do discurso para encontrar terreno na prática. De maneira um tanto irônica, Gilimón reconstruiu um possível diálogo entre dois anarquistas antiorganizadores daquele período:

- La propaganda más eficaz es la propaganda por el hecho.
- ¡Ah, si yo tuviera el coraje que me falta! Pero no puedo. Mis deseos más grandes serían hacer algo, pero no me acompaña el corazón. Qué quieres, soy así; no lo puedo remediar.
- Y yo, atado con tanta familia... Tenía razón Bakunin. El revolucionario debe ser solo.
- No estoy muy conforme con eso. El mismo Bakunin era bien revolucionario a pesar de tener familia. Creo por el contrario que la familia lo hace a uno más rebelde. Ver a los hijos sin pan, a la mujer enferma, careciendo uno de todo lo necesario, subleva al más cobarde.
- A mí, no; no es la familia quien me ata. Lo poco que hago, lo hago más por ella que por mí mismo. Lo que me falta es valor.
- Y luego esos adormideras del socialismo con su propaganda legalitaria, pacífica, que todo lo vienen a entorpecer.
- No son solo ellos. También entre nosotros habría que expurgar; y mucho. Ahí están los organizadores perdiendo el tiempo en formar rebaños, en organizar sociedades de resistencia. Eso es un socialismo disfrazado.
- Que lo digas. No sé adonde van a ir con los gremios. A ninguna parte.
- Son gentes que se sienten pastores.
- Es propaganda lo que se debe hacer. Y a ser posible la propaganda por el hecho, que es la más eficaz (GILIMÓN, 2018, p. 34).

Contudo, o discurso violento dos antiorganizadores chamou a atenção das autoridades, que não hesitaram em perseguir militantes e reprimir suas atividades. Já em 1889, no contexto das

greves dos pedreiros e carpinteiros, agentes policiais apreenderam cerca de oito mil exemplares de um manifesto anarquista que deveria ser distribuído entre os trabalhadores. A autoria do “*Manifiesto de Barracas*”, como ficou conhecido, é atribuída ao antiorganizador Rafael Roca, mas outros militantes estiveram envolvidos em sua publicação. Entre eles, Victoriano San José, Indalecio Cuadrado, Francisco Fo, Ettore Mattei e Émile Piette, que foram condenados a onze meses de prisão; Roca e Gabriel Abad conseguiram fugir para Montevideu, mas logo retornaram à Buenos Aires. Segundo as autoridades policiais, os militantes estariam envolvidos em uma suposta conspiração para assassinar o presidente Juárez Celman. Outro suposto complô desbaratado pela polícia foi noticiado na imprensa em 26 de maio de 1894. Afirmava-se que um grupo de anarquistas planejava realizar uma série de atentados contra personalidades e instituições políticas durante as festividades da Revolução de Maio:

Se proponían, con los escasos fondos que habían recolectado entre sí, hacer varias bombas, las que serían arrojadas en la Plaza de Mayo, en la Bolsa, en el Congreso y en algunos otros puntos, aprovechando la aglomeración de gente que acudiría a presenciar la parada. [...] Parece que también se habían preparado unas bombas para la casa del Presidente, o la Opera, donde se encontrase, así como en la casa de otros hombres públicos (SPALDING, 1970, p. 180-181).

Expulsões de militantes anarquistas também foram comuns. Apenas para citar um exemplo entre tantos, em 29 de novembro de 1893, foi noticiado que Manuel Quintana, então ocupando o cargo de Ministro do Interior, deu um prazo de 48 horas para que seis anarquistas de diferentes nacionalidades que estavam presos deixassem o país, “o en caso contrario continuarían detenidos”:

Los individuos con quienes se toman estas medidas, son los siguientes: José García, catalán, de 50 años, panadero; José Ragazini, italiano, de 33 años, pintor; Enrique Simovet, francés, de 25 años, carpintero; Francisco Demanbridi, italiano, de 25 años, carpintero; Emilio Diarich, francés, de 29 años, zapatero; y B. Sánchez, español, de 25 años, cigarrero (SPALDING, 1970, p. 179).

Estes militantes, de acordo com Poy (2014, p. 255), eram figuras bastante ativas no movimento anarquista daquele período. As prisões e deportações iniciadas em 1893 foram um golpe duro para os antiorganizadores, que ainda naquele ano tiveram de lidar com a morte de dois de seus militantes mais importantes, Rafael Roca e Luigi Gervasini. Ambos morreram jovens e em um intervalo de poucos meses de diferença. E, aos poucos, o movimento operário dava sinais de recuperação. A oposição que os antiorganizadores faziam às greves e sociedades de resistência os deixavam em uma situação difícil frente ao desenvolvimento de novas agitações trabalhistas. De

acordo com Oved (1978, p. 61), desde 1894 houve um crescimento das atividades sindicais, que adquiriu uma expressão mais concreta no ano seguinte, com a realização de 19 greves, entre as quais pelo menos 14 foram vitoriosas. Ao fim de 1895, Buenos Aires tinha pelo menos 25 sociedades de resistência em atividade, e a maioria se encontrava sob influência socialista. Os anarquistas deixaram de lado um espaço de atuação importante que agora era dominado pelos seus rivais. Uma reorientação era necessária e os organizadores entrariam em cena novamente.

1.3 AVANÇO ANARQUISTA SOBRE A ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA (1897-1900)

Em 1894, quando o movimento operário dava seus primeiros sinais de recuperação, os anarquistas organizadores retomaram sua imprensa. Naquele ano, três periódicos pró-organização passaram a ser publicados: *El Obrero Panadero*, órgão oficial do sindicato dos padeiros e dirigido por Mattei; *El Oprimido*, editado em Luján pelo médico irlandês Juan Creaghe; e *La Questione Sociale*, que retomava o nome do periódico editado por Malatesta entre 1885 e 1886 e era dirigido pelo italiano Fortunato Serantoni. Outro periódico importante foi *L'Avvenire*, inicialmente publicado em São Paulo mas transferido à Buenos Aires em 1895, quando seus editores vieram à Argentina fugindo da repressão. Enquanto os antiorganizadores agrupados em torno de *El Perseguido* não mudavam sua postura frente às agitações operárias e continuavam criticando os sindicatos e greves reivindicativas, os organizadores sentiam uma necessidade cada vez maior de intervir nas sociedades de resistência. De acordo com Gilimón (2018, p. 43), a atuação dos socialistas foi um fator determinante para o fortalecimento da tendência organizadora: “[...] los anarquistas [...] veían al pueblo ir a engrosar las sociedades obreras fundados por sus adversarios”, temendo que “llegase un momento en que la propaganda del anarquismo no se pudiese efectuar con probabilidades de éxito por estar sugestionados y catequizados los trabajadores por los propagandistas socialistas”. Avançar sobre a organização operária se tornava uma questão de sobrevivência política, como afirmavam os militantes reunidos em torno de *L'Avvenire*:

[...] constituía un error que los anarquistas se limitasen a criticar las sociedades obreras y “pedir su demolición”. A pesar de esas protestas las sociedades gremiales proseguían su curso e incluso crecían día a día. Incluso había ocurrido que en muchas sociedades se prohibía la palabra a los anarquistas, “creyéndolos enemigos acérrimos de los obreros”. Se planteaba por lo tanto que los militantes libertarios diesen un giro en su intervención, dándose la tarea de “penetrar en todas las sociedades obreras para oponer a la obra mistificadora de los socialistas autoritarios la propaganda incesante, lógica, ardiente de la idea anarquista”. La participación de los anarquistas debía procesarse incluso en aquellas sociedades que no respondían a sus ideas, del mismo modo que tenían planteado desarrollar

su actividad política y vivir en un mundo “que es la negación de nuestro ideal” (POY, 2014, p. 259-260).

Posições semelhantes eram sustentadas por *El Oprimido*, que defendia a participação ativa dos anarquistas nos movimentos grevistas e nas sociedades operárias, “para darle un carácter revolucionario a la inevitable reacción obrera frente a los ataques de los explotadores” (POY, 2014, p. 261). Mesmo alguns antiorganizadores reavaliavam suas posturas. Em 1896, houve uma cisão no grupo que compunha a redação de *El Perseguido*. Em fevereiro, Manuel Reguera e Gregorio Inglán Lafarga abandonaram o periódico para editar *La Revolución Social*. Ainda defendiam os grupos de afinidade como a melhor forma de organização, mas já não adotavam uma postura tão intransigente em relação às greves: “[...] los editores del periódico argumentaban que apoyaban las huelgas en los casos en que tomaran un carácter generalizado y revolucionario” (POY, 2014, p. 257).

1.3.1 O anarquismo e o movimento grevista de 1896

Precisamente em 1896, uma agitação grevista até então sem precedentes se produziu na Argentina, atingindo o seu auge na chamada “*huelga grande*” iniciada pelos trabalhadores das oficinas ferroviárias de Tolosa em agosto⁹. No dia 8, uma comissão de trabalhadores das oficinas apresentou uma série de reivindicações para gerentes da empresa *Ferrocarril del Oeste*, entre as quais estavam incluídas a jornada de oito horas, a abolição do trabalho por peça, pagamento em dobro para cada hora extra e folga aos domingos. Diante da recusa dos patrões em cumprir com as demandas exigidas, os trabalhadores decidiram abandonar o trabalho. Foi uma questão de tempo para que a paralisação se estendesse até outras localidades, atingindo oficinas ferroviárias de Buenos Aires, Rosario, Córdoba, Ensenada, Campana e Junín. Entre agosto e setembro, outras categorias se somaram à mobilização para exigir a jornada de oito horas: mecânicos, trabalhadores da indústria química e das usinas de gás, padeiros, sapateiros, alpargateiras, alfaiates, costureiras, trabalhadores do transporte urbano, pedreiros, peões de obra do Porto Madero, entre outros. Cabe destacar que o movimento grevista em nenhum momento teve uma direção única:

La generalización de la huelga en distintos gremios no respondía a una decisión tomada centralmente por un organismo coordinador sino que surgía en forma desordenada y tumultuosa, poniendo de manifiesto que el abandono del trabajo en algunos grandes talleres y fábricas actuaba como un factor de impulso a poderosas fuerzas sociales que estaban

⁹ Para uma discussão detalhada sobre a “*huelga grande*” e seus impactos no movimento operário argentino daquele período, ver: POY, 2014, p. 166-185.

latentes entre los trabajadores de la ciudad: el reclamo de la jornada de ocho horas, y en muchos casos la abolición del trabajo a destajo, aparecían como el eje que articulaba y unificaba la reivindicación obrera (POY, 2014, p. 173).

Sem a existência de uma direção centralizada, anarquistas e socialistas buscaram intervir no conflito. Próximo às oficinas ferroviárias de Solá, um dos epicentros da greve, estava o *Centro Socialista Revolucionario de Barracas al Norte*, local ligado ao recém-fundado Partido Socialista Argentino (PSA), no qual seus militantes organizavam reuniões para discutir sobre os rumos da paralisação. Já os anarquistas exerceram grande influência no bairro operário de La Boca e também promoveram reuniões no *Prado Español*, na Recoleta, onde os padeiros e sapateiros se encontravam para levarem adiante o movimento. Os oradores se pronunciavam em sentido revolucionário, incitando a continuidade das greves, e eram saudados com “vivas” à anarquia e “morras” aos burgueses e capitalistas. De acordo com Zaragoza (1996, p. 228), os anarquistas aproveitavam a agitação para tentar estimular uma greve geral, o que acabou não se concretizando, apesar das grandes proporções daquele movimento.

A agitação grevista foi perdendo força em setembro, conforme algumas categorias retornavam ao trabalho ao terem suas reivindicações atendidas – ainda que em alguns casos apenas parcialmente – ou por não conseguirem se manter em paralisação por muito tempo. Ao final daquele mês, apenas os mecânicos e trabalhadores das oficinas ferroviárias sustentavam o movimento, enfrentando represálias da polícia e dos patrões. Após uma série de negociações frustradas, os grevistas retornaram ao trabalho entre os dias 12 e 13 de novembro.

Mesmo terminando com um saldo bastante desigual para os trabalhadores, a “*huelga grande*” provocou um forte impacto no movimento operário argentino, encerrando um processo iniciado em 1894 em que trabalhadores de diferentes ofícios consolidaram suas organizações e suas identidades de classe. Ainda que sem uma direção centralizada, a agitação se espalhou por diversas cidades e teve a adesão de distintas categorias em torno de uma reivindicação comum, a jornada de oito horas de trabalho. Os anarquistas, por sua vez, saíram do movimento convencidos de “la necesidad que hay de que nosotros [...] hagamos causa común con los huelguistas aunque esto nos obligue a enrolarnos en sociedades de resistencia” (ZARAGOZA, 1996, p. 229), de tal forma que a consolidação dos organizadores no interior do movimento anarquista argentino se aprofundou nos anos seguintes. Como afirmou Poy (2014, p. 265), essa reorientação proporcionou ao anarquismo “mejores condiciones de disputar una hegemonía en el seno de la clase trabajadora al naciente socialismo local”. Entre 1895 e 1897, houve um crescimento notável do anarquismo e de sua ação

entre os trabalhadores: os anarquistas influenciavam os sindicatos dos padeiros, pedreiros, cigarreiros, torneiros, tabaqueiros, cortadores de calçado, sapateiros, chapeleiros, alfaiates, estucadores, escultores e modeladores.

1.3.2 *La Protesta Humana*, interiorização e crescimento da atividade anarquista

La Protesta Humana surgiu nesse contexto de avanço dos organizadores, em junho de 1897. De acordo com Oved (1978, p. 66), este periódico “hizo un aporte decisivo en lo que concierne a la consolidación de la tendencia que llevó a integrar el anarquismo en las luchas sociales de la clase trabajadora argentina” e em pouco tempo se tornou o principal órgão de imprensa dos anarquistas. Inicialmente, *La Protesta Humana* teve periodicidade semanal, contando com a colaboração de militantes operários como Francisco Berri e Inglán Lafarga e também de intelectuais e profissionais liberais como Emilio Arana e Juan Creaghe. Além de propagar as teorias anarquistas, o periódico dedicava uma atenção especial aos problemas e condições da classe operária argentina, incitando os trabalhadores a se organizarem. Por meio das contribuições do anarquista espanhol José Prat, que esteve na Argentina entre 1897 e 1898, *La Protesta Humana* logo estabeleceu laços diretos e duradouros com o anarquismo europeu. Mesmo depois de retornar à Espanha, Prat continuou colaborando com a publicação, e, graças à sua influência, outros militantes notórios como Anselmo Lorenzo e Ricardo Mella passaram a contribuir com o semanário regularmente. O periódico também chegou a circular em outras cidades da América do Sul, como Montevidéu, São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Santiago, Asunción e Lima, alimentando uma rede anarquista sul-americana, que apesar de informal, facilitou a difusão de periódicos e a circulação de militantes entre os países da região.

Contudo, foi entre 1898 e 1902 que os anarquistas consolidaram sua hegemonia no movimento operário argentino. Nesse período, houve um crescimento considerável da propaganda e das atividades militantes, e o anarquismo também avançou sobre o interior do país. Em La Plata, Mar del Plata e Bahía Blanca existiam grupos bastante ativos de propaganda libertária. Em algumas cidades provincianas, a difusão do anarquismo se confundia com a figura de certos militantes ali estabelecidos: a presença anarquista em Luján esteve sempre associada a Juan Creaghe; o mesmo vale para San Nicolás e Bolívar, cidades onde residiram Adrián Troitiño e Inglán Lafarga, respectivamente. Já em Rosario, o anarquismo teve um desenvolvimento excepcional. De acordo com Agustina Prieto (2007, p. 80), os primeiros registros de uma presença anarquista em Rosario

datam de 1886. Inicialmente, os antiorganizadores predominavam no movimento libertário rosarino. Zaragoza (1996, p. 182-183) nos informa sobre a existência de grupos de afinidade compostos por imigrantes italianos e espanhóis, como *Los Miserables*, *Tierra y Libertad* e *La Venganza*. Em 1890, os anarquistas marcaram presença na comemoração do Primeiro de Maio realizada na Praça López. E em 1893, os antiorganizadores foram os responsáveis pela publicação dos primeiros periódicos anarquistas de Rosario, *Demoliamo* e *La Riscossa*. Paulino Pallás, que em 1893 realizou um atentado contra o general espanhol Arsenio Martínez Campos, afirmou ter se tornado anarquista em Rosario durante este período. A partir de 1896, graças à atividade de militantes como Rómulo Ovidi, Virginia Bolten, Nicolás Rodríguez Blanco, Domingo Alloco e Manuel Manrique, os organizadores foram ganhando força e a difusão do anarquismo entre as sociedades operárias teve avanços notáveis:

En todas las huelgas obreras hay participación anarquista y en todos los mítines se oyen sus voces. [...] La Federación Local de Rosario era de tendencia predominantemente anarquista, así como su periódico La Federación Obrera, que aparece en 1896 fruto de las grandes expectativas de las huelgas de enero y febrero de ese año de albañiles, estibadores, cargadores y descargadores del muelle, todas ellas con éxito. [...] Entre los gremios libertarios de Rosario destacan los panaderos y carpinteros, estos últimos constituidos en julio de 1895. En mayo de 1896 eran también de tendencia anarquista: albañiles, constructores de carruajes, tipógrafos, hojalateros y plomeros, yeseros, zapateros y ferrocarrileros (ZARAGOZA, 1996, p. 184).

Prieto destaca a enorme quantidade de periódicos e publicações anarquistas editados em Rosario a partir de 1896:

Salieron a la luz los periódicos libertarios *La Libre Iniciativa*, *La Federación Obrera*, *La Nueva Humanidad*, *La Verdad*, *Ni Dios ni Amo* y el primero de los folletos Emilio Z. de Arana editados en la ciudad. El grupo *Ciencia y Progreso* editó una serie de folletos propaganda de Emilio Z. de Arana y salieron periódicos como *La Nueva Humanidad* (1899), *La Voz de la Mujer* (1899), *La Libera Parola* (1900) y *Solidaridad* (1902) (PRIETO, 2007, p. 80).

La Voz de la Mujer, aliás, foi provavelmente o primeiro periódico anarcófeminista do mundo. Foi publicado pela primeira vez em 1896, em Buenos Aires, sob a direção de Josefa Valco. Quando reapareceu em Rosario, três anos depois, foi editado por Virginia Bolten. O objetivo do periódico era realizar uma propaganda anarquista voltada especificamente para as mulheres. Segundo Angela Martins e Ingrid de Souza (2018, p. 224), as temáticas trazidas em *La Voz de la Mujer* se dividiam entre questões próprias do anarquismo (anticlericalismo, antimilitarismo,

anticapitalismo, crítica ao Estado) e outras exclusivamente femininas (emancipação das mulheres, sexualidade, amor livre, maternidade). Oved (1978, p. 74) destaca que “los llamados a la liberación de la mujer y las críticas a la familia existente [...] estaban muy en boga en varios círculos de mujeres anarquistas de Rosario y Buenos Aires”, e as militantes não pouparam críticas aos companheiros que “se adornaban con atuendos revolucionarios por fuera pero oprimían a sus mujeres en el hogar”. Após o fim da publicação de *La Voz de la Mujer*, a escrita das mulheres na imprensa anarquista diminuiu consideravelmente, embora os temas da emancipação feminina e do amor livre tenham sido constantes nos periódicos anarquistas.

Nesse período de expansão da propaganda anarquista, os libertários argentinos puderam contar com a importante presença do militante italiano Pietro Gori. Ele se estabeleceu em Buenos Aires em junho de 1898, fugindo de Milão após ter sido condenado pelo envolvimento em uma revolta ocorrida em maio. Figura já conhecida pelos anarquistas da Argentina, foi acolhido com entusiasmo pelos militantes locais. Além de militante anarquista, Gori era jurista, advogado e especialista em criminologia, inclusive chegou a ministrar aulas na Faculdade de Direito da Universidade de Buenos Aires e também editou uma revista chamada *Criminalología Moderna*. Era reconhecido como um orador talentoso e propagandista eloquente. Em suas memórias, Gilimón (2018, p. 49-50) o descreveu como uma “figura atrayente, de gestos elegantísimos y de una elocuencia florida y encantadora, deleitosa en la forma y profunda en el concepto”, chegando a afirmar que Gori “dio un impulso extraordinario al anarquismo en la Argentina, cuyo territorio recorrió en todas direcciones, dando conferencias y captándose simpatías por su carácter, tanto como por su talento”. Em suas conferências, pronunciadas tanto em sociedades operárias como nos círculos boêmios e intelectuais, Gori defendia a necessidade de que os anarquistas atuassem junto ao movimento operário:

La meta final es siempre la revolución que eliminará la propiedad privada y erigirá una sociedad comunista, mas para promover la revolución hace falta insuflar “un espíritu revolucionario” a los trabajadores, lo que será factible por medio de una actividad ordenada de educación y propaganda, que requieren indefectiblemente instrumentos y métodos organizativos. Frente a la organización capitalista y estatal, hay que crear una organización obrera, lo que será también una especie de “gimnasia revolucionaria”. [...] La lucha cotidiana es una necesidad vital de la clase trabajadora. El método principal para ello será la organización en los sindicatos obreros, de conciencia avanzada y dispuestos a dar pasos adicionales en la lucha por medio de la huelga general revolucionaria, el boicot o el sabotaje (OVED, 1978, p. 91).

A atividade de Gori foi mais um impulso aos organizadores e facilitou uma aproximação entre anarquistas e socialistas, que já vinha ocorrendo desde 1897. Entre 1897 e 1898, anarquistas e socialistas estiveram juntos em manifestações contra o desemprego e a carestia, de solidariedade aos militantes perseguidos após a revolta de Milão em 1898, pela revisão dos processos de Montjuich e em uma campanha antimilitarista iniciada após disputas fronteiriças entre Argentina e Chile.

De 1899 em diante, houve um aumento significativo da conflitividade social. O governo argentino adotou uma política monetária amplamente desfavorável aos trabalhadores e que proporcionou uma considerável depreciação dos salários:

Entre 1897 y 1899 se prolongó la expansión agrícola (que se iniciara en 1895), la exportación se amplió, sus precios en los mercados mundiales se elevaron, y ello llevó a la valorización del peso papel, así como a la devaluación del oro. [...] Esta tendencia en el desarrollo económico se reveló como permanente en los últimos años y evidenció indicios de estabilidad; no concordó, sin embargo, con los intereses de los terratenientes y grandes exportadores, cuyos ingresos relativos podían verse mitigados. Por ese motivo ejercieron presiones para lograr una política monetaria que evitara un desarrollo de esa índole, que no les convenía. Sus presiones fueron fundamentales en la aplicación de la reforma monetaria que llevó a cabo el ministro de Hacienda, José María Rosa, en el gobierno del general J. A. Roca, a partir del 4 de noviembre de 1899, cuando se promulgó la ley de conversión núm. 3871. Según ella, 100 pesos-papel eran cambiables en la caja de conversión por 44 pesos-oro, o 100 pesos oro por 227.72 pesos-papel (OVED, 1978, p. 119).

A desvalorização dos salários causada por essa política monetária serviu para mobilizar o movimento operário, dando início a uma nova onda de agitações. Em junho, curtidores e condutores de veículos entraram em greve; julho foi a vez dos cigarreiros; em setembro, canteiros e trabalhadores em granito; outubro, por fim, presenciou uma paralisação de marmoristas. A greve dos cigarreiros atingiu grande parte dos trabalhadores do ofício e, de acordo com Zaragoza (1996, p. 284), foi marcada pela influência dos anarquistas: “[...] las reuniones preliminares se celebran de modo asambleario, sin presidente ni plan del día; la huelga se inicia después de que los corniles de trabajadores hayan presentado a los dueños de fábricas los pliegos de condiciones”. A agitação continuou e se acentuou no ano seguinte: já no dia 5 de janeiro de 1900, o porto de Buenos Aires foi afetado por uma greve de estivadores que reclamavam redução de jornada para oito horas diárias, aumentos salariais e redução dos pesos de carga. Como era comum em greves portuárias, a paralisação logo se estendeu para outras categorias que também atuavam no porto, como marinheiros de cabotagem e carpinteiros das instalações de bordo. Embora os anarquistas demonstrassem certo desconforto com o predomínio das correntes mais moderadas entre os

portuários, apoiaram a greve, e alguns de seus mais dedicados militantes, como Juan Ciminaghi e Luigi Magrassi, envolveram-se diretamente no conflito. A greve portuária chegou a paralisar cerca de quatro mil trabalhadores e quase cerca de duas semanas, encontrando eco em Villa Constitución e Bahía Blanca, onde o anarquista Pascual Guaglianone realizou conferências insistindo na necessidade de que os trabalhadores se organizassem. Além do envolvimento nas greves portuárias, os libertários também consolidaram sua influência entre os padeiros, pedreiros, curtidores e chapeleiros. Esta última categoria, inclusive, impulsionou uma greve importante que chegou a paralisar o trabalho em diversas fábricas do ramo.

Apesar do avanço e consolidação das tendências pró-organização, cabe colocar que os antiorganizadores não chegaram a desaparecer completamente, e pelo menos dois periódicos antiorganizadores foram publicados entre 1897 e 1902: *Germinal* e *El Rebelde*. Embora suas posições tenham sido marginalizadas, os antiorganizadores deixaram uma marca importante no anarquismo argentino:

No consiguieron, es cierto, imponer su modo de ver, pero obligaron con su tenaz campaña a los organizadores a conservar dentro de los gremios obreros fuertemente marcada su filiación y tendencia anárquica. Porque era ese, precisamente, el principal argumento de los antiorganizadores: que dentro de las sociedades de resistencia los anarquistas se anulaban, perdían su carácter de tales y concluían por desentenderse de todo lo que tuviera atinencia con el ideal, para preocuparse tan solo de las luchas gremiales, de las cuestiones relacionadas con los horarios y jornales de los trabajadores (GILIMÓN, 2018, p. 43-44).

De acordo com Gilimón (2018, p. 44), a crítica dos antiorganizadores impediu que os anarquistas atuassem “dentro de las sociedades de resistencia en el gremialismo más estrecho, y conservaron su carácter de anarquistas dando a las sociedades de resistencia en que actuaban un marcado carácter anárquico”, ainda que sem deixar de se preocupar com as condições econômicas e reivindicações da classe operária.

1.4 FUNDAÇÃO DA FEDERAÇÃO OPERÁRIA ARGENTINA, CISÃO E RADICALIZAÇÃO (1901-1904)

É certo que a conflitividade social já vinha aumentando desde 1899, mas foi entre 1901 e 1902 que ela atingiu o seu ápice. O ano de 1901 já se iniciou com uma importante greve de trabalhadores marítimos: maquinistas e foguistas da empresa *Mihanovich* paralisaram suas atividades no dia 15 de janeiro, e dentro de duas semanas obtiveram uma vitória sobre os patrões.

Apesar do sucesso da greve, *La Protesta Humana* criticou sua condução, afirmando que os libertários não se envolveram no conflito e que suas direções inclusive proibiram a difusão de propaganda anarquista. Em fevereiro, porém, os anarquistas participaram da greve de trabalhadores da *Bunge y Born* para impedir uma redução salarial e, na mesma época, os cigarreiros de Rosario paralisaram suas atividades após a demissão de quatro trabalhadores anarquistas. Além de um aumento da atividade grevista, entre 1900 e 1901 houve também um crescimento da organização operária, com a constituição de novos sindicatos e o fortalecimento dos já existentes. Anarquistas e socialistas tiveram um papel decisivo nesse ascenso organizacional. De acordo com Oved,

[...] los anarquistas y los socialistas actuaban paralelamente en los sindicatos obreros, lo que se debía en primer término a los enfoques que se consolidaron en el sector anarquista “pro-organización” [...] y también en el sector socialista, donde se fortalecieron tendencias de protesta social y de lucha obrera más enérgica [...]. Las grandes huelgas de esos años hicieron que los anarquistas y los socialistas cooperaran en la lucha contra los empleadores, aunque en medio de objeciones mutuas y de rivalidad. Anarquistas y socialistas rivalizaban ahora por la influencia sobre círculos análogos; sus fuerzas eran bastante parejas (OVED, 1978, p. 162-163).

Divididos entre as disputas políticas e a solidariedade de classe, anarquistas e socialistas passaram a considerar a criação de uma federação que congregasse todas as organizações operárias do país. A ideia não era nova: entre 1890 e 1900, houve pelo menos quatro tentativas de criar uma federação operária, todas impulsionadas pelos socialistas e contando com a oposição dos anarquistas, que inclusive tentaram fomentar um projeto federativo alternativo ao dos socialistas em 1895 através do periódico *La Unión Gremial*¹⁰. Desta vez, porém, os anarquistas pareceram dispostos a colaborar com a iniciativa, que partiu de um grupo de sindicatos socialistas que editava o periódico *La Organización*. Em 19 de fevereiro de 1901, *La Organización* propôs a realização de um congresso operário para constituir uma federação sindical. Já no dia 2 de março, representantes de 14 sociedades de resistência se reuniram para nomear um comitê preparativo, composto por sete membros e encarregado de elaborar os temas que estariam na ordem do dia. Apesar da boa vontade em colaborar para fortalecer a organização operária, anarquistas e socialistas não deixaram suas diferenças de lado nem mesmo nas vésperas do congresso, chegando a celebrar o Primeiro de Maio em manifestações separadas. Contudo, os contatos entre as sociedades de resistência continuaram e ficou decidido que o congresso operário iniciaria suas atividades no dia 25 de maio.

10 Para uma análise detalhada sobre esses intentos federativos, ver: POY, 2014, p. 208-227.

O congresso teve lugar no salão da *Sociedad Ligure*, no bairro operário de La Boca, contando com a presença de 50 delegados representando 27 sociedades operárias da capital e do interior. Constavam entre os delegados militantes anarquistas destacados, como Adrián Troitiño, Ettore Mattei, Inglán Lafarga, Luigi Magrassi, Pietro Gori e Torrens Ros; os socialistas também não deixaram de enviar seus melhores quadros ao congresso, como Adrián Patroni, Francisco Cúneo, Pedro Barsanti, Pedro Ponti e Francisco Cruces. Ficou decidido que os votos seriam contabilizados por delegados, e não por sociedades, possibilitando que representantes de um mesmo sindicato, mas com posições ideológicas divergentes, pudessem votar de maneira distinta. Contudo, havia certa predisposição entre os delegados anarquistas e socialistas para que se chegasse a um acordo. Assim, a declaração de princípios proposta por Ros foi aprovada por unanimidade. Nela, se afirmava que a organização operária “no tiene compromisos de ninguna clase con el Partido Socialista ni anarquista, ni tampoco con partido político alguno, y que su organización, desarrollo y esfera de acción es completamente independiente y autónoma” (SPALDING, 1970, p. 287). Esta declaração de autonomia possibilitava a coexistência de diversas tendências políticas em uma mesma organização, além de fixar seus objetivos dentro dos limites da luta econômica. O modelo organizativo a ser adotado também não causou maiores polêmicas, e houve um consenso por uma organização de tipo federalista, que seria composta por um Comitê Federal e um Comitê Administrativo. O Comitê Federal deveria contar com delegados de todas as seções federadas para discutir assuntos internos da organização, enquanto o Comitê Administrativo seria nomeado nos congressos da federação e seria responsável por aplicar as resoluções aprovadas em cada congresso.

As discussões mais sérias se deram em torno dos métodos de luta a serem utilizados. A aceitação ou não da arbitragem suscitou uma longa e inflamada polêmica entre anarquistas e socialistas. Enquanto os anarquistas se opunham a qualquer método de luta que não fosse calcado na ação direta, os socialistas acreditavam que a arbitragem poderia ser vantajosa pra resolver conflitos trabalhistas. Gori conseguiu costurar um acordo entre as duas tendências ao propor que a arbitragem fosse aceita em algumas circunstâncias especiais, afirmando que a federação “se reserva en algunos casos el derecho de resolver los conflictos económicos entre capital y trabajo en juicio arbitral”, desde que “aceptando solo personas que presenten serias garantías de respeto para los intereses de la clase obrera” (SPALDING, 1970, p. 288). A resolução foi aprovada por 21 votos a favor, 17 contra e 4 abstenções, e embora alguns anarquistas tenham sido favoráveis à proposta de Gori, isto não deixou de causar controvérsias no interior do campo libertário. Contudo, o esforço para preservar a unidade justificava o sacrifício de certos princípios. Por sua parte, os socialistas

também fizeram concessões aos anarquistas, aprovando uma resolução que reconhecia a greve geral como “la base suprema de la lucha económica entre el capital y el trabajo”, afirmando “la necesidad de propagar entre los trabajadores la idea de que la abstención general de trabajo es el desafío a la burguesía imperante, cuando se demuestre la oportunidad de promoverla con posibilidad de éxito” (SPALDING, 1970, p. 288). Além disso, o congresso também aceitou o boicote e a sabotagem como meios de luta eficazes contra os patrões. Ao final do congresso, foram eleitos os representantes do Comitê Administrativo que ficou composto por Dante Garfagnini (anarquista), Pedro Barsanti (socialista), Francisco Cúneo (socialista), Torrens Ros (anarquista), Luigi Magrassi (anarquista), Juan Ciminaghi (anarquista), Francisco Berri (anarquista), José Basalo (anarquista), Francisco Beyles (indefinido) e Héctor Mattei (anarquista). Naquele momento, estava constituída a Federação Operária Argentina (FOA).

1.4.1 As primeiras jornadas da FOA e a consolidação do anarquismo nos sindicatos

Desde o início, os anarquistas foram maioria no Comitê Administrativo da FOA, dispendo de uma estrutura poderosa para ampliar suas forças no interior da organização operária e inclusive entre categorias onde a influência libertária era até então pouco expressiva, como no caso dos portuários. Após o I Congresso da FOA, os anarquistas se empenharam em organizar uma sociedade de resistência dos trabalhadores do porto, e, graças à atuação de Torrens Ros, foram bem sucedidos. A fundação da *Sociedad de Resistencia Obreros del Puerto* é um verdadeiro marco na história do anarquismo argentino, que passou a controlar o sindicato de uma categoria vital para a economia exportadora. Sob a influência anarquista, os portuários irão protagonizar algumas das greves mais importantes dos próximos anos, sempre adotando uma postura bastante combativa.

Logo após a fundação da FOA, o país foi sacudido por uma forte agitação grevista. A presença anarquista nos sindicatos se fazia notar pela radicalidade que adquiriram essas greves. Duas delas acabaram tomando maiores proporções: um conflito entre trabalhadores ferroviários e a empresa *Ferrocarril del Sud*, em Bahía Blanca, e outro produzido na *Refinaria Argentina*, em Rosario.

O movimento dos ferroviários foi iniciado em agosto pelos operários encarregados na construção de uma linha férrea que ligava Bahía Blanca a Pringles que reclamavam do tratamento dado pelo diretor local da *Ferrocarril del Sud*. Em 7 de agosto, se estimava em dois mil o número de grevistas; no dia 26, todos os trabalhadores ferroviários de Bahía Blanca aderiram ao

movimento. Os grevistas chegaram a ocupar toda a linha férrea, impedindo a circulação de transportes. Segundo Zaragoza (1996, p. 131), trabalhadores armados faziam piquetes e se preparavam para um enfrentamento com o exército. A população de Bahía Blanca apoiou os grevistas, e desde Buenos Aires foram registradas manifestações de solidariedade. Temendo uma escalada violenta do conflito, os trabalhadores aceitaram a mediação de Gori para buscar um acordo com a direção da empresa. As partes se reuniram no dia 5 de setembro e a negociação foi bem sucedida. É significativo que Gori tenha mediado o conflito, uma vez que ele defendeu a arbitragem como um instrumento válido na luta dos trabalhadores durante o I Congresso da FOA e agora podia demonstrar sua utilidade prática.

Já a greve da *Refinaria Argentina*, em Rosario, teve consequências mais sérias. No dia 21 de outubro, cerca de mil operários da empresa abandonaram o trabalho, exigindo aumento salarial e redução das horas de trabalho. O diretor da *Refinaria* tentou evitar a greve, despedindo os operários organizados. Apesar das ameaças, os trabalhadores realizaram uma assembleia geral, elegendo uma delegação para negociar com os patrões. O anarquista Rómulo Ovidi esteve entre os delegados eleitos. Ao mesmo tempo, o chefe de polícia local ofereceu sua mediação. Quando a delegação se apresentou, o chefe de polícia mandou prender Ovidi, acusado de ser um anarquista e agitador conhecido. A notícia de sua detenção causou indignação entre os operários, que tentaram impedir sua prisão e se aglomeraram perto do carro policial que transportava Ovidi, na intenção de libertá-lo. Durante a confusão, houve troca de tiros entre policiais e trabalhadores. Um dos tiros disparados pela polícia atingiu o operário Cosme Budislavich que aparentemente não tinha nenhum envolvimento com os anarquistas. A morte de Budislavich gerou enorme comoção no movimento operário argentino que o alçou ao status de mártir. No dia 24, houve uma grande manifestação de protesto em Rosario que contou com a presença dos anarquistas e socialistas. Cerca de seis mil pessoas compareceram ao ato. Apesar dos momentos de união, as diferenças entre anarquistas e socialistas começaram a ficar bastante evidentes no desenrolar do conflito. Adrián Patroni foi para Rosario tentar atuar como mediador, mas foi rechaçado. Em seus informes, Patroni reconhecia a hegemonia anarquista sobre o movimento operário local. Juan B. Justo e Enrique Dickman, que também tentaram acudir ao conflito, foram recebidos com indiferença e hostilidade. Mais tarde, iriam afirmar que Rosario era a “meca do anarquismo”, comparando a cidade com Barcelona. Os socialistas se opuseram à generalização da greve, enquanto os libertários fizeram de tudo para aprofundar e radicalizar o conflito. Apesar dos esforços anarquistas, a greve da *Refinaria Argentina*

não terminou vitoriosa, mas evidenciou a força que o anarquismo vinha ganhando no interior do movimento operário.

Outras greves importantes ocorreram durante o fim do ano. No dia 9 de dezembro, os estivadores de Buenos Aires e Rosario paralisaram o trabalho. Os trabalhadores exigiam aumento de salário, redução de jornada e o reconhecimento de sua organização. Em Rosario, o padre Federico Grote, líder do Círculos Católicos de Operários, tentou trazer fura-greves para realizar o trabalho no porto, mas sua tentativa foi frustrada pela resistência dos trabalhadores organizados no *Sindicato de Estibadores Revolucionarios*. O conflito tomou proporções tão grandes que a Câmara Mercantil pediu a intervenção do presidente da República. A greve dos estivadores, contudo, iria se arrastar até o início do ano seguinte. Ainda em dezembro, os peões do Mercado Central de Frutos também entraram em greve, exigindo redução de jornada para dez horas diárias. A greve paralisou o comércio, e assim como os estivadores, os peões conseguiram impedir a atuação dos fura-greves. O socialista Alfredo Palacios conseguiu mediar o conflito, estabelecendo um convênio que fixava uma jornada de trabalho menor para os trabalhadores do Mercado.

1.4.2 Rompimento dos socialistas com a FOA

A força do anarquismo no interior da FOA, traduzida em uma maior radicalidade das greves e conflitos sociais, certamente desagradou os socialistas. Na verdade, desde junho, um grupo de sindicatos socialistas vinha se demonstrando desconforme com os rumos da Federação¹¹. No I Congresso da FOA, ficou decidido que a organização publicaria um periódico chamado *La Organización Obrera*, e seu antecessor, *La Organización*, deveria deixar de ser publicado. Os socialistas que editavam *La Organización* ignoraram esta resolução e continuaram a editar seu periódico no qual “no se nota la menor simpatía hacia la federación y sus actividades, y poco a poco empezó a asomar una línea hostil, que insinuaba los albores de una ruptura interna” (OVED, 1978, p. 183). Em novembro, esse mesmo grupo decidiu formar um *Comité de Propaganda Gremial*, de caráter evidentemente sectário. Os socialistas nomeados para o Conselho Administrativo da FOA também se faziam cada vez menos presentes nas reuniões da organização. Oficialmente, os socialistas se opuseram à iniciativa levada a cabo pelas sociedades em torno de *La Organización*, mas a cisão já era eminente.

11 O grupo era formado pelos sindicatos dos construtores de carros e carruagens, ebanistas, marmoristas, canteiros, correiros, alfaiates, cabeleireiros, carpinteiros e cigarreiros de Rosario.

O II Congresso da FOA apenas confirmou a divisão entre anarquistas e socialistas. O congresso se reuniu entre 19 e 21 de abril de 1902, no salão do clube *Vorwärts*. 86 delegados de 49 sociedades operárias (27 da capital e 22 do interior) se fizeram presentes. O equilíbrio entre anarquistas e socialistas era bastante frágil, e como afirmou Edgardo Bilsky (1985a, p. 71), qualquer elemento perturbador poderia servir de pretexto para a cisão. Esse elemento já surgiu logo na abertura do congresso: a comissão verificadora dos mandatos dos delegados impugnou as credenciais dos socialistas Adrián Patroni, Alfredo Torcelli e Albizu Castro, mas aceitou as de Ettore Mattei, militante anarquista. Contudo, Torcelli e Mattei estavam em uma situação semelhante: Torcelli foi nomeado delegado direto dos padeiros de La Plata, porém exercia a profissão de jornalista; Mattei foi ao congresso representando indiretamente os padeiros de Mendoza e também não exercia a profissão, mas pertencia a uma Sociedade de Ofícios Vários de Buenos Aires, reconhecida pela FOA. A questão é que o Comitê Federal decidiu que os delegados diretos das sociedades de Buenos Aires e do interior deveriam ser membros das associações que representassem, enquanto os delegados indiretos deveriam ser residentes de Buenos Aires, mas poderiam pertencer a qualquer sociedade da capital aderida à FOA. Os socialistas tentaram forçar a aprovação das credenciais de Torcelli como delegado indireto dos padeiros de La Plata, mas como ele morava naquela cidade, a comissão entendeu que ele não poderia representar indiretamente uma associação platense da qual ele não fazia parte e seu mandato foi impugnado. De acordo com Oved,

La credencial de Torcelli era defectuosa, según los reglamentos, pues representaba a un sindicato obrero del interior, sin formar parte de él; por otro lado, no era asociado al sindicato obrero de Buenos Aires, donde se realizaba el congreso, según el requisito reglamentario. Mattei, en cambio, sí era socio de ese sindicato (oficios varios), pero precisamente la escrupulosidad en las cláusulas del reglamento por parte de los anarquistas, despertaba sospechas; no se trataba por cierto de fidelidad a los reglamentos, sino que había una lucha por la hegemonía, un problema de mayoría y minoría... La votación agregó algo más: la minoría socialista era grande, y la mayoría anarquista era pequeña, lo que explica la insistencia en no renunciar a ninguna posición representativa. Sea como fuere, el congreso exhibió que no había el menor vestigio de deseo de contemporizar, tal como ocurrió en el I Congreso; la mayoría anarquista tampoco dio el menor paso, no hizo el menor gesto para halagar a la minoría socialista, y viceversa (OVED, 1978, p. 223).

Os socialistas, representando 19 sociedades, decidiram se retirar do congresso e abandonar a FOA após a rejeição das credenciais de Torcelli. Os anarquistas continuaram debatendo a ordem do dia, com a presença de delegados de 28 sociedades. Sem a presença dos socialistas, os anarquistas puderam aprovar todas as resoluções segundo seus próprios termos. O congresso reafirmou as táticas de ação direta como o boicote, a sabotagem e a greve geral, e recomendava que as greves

parciais “deben tener el mayor carácter de resistencia posible” (BILSKY, 1985b, p. 197). É curioso notar, porém, que os delegados decidiram não rechaçar totalmente a arbitragem, deixando as sociedades federadas livres para recorrer ou não a este tipo de negociação. A Comissão Administrativa ficou composta quase que exclusivamente por militantes anarquistas: Dante Garfagnini, Torrens Ros, C. Passerini, Oromi, Luigi Magrassi, Janin, Martí, Ripoll e Ettore Mattei. A saída dos socialistas da FOA abriu espaço para uma radicalização cada vez maior da entidade e consolidou definitivamente a hegemonia anarquista sobre o movimento operário. Na época, os anarquistas consideraram que a cisão havia sido benéfica. Contudo, em um primeiro momento os militantes libertários evitaram transformar a FOA em uma organização abertamente anarquista: seguiram concebendo a Federação como “una esfera obrera que les ofrecía posibilidad de actividad y propaganda”, mas buscaram discernir “las posiciones ideológicas que podían ser aprobadas en un círculo anarquista, y los enfoques o resoluciones que se tomaban en una esfera trabajadora de esta naturaleza” (OVED, 1978, p. 225).

Os sindicatos socialistas dissidentes, por sua vez, se reuniram no dia 18 de maio e resolveram não aceitar as resoluções do II Congresso da FOA, aderindo ao *Comité de Propaganda Gremial*. Decidiram que o *Comité* seria responsável por organizar um novo congresso operário, tendo em vista a fundação de uma central sindical paralela à FOA. Este congresso ocorreu durante os dias 7, 8 e 15 de março de 1903 e deu origem à União Geral de Trabalhadores (UGT). Em sintonia com os socialistas, a UGT adotou posições mais moderadas:

Sobre la huelga general, que había sido el método propuesto por la otra federación obrera como el de máxima eficacia para respaldar los objetivos de los trabajadores, el congreso resolvió que debía promoverse cuando existieran garantías organizativas suficientes para asegurar su triunfo y como recurso defensivo de la clase obrera frente a una agresión directa de los patronos o las autoridades políticas, pero rechazaba su utilización con fines insurreccionales que podían provocar una reacción de las clases dominantes que provocaría graves daños a los trabajadores. [...] Se declaraban a favor del arbitraje, mientras que no se definían claramente sobre cooperativas y sociedades mutuales, dejando en libertad a las sociedades afiliadas para decidir sobre su constitución (CIERRI, 1998, p. 9).

Porém, é importante destacar que a UGT não se constituiu enquanto um simples braço sindical do socialismo. Desde o início, houve uma tendência autonomista em seu interior e que se esforçou para afirmar certa independência da organização em relação ao PSA. É significativo que o I Congresso da UGT tenha rejeitado uma moção de Patroni que propunha a intervenção dos trabalhadores na luta política através do apoio aos partidos políticos “que consignaran en su programa la obtención de leyes favorables a los asalariados”, e ao invés disto tenha aprovado a

resolução apresentada por Torcelli que “planteaba una interlocución directa entre los trabajadores y el poder estatal para obtener esas leyes” (CIERRI, 1998, p. 9-10). Nesse sentido, o PSA deveria ser entendido como um instrumento auxiliar da ação sindical e em grande medida subordinado a ela. Como veremos adiante (capítulo 4), os autonomistas da UGT foram uma das principais tendências que confluíram para a formação do sindicalismo revolucionário argentino.

Apesar das divisões no interior do movimento operário, o ano de 1902 foi marcado por uma intensa atividade grevista. Em janeiro, continuava a greve dos estivadores de Buenos Aires e Rosario iniciada em dezembro do ano anterior. Na capital, houve conflitos entre grevistas, fura-greves e forças policiais. No dia 9, os patrões se viram obrigados a ceder e aceitaram as reivindicações dos grevistas, incluindo a redução de jornada para nove horas diárias. Em Rosario, o movimento evoluiu para uma greve geral no dia 13: “Fue un paro tempestuoso que duró 24 horas, lleno de violencias y choques entre huelguistas y policía; un obrero, Marco Fernández, fue muerto y muchos sufrieron heridas” (OVED, 1978, p. 204). Assim como em Buenos Aires, os grevistas conseguiram entrar em um acordo com os patrões e tiveram suas reivindicações salariais atendidas. Os socialistas condenaram os acontecimentos produzidos em Rosario e se dissociaram do movimento, enquanto os anarquistas celebravam a atitude combativa adotada pelos grevistas. No mês seguinte, marinheiros e foguistas paralisaram os trabalhos, seguidos pelos mecânicos, caldeireiros e peões de barracas. Outra greve com participação ativa dos anarquistas estourou em abril, quando os cocheiros se insurgiram contra uma ordenança municipal que instituíu um caderno de identificação onde os empregadores poderiam anotar observações sobre a conduta dos trabalhadores. Em maio, os metalúrgicos da empresa Vasena entraram em greve. Entre julho e agosto, foi a vez dos padeiros.

1.4.3 A primeira greve geral da história argentina

A agitação grevista continuou crescendo até atingir seu ápice no mês de novembro. Já no dia 1, os estivadores novamente se declararam em greve, exigindo a redução do peso das sacas de cereais de 120 para no máximo 70 quilos. A paralisação ocorria justamente durante o período de exportação de grãos e de lã, causando prejuízos diretos para a economia exportadora argentina. Não tardou para que o conflito se espalhasse por outros portos do país: houve paralisações em Campana, Zárate, Bahía Blanca e Rosario. As autoridades fizeram o possível para diminuir os impactos da greve, reprimindo o movimento e recorrendo a marinheiros, bombeiros e mesmo detentos para

realizar o trabalho dos estivadores. No dia 16 de novembro, os peões do Mercado Central de Frutos também decidiram paralisar o trabalho, exigindo redução de jornada e maiores salários. Os cocheiros e condutores de carros aderiram à greve em sinal de solidariedade aos peões e estivadores. Reunidos na Câmara de Comércio, os empresários exigiram medidas mais enérgicas contra a FOA e pediram para que o Ministro do Interior Joaquín V. Gonzalez e o Senado trabalhassem pela aprovação e aplicação da Lei de Residência, elaborada pelo senador Miguel Cané em 1898. A lei visava a expulsão de estrangeiros que “comprometessem a segurança nacional” ou “perturbassem a ordem pública”, permitindo a deportação imediata de qualquer estrangeiro e sem possibilidade de recursos. O discurso conservador da época atribuía as greves à presença de “agitadores estrangeiros” no país, e nesse sentido, a aprovação de uma lei de expulsão parecia ser um instrumento fundamental para reprimir o movimento operário e o anarquismo. Os rumores de que uma lei desta natureza poderia ser aprovada causou uma reação imediata entre os militantes libertários. No dia 20, o Comitê Administrativo da FOA lançou um manifesto declarando a greve geral. No dia seguinte, uma assembleia realizada pelo Comitê Federal aprovou a medida. No dia 22, a greve geral era uma realidade e cerca de 20 mil trabalhadores já aderiam ao movimento:

El público trabajador se mostraba simpatizante con la huelga y los huelguistas. [...] La atmósfera en los barrios obreros y de inmigrantes — Boca y Barracas — se acaloró en el transcurso de la huelga; en las calles reinaba un clima de prerrevolución: grupos de huelguistas y sus mujeres se concentraban en las calles produciéndose choques con la policía y con los rompehuelgas. En los suburbios obreros se oía gritar: “Viva la anarquía” y “Viva la revolución social” (OVED, 1978, 258-259).

O PSA não respaldou a greve geral convocada pela FOA, aconselhando “sensatez” e “moderação” aos trabalhadores. Em meio à agitação, os socialistas enviaram uma comissão composta por Eneas Arienti, Francisco Cúneo e Celyndo Castro para tentar negociar com o presidente da República. Antes mesmo da comissão se encontrar com Julio Roca, o Senado e a Câmara aprovaram a Lei de Residência. Já na noite do dia 22, a lei começou a ser aplicada e a polícia prendeu numerosos militantes operários após invadirem seus lares. Longe de colocar um fim ao movimento, a aplicação da lei apenas exacerbou os ânimos dos trabalhadores, e no dia seguinte “la huelga se convirtió virtualmente en huelga general”:

El único sindicato que se abstuvo de plegarse el 23 de ese mes, fue el de obreros de artes gráficas. Se estimaba que a mediodía del 23 de noviembre ya habían parado 70.000 obreros en Buenos Aires. El ánimo del sector trabajador estaba caldeado; en una circular llamaban a los soldados y policías a evitar daños a los huelguistas, y a sumarse luego a la huelga (OVED, 1978, p. 268-269).

O movimento ia tomando proporções até então nunca vistas na Argentina. A greve parecia ter chegado em seu ápice no dia 24, quando *La Protesta Humana* afirmou que “el paro fue total, completo. Sólo uno que otro vehículo, escoltado por dos o más soldados de caballería [...] pasaba a terrible galope por las silenciosas calles de la metrópoli”. Nos bairros operários de La Boca, Barracas, Villa Crespo e Retiro, “los huelguistas deliberaban en asamblea perpetua” (ZARAGOZA, 1996, p. 351). Diante da ampliação do movimento, o governo decide apelar para o estado de sítio. Foi a primeira vez que esta medida era tomada para reprimir o movimento operário. Todos os locais da FOA e dos socialistas foram fechados, a imprensa foi posta sob censura, centenas de militantes foram presos e/ou deportados. Os militantes anarquistas Alberto Ghirardo e Florencio Sánchez, ambos argentinos, desafiaram a censura e publicaram notícias sobre o desenrolar do conflito em seu periódico literário *El Sol*. Alguns militantes conseguiram escapar da repressão, como Torrens Ros e Inglán Lafarga. Outros, como Félix Basterra e Orestes Ristori, conseguiram desembarcar no Uruguai, evitando assim uma deportação aos seus países de origem, onde possivelmente seriam presos. Porém, a repressão conseguiu sufocar o movimento, e no dia 27, a situação já estava normalizada. Em um primeiro momento, parecia que a greve geral havia sido um fracasso. Contudo, assim que o estado de sítio foi levantado, no dia 1 de janeiro de 1903, o movimento operário retomou suas atividades. A FOA rapidamente se reorganizou, a imprensa operária voltou a circular e a influência anarquista nos sindicatos se intensificou. Após as expulsões, as lideranças estrangeiras aos poucos foram sendo substituídas por anarquistas *criollos*. Por sua parte, o governo argentino nomeou J. A. Alsina para realizar um levantamento sobre as condições da classe trabalhadora no país, reconhecendo assim a existência de uma “questão social” a ser resolvida.

1.4.4 Depois do estado de sítio

A celebração do Primeiro de Maio em 1903 nos dá uma dimensão da recuperação do movimento operário: a manifestação convocada pela FOA conseguiu reunir cerca de 25 mil operários. Já entre o final de maio e o início de junho, houve uma retomada da atividade grevista. A primeira greve foi impulsionada pelos garçons de restaurantes, contra uma ordenança municipal que os obrigava a tirar o bigode. Terminou vitoriosa. Em seguida, os vendedores ambulantes entraram em greve protestando contra os impostos municipais, mas acabaram derrotados. Os sapateiros e

cortadores de calçados, por sua vez, lograram um aumento de salários após uma greve geral da categoria. Houve também um movimento de trabalhadores portuários contra uma resolução tomada pelos empregadores que visava impedir a contratação de operários sindicalizados. A mediação do chefe de polícia Francisco Julián Beazley impediu uma escalada do conflito. Ficou acordado que a resolução seria revogada, mas os empregadores poderiam contratar trabalhadores não sindicalizados. Porém, o acordo também permitia a arrecadação de cotas para os membros do sindicato e proibia a contratação de fura-greves uruguaios.

Nesse contexto de retomada da atividade grevista, a FOA celebrou o seu III Congresso, entre os dias 6 e 8 de junho e com a participação de 80 delegados representando diversas sociedades da capital e do interior¹². Segundo Oved (1978, p. 303), “en todos los sindicatos que participaron se notaba la influencia anarquista y la hegemonía del anarquismo se dejó entrever en el congreso y en sus resoluciones”. Boa parte das resoluções do congresso tratava de temas relacionados à condição da classe trabalhadora (trabalho noturno, acidentes de trabalho, etc.) e reivindicações próprias do movimento operário, como a abolição do trabalho dominical. Em nenhum momento, o anarquismo apareceu de maneira explícita nas discussões do congresso, mas podemos perceber uma nítida influência libertária em suas resoluções, incitando a realização de uma campanha ampla contra a Lei de Residência e afirmando que a FOA jamais enviaria petições aos poderes públicos, por exemplo. Sobre as greves, foi aprovada uma resolução afirmando que a FOA deveria fomentar o “espíritu de solidaridad y de acción, por cuanto de ésta dependerá siempre el éxito de todos los movimientos parciales, precursores del estallido general, en cuya acción intervendrán fatalmente los medios revolucionarios” (ABAD DE SANTILLÁN, 2005, p. 110). As proposições de diversos sindicatos (mecânicos, repartidores de pão, fundidores, sapateiros, carpinteiros, latoeiros e gasistas) sobre o tema da ação política foram condensadas em uma resolução elaborada por Alberto Ghiraldo, que representava os estivadores de Villa Constitución:

La organización económica del proletariado puede considerarse como el principal paso dado en el camino de la emancipación del obrero. El socialismo obrero es una concepción amplísima de la que tiene forzosamente que estar excluida cualquier idea encarnadora de la acción legislativa y parlamentaria que hoy reduce, circunscribe mejor dicho, aquella concepción, al estrecho espíritu de un partido (ABAD DE SANTILLÁN, 2005, p. 110).

12 As fontes consultadas não nos fornecem um número exato ou aproximado de sociedades representadas no III Congresso da FOA.

Como afirmou Oved (1978, p. 308), o III Congresso da FOA foi mais um passo “en el acercamiento entre la federación de sindicatos obreros y grupos anarquistas, pero sin llegar a identificarse por entero”. Havia um esforço dos militantes em apresentar a Federação como um organismo operário mais amplo, justamente para preservar e expandir sua influência no movimento sindical. De acordo com Bilsky (1985b, p. 116), havia “un cierto temor a imprimir a la F.O.A. definiciones demasiado estrechas que esterilicen su crecimiento”. Neste momento, os anarquistas defenderam a necessidade de se organizarem em grupos próprios e externos à organização operária, dedicados ao estudo e propaganda do anarquismo de maneira mais estrita.

Os meses posteriores ao III Congresso da FOA foram marcados pela consolidação da organização operária. Vários sindicatos fortaleceram seus laços federativos, formando federações do ofício: foi o caso cortadores de calçado, sapateiros e aparadores de botas e botinas, que formaram uma *Federación de Calzado*. A *Federación de Obreros Portuarios* realizou seu primeiro congresso em junho, contando com a participação de delegados uruguaios. Os cocheiros e condutores de carros, já organizados desde 1902 na *Federación de Rodados*, realizaram o seu primeiro congresso em novembro. Em todos os casos, a influência anarquista se fazia presente.

As greves também continuaram. Em 21 de novembro, houve uma paralisação dos motoristas de bondes em protesto contra a demissão de dois trabalhadores conhecidos por sua atividade militante. Os motoristas de bondes recém haviam se organizado em uma sociedade de resistência e exigiam justamente o reconhecimento de seu sindicato, além da recontração dos colegas despedidos, redução de jornada e aumento salarial. A companhia, de donos ingleses, recusou-se a negociar com os trabalhadores. Como a greve se prolongou por vários dias, o governo interveio, ajudando a companhia a colocar os bondes em circulação através da contratação de fura-greves, o que gerou uma reação imediata por parte da FOA. Nas assembleias dos motoristas de bondes, militantes anarquistas como Francisco Jaquet e Pascual Guaglianone conclamaram os trabalhadores a intensificar a luta até chegar a uma greve geral da categoria. Após dez dias de paralisação, porém, os patrões se mostraram dispostos a fazer algumas concessões, cedendo um pequeno aumento salarial e uma redução das horas de trabalho. Os motoristas de bondes decidiram voltar ao trabalho, mas o sindicato exigia a recontração dos trabalhadores despedidos e a demissão dos fura-greves. Assim, a greve foi retomada, desta vez com a adesão de outras companhias de bonde da capital. Contudo, o emprego maciço de fura-greves, sempre protegidos pelas forças policiais, terminou rompendo a resistência operária, e a greve terminou no dia 27 de dezembro sem nenhuma conquista para os trabalhadores. No mesmo dia, a FOA realizou uma manifestação na Praça Rodríguez Peña

para protestar contra a intromissão da polícia nos conflitos entre capital e trabalho, mas que terminou justamente em um conflito com as forças policiais.

Contudo, o foco dos maiores conflitos foi mais uma vez o porto de Buenos Aires. A hegemonia dos anarquistas em um sindicato tão importante como o dos portuários certamente não poderia agradar os empresários e comerciantes, que tentaram organizar um sindicato amarelo para enfraquecer a influência anarquista entre os portuários, com o apoio da prefeitura marítima. No início do mês de setembro, foi fundada a *Sociedad Argentina Obreros del Puerto*, que buscava competir com a *Sociedad de Resistencia Obreros del Puerto*. Embora os membros do novo sindicato gozassem de proteção policial para ir trabalhar, diversos conflitos foram registrados e, que em certa medida, eram até mesmo incentivados pelos patrões, que buscavam dividir os trabalhadores por sua nacionalidade. Enquanto a *Sociedad de Resistencia* era composta principalmente por estrangeiros, o novo sindicato era constituído quase que exclusivamente por operários *criollos*. Ao conflito étnico se somava uma disputa pela legitimidade da organização operária, reclamada pelos membros da *Sociedad de Resistencia*. Nesse contexto, os marinheiros e foguistas decidiram entrar em greve no dia 16 de dezembro. O Centro de Navegação Transatlântica, representante das empresas marítimas, se negou a reconhecer a organização dos marítimos e, a partir do dia 24 de dezembro, passou a empregar os trabalhadores da *Sociedad Argentina* como fura-greves. O conflito se arrastou até o ano seguinte. Os estivadores logo se juntaram à greve, junto aos carroceiros, que passaram a boicotar os barcos das empresas que contratavam fura-greves, se negando a ajudar no transporte de carga e descarga. No dia 4 de janeiro, Zapoletti, operário anarquista, morreu em um conflito com a polícia e fura-greves. Os cocheiros e condutores de carros então decidiram se unir ao movimento. Nenhuma das partes estava disposta a ceder, e o governo se colocou do lado dos patrões, reforçando a presença policial no porto. Houve discussões no interior da FOA, no sentido de declarar uma greve geral que acabou não se concretizando. Após 47 dias, os marítimos e portuários retornaram ao trabalho sem obter nenhuma concessão dos patrões.

1.4.5 Consolidação e “anarquização” da Federação

Mas apesar de ter sido iniciado com uma derrota significativa para os trabalhadores, 1904 foi um ano decisivo para o desenvolvimento da FOA, do anarquismo argentino e do movimento operário em geral. Um marco importante para a propaganda anarquista se deu em abril, quando *La Protesta Humana* passou a ser publicado diariamente graças aos esforços de Juan Creaghe. Creaghe

tomou a iniciativa de comprar uma prensa própria para o periódico, com o objetivo de aumentar sua tiragem e periodicidade e diminuir seus custos de produção. O periódico também passou a se chamar simplesmente *La Protesta*. Segundo Gilimón (2018, p. 58), a palavra “*Humana*” foi suprimida do título do periódico para “hacer más fácil su pregón a los vendedores de diarios”. Com a mudança, *La Protesta* se tornava um dos poucos diários anarquistas do mundo.

Também em 1904, o governo argentino ensaiou algumas políticas integracionistas, em uma tentativa de absorver as demandas de setores mais moderados do movimento operário. Em março, como resultado de uma pequena reforma eleitoral, Alfredo Palacios foi eleito para a Câmara de Deputados, se tornando o primeiro deputado socialista das Américas. Em maio, o Ministro do Interior Joaquín V. Gonzalez apresentou ao congresso a Lei Nacional do Trabalho. A lei previa uma série de reformas importantes para a classe trabalhadora: instituía a jornada semanal de 48 horas, fixava normas de higiene e de segurança a serem aplicadas nos ambientes laborais, responsabilizava os patrões pelos acidentes de trabalho e regulamentava o trabalho infantil e feminino. Em contrapartida, a lei também criava instrumentos que possibilitavam uma maior intromissão do Estado na organização dos trabalhadores, limitando o direito de greve e instituindo penalidades para aqueles que a propagassem, além de condicionar o reconhecimento dos sindicatos ao registro de pessoa jurídica.

Contudo, o governo não deixou de adotar uma postura repressiva frente ao movimento operário radical. Poucos dias antes da Lei Nacional do Trabalho ser apresentada ao congresso, a manifestação do Primeiro de Maio promovida pela FOA foi duramente reprimida pela polícia. Cabe dizer que apenas a marcha da FOA foi acompanhada por forças policiais, enquanto a manifestação convocada pelos socialistas e pela UGT não contou com a presença da polícia. Os anarquistas reuniram algo entre 40 e 50 mil operários, enquanto os socialistas, cerca de 20 mil. Quando a manifestação da FOA se dirigia à Praça Mazzini, um incidente acabou servindo como pretexto para que a polícia iniciasse a repressão¹³. Houve troca de tiros entre policiais e manifestantes e pelo menos duas pessoas foram mortas, um policial e um operário chamado Ocampo. Após o tumulto, dezenas de manifestantes voltaram para auxiliar os feridos, e quando encontraram o cadáver de Ocampo, levantaram seu corpo e iniciaram uma marcha fúnebre pelos bairros operários de Buenos Aires, se encaminhando até a sede da FOA. A polícia conseguiu recuperar o corpo de Ocampo e

13 Em suas memórias, Gilimón (2018, p. 58) afirma que o tumulto se iniciou com um conflito entre manifestantes e motoristas de bonde, que trabalhavam normalmente e não aderiram às comemorações do Primeiro de Maio. Já Oved (1978, p. 338) afirma que as tensões se iniciaram quando um policial a cavalo avançou sobre os manifestantes. Enquanto uns fugiram, outros responderam a tiros.

fechou os locais da Federação. Para evitar uma greve geral, a polícia teve que prender vários operários, proibir reuniões de trabalhadores e ameaçar a militância com a aplicação da Lei de Residência.

Foi nesse contexto que a FOA chegou ao seu IV Congresso, reunindo-se entre os dias 30 de julho e 2 de agosto. Por um lado, os anarquistas ampliaram sua influência sobre os sindicatos: nas vésperas do congresso, a Federação contava com cerca de 66 sociedades aderidas. Através da publicação de um jornal diário, os libertários também conseguiram intensificar sua propaganda ideológica. Por outro lado, o governo tentava responder ao avanço do movimento operário com políticas conciliatórias aliadas a medidas repressivas. Ambos os fatores foram decisivos para os rumos do congresso, que marcou o início de uma “anarquização” da FOA que irá se consolidar no ano seguinte. As resoluções aprovadas pelo IV Congresso são profundamente marcadas por uma influência cada vez mais explícita do anarquismo. Os delegados se posicionaram absolutamente contra a Lei Nacional do Trabalho, considerando que ela “sólo favorecerá a los capitalistas, por cuanto ellos podrán eludir las responsabilidades que se les asignan y los obreros tendrá que cumplirlas fielmente” (ABAD DE SANTILLÁN, 2005, p. 121). Afirmou-se inclusive que a lei buscava destruir a organização autônoma dos trabalhadores e que, caso fosse aprovada, seria combatida pela Federação através da greve geral. Mais uma vez, o congresso afirmou a independência da Federação frente aos partidos políticos, ao afirmar que a classe trabalhadora organizada deveria se abster de qualquer participação em assuntos políticos “hasta tanto la clase trabajadora no se halle en condiciones de efectuar un movimiento revolucionario, para conquistar su total emancipación económica y social” (OVED, 1978, p. 358). A importância das greves foi novamente ratificada, em uma resolução que afirma que elas são uma “escuela de rebeldía” e recomendando que “las parciales se hagan lo más revolucionarias que sea posible para que sirvan de educación revolucionaria y éstas de preámbulo para una huelga general” (ABAD DE SANILLÁN, 2005, p. 120). Contudo, a resolução mais marcante do IV Congresso foi a aprovação do Pacto de Solidariedade que substituiu os antigos estatutos da Federação e a dotava de “una plataforma ideológico-organizativa integral [...] y una concepción orgánica detallada” (OVED, 1978, p. 361). Em seus considerandos, o Pacto discorria sobre as causas que levaram os trabalhadores a se organizarem e afirmava que os esforços da Federação deveriam ter por objetivo a emancipação completa do proletariado,

[...] creando sociedades de resistencia, federaciones de oficios afines, federaciones locales, consolidando la regional para que así, procediendo de lo simple a lo compuesto [...] podamos formar con los explotados de todas las naciones, la gran confederación de todos los productores de la tierra y así solidarizados podamos marchar firmes y decididos a la conquista de la emancipación económica y social (SPALDING, 1970, p. 290).

Corroborando com a ideia de que a libertação da classe trabalhadora deveria ser obra da própria classe trabalhadora, o Pacto afirmava o caráter “puramente econômico” da Federação, “distinta y opuesta a la de todos los partidos políticos burgueses y políticos obreros”, uma vez que “ellos se organizan para la conquista del poder político”, enquanto “nosotros nos organizamos para que los Estados políticos y jurídicos [...] queden reducidos a funciones puramente económicas, estableciéndose en su lugar una libre Federación de asociaciones de productores libres” (SPALDING, 1970, p. 292). Em termos organizativos, o Pacto propunha uma estrutura federativa bastante elaborada, baseada nas federações locais das sociedades de ofício, seguidas pelas federações provinciais ou comarcais, que formariam as federações nacionais ou regionais, para chegar enfim a uma federação internacional de trabalhadores. Com este objetivo internacionalista em seu horizonte, a Federação Operária Argentina decidiu adotar o adjetivo “Regional” em sua nomenclatura, passando a se chamar Federação Operária Regional Argentina (FORA). Outra reforma significativa foi a abolição do Comitê Administrativo e do Comitê Federal, que foram substituídos por um Conselho Federal, composto por nove membros eleitos nos congressos da FORA e pelo menos um delegado de cada federação local. O Conselho Federal ficava limitado a atuar como um simples “centro de correspondências” das sociedades aderidas, garantindo uma articulação mínima entre as distintas federações locais, mas sem exercer qualquer tipo de autoridade ou função executiva.

De acordo com Bilsky (1985a, p. 78), o Pacto de Solidariedade foi “un hito de trascendental importancia en la historia del anarquismo y del movimiento obrero argentino”, constituindo “el cuerpo estatutario más acabado que se haya elaborado” até então, mantendo “su valor de referencia hasta fines de la siguiente década para gran parte del movimiento obrero y hasta por lo menos 1930 para el anarquismo”. Oved (1978, p. 362) afirma que o Pacto “es una original creación, típica y característica de la FORA, aunque sus redactores se inspiraron en plataformas análogas confeccionadas por el movimiento obrero de España”. De fato, o documento guarda diversas semelhanças com o manifesto de fundação da FTRE, elaborado no Congresso Operário de Barcelona em 1881, e por consequência traz consigo diversos elementos do pensamento de Mikhail Bakunin, que exerceu grande influência no movimento operário espanhol. Para o anarquista russo,

as sociedades de resistência deveriam ser alicerçadas no federalismo, uma vez que assim organizadas, carregariam “os germes vivos da nova ordem social que deve substituir o mundo burguês. Elas criam não somente as ideias, mas os próprios fatos do futuro” (*apud* CORRÊA, 2018, p. 442), prefigurando a sociedade socialista e libertária. Para Bakunin, a organização federalista era a única que poderia garantir uma coerência entre meios e fins, dando aos trabalhadores protagonismo e autonomia em suas lutas contra o Estado e o capital.

Cabe notar que o processo de “anarquização” da FORA coincidiu com uma crescente radicalização das lutas sindicais e uma atitude cada vez mais intransigente das autoridades em relação ao movimento operário, apesar de algumas tímidas tentativas de conciliação. Passada a violenta repressão ao Primeiro de Maio de 1904, os trabalhadores protagonizaram mais uma onda grevista entre setembro e novembro, que foi respondida com truculência pelas autoridades e culminou em uma nova greve geral em dezembro. A principal reivindicação dos grevistas foi a jornada de oito horas, e em Buenos Aires houve paralisações de carpinteiros, gráficos e fundidores. O movimento tomou proporções maiores em Rosario, onde os dependentes de comércio decidiram entrar em greve no dia 20 de novembro, reivindicando as oito horas, descanso dominical e o reconhecimento de seu sindicato. No dia 22, os padeiros se juntaram ao movimento e também se declararam em greve, e no mesmo dia, o jovem operário Jesús Pereira foi morto em um confronto com a polícia. Em resposta, a Federação Operária Local de Rosario (FOLR) decidiu declarar uma greve geral por 48 horas. No dia 23, houve uma manifestação para acompanhar o velório da vítima. A marcha não percorreu nem mesmo 500 metros e a polícia respondeu com violência, abrindo fogo contra os trabalhadores e causando mais três mortes, entre elas, a de Alfredo Seren, um menino de apenas dez anos de idade. A Federação Local resolveu prolongar a greve por mais um dia, enquanto a FORA convocou uma greve geral de protesto para os dias 1 e 2 de dezembro. A medida alcançou proporções gigantescas e se estendeu até Córdoba, Tandil, Junín, Quilmes, Almirante Brown, Lomas de Zamora e outras cidades do país. Aquela foi a maior demonstração de força da classe operária argentina até então. E em fins de janeiro de 1905, tudo parecia indicar que a agitação grevista novamente iria alcançar grandes proporções, pois eram aventadas greves de trabalhadores ferroviários e nos portos. Porém, um acontecimento completamente alheio ao movimento operário serviu de pretexto para que o governo pudesse decretar estado de sítio: um levante da União Cívica Radical (UCR). A insurreição radical se iniciou no dia 4 de fevereiro e foi rapidamente sufocada, com a declaração imediata do estado de exceção. O governo decidiu aproveitar a medida para perseguir os militantes operários, prendendo ou deportando as lideranças anarquistas e sindicalistas

mais importantes. A FORA tentou responder com um chamado de greve geral para o dia 16, “pero sin lograr mayor repercusión por el nivel de desestructuración provocado por la represión” (BILSKY, 1985b, p. 125). Mas logo que o estado de sítio foi levantado, em 5 de maio, o movimento operário retomou suas atividades e em junho a FORA iniciou os preparativos para o seu V Congresso, que consolidou definitivamente a tendência anarquizante que se desenvolvia no interior da organização.

2 CONCEPÇÕES DE LUTA, AÇÃO E ORGANIZAÇÃO SINDICAL E A FINALIDADE DA ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA

Após a realização do IV Congresso da FORA, uma parte considerável da militância libertária passou a defender a necessidade de que a organização operária se identificasse abertamente com a ideologia anarquista, para evitar desvios reformistas e fortalecer suas práticas e objetivos revolucionários. Em um contexto marcado pelo aumento da conflitividade social e da repressão estatal, essa tendência anarquizante foi confirmada no V Congresso da FORA, que aprovou uma resolução recomendando a todos os seus aderentes a propaganda do comunismo anárquico. A resolução não somente demonstrava a força do anarquismo no interior do movimento operário argentino, mas também foi o resultado do desenvolvimento de certas concepções ideológicas que continuaram a ser debatidas e redefinidas no período posterior ao V Congresso e que nem sempre foram consensuais. Até aqui, utilizamos o termo “anarquismo argentino” com certa frequência, mas é preciso reconhecer que esse “anarquismo argentino” nunca foi totalmente homogêneo. Se as polêmicas entre organizadores e antiorganizadores já não eram tão relevantes, e a maioria dos anarquistas já aceitava a ação sindical, outros temas passaram a dividir as opiniões dos militantes libertários. Afinal, a classe trabalhadora deveria ser concebida como o principal agente revolucionário? Os anarquistas deveriam promover a luta de classes em seu sentido mais estrito ou utilizar conceitos mais amplos para mobilizar outros sujeitos sociais potencialmente revolucionários? Qual era a importância da luta por reivindicações imediatas no desenvolvimento da ação sindical? Quais são os meios de ação mais eficazes na luta econômica? A organização sindical poderia ser a base da sociedade futura? De que forma a existência de um vínculo direto entre a organização operária e a ideologia anarquista poderia ser justificada? Até que ponto a identificação da organização sindical com o anarquismo poderia beneficiar ou prejudicar a luta operária?

Neste capítulo, discutiremos tais questões em mais detalhes. Embora alguns desses questionamentos possam nos parecer um pouco abstratos, estas interrogações fundamentaram certas concepções que orientaram a atuação anarquista no movimento operário. A imprensa libertária nos oferece ricos debates em torno das questões listadas acima. Seus colaboradores, em geral militantes mais doutrinários ou intelectualizados, desenvolveram contribuições originais sobre as dimensões da luta revolucionária, a ação sindical e a sua finalidade, até agora pouco exploradas pela historiografia.

2.1 LUTA SOCIAL OU LUTA DE CLASSES?

Para os anarquistas, a base da sociedade atual é o princípio da autoridade, que sustenta uma estrutura de dominação que divide a sociedade em duas classes distintas, dominantes e dominados:

En dos clases opuestas está dividida la sociedad, de un lado los que viven del sudor ajeno, amparados por el poder absorbente del dinero, los que medran explorando la ignorancia del pueblo aferrados a dogmatismo anticuado; los que dominan y oprimen a sus semejantes, dueños de una autoridad injustamente abregada. De otro, los que dedican todas sus energías al trabajo sin percibir la recompensa merecida; los que rinden culto a las verdades adquiridas por la experiencia, la meditación y estudio, los que luchan por los ideales de la libertad política y económica que prometen al individuo su bienestar y su espontáneo desenvolvimiento¹⁴.

A classe dominante é composta pela burguesia, proprietários de terras, políticos, burocratas, clero e militares, enquanto a classe dominada envolve o proletariado urbano, o campesinato rural, os desempregados, os marginalizados e os precarizados de maneira geral. Ao sustentar que a dominação era o fundamento básico das relações entre classes e da constituição das classes sociais, os anarquistas não levavam em consideração apenas o papel dos sujeitos nas relações de produção econômicas:

En las relaciones individuales el hombre, como obligado a vender su esfuerzo muscular o intelectual es mero instrumento del industrial, del propietario y del capitalista; como ciudadano está sujeto a la voluntad del policía y del magistrado; como súbdito, debe obediencia absoluta a los caprichos del legislador y del soberano; como soldado esta sujeto a dura e ínicua disciplina militar, y su derecho cohibido por por la férrea jerarquía que clasifica a los hombres según sus funciones, cual si fuera mercancías, dándose el caso inaudito de que es tanto más alta la clasificación cuando más es la inutilidad de la función desempeñada¹⁵.

A exploração econômica é apenas um tipo de dominação entre outros, e a luta de classes é concebida não apenas como um fruto da dicotomia existente entre burguesia e proletariado, mas sim como um fenômeno mais amplo que opõe dominantes e dominados de maneira geral. Dessa forma, os anarquistas se empenharam não somente na luta contra os patrões e a burguesia, mas se voltaram também contra o Estado e o militarismo. Instituições como a igreja e a escola também deveriam ser combatidas, uma vez que ajudam a legitimar e sustentar a dominação. Dentro desta perspectiva, o movimento operário “no es el elemento único de la revolución, sino un factor más de una lucha

14 “El porqué de la lucha de clases y el ideal libertario”, **La Protesta**, 29 de julho de 1906, p. 1-2.

15 *Ibid.*

global” (ZARAGOZA, 1996, p. 268). Como afirmou o militante Adrián Troitiño, os anarquistas “siempre se distinguieron por su acción rebelde, en todos los movimientos populares, estuvieran o no relacionados con la cuestión económica; y se justifica esa actitud desde que la arbitrariedad de la sociedad actual no reside solamente en la cuestión económica”¹⁶. Nesse sentido, alguns intelectuais e teóricos anarquistas, como Gilimón, chegaram a rejeitar o termo “luta de classes”, seja pelo seu caráter mais economicista ou por sua origem marxista:

Poco a poco el término lucha de clases, auspiciado por los llamados partidos *obreros*, se ha ido generalizando hasta el punto que hay anarquistas que lo repiten corrientemente como si en realidad fuese la *lucha de clases* concepción anárquica. [...] Lucha de clases, es propiamente dicho la guerra entre dos clases sociales que se disputan algo. [...] Lo que se disputan, no lo dicen muy claramente, pues en tanto que unos bajo el tema lucha de clases (los socialistas) entienden la conquista del poder político y toma de posesión de los útiles de trabajo, que hoy están en manos de la burguesía, por los obreros, otros dicen que la lucha de clases tiene por objeto, por fin, la destrucción del régimen social, por constituir en su lugar una nueva sociedad que satisfaga las necesidades de todos los hombres, de cualquier orden que ellas sean¹⁷.

Em sua concepção marxista, a luta de classes “tiende a que una clase sustituya a la otra” na estrutura de dominação, algo que para Gilimón seria incompatível com o anarquismo. Contudo, ele aceitava a luta de classes em sua concepção mais ampla, mas considerava que seria mais correto falar em “lucha contra un régimen”¹⁸. No mesmo sentido, Máximo Aracemi afirmou que se “la acción del anarquismo se dirigiera unicamente contra la clase burguesa, es evidente que el concepto ‘lucha de clases’ sería el que más fielmente sintetizaría su carácter”, contudo, “la acción del anarquismo no tiende solo a eliminar la clase burguesa, sino que tiende también a eliminar el Estado y todas las instituciones sociales basadas en el principio de autoridad”, motivo pelo qual “resulta claro que el concepto lucha de clases no sintetiza completamente el carácter de su acción, *sino solo una parte*”¹⁹. O conceito de “luta social” parecia mais apropriado para esses militantes, uma vez que poderia abrigar não só a luta dos trabalhadores contra a burguesia, mas também a luta contra o Estado, a igreja e o militarismo²⁰, enquanto o conceito de luta de classes, como mencionado, parecia demasiadamente economicista. De acordo com Gilimón, a luta de classes “se caracteriza por una tendencia exclusiva a disminuir la parte del producto del trabajo que retienen los patrones, o sea a lo

16 “A los partidarios de la acción... mejorista”, **La Protesta**, 26 de março de 1909, p. 1.

17 “Lucha de clases”, **La Protesta**, 12 de fevereiro de 1907, p. 1. Grifos no original.

18 *Ibid.*

19 “Una concepción sintética”, **La Protesta**, 26 de julho de 1908, p. 1. Grifos no original.

20 Como afirmou Gilimón, “nosotros al hablar de lucha de clases, hemos dicho que es una lucha social”, que se dirige contra “la organización social que es en la que reside la causa de todas las miserias, opresiones y sufrimientos”. Ver: “Lo que se debate”, **La Protesta**, 22 de agosto de 1908, p. 1.

que corrientemente se llama conquista de mejoras”, e “en cuanto tiene un fin exclusivamente económico es incompleta”²¹. Era preciso “acompañar la propaganda contra la propiedad privada con la propaganda contra la autoridad, contra el gobierno, contra la ley, contra el Estado en una palabra”²². Como afirmou Gonzalo Zaragoza,

[...] la lucha de clases es una manifestación más del enfrentamiento entre oprimidos y opresores, entre la Autoridad y la Propiedad, por un lado, y los explotados, por otro, dicotomía básica que oponen a la polarización socialista burguesía-proletariado. [...] los anarquistas consideran una triple dicotomía: gobernantes-gobernados, ricos-pobres, explotadores-explotados (ZARAGOZA, 1996, p. 268).

Contudo, se a luta de classes foi rejeitada como conceito, por uma parcela dos anarquistas argentinos, ou então aceita apenas como parte de uma luta social mais ampla, o fato é que eles reconheciam a existência de desigualdades na sociedade atual, dividida entre opressores e oprimidos e não negaram a existência de classes sociais. Parece-nos que muitas dessas objeções feitas ao uso do termo “luta de classes” constituíram uma tentativa dos anarquistas mais doutrinários de se diferenciar dos sindicalistas revolucionários que, como veremos mais adiante, adotavam um discurso obreirista que sustentava a centralidade da luta de classes e da oposição entre burguesia e proletariado. Gilimón foi um crítico das concepções obreiristas que, em geral, consideravam o proletariado como o único agente da revolução social, e se contrapunha a elas atentando para a diversidade de opiniões e interesses existentes no interior de uma mesma classe social: “[...] si bien entre los que luchan en contra del régimen social presente están en mayoría los obreros, no es muy pequeña la cantidad de obreros manuales que defiende el sistema político-económico de hoy”. Muitas vezes, estas diferenças poderiam gerar atritos no interior de uma mesma classe social, como em um conflito entre grevistas e fura-greves, por exemplo. Por trás da crítica ao obreirismo há também uma defesa ativa do papel dos intelectuais no movimento revolucionário:

[...] el bando rebelde tiene en primera fila a hombres que no son obreros manuales y sin exageración puede decirse que ellos son los gestadores de la rebelión, los que han dado forma a la lucha, los que la orientan y quienes han hecho la crítica de la sociedad en que vivimos, puesto de manifiesto sus defectos y deducido consecuencias que son la base de la sociedad del porvenir²³.

21 “Sobre lucha de clases”, **Suplemento de La Protesta**, julho de 1908, p. 64-67.

22 “Por que”, **La Protesta**, 25 de julho de 1908, p. 1.

23 “Lucha de clases”, **La Protesta**, 12 de fevereiro de 1907, p. 1.

Nessa perspectiva, os intelectuais deveriam ser os responsáveis por orientar a luta revolucionária levada a cabo pelas classes oprimidas. Como afirmou Antonio Loredó, “las ideas no caminan solas” e “precisan que los hombres las hagan marchar y para esto se precisan unos que propaguen y otros que accionen, unos que luchan con la pluma y otros con la piqueta de la revolución”²⁴. De acordo com Candelario Olivera, os intelectuais também estariam interessados em uma transformação social, pois eram “tan victimas del orden actual y tan compañeros como el obrero que realiza los trabajos más toscos y rudos; puesto que ellos no pueden ser felices [...] en una sociedad en que reine la división de clases y la injusticia”. Segundo ele, se os operários ganharam consciência “de que somos víctimas de la explotación capitalista, de la tiranía gubernamental y del engaño religioso, no es por el solo hecho de sufrir las consecuencias inmediatas de esos gravámenes oprobiosos”, mas também “porque hombres más inteligentes que nosotros, nos han señalado las causas de nuestros males”²⁵. Para Gilimón, o discurso obreirista da luta de classes “lleva en si el germen de la antipatía hacia la clase intelectual, hacia el obrero de las profesiones liberales, o que es absurdo y perjudicial hasta para los mismos trabajadores”²⁶. Os intelectuais e profissionais liberais deveriam ser vistos como potenciais aliados da classe trabalhadora. Como afirmou Santiago Locascio, “todos los hombres predispuestos a la acción, sin distinción de clases”²⁷ deveriam se empenhar na luta social. Estas afirmações se contrapunham às formulações sindicalistas de que todo e qualquer elemento estranho ao proletariado deveria ser aliado da luta revolucionária, mas é importante notar que esse grupo de militantes intelectuais e doutrinários não desprezava o papel fundamental exercido pelos trabalhadores na luta social. Luis Ortega, por exemplo, sustentou que “los más directamente interesados en la transformación de la sociedad capitalista son los trabajadores”²⁸; no mesmo sentido, Gilimón afirmou que a propaganda anarquista deveria ser dirigida especialmente aos operários,

[...] porque es sobre quienes en primer término pesan todos los males e injusticias de la sociedad actual [...] teniendo en cuenta además que por su condición están más determinados que los no obreros para comprendernos, evolucionar y accionar²⁹.

24 “La fuerza de la organización obrera III”, **La Protesta**, 23 de janeiro de 1909, p. 1.

25 “Músculo y cerebro”, **La Protesta**, 19 de junho de 1907, p. 1.

26 “Sobre lucha de clases”, **Suplemento de La Protesta**, julho de 1907, p. 64-67.

27 “La organización obrera”, **La Protesta**, 6 de março de 1912, p. 3.

28 “Un concurso indispensable”, **La Protesta**, 18 de agosto de 1909, p. 1.

29 “De la propaganda”, **La Protesta**, 7 de março de 1909 p. 1

Apesar das objeções dos militantes mais doutrinários, muitos anarquistas adotaram a expressão “luta de classes” em seu discurso. Gabriel Biagiotti, por exemplo, considerava a discussão sobre o termo inócua, uma vez que aqueles que preferiam falar em “luta social” convergiam com os que falavam em “luta de classes” a respeito da necessidade da revolução social. Biagiotti, aliás, concebia a luta de classes de uma forma não muito diferente daqueles que a concebiam como “luta social”:

Yo acepto la lucha de clases y entiendo la lucha de clases en esta forma. La humanidad dividida en dos clases, una de oprimidos y otra de opresores y que los oprimidos pugnemos en abierta lucha contra tiranos y opresores; con el fin y propósito de transformar radicalmente la actual sociedad pro otra más igualitaria y equitativa, sin oprimidos ni opresores³⁰.

Em geral, podemos afirmar que os anarquistas que adotaram o termo “luta de classes” estavam mais associados à militância sindical, espaço onde um discurso que antagonizava de maneira mais clara a burguesia e o proletariado encontrava maior receptividade. Como afirmou Augusto Pellegrini, para conquistar “el más fácil logro de nuestras aspiraciones igualitarias”, os anarquistas deveriam “fomentar la lucha de clases, dar a la organización proletaria el valor real que tiene, creando entre los productores la solidaridad de tales frente a la unión de la burguesía”³¹. Assim, a centralidade da organização operária e do proletariado enquanto sujeito revolucionário foram enfatizadas. Emilio Basterica, por exemplo, afirmava que o sindicato era “el cuartel general de la revolución de los trabajadores”³², e sustentava que a emancipação da classe trabalhadora levaria à libertação da humanidade como um todo. Em sua luta pela emancipação,

[...] los trabajadores, seres relegados hasta hoy al olvido, triunfarán, no para crear una opresión nueva, en sustitución de la vieja, sino para darle a cada cual lo que le pertenece, de acuerdo con los principios más elementales de la libertad, la justicia y la igualdad³³.

Os anarquistas que sustentaram a centralidade da luta de classes, em geral, acreditavam que a organização operária deveria ser assentada em uma base exclusivamente econômica, para “conglomerar a todos los que actúan en la vida como obreros para enderezar una acción potente y fructífera contra el Capital y el Estado”³⁴, nas palavras de Senra Pacheco. Para Pedro Casas, os

30 “Desde mi observatorio”, **La Protesta**, 21 de agosto de 1908, p. 1.

31 “Lucha de clases”, **La Protesta**, 14 de março de 1915, p. 6-7.

32 “Lucha de clases”, **La Protesta**, 3 de março de 1908, p. 1.

33 “Emancipación obrera”, **La Protesta**, 12 de março de 1908, p. 1-2.

34 “La lucha por la emancipación económica”, **Ideas y Figuras**, 1 de maio de 1915, p. 12.

sindicatos deveriam agregar indivíduos “unidos por una misma necesidad económica” e não poderiam ser confundidos com os grupos anarquistas que congregavam indivíduos “unidos por afinidades ideológicas, aún cuando existan diferencia en las condiciones económicas de cada uno”³⁵. Nesse sentido, defendiam a autonomia sindical e a unidade do movimento operário. Contudo, cabe dizer que os anarquistas que adotaram a retórica da luta de classes jamais a conceberam de uma maneira economicista. Francisco García, por exemplo, afirmava que “la lucha de clases debe ser complementada con una educación ‘integral’ de los factores económicos, políticos y sociales”³⁶. Assim, mesmo que a organização operária não estabelecesse um vínculo ideológico e programático com o anarquismo, os militantes anarquistas deveriam propagar os ideais libertários entre os trabalhadores, através da imprensa, da literatura, das conferências e dos centros de estudos sociais, por exemplo.

Em resumo, podemos notar a existência de duas posições distintas. Uma delas era sustentada por intelectuais doutrinários, que buscavam diferenciar o anarquismo do sindicalismo revolucionário e tendiam a rechaçar o conceito de luta de classes por sua origem marxista ou pelo seu caráter economicista. Afirmavam que os anarquistas não deveriam atuar apenas no campo econômico, mobilizando sua ação contra outros tipos de dominação. E embora admitissem que o anarquismo devesse ser propagado sobretudo entre os operários, por serem eles os mais explorados pelo sistema estatista e capitalista, os intelectuais e profissionais liberais também poderiam e deveriam tomar parte na luta social, que abrange não só a luta econômica, mas também a luta contra outros pilares da sociedade atual, como o Estado, a igreja e o militarismo. Já os anarquistas que mobilizaram o conceito de luta de classes em seus discursos eram militantes mais ligados ao meio operário, concebiam a classe trabalhadora como o principal sujeito revolucionário e se mostravam mais dispostos a colaborar com os sindicalistas revolucionários, acreditando que o mais importante era fomentar a solidariedade entre os trabalhadores, unindo-os a partir de seus interesses comuns para acumular forças e então destruir os fundamentos da sociedade atual. Contudo, cabe ressaltar que os anarquistas em geral entendiam que as classes sociais eram definidas pelas relações de dominação entre os indivíduos e não necessariamente pela posição dos indivíduos nas relações de produção. Por isso, o discurso anarquista tendia a privilegiar uma oposição entre opressores e oprimidos, explorados e exploradores, dominantes e dominados, etc. Mesmo os anarquistas que adotavam o conceito de luta de classes em um sentido mais estrito buscaram demonstrar a relação interdependente entre Estado e capitalismo:

35 “El IX Congreso de la F. O. R. A. Nuestra opinión”, **Ideas y Figuras**, 1 de maio de 1915, p. 10.

36 “El VIII Congreso de la F. O. R. A.”, **La Protesta**, 16 de março de 1915, p. 2.

En todos los conflictos entre el capital y el trabajo la autoridad tercia en favor de aquél, apoyada en las leyes dictadas especialmente para ese fin. La lucha obrera, por lo tanto, tiene que ir no solo contra el patronato, sino contra la autoridad, contra el Estado³⁷.

Ou nas palavras de um militante que assina como “L’Alleanna”, “la abolición de la esclavitud bajo todas sus formas, no es concebible sin la supresión contemporánea del dominio político y económico, de la propiedad privada y de la autoridad”³⁸. A libertação da humanidade passava necessariamente pela abolição da propriedade privada e pela destruição do Estado, o que só poderia ser alcançado por meio da organização dos trabalhadores.

2.2 AÇÃO E ORGANIZAÇÃO SINDICAL

Historicamente, os anarquistas sustentaram a necessidade de que houvesse uma coerência entre meios e fins. Um fim libertário não pode ser alcançado através de um meio autoritário. Para destruir o capitalismo e o Estado, as táticas e estratégias utilizadas não devem levar em conta a ocupação de posições dominantes dentro de organismos econômicos capitalistas nem a conquista do poder estatal. Como bem resumido por Malatesta,

[...] não basta desejar uma coisa: se se quer obtê-la, é preciso, sem dúvida, empregar os meios adaptados à sua realização. E esses meios não são arbitrários: derivam necessariamente dos fins a que nos propomos e das circunstâncias nas quais lutamos. Enganando-nos na escolha dos meios, não alcançamos o objetivo contemplado, ao contrário, afastamo-nos dele rumo a realidades frequentemente opostas, e que são a consequência natural e necessária aos métodos que empregamos. Quem se põe a caminho e se engana de estrada, não vai aonde quer, mas aonde o conduz o caminho tomado (MALATESTA, 2008, p. 65).

A ação direta foi entendida pelos anarquistas como o meio mais adequado para se chegar ao fim desejado, pois “implica a priorização da prática política das classes dominadas fora do Estado e, em grande medida, contra ele” (CORRÊA, 2015, p. 173). Porém, houve debates sobre quais seriam as táticas e formas de ação mais eficientes. Os anarquistas deveriam se organizar e atuar nas lutas sociais? Deveriam se mobilizar por reformas e ganhos de curto prazo? Qual era o momento e o contexto adequado para a utilização da violência? Estas são questões que sempre dividiram os anarquistas e, com base nas posições tomadas nesses debates, os historiadores Lucien van der Walt

37 “¡A luchar!”, **La Protesta**, 9 de janeiro de 1912, p. 1.

38 “Privilegio económico y político”, **La Protesta**, 30 de outubro de 1909, p. 1.

e Michael Schmidt identificaram duas correntes distintas no interior do anarquismo: o anarquismo insurrecionário e o anarquismo de massas.

Para os insurrecionários, “as reformas são ilusórias” e “os movimentos de massa organizados são incompatíveis com o anarquismo”; a atuação dos anarquistas deve se limitar à propaganda oral e escrita e às ações violentas contra o Estado e as instituições burguesas, de modo a “despertar uma revolta espontânea revolucionária” (VAN DER WALT; SCHMIDT, 2009, p. 123). Os insurrecionários são, portanto, contrários ao sindicalismo, “considerado um movimento que tende à burocratização e à busca exclusiva dos ganhos de curto prazo” e que constitui “um perigo ao anarquismo, que é [...] essencialmente revolucionário” (CORRÊA, 2015, p. 244), enquanto as lutas reivindicativas serviriam somente para fortalecer o status quo. No contexto argentino, o uso do termo “antiorganizador” foi mais comum para denominar os militantes que sustentavam tais posições. Como vimos no capítulo anterior, os antiorganizadores chegaram a ser predominantes no meio anarquista argentino durante um curto período de tempo.

Já o anarquismo de massas, de acordo com van der Walt e Schmidt,

[...] enfatiza a visão de que somente os movimentos de massa podem criar uma transformação revolucionária na sociedade, que tais movimentos são normalmente construídos por meio de lutas em torno de questões imediatas e de reformas (em torno de salários, brutalidade policial ou altos preços etc.), e que os anarquistas devem participar desses movimentos para radicalizá-los e transformá-los em alavancas para a transformação revolucionária. (VAN DER WALT; SCHMIDT, 2009, p. 124)

O anarquismo de massas, também chamado de anarquismo social, defende a organização e entende que a transformação social “só pode se dar pelo protagonismo dos movimentos populares, sejam eles construídos nos locais de trabalho [...] e/ou nas comunidades”, aceitando a luta por reformas e conquistas de curto prazo, “desde que sejam conquistadas pelos próprios movimentos populares e não vindas ‘de cima’ como obra dos capitalistas ou dos governos” (CORRÊA, 2015, p. 246). Na Argentina, os anarquistas que defenderam tais posturas eram chamados de “organizadores” e, como visto anteriormente, desde 1896 passaram a ser predominantes no meio libertário local. Os anarquistas organizadores dedicaram uma atenção especial à ação sindical. Com o aumento das agitações grevistas e o crescimento da conflitividade social, a organização operária passou a ser entendida como uma realidade incontornável. Nas palavras de Gilimón,

Ni podemos negar la utilidad de la organización gremial y de la lucha económica, ni aunque pudiéramos lo haríamos, porque ella es algo fatal, algo imposible de impedir. El asalariado

siempre luchará contra el patrón y buscará la cooperación de sus compañeros de tarea para esa lucha, por cuanto raras veces puede por sí solo imponerse, vencer al explotador, con cuanto mayor motivo cuanto la rebeldía individual es hija del temperamento más aún que de las convicciones de las ideas, de las mismas necesidades por premiosas que sean³⁹.

A ação sindical era vista como fundamental para consolidar a consciência de classe e a solidariedade entre os trabalhadores. Uma vez organizado na sociedade de resistência de seu ofício e tomando parte na luta econômica, o trabalhador “se capacita para el conocimiento de sus derechos, y, rompiendo con las vallas que le ligan a la esclavitud capitalista, es para sí y para los demás un punto de conciencia del organismo de clase”⁴⁰.

2.2.1 A luta reivindicativa

Naturalmente, a aceitação da luta reivindicativa era um passo necessário para o desenvolvimento da atividade sindical. Já no I Congresso da FOA, em 1901, foi aprovada uma resolução que declarava ser necessário realizar uma enérgica agitação para exigir determinadas reivindicações, como a responsabilização dos patrões pelos acidentes de trabalho, a proibição do trabalho feminino em casos de risco à maternidade e a proibição do trabalho infantil. Reformas como a redução das jornadas de trabalho, igualdade salarial entre homens e mulheres, abolição do trabalho noturno e aumentos salariais também foram sucessivamente debatidas e aprovadas nos congressos da Federação. Porém, cabe ressaltar que os anarquistas concebiam a luta por reformas parciais como parte de uma luta mais ampla, que visava a destruição do Estado e da sociedade capitalista. De acordo com Bilsky,

[...] para llegar a ese fin es necesario poner en movimiento a masas cada vez mayores de individuos, que partiendo de luchas parciales, verán potenciada su capacidad de acción, su comprensión de la realidad social, tendiendo a generalizar de más en más sus movimientos de fuerza, hasta alcanzar el punto crítico, es decir, el derrumbe de la sociedad de clases (BILSKY, 1985b, p. 112-113).

Assim, as lutas reivindicativas foram estimuladas pelos anarquistas, sendo entendidas como parte de um processo mais amplo que capacitaria os trabalhadores para a revolução social. Como afirmou Joaquín Hucha,

³⁹ “Organización”, **La Protesta**, 19 de janeiro de 1907, p. 1.

⁴⁰ “Lucha económica”, **La Protesta**, 27 de maio de 1906, p. 1.

[...] para la conquista de nuestros derechos es indispensable asociarse unos con otros en corporaciones de resistencia a fin de poner freno a la explotación capitalista, arrancando mejoras en las condiciones de trabajo, empleando la acción en el campo económico, templando nuestras energías para la revolución futura que derribará el actual orden de cosas⁴¹.

Blas Barri, ao sustentar a necessidade da luta reivindicativa, afirmou que ela “eleva el nivel intelectual del trabajador manual y es en muchos casos el único medio apto para hacerles abrir los ojos, para inducirlos a pensar”:

Muchos son tan estúpidos que hasta creen que sin el patrón que les hace el señalado servicio de explotarlos se morirían de hambre. Pero dígasele que el patrón bien podría pagarlos algo más ya que gana mucho, pregúntesele si no les gustaría trabajar una hora menos ganando lo mismo, si no les gustaría que fueran abolidos ciertos artículos del reglamento interno del taller, por ejemplo, los relativos a las multas y a la entrada y salida: y ya será otra cosa. [...] solo así tocándolos en donde más les duele, se consigue hacerse escuchar de esos individuos que no tienen corazón ni cerebro, de esos hombres estómagos⁴².

Uma vez iniciada a luta, o trabalhador passa a perceber que os fundamentos da sociedade estatista e capitalista estão voltados contra si:

El cura los exhorta a resignarse en nombre de Dios y vende los secretos que las mujeres les confían, el diario patriotero los exhorta a desistir en nombre de la patria, la policía, detiene o apalea: todos están contra el obrero que se ha rebelado aunque solo sea cruzándose de brazos⁴³.

Ao se unir com outros trabalhadores por uma determinada reivindicação, o operário se “asocia en un común anhelo y en una acción común contra los enemigos comunes, despertando en ellos el sublime y salvador sentimiento de solidaridad”. Uma vez organizados para lutar por seus direitos, os trabalhadores estariam “más propensos por su relativa preparación a aceptar nuestras ideas”⁴⁴.

Mesmo assim, alguns anarquistas continuavam considerando as reformas parciais como ilusórias. Pierre Quiroule, por exemplo, afirmava que “es imposible la emancipación del proletariado por medio de las reformas económicas”. Para ele, a conquista do “bienestar común, aspiración de todos los que sufren” passava necessariamente pela “transformación radical y

41 “Asociémosnos”, **La Protesta**, 18 de abril de 1906, p. 2.

42 “Necesidad de la lucha por las mejoras III”, **La Protesta**, 4 de setembro de 1913, p. 3.

43 *Ibid.*

44 *Ibid.*

completa de la sociedad actual”. Um argumento geralmente utilizado por impossibilistas como Quiroule é o de que qualquer reforma conquistada pelos trabalhadores poderia facilmente ser anulada pelos patrões através de um aumento do custo de vida. Para ele, “en la sociedad actual la población obrera está fatalmente condenada a una vida precaria y de privaciones por la imposibilidad absoluta de poderla mejorar con aumentos de salarios”⁴⁵. Contudo, esta lógica foi contestada por outros anarquistas. A própria redação de *La Protesta* tratou de responder Quiroule, afirmando que “ciertas mejoras no son ilusorias puesto que indudablemente es preferible trabajar ocho horas que diez”, e ainda:

[...] los obreros que consiguen un aumento en sus salarios, lo disfrutan, efectivamente, a expensas de la ganancia del patrón, quien para eludir es disminución en sus utilidades, no tiene más remedio que, o mejorar sus maquinarias, con lo que deja en la calle a varios obreros y puede competir con los industriales que siguen teniendo una barata mano de obra, o tiene que preparar lo que podríamos llamar una contrahuelga para arrancar a los trabajadores la mejora que conquistaron⁴⁶.

Em outro momento, Blas Barri também tratou de desmistificar a lógica impossibilista, que lhe parecia bastante equivocada:

Algunos dicen [...] que de nada vale conseguir un aumento de salario porque los patrones aumentan enseguida los precios de los artículos, de modo que al fin tan insuficiente resulta para el obrero el salario bajo de antaño como el elevado de gaño. Pero no es cierto. Si así fuera no habría más huelgas que las que les convinieran a los patrones, porque las demás ellos evitarían siempre que quisieran. ¿Los obreros piden aumento de jornal? Pues, concedido: se aumenta el precio del artículo y asunto acabado. ¿Piden que la jornada sea más corta? Pues, concedido: con aumentar el precio del artículo, todo arreglado⁴⁷.

Segundo Barri, “la mayor parte de las veces los patrones niegan las mejoras que se les exige porque resultan contrarias a sus intereses”. Embora considerasse que “la lucha por el centavo más o el minuto menos” não devesse ser “la única preocupación del obrero consciente”⁴⁸, também afirmou que se o operário não lutasse para melhorar suas condições de vida, sua existência se tornaria cada vez mais precária. Como afirmou Manuel Lourido, as reformas “no son en realidad un triunfo terrible sobre el capital pero son sin embargo muchas veces de buenos resultados para los trabajadores”:

45 “Carta abierta: Sobre la imposibilidad de las mejoras”, *La Protesta*, 10 de abril de 1908, p. 1.

46 “De redacción”, *La Protesta*, 11 de abril de 1908, p. 1.

47 “Necesidad de la lucha por las mejoras”, *La Protesta*, 2 de setembro de 1913, p. 4.

48 *Ibid.*

[...] a mi nadie puede convencerme que me cansé más trabajando 8 horas que 10, ni que hago más desgastes físicos cargando bolsas de 70 kilos que cargándolas de 100, y así sucesivamente en todos los trabajos, una hora menos de trabajo es para mí un descanso positivo; y bien, para conseguir estas mejoras no puede prescindirse de la organización gremial⁴⁹.

Ainda segundo Lourido, era preciso reconhecer que “la asociación gremial es necesaria tanto para la propaganda del ideal anárquico como para mejorar las condiciones económicas”. Para ele, organizar “a los trabajadores en sociedades de resistencia es empezar a hacer rebeldes, demostrándoles en las reuniones como en manifiestos que el capitalista es un usurpador del trabajo que nosotros hacemos”:

La organización es la escuela de capacitación para el futuro, siempre que nosotros sepamos aprovechar las oportunidades que se nos presentan y no se me negará que en las sociedades gremiales se presentan todos los días oportunidades. Como ser asambleas, manifiestos y periódicos se puede hacer netamente propaganda anárquica, no solamente se hace propaganda desde la tribuna, no hace falta ser un orador para convencer, basta para esto entablar discusiones familiares, o amistosamente entre compañeros que darán por resultado que muchos se acerquen, a escuchar unos, y a tomar parte otros⁵⁰.

Da mesma forma, Ricardo Carrencá afirmou que a única maneira de instruir os trabalhadores era “por medio de la organización en gremios de oficios, y allí, por medio de la lectura y conferencia irle demostrando la necesidad de la expropiación para la conquista completa de la libertad humana”⁵¹. Assim, o sindicato era entendido como o melhor meio para propagar o anarquismo entre os trabalhadores. Antonio Loredo chegou a sustentar que “la vida de los ideales anarquistas dependen de la organización obrera”, e que a única forma de evitar “una desorientación de nuestros métodos de lucha y de nuestros conceptos filosóficos” sería “mantenerse latente el espíritu de combate entre los anarquistas y trabajadores”⁵². Afastado dos sindicatos, o anarquismo tenderia a perder sua influência entre a classe trabalhadora, como afirmou Máximo Aracemi: “[...] si nos falta el punto de apoyo de la acción económica de los trabajadores, nos quedamos en el vacío, convertidos en una escuela filosófica, más que en una tendencia social”⁵³. Contudo, os anarquistas deveriam orientar a ação e a organização operária em um sentido libertário e revolucionário.

49 “Labor que se impone”, **La Protesta**, 23 de julho de 1908, p. 1.

50 *Ibid.*

51 “Introducción y mejoras”, **La Protesta**, 23 de maio de 1908, p. 1-2.

52 “La fuerza de la organización obrera III”, **La Protesta**, 23 de janeiro de 1909, p. 1.

53 “La organización gremial”, **La Protesta**, 6 de novembro de 1908, p. 1.

2.2.2 Meios de luta

Para os anarquistas, os sindicatos deveriam preconizar as táticas de ação direta, como o boicote, a sabotagem e a greve. O boicote foi frequentemente utilizado contra empresas envolvidas em conflitos ou disputas trabalhistas. Um exemplo foi a campanha de boicote à cervejaria Quilmes, iniciada em 1904 após a demissão de alguns transportadores da empresa. *La Protesta* sustentou a campanha até fevereiro de 1907, quando a empresa cedeu e propôs um acordo para que os operários levantassem o boicote contra seus produtos. O acordo resultou na readmissão dos transportadores demitidos e no pagamento de uma quantia de cinco mil pesos para a sociedade de resistência dos condutores de carros⁵⁴. Já a sabotagem foi empregada em diversas circunstâncias, seja em conflitos de grande escala ou na resistência cotidiana dos trabalhadores contra a exploração⁵⁵. Gilimón a considerava um meio de luta eficaz e que não exigia maiores sacrifícios:

Hacer el trabajo defectuosa, lento, destruir parte de la labor ya efectuada, inutilizar herramientas, materias primas, maquinarias, son todas cosas sencillas, fácilmente hacederas, que no puede impedir la vigilancia más meticulosa, ni pueden causar perjuicio alguno a quienes la efectúen con solo que tengan un poco de cuidado, la reserva necesaria para que algún mal compañero no pueda poner sobre aviso al patrón. Cuando las huelgas fracasan, cuando la situación económica es desventajosa, para los movimientos de gremio, cuando la organización atraviesa un período de crisis semejante al actual, el sabotaje se impone, como una represalia y como un medio de conseguir lo que de otra manera no es posible alcanzar⁵⁶.

Mas a principal arma dos trabalhadores na luta econômica, de acordo com os anarquistas, era a greve, e sua importância foi sucessivamente reiterada nos congressos da FORA e nas páginas da imprensa libertária. As greves eram encaradas como verdadeiros “exercícios revolucionários”, e a função pedagógica dos movimentos grevistas foi destacada pelos militantes do anarquismo. Para Gilimón, “las huelgas al sacar a los obreros de los talleres, hogares y sitios de esparcimiento, los congrega durante días y días en los locales gremiales y les hace pensar sobre su situación y les proporciona el medio de escuchar al propagandista y de leer el periódico de ideas”. Durante uma

54 “El boicot de la cerveza Quilmes: El triunfo y el arreglo”, **La Protesta**, 15 de fevereiro de 1907, p. 1.

55 James C. Scott (2011) observa que a resistência das classes dominadas não se manifestou apenas em confrontações públicas abertas, mas também se materializou em pequenos atos de resistência cotidiana, buscando “mitigar ou rejeitar demandas feitas pelas classes superiores ou [...] levar adiante reivindicações com relação a tais classes”. Por diversos motivos, essas formas de resistência nem sempre foram bem documentadas: “Só raramente os perpetradores desses pequenos atos buscam chamar a atenção sobre si mesmos. Sua segurança repousa no anonimato. Também é extremamente raro que as autoridades estatais queiram dar publicidade à insubordinação. [...] A natureza dos atos em si e o mutismo dos antagonistas conspira, desse modo, para criar uma espécie de silêncio de cumplicidade que faz com que as formas cotidianas de resistência não apareçam nos registros históricos” (SCOTT, 2011, p. 223-227).

56 “La práctica del sabotaje”, **La Protesta**, 15 de janeiro de 1909, p. 1.

greve, os operários se reúnem e “sienten surgir el espíritu de solidaridad y crecer el ansia de mejoramiento y libertad que es, puede decirse, innato en el hombre”⁵⁷. No mesmo sentido, José Maceira afirmava que as greves deveriam servir para “desarrollar en los obreros el espíritu de lucha y el espíritu de rebeldía, para que cuando tengan que emprender el verdadero camino estén preparados para seguirlo sin desmayar”⁵⁸.

A retórica anarquista tendia a estimular greves mais violentas. Gilimón chegou a afirmar que o uso da violência era determinante para o sucesso de uma greve: “Una huelga declarada en ocasión oportuna, necesariamente debe triunfar si los huelguistas emplean un poco de energía, si recurren a la violencia”. E mesmo que a ação violenta não garantisse uma vitória para os trabalhadores, “tiene ella la virtud de hacer que terminen prontamente los paros, evitando las defecciones vergonzosas de los huelguistas, los largos días de miseria que enervan, desmoralizan, desalientan”:

[...] ante todo y sobre todo las huelgas deben ser de duración corta, deben solucionarse en uno u otro sentido, pronta, rápidamente. Y de haber derrota, más vale, que ella se produzca a consecuencia de un lucha activa y enérgica, que no por desaliento, por atonía, por la desanimación que originan los paros prolongados⁵⁹.

As posturas de Gilimón sobre o uso da violência e suas críticas em relação às greves pacíficas e de longa duração são bastante representativas e talvez possam ser generalizadas para o conjunto do anarquismo argentino. Basterrica, que era um desafeto de Gilimón e da redação de *La Protesta*, também sustentava a necessidade da violência nas lutas operárias:

Desde el momento que el derecho burgués, basado en el robo, la usurpación y la tiranía, se vale de todos los medios, fueran cuales fueren para asegurar su predominio como clase poseedora, la acción pacífica y colaborativa de clases en nuestra lucha reivindicatoria, es una infame traición a la emancipación obrera: la violencia es la que decide la contienda, ya sea en nuestro favor o en contra. [...] Nuestra acción de clase, con las huelgas, boicots, sabotaje, y los mil medios que empleamos en nuestra lucha, son las manifestaciones violentas de que nos valemos para apoderarnos de lo que nos han robado⁶⁰.

É importante destacar que ao contrário dos insurrecionários e antiorganizadores, os anarquistas organizadores não entendiam a violência como um “gatilho” capaz de estimular os operários a se envolverem na luta revolucionária. A violência deveria ser utilizada pelos operários organizados para potencializar suas forças nos conflitos entre capital e trabalho e encaminhar a luta

57 “La Federación”, *La Protesta*, 29 de outubro de 1909, p. 1.

58 “El verdadero camino”, *La Protesta*, 29 de dezembro de 1906, p. 1-2.

59 “La violencia en las huelgas”, *La Protesta*, 13 de janeiro de 1907, p. 1.

60 “Emancipación obrera”, *La Protesta*, 20 de março de 1908, p. 1.

para um resultado favorável. E através do acúmulo de forças e do uso da violência como suporte da ação sindical, os trabalhadores se preparavam para a greve geral revolucionária, que resultaria na “destrucción del régimen capitalista y político presente”. A greve geral foi concebida como “el arma revolucionaria por excelencia del anarquismo”, um ato insurrecionário que resultaria na expropriação do Estado e da burguesia. “Hasta ahora en la práctica, la huelga general no ha pasado de ser un paro, de ser una huelga más numerosa que las demás, pero sin otras diferencias apreciables”, reconhecia Gilimón. Mas os movimentos grevistas generalizados “han servido para estimular y poner en práctica la solidaridad”⁶¹, e tendiam a manifestar um caráter cada vez mais revolucionário:

Las huelgas fracasadas dejan un sedimento de odio, de disgusto por la propia impotencia y de anhelo de activar la propaganda educadora y revolucionaria para poder tomar la revancha. Las huelgas triunfantes confortan el espíritu, crean altiveces y nos muestran la superioridad que poseemos. [...] Cuantas más veces se ejercite, más práctica se adquirirá y más fácilmente podremos llegar a lo que debe ser el objetivo de todos los explotados y oprimidos y de los que tienen una concepción clara de lo que debe ser la sociedad humana⁶².

Lorenzo Mario afirmava que a greve geral “no es un simple paro del trabajo, como lo concibe la burguesía”, mas sim “una situación de violencia, una tentativa repetida muchas veces, de llegar a la revolución”. E sendo a greve geral “una tentativa de revolución social, los huelguistas deben obrar *como en la revolución social*”. O capitalismo e o Estado deveriam ser os alvos “de todos los ataques y tentativas de destrucción”⁶³. Da mesma forma, um editorial de *La Protesta* publicado durante a greve geral de janeiro de 1907 afirmava o seguinte:

Una huelga general, es un ensayo de revolución social, una huelga general significa la paralización de todos los resortes de la burguesía y un triunfo de los productores. Una huelga general es un paso hacia la anarquía. Por eso se impone la capacidad de todos obreros, el desarrollo de la propaganda de nuestros ideales para que así en un momento dado sin esperar la decisión de las asambleas, cada uno ocupe el lugar que le corresponde⁶⁴.

A importância da greve geral foi reiterada em praticamente todos os congressos da FORA, e sempre que possível, os anarquistas atuaram para generalizar as greves e imprimir um caráter revolucionário aos conflitos sociais. Mas isso não quer dizer que não souberam negociar com os

61 “Huelga general”, **La Protesta**, 23 de janeiro de 1907, p. 1.

62 “Otros aspectos del paro”, **La Protesta**, 14 de maio de 1909, p. 1.

63 “La acción en la huelga”, **La Protesta**, 26 de janeiro de 1907, p. 1-2.

64 “Huelga general”, **La Protesta**, 28 de janeiro de 1907, p. 1.

patrões e as autoridades para garantir conquistas mais imediatas para os trabalhadores: como veremos no próximo capítulo, a *Semana Roja* terminou com um acordo firmado entre as lideranças operárias e o presidente do Senado para atender as reivindicações do movimento.

2.2.3 A organização sindical

Da mesma forma que os anarquistas enfatizavam que a ação sindical deveria adotar meios de luta coerentes com seus fins, a organização operária em si também deveria estar fundamentada sobre princípios libertários. Gilimón considerava que os anarquistas deveriam “ir desterrando de las sociedades obreras [...] todo aquello que tenga parecido, que proceda de la organización social presente”, assim, “podrán las sociedades gremiales ser el fundamento de la sociedad futura y [...] los hombres agremiados podrán capacitarse para poder vivir sin amos, sin leyes, sin policías, ni gobiernos”⁶⁵. Esta era a concepção fundamental por trás do federalismo proposto pelos anarquistas, na medida em que permitia a criação de “organismos laxos, no ceñidos a reglamentos estrictos, donde cada una de las partes disponga de la libertad e independencia suficiente para resolver y organizarse diferentemente que el organismo centralizador” (BILSKY, 1985a, p. 78). Nesse sentido, o Pacto de Solidariedade da FORA é o exemplo mais bem acabado de uma proposta organizativa federalista tal como concebida pelos anarquistas. No capítulo anterior, mencionamos os elementos centrais do Pacto, mas dada a relevância deste documento, retomaremos a análise de alguns pontos importantes para a discussão.

O modelo organizativo estabelecido pelo Pacto de Solidariedade se constituía de baixo para cima, tendo como base as sociedades e federações de ofício, que deveriam formar as federações locais. Estas, por sua vez, constituiriam as federações comarcais e regionais:

1. Que los trabajadores de cada localidad, se organizarán en sociedades de resistencia y de oficio, constituyendo una sección de oficios varios para los que por un escaso número, no pueden constituir sección.
2. Que todas las sociedades de una misma localidad se organicen en Federación Local, con objeto de fomentar la propaganda y desarrollar la organización, dictaminando por medio del Consejo local, formado por los delegados de cada sociedad, respecto de todos los asuntos que interesan al trabajo;
3. Que las Federaciones Locales de cada provincia constituyan la Federación Comarcal y celebren sus congresos de la región y nombren el Consejo Comarcal que sea el intermediario entre las Federaciones Locales, desarrolle la propaganda, fomente la organización y comunique al Consejo Federal todo lo que se refiera al movimiento obrero, organización y aspiraciones;

⁶⁵ “El Congreso”, **La Protesta**, 28 de março de 1907, p. 1.

4. Que las Federaciones Locales y Comarcales constituyan la Federación Obrera Regional Argentina, la que celebrará sus Congresos Regionales en los que los delegados de las sociedades y federaciones resolverán todos los asuntos pertenecientes a la gran causa del trabajo y nombrarán el Consejo Federal, que es el centro de correspondencia de toda la República, el intermediario entre todas las sociedades y Federaciones, y la que sosteniendo continua y solidarias relaciones con todos los organismos obreros de este país puedan practicar la solidaridad con todos los trabajadores del mundo a fin de conseguir su completa emancipación social (SPALDING, 1970, p. 291).

Esta estrutura organizativa deveria garantir a mais ampla autonomia do indivíduo no sindicato, do sindicato na federação e da federação na confederação. Cada sociedade federada dispunha de autonomia para se autoadministrar “de la manera y forma que crean más conveniente, y tomarán y pondrán en práctica todos los acuerdos que consideren necesarios para conseguir el objeto que se propongan”. A delegação de autoridades é praticamente nula, estimulando a participação direta dos trabalhadores organizados em suas sociedades de resistência: “[...] cada sociedad tiene el derecho de iniciativa en el seno de su federación respectiva, todos y cada uno de sus socios tienen el deber moral de proponer lo que crean conveniente”. O Conselho Federal, como vimos anteriormente, era responsável apenas por articular as relações entre as federações locais e não exercia qualquer função executiva, seus membros “no ejercerán autoridad alguna y podrán ser sustituidos en todo tiempo por el voto de la mayoría de Sociedades Federadas” (SPALDING, 1970, p. 292-293).

As sociedades e federações de ofício, bases da organização operária, tendiam a adotar estruturas pouco hierarquizadas e bastante flexíveis. Tomamos como exemplo a *Federación Metalúrgica*, formada em 1905. De acordo com seus estatutos, suas seções se constituiriam de forma autônoma, “dándose cada una su régimen o reglamentación particular para su funcionamiento, en completa independencia y basada netamente en la lucha económica”, e seu Comitê Administrativo não contava com nenhum cargo executivo: “Los miembros del Comité de la Federación se distribuirán los cargos de común acuerdo, como ser: un secretario general, secretarios de actas, un Tesorero y un Contador; y los demás formarán parte en la comisión como vocales”⁶⁶. Muitas sociedades operárias sequer chegaram a adotar estatutos, considerados simples formalidades burocráticas. Inclusive, a abolição dos estatutos chegou a ser debatida no VI Congresso da FORA, em 1906, que deixou “amplia libertad a las agrupaciones o sociedades para que tengan o no estatutos, estos según el criterio de sus componentes”. (BILSKY, 1985b, p. 220). A existência de cargos remunerados nos sindicatos foi desencorajada, pois “dan lugar a que algún trabajador se

66 “Federación Metalúrgica: Proyecto de estatutos”, *La Protesta*, 26 de agosto de 1905, p. 2.

vuelva burócrata y conservador, preocupándole más la conservación de su empleo que el progreso del gremio”⁶⁷. O V Congresso da FORA resolveu que “no haya en el Consejo Federal puesto rentado alguno” (BILKSY, 1985b, p. 213), postura que de maneira geral foi seguida pelas sociedades e federações de ofício de orientação anarquista. As obras beneficentes, mutualistas ou cooperativas também foram combatidas, pois eram consideradas prejudiciais para a classe trabalhadora, uma vez que “la desvía del camino de su emancipación y la entretiene con engañosas esperanzas de mejoras que nunca podrá obtener dentro de la actual organización social”:

La mezquina lucha mercantilista que se establece en las asociaciones mutualistas absorbe a los mejores elementos entre los militantes del movimiento obrero que a ellas se dejan arrastrar, engríen a los asociados con los ilusorios beneficios prometidos y los obreros se quedan sin mejoras y pierden un tiempo precioso que podían haber aprovechado en la obra de propaganda y de educación revolucionaria que los capacitará para realizar la expropiación capitalista y transformar la organización social que hoy los esclaviza⁶⁸.

É muito possível que um número considerável de trabalhadores associados aos seus sindicatos de ofício também participassem de alguma sociedade mutualista. As sociedades mutualistas muitas vezes foram o único amparo de um trabalhador desempregado ou incapacitado em um período onde a seguridade social era praticamente inexistente. Mesmo assim, os anarquistas sustentavam que o “único camino que queda a los trabajadores es la organización sindical revolucionaria que los tornará aptos para tomar posesión de la tierra y de los instrumentos de trabajo, sin lo que nunca podrán considerarse emancipados del yugo capitalista”⁶⁹. A ação sindical deveria ser voltada exclusivamente para a resistência contra as autoridades e o capital.

De acordo com Bilsky, a constituição de organizações flexíveis e pouco hierarquizadas foi determinada pelas características particulares dos mundos do trabalho na Argentina do início do século XX, como a mobilidade da mão de obra, a presença de uma grande massa laboral sem qualificação ou emprego fixo e as ondas imigratórias, fatores que exerciam grande pressão sobre a organização dos trabalhadores:

Por un lado debe sobrepasar la tendencia a la concurrencia entre los trabajadores mismos, acrecentada por ese flujo inmigratorio, las oscilaciones del trabajo estacional y los mismos desplazamientos del trabajador, las sucesivas crisis económicas y, finalmente, la expectativa inicial de muchos de esos inmigrantes de progresar económica y socialmente, superando su condición de asalariado. Por el otro, enfrenta la represión creciente de la patronal y del estado, que atenta durante toda la primera década contra la organización sindical: sucesivos

67 “Los puestos rentados”, **La Protesta**, 6 de fevereiro de 1907, p. 1

68 “Organización sindical”, **La Protesta**, 1 de janeiro de 1912, p. 1.

69 *Ibid.*

estados de sitio, deportaciones y confinamientos, leyes represivas [...], listas negras, lock-out y sociedades amarillas (BILSKY, 1985b, p. 77).

Nesse contexto, a organização operária “no podía surgir [...] de otra manera que como nucleamientos minoritarios, donde se reuniesen obreros con un mayor nivel de conciencia y, [...] de espíritu sumamente voluntarista y dispuesto al sacrificio, inclusive de su personal”. As dimensões reduzidas dos sindicatos facilitavam a participação direta de seus associados, “los métodos asambleístas de funcionamiento, la casi nula delegación de poder y el contralor constante de los organismos directivos” (BILSKY, 1985b, p. 77-78). Mas se por um lado é correto afirmar que os sindicatos eram geralmente formados por minorias militantes, seria equivocado considerar que essas organizações eram pouco representativas e efêmeras. Na verdade, é difícil estimar uma taxa de sindicalização para os trabalhadores da época, dada a dispersão e heterogeneidade das fontes. Spalding afirma que “se puede calcular que ya en 1912 al redor de un 20 o 30 por ciento de la población obrera pertenecía o había pertenecido a alguna sociedad de resistencia, federación obrera, centro social, asociación de socorros mutuos o partido político obrero” (SPALDING, 1970, p. 51). Bilsky (1985b, p. 76) considera que tal afirmação seria válida somente para cidades como Buenos Aires e Rosario, onde a organização operária era mais forte. Na imprensa operária, porém, as reclamações sobre a baixa adesão dos trabalhadores aos seus sindicatos é constante, sobretudo nos períodos de crise organizativa. Contudo, a dedicação e o sacrifício pessoal dos militantes operários garantiu uma existência relativamente estável aos sindicatos daquele período e, em tempos de maior conflitividade social, a militância foi capaz de mobilizar uma parcela considerável de trabalhadores não associados. Dados fornecidos por Bilsky (1985b, p. 87) informam que em 1907 a média de grevistas por 10 mil habitantes foi de 321,10. Na Alemanha e na França, países com uma organização operária muito mais consolidada, a média para o mesmo ano foi de 28,71 e 37,7, respectivamente. Isso demonstra que apesar de suas organizações frouxas e pouco estruturadas, a militância operária argentina conseguiu alcançar um grande poder de mobilização. O sucesso das greves geralmente foi sucedido por um fortalecimento dos sindicatos e do número de trabalhadores associados. Por outro lado, a derrota de um movimento grevista poderia desarticular a organização. Outros fatores que incidiram negativamente sobre a organização sindical foram as crises econômicas, a repressão estatal e as disputas políticas e ideológicas no interior do próprio movimento operário.

2.2.4 Sindicato como meio ou como fim?

Parece-nos correto afirmar que os anarquistas entendiam que o sindicato fundamentado sobre bases libertárias poderia capacitar os trabalhadores para a revolução social. Contudo, qual deveria ser o papel do sindicato na organização da sociedade pós-revolucionária? Alguns militantes conceberam o sindicato como base da sociedade futura. Marcelo Vives, em um artigo escrito para a revista *Labor*, afirmou que a organização sindical constituía o embrião da sociedade futura,

[...] en que los productores, organizados, resolverán en el sindicato las mejores y más científicas formas de producir más y mejor en el menor tiempo posible y con un desgaste mínimo de energía productoras (MANULI, 2011, p. 95).

Para Francisco García, a estrutura federalista da FORA, que garantia a mais ampla liberdade de ação para os seus associados e sindicatos aderidos, “realiza dentro de las limitaciones propias del medio en que nos toca actuar, el principio de una sociedad anarquista en gestación”⁷⁰. Gilimón sustentou posições semelhantes até 1907, quando afirmava que o sindicato “encierra en si el germen de la futura sociedad de productores libres” e não deveria ser somente “un vehículo para la propaganda, sino un medio de combate, así como vemos en ella el basamento de la futura sociedad”⁷¹. Mais tarde, porém, sustentou o seguinte:

Sin ser adversarios de los actuales gremios, desearíamos que estos fueran reemplazados por los grupos gremiales, grupos de afinidad que al par que podrían luchar en el terreno económico federándose unos a otros y al mismo tiempo que extenderían su acción propagadora con más facilidad que las grandes asociaciones de suyo pesadas y propensas a que se entronice en ellas el autoritarismo de cualquier hábil parlanchín, adiestrarían mejor a los hombres a pensar y obrar con independencia, y serían un esbozo de la sociedad futura de hombres libres, asociados libremente y federados entre sí⁷².

Máximo Aracemi entendia que “una organización social sindicalista no puede ser anárquica en modo alguno”:

El sindicato tiene una comisión administrativa. Mañana esta comisión tendrá por la fuerza de las circunstancias y en virtud misma del sindicato en comisión directiva. Las confederaciones de sindicatos tienen un consejo federal. Este consejo federal es un esquema del parlamentarismo burgués. En suma; en lo referente a la autoridad, el

70 “Anarquismo y comunismo”, *Ideas y Figuras*, 1 de maio de 1915, p. 11-12.

71 “Organización y acción individual”, *La Protesta*, 3 de fevereiro de 1907, p. 1.

72 “Nuestros propósitos”, *La Protesta*, 11 de agosto de 1908, p. 1.

sindicalismo, como el socialismo, solo podrían eliminar el jefe de estado, el presidente o el rey, pero no el estado mismo⁷³.

De acordo com Aracemi, os anarquistas deveriam aceitar o sindicato como um meio, mas rechaçá-lo como um fim: “La producción, para que permita la anarquía, tiene que esperarse por grupos afines, sin ningún poder central. Estos grupos, se relacionan entre sí y se darán cada uno la norma de vida que les agrada”⁷⁴. As opiniões de Aracemi sobre o sindicalismo coincidem com aquelas sustentadas por Malatesta no Congresso de Amsterdã de 1907 e em momentos posteriores. Para o anarquista italiano, “o movimento operário não é mais do que um meio”, e os militantes libertários não deveriam “aceitar esse meio como um fim” nem perder de vista “o conjunto das concepções anarquistas” (MALATESTA, 1990, p. 204). Já em 1922, Malatesta demonstrou suas discordâncias em relação à ideia de que “a organização operária de hoje servirá de quadro à sociedade futura e facilitará a passagem do regime burguês para o regime igualitário”:

Os quadros das organizações operárias atuais correspondem às condições contemporâneas da vida econômica, resultante da evolução histórica da sociedade e da imposição do capitalismo. Mas a nova sociedade só pode ser feita destruindo os quadros e criando novos organismos correspondentes às novas condições e aos novos objetivos sociais (MALATESTA, 2008, p. 128).

Assim como Malatesta, os anarquistas argentinos buscaram estabelecer uma distinção entre a ação sindical e a doutrina sindicalista. A ação sindical foi entendida como uma reação natural dos trabalhadores à exploração capitalista e um meio de luta eficaz contra a burguesia. Mas existia também uma doutrina sindicalista que via na ação sindical um fim em si mesmo e que poderia conduzir naturalmente os trabalhadores à transformação total da sociedade. Aqui, é importante compreender que quando os anarquistas argentinos falavam em “sindicalismo”, poderiam estar se referindo tanto à ação sindical quanto ao sindicalismo como doutrina. E a doutrina sindicalista nada mais era do que o sindicalismo revolucionário que na Argentina se constituiu como uma corrente política autônoma em relação ao anarquismo, como veremos mais adiante. Como os sindicalistas também defendiam a ação direta e a greve geral revolucionária, os anarquistas precisaram marcar suas diferenças em relação ao sindicalismo revolucionário. Isso explica o motivo pelo qual muitos militantes libertários passaram a rejeitar a ideia do sindicato como base da sociedade futura e enfatizaram que o sindicalismo só poderia ser aceito como um meio. Como vimos, os anarquistas

73 “El sindicato”, **La Protesta**, 22 de setembro de 1908, p. 1.

74 *Ibid.*

entendiam que deveriam orientar a organização operária em um sentido revolucionário. Malatesta sustentava que os anarquistas deveriam atuar nos sindicatos “antes de mais nada para difundir o anarquismo entre os operários”, preparando “grupos capazes de assumir o controle da produção” e orientando-os “gradualmente para a revolução social, mesmo que ao fazê-lo, corram o risco de prejudicar as ‘vantagens imediatas’ que tanto parecem agradá-los”. Mas não admitia a constituição de sindicatos anarquistas, “o que resultaria imediatamente no aparecimento de sindicatos social-democratas, republicanos, monarquistas e muitos outros e acabaria por lançar mais do que nunca a classe operária contra si mesma”. Para ele, os sindicatos deveriam estar “abertos a todos os trabalhadores” e permanecer “absolutamente livres” (MALATESTA, 1990, p. 203-205). Nesse sentido, os anarquistas argentinos se distanciaram de Malatesta, sustentando que a organização operária deveria sim ter uma orientação ideológica bem definida.

2.3 A FINALIDADE DA ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA

Em maio de 1905, poucos meses antes da realização do V Congresso da FORA, *La Protesta* avaliou positivamente os resultados da propaganda anarquista realizada na Argentina até aquele momento, afirmando que seus frutos mais perceptíveis foram o desenvolvimento da consciência de classe e da solidariedade entre os trabalhadores: “Los trabajadores se reconocen como hermanos, están convencidos que su causa es común y se apoyan mutuamente con una decisión resuelta”. Contudo, era preciso ir além:

La unión es buena, inmejorable, pero por si sola no basta a llenar, a satisfacer la necesidad del proletariado. [...] La unión sin el espíritu de rebeldía, el animo de resistencia es ineficaz: figura en la forma pasiva de la lucha, forma poco adecuada para el triunfo y aún hasta para conseguir el simple respeto que las colectividades y los individuos merecen⁷⁵.

Era preciso direcionar a propaganda no sentido de “propagar la rebelión” e “enseñar a utilizar la enorme fuerza de la unión conseguida en plazo relativamente corto”⁷⁶, “hacer llegar a oídos de todos que es fácil la emancipación y necesitase poner al frente de todos la irrefragable verdad, que encierra nuestro método de lucha”⁷⁷. Cabe lembrar que até aquele momento os anarquistas evitaram dar um caráter explicitamente libertário à organização operária, mesmo após a saída dos socialistas da FORA. Mas conforme a organização sindical avançava e os anarquistas

⁷⁵ “La propaganda”, *La Protesta*, 19 de maio de 1905, p. 2.

⁷⁶ *Ibid.*

⁷⁷ “La acción obrera”, *La Protesta*, 31 de maio de 1905, p. 2.

consolidavam sua hegemonia no movimento operário, a tendência começou a se inverter. Após o IV Congresso da FORA, uma parcela importante da militância libertária passou a sustentar que a organização operária deveria se declarar abertamente anarquista. Francisco Corney, que então compunha o Conselho Federal da FORA, chegou a defender em *La Organización Obrera* “la necesidad de fortalecer las sociedades obreras pero sobre la base de la libertad y una propagandización y educación societaria, inspiradas en el anarco-comunismo” (BILSKY, 1985b, p. 121), para que “el obrero pueda conseguir aprender a poner en común sus diversos intereses; práctica ésta que, al llegar a la gran revolución, le facilitará los medios más breves y seguros para expropiar a la actual sociedad e implantar de hecho el comunismo” (OVED, 1978, p. 356). Era a primeira vez que um militante expunha de maneira mais sistemática a necessidade de vincular diretamente o sindicalismo ao anarquismo, “transformándose el primero ya no solo en objeto de preocupación política y organizativa para el segundo, sino que terminará por absorber a todo el movimiento anarquista”. No periódico da FORA, serão cada vez mais comuns artigos propondo “que se le conceda un mayor cariz ideológico a las asambleas gremiales, propagandizándose en ellas el anarquismo, transformándolas en un ámbito de discusión ideológica” (BILSKY, 1985, p. 121-123).

Recordamos que o processo de “anarquização” da FORA se intensificou com a radicalização das lutas operárias e o recrudescimento da repressão. De acordo com Bilsky (1985b, p. 122), o contexto favoreceu a adoção de posturas mais firmes no sentido de dar à organização operária uma orientação abertamente anarquista, já que a conflitividade social exaltava os ânimos militantes e contribuía para uma radicalização política. Em junho, quando a FORA iniciou os preparativos para o seu V Congresso, as tendências anarquizantes ganhavam cada vez mais força. No dia 20, *La Protesta* publicou uma circular do Conselho Federal, assinada por Francisco Jaquet, convocando as sociedades aderidas a enviarem seus delegados ao congresso. A circular solicitava que as organizações federadas sugerissem temas para discussão e opinassem em qual local o congresso deveria ser realizado, além de deixar claro “la tendencia de elaborar en el congreso una nueva orientación para la federación, basada en la enseñanza de las luchas libradas el año último” (OVED, 1978, p. 415):

La continua y activa lucha sostenida por los gremios durante el año transcurrido ha proporcionado útiles enseñanzas y hace necesaria una revisión de los acuerdos de anteriores congresos y de nuestra organización y orientación. Las persecuciones sufridas por la clase obrera imponen un estudio sereno de la lucha para la adopción de medidas tendientes a la defensa de los derechos proletarios. [...] La organización obrera, con su

amplio programa de transformación social, está sujeta a continua evolución. La obra de los Congresos obreros es precisamente la de recoger las enseñanzas de la experiencia, y guiados por un espíritu de progreso, abrir nuevos y amplios rumbos a las fuerzas obreras⁷⁸.

As temáticas propostas pelas sociedades federadas eram publicadas em *La Protesta*, suscitando debates. A intensa atividade sindical que precedeu o congresso chamou a atenção das autoridades e da burguesia, e a imprensa conservadora pedia abertamente para que o governo proibisse a celebração do congresso:

El sindicalismo gremial es esencialmente subversivo, sale por sus tendencias fuera de la ley suprema de la nación. Su existencia es inconstitucional. Cabe en las disposiciones penales respecto a las tentativas sediciosas, a los incitadores y a los delitos anexos. Por consiguiente hay que prohibir la reunión de congresos obreros, o por lo menos la discusión en ellos de cualquier tema que puede dejar un margen para ataques a la autoridad constituida⁷⁹.

La Protesta denunciava a ação repressiva das autoridades, que “se ha concentrado sobre todos aquellos que aparezcan sospechosos de contribuir a la celebración de la proyectada y ya inevitable asamblea de los delegados gremiales, cuya sociedad esté comitente a la F. O. R. A.”⁸⁰, e vários militantes foram presos. A intimidação policial fez com que alguns militantes cogitassem a realização do congresso em Montevideú⁸¹, possibilidade que foi rechaçada pelo Conselho Federal da FORA numa atitude desafiadora em relação às autoridades⁸². O congresso seria realizado em Buenos Aires, entre 26 e 30 de agosto. As ameaças e perseguições apenas fizeram crescer a tensão entre os militantes operários e “se multiplicaron los llamados desde las páginas de *La Protesta* a profundizar la definición ideológica anarquista” (OVIED, 1978, p. 416). Manuel Vázquez, por exemplo, afirmou que “nuestra organización es fundamentalmente tendenciosa y debemos esforzarnos porque los individuos que la representen, sea en el Consejo de la Federación o en las comisiones de las sociedades respondan a las tendencias que a nuestra organización informan⁸³. No mesmo sentido, Ángel Nóbile sustentou que o sindicalismo deveria ser “nutrido eficazmente por la fecundante savia de los grupos netamente anárquicos y conscientes de su misión”⁸⁴. E em 23 de agosto, poucos dias antes do V Congresso, *La Protesta* publicou uma moção enviada pela Federação Operária Local de Rosario (FOLR) recomendando a propagação do comunismo

78 “Federación Obrera Regional Argentina: V Congreso”, **La Protesta**, 20 de junho de 1905, p. 2.

79 “Hacia la represión”, **La Protesta**, 27 de julho de 1905, p. 1.

80 “Dictados del miedo”, **La Protesta**, 28 de julho de 1905, p. 1.

81 “El congreso de la F. O. R. A. – Una opinión”, **La Protesta**, 28 de julho de 1905, p. 2.

82 “El congreso obrero”, **La Protesta**, 3 de agosto de 1905, p. 1.

83 “La Federación Obrera Regional y la ley de residencia”, **La Protesta**, 19 de julho de 1905, p. 2.

84 “La Federación Obrera Regional y la ley de residencia”, **La Protesta**, 2 de agosto de 1905, p. 2.

anárquico como base da organização operária e propondo uma discussão ideológica que já era impossível de ser evitada⁸⁵.

A moção da FOLR recebeu o apoio dos padeiros de Lincoln e da Federação Operária Regional Uruguiaia (FORU), que enviou representantes para o V Congresso da FORA⁸⁶, e foi debatida com outros dois temas: “Estudiar los medios que deben emplear los obreros dentro de las sociedades de resistencia para que estas no se detengan ante la conquista ante la conquista de las 8 horas” e “De qué medios debe valerse el obrero para conquistar su completa emancipación”⁸⁷. Após discussão, o congresso votou e aprovou a seguinte resolução:

El V Congreso Obrero Regional Argentino, consecuente con los principios filosóficos que han dado razón de ser a las organizaciones de federaciones obreras, declara: *Que aprueba y recomienda a todos sus adherentes la propaganda e ilustración más amplia, con el sentido de inculcar en los obreros los principios económicos y filosóficos del COMUNISMO ANÁRQUICO*. Esta educación, impidiendo que se detenga en la conquista de las 8 horas, le llevará a su completa emancipación y por consiguiente a la evolución social que se persigue (BILSKY, 1985b, p. 421, grifos no original).

O resultado da votação é bastante expressivo: foram 54 votos favoráveis e somente 2 contrários, uma verdadeira vitória para os anarquistas. *La Protesta* celebrou a resolução aprovada:

No creemos que congreso alguno del gremialismo se haya realizado en la región argentina con mas sólida orientación doctrinaria ni con mayor firmeza de propósitos. [...] Afirmando en una solemne declaración de principios, como fe filosófica, el comunismo anárquico, no se ha dejado sugestionar por el grato espejismo de los proyectos inactuales ni limitado a establecer su orientación, sino que ha penetrado en la realidad presente, para imponerle las reivindicaciones posibles y arrancar de su seno el germen de nuevas conquistas⁸⁸.

A finalidade da organização operária deixava de ser a simples conquista de reformas econômicas, mas sim, uma transformação radical da sociedade atual. O sindicato era um meio através do qual os militantes libertários emprenderiam a luta contra o sistema estatista e capitalista, fomentando a solidariedade entre os trabalhadores e propagando os princípios doutrinários do anarquismo. Uma vez conscientes das causas da exploração econômica e da opressão política, os operários poderiam enfim destruir os fundamentos da sociedade atual para construir uma nova ordem anarquista e comunista. Os anarquistas argentinos não chegaram a elaborar uma contribuição teórica original para o conceito de “comunismo anárquico”, e o conceberam da mesma forma que

85 “Federación Obrera Regional Argentina: Su quinto congreso”, **La Protesta**, 23 de agosto de 1905, p. 2.

86 Simultaneamente, a FORU realizava o seu primeiro congresso em Montevideú.

87 “Federación Obrera Regional Argentina, su quinto congreso”, **La Protesta**, 1 de setembro de 1905, p. 2.

88 “El Congreso Obrero, su obra”, **La Protesta**, 1 de setembro de 1905, p. 1.

seus companheiros europeus: uma sociedade sem classes, sem propriedade privada e sem Estado, na qual os frutos do trabalho seriam produzidos de acordo com as possibilidades de cada indivíduo e distribuídos de acordo com suas necessidades. Mas a criação de um vínculo ideológico com a organização operária teve poucos precedentes na história do anarquismo, e a resolução finalista aprovada pelo V Congresso pode ser considerada como uma das primeiras formulações do chamado anarcossindicalismo. É importante destacar que o termo “anarcossindicalismo” foi geralmente empregado pela historiografia para se referir às experiências de organização e luta da classe trabalhadora impulsionadas por anarquistas, mas a expressão foi pouco usada antes da Revolução Russa de 1917. Desde então, o sindicalismo anterior à Primeira Guerra Mundial foi classificado como anarquista, por conta de sua rejeição aos partidos políticos e sua defesa da ação direta. Mas de acordo com van der Walt e Schmidt (2009, p. 142), o uso do termo “anarcossindicalismo” seria correto apenas para descrever as experiências sindicais abertamente anarquistas em suas orientações e objetivos, como certamente foi o caso da FORA após o seu V Congresso. Porém, é importante ressaltar que o uso do termo “anarcossindicalismo” se tornou comum somente a partir da década de 1920, e não encontramos nenhuma referência ao termo nas fontes consultadas em nossa pesquisa. A orientação ideológica adotada pela FORA em seu V Congresso ficou conhecida como “finalismo forista”, e foi percebida como algo original por militantes contemporâneos como Gilimón:

Aquí la política no apasiona a nadie, [...] el sufragio universal, y el parlamentarismo están desacreditados a más no poder; el socialismo no ha conseguido echar raíces; tenemos núcleos gremiales en que se ha proclamado tiempo ya, el comunismo anárquico como aspiración suprema del proletariado y en los cuales se han estudiado bajo todos puntos de vista el Estado, la patria, el gobierno, la religión, la familia, el ejército, preparando así a los hombres para la revolución social y para la vida anárquica⁸⁹.

Naquele momento, não existiam organizações operárias declaradamente anarquistas na Europa, onde “la pasión política es fuerte” e o sufrágio universal “es una aspiración todavía en muchas partes, y se derrama abundante y generosamente la sangre por él”, e onde o socialismo “está arraigado profundamente y son muchos los millares de hombres que confían en él su redención”. No contexto europeu, era aceitável que os anarquistas “empiecen su obra de liberación individual, a falta de otro medio mejor, reuniendo a los obreros en sindicatos sin otro ideal que la lucha económica”⁹⁰, mas na Argentina, o desenvolvimento do anarquismo e da organização operária já se encontrava em um estágio muito mais avançado e, ainda de acordo com Gilimón, era justamente no

89 “El fondo”, **La Protesta**, 17 de janeiro de 1907, p. 1.

90 *Ibid.*

“conocimiento de la Idea anárquica [...] en donde reside el secreto de la resistencia de los obreros, de la persistencia de la lucha, a despecho de persecuciones, del fracaso de algunas huelgas y de todos los contratiempos inherentes a toda lucha”⁹¹. Contudo, uma declaração de princípios tão forte como a que foi aprovada no V Congresso da FORA não deixou de causar polêmicas no interior do movimento operário e da própria militância anarquista, gerando repercussões para além do contexto argentino. Em 1907, após o fracasso do Congresso de Fusão, o anarquista italiano Luigi Fabbri censurou a atitude dos delegados que votaram pela reafirmação da resolução finalista, impossibilitando a unidade sindical:

Penso que se a organização operária não quiser ser sectária, dogmática e autoritária, deve evitar toda afirmação ideológica que possa dividir a massa proletária em função de preocupações de partido, conservar o conteúdo solidário de todos os trabalhadores contra o capitalismo. Se levamos [aos sindicatos] a preocupação partidária, inclusive a anarquista, isso significa romper a solidariedade operária e fazer uma atividade antilibertária. [...] Este congresso fracassou porque todos os nossos camaradas, aproveitando estarem em maioria, quiseram que o congresso recomendasse o comunismo anarquista, deixando assim os trabalhadores socialistas não-anarquistas em condições de inferioridade. [...] De minha parte, se eu estivesse no congresso, teria votado contra meus camaradas, justamente pelo fato de eu ser um anarquista. Esta é a atitude libertária e de defesa da solidariedade operária (*apud* CORRÊA, 2015, p. 218).

Em um primeiro momento, boa parte da militância anarquista argentina considerou que a resolução finalista não era um obstáculo à unidade do movimento operário: “La Federación no obliga nadie a ser anarquista. Ha ‘recomendado’ se propague en las sociedades el comunismo anárquico, porque lo considera de utilidad para la emancipación del proletariado”, o que não queria dizer que “forzosamente han de ser anarquistas todos los obreros federados y que serían rechazados los que no admitan o no conciban el anarquismo”⁹². Como afirmou Colombo (2004, p. 101), os finalistas compreendiam que “o operário não se organiza nem adere a uma sociedade de resistência em função de uma ideia ou de uma crença filosófica ou ideológica, o operário organiza-se em função de sua condição de explorado”, mas sustentavam que “sua luta deve tender não apenas à melhoria das condições de vida e de trabalho presentes, mas, sobretudo, a mudar no futuro as bases da sociedade”, e o comunismo anárquico foi concebido como a formulação mais ampla dessa finalidade. E é interessante notar que ao mesmo tempo em que recomendou a propaganda do comunismo anárquico, o V Congresso da FORA também declarou que “no tiene absolutamente que ver con idealismos que pudieran dividir al obrero”, aceitando em seu seio “a todos los obreros o

91 “El secreto del triunfo”, **La Protesta**, 29 de agosto de 1906, p. 1.

92 “A falta de argumentos...”, **La Protesta**, 26 de abril de 1908, p. 1

grupos de obreros que deseen ingresar en sus filas” (BILSKY, 1985b, p. 214). Para os finalistas, não existia nenhuma contradição entre as duas resoluções, pois acreditavam que os interesses dos anarquistas eram os mesmos da classe trabalhadora. Nas palavras de Máximo Aracemi,

El anarquismo se propone la eliminación de la autoridad, del estado, el ejército, la policía, la propiedad privada y el dinero. Y esta eliminación, ¿es perjudicial para los intereses de los trabajadores? Si ella es perjudicial, lo contrario es lo beneficioso. Y lo contrario es la sociedad actual, tal como está. Y en este caso, el interés de los trabajadores está en la persistencia del régimen actual. [...] Se sabe que el anarquismo lucha por cambiar radicalmente la sociedad. Me parece que este cambio no beneficia a la burguesía, porque ella resulta beneficiado con el actual. Si no beneficia a la burguesía, y, por el contrario, la perjudica, tiene que beneficiar a los trabajadores, que tienen respecto a ella intereses antagónicos⁹³.

Podemos encontrar nas páginas de *La Protesta* os principais argumentos utilizados para justificar a necessidade do finalismo. José Maceira afirmava que para realizar uma obra como a revolução social, “es necesario tener de antemano trazado una serie de prescripciones, y de conceptos, que son los que determinan la finalidad de dicha revolución, y encarnar las aspiraciones del pueblo”. Mesmo que associado ao seu sindicato, o trabalhador “no está en el verdadero camino mientras no siente vivir en si, la aspiración de derrumbar la sociedad humana, y sobre sus ruinas edificar la asociación humana”⁹⁴. Assim, a propaganda e a ilustração das ideias libertárias também deveriam ser tarefas da organização operária. No mesmo sentido, Gilimón sustentou que para se chegar a um objetivo revolucionário “se hace preciso una orientación clara; un conocimiento exacto de los métodos de lucha, a fin de utilizar los de resultados más seguros y pronto”, além de um propósito bem definido, “para que mañana no se malogre el esfuerzo libertador y en vez constituir un régimen social en el que no haya ninguno de los obstáculos con que tropieza hoy cada ser para desenvolverse y vivir, surja un nuevo régimen tan inicuo como el actual”. E mais:

Estudiar la sociedad actual en todos sus organismos; ver la relación que tienen unos con otros; como obran separadamente y como aunados; conocer en fin, el mecanismo de este régimen, es tan necesario, como tener un buen medio de lucha, de ataque y estar pronto y prácticos para utilizarlo. [...] El gobierno, la ley, el dinero, el parlamento, la justicia, la propiedad, la familia, la explotación industrial, la religión, la patria, el militarismo, la policía, todo lo que constituye y caracteriza la sociedad presente, necesita ser estudiado, analizado para que la sociedad futura no contenga ninguno de los rodajes inútil o perniciosos de hoy⁹⁵.

93 “Intereses comunes”, *La Protesta*, 15 de maio de 1908, p. 1

94 “El verdadero camino”, *La Protesta*, 29 de dezembro de 1906, p. 1-2

95 “Organización”, *La Protesta*, 19 de janeiro de 1907, p. 1.

Uma vez convencidos de que “en tanto el salariado no desaparezca, la situación de los proletarios será siempre desastrosa”, os trabalhadores “están obligados a pensar en la revolución social, a estudiarla, a conocer el funcionamiento social, del mecanismo actual y a buscar el mejor sistema, aquél que sea de más sencillo funcionamiento y de mejor resultado”⁹⁶. Para Gilimón, a força da organização operária “reside unicamente en la consciencia de los hombres”, e “una asociación será o no fuerte según la cantidad de miembros conscientes que la formen, que estén incorporados a ella”, e para que “existan hombres en cantidad suficiente para que la destrucción del régimen sea un hecho, es preciso propagar incesantemente la crítica de la sociedad hecha por los anarquistas”⁹⁷. No mesmo sentido, Antonio Zamboni afirmou que os anarquistas não poderiam “descuidar la propaganda de las ideas, porque siendo partidarios de una transformación completa de la sociedad, tenemos que atacar necesariamente al régimen burgués, y preparar conciencias proletarias para que coadyuven a la obra”:

Para que los proletarios logren su emancipación económica, deben ser poseídos también por un espíritu de altivez moral, que los induzca a no soportar por más tiempo las afrontas que les dirigen los que se han erigido en directores de sus destinos; pues no existiendo aquel templo de insubordinación a toda reglamentación autoritaria, el Estado, contando con la pasividad y resignación del pueblo, por medio de leyes e imposiciones, evitaría fácilmente la demolición del régimen económico actual⁹⁸.

A força e a importância das ideias foram muito destacadas para justificar a necessidade da propaganda anarquista nos sindicatos e, em alguns casos, as ideias foram entendidas como um fator de coesão muito mais poderoso do que a própria condição econômica dos trabalhadores. Como afirmou Francisco del Santo, “no es el hambre lo que une a los trabajadores, no es la miseria en que viven, sino son las ideas que haciéndolo inteligente hace que se conozcan como hermanos que aspiran a un nuevo orden de cosas”. E ainda:

Para que los trabajadores puedan elevarse es necesario que estos se empapen de ideas, que formen en su cerebro cual será la sociedad sin el cura, el militar y el amo, para que teniendo estos un verdadero concepto de la libertad en medio de la lucha sean valientes, porque sabrán que el triunfo será el establecimiento de las ideas que sustentan⁹⁹.

Na visão dos anarquistas, combater a propaganda ideológica no interior da organização operária era o equivalente a “ridiculizar lo mas sublime del intelecto, lo que distingue al hombre de

⁹⁶ *Ibid.*

⁹⁷ “Organización y acción individual”, **La Protesta**, 3 de fevereiro de 1907, p. 1.

⁹⁸ “Por la propaganda anarquista”, **La Protesta**, 2 de abril de 1908, p. 1.

⁹⁹ “Anarquía y Sindicalismo”, **La Protesta**, 6 de fevereiro de 1907, p. 1.

los animales – las ideas”¹⁰⁰. Antonio Loredo julgava que “la sola acción sin una filosofía que la dirija, es acción nula e infecunda”¹⁰¹, considerando que as sociedades de resistência surgiram como “organismos de defensa y de ataque contra el patronato y contra el estado”, mas que sem uma orientação definida, poderiam cair “en el cooperativismo y como consecuencia en el reformismo legalitario”. Para evitar essa tendência, os anarquistas deveriam introducir suas ideias nos sindicatos,

[...] haciendo que estos, que han sido creados para la resistencia, se transformaran en una fuerza revolucionaria que llevara todos los días y en todos los momentos el ataque al baluarte capitalista y estatal y fuera la escuela donde los trabajadores se capacitaran moral e intelectualmente para preparar el ataque final contra la sociedad burguesa, ataque que será como un ataque de somatén que nos anuncie el principio de la nueva era, la era del trabajo dignificado que hará los pueblos felices viviendo en el amor y la dicha¹⁰².

Os anarquistas reconheciam que a “fórmula sindical, concretada a la unión de los asalariados para luchar en defensa de sus intereses contra sus directos explotadores, los patrones, se abre fácilmente paso entre los cerebros un tanto primitivos de la mayor parte de los trabajadores”. Mas a luta exclusivamente econômica era muito limitada e corria o risco de “reducirse a la tendencia mejorista, y aun de simple defensa, de resistencia a la absorción patronal”¹⁰³, inutilizando os esforços dos trabalhadores organizados. A organização operária precisava ter uma finalidade, pois como afirmou Gilimón,

El mejorismo no resuelve nada. El problema social que el industrialismo ha planteado y que la elevación mental de los hombres ha hecho necesario resolver, pues no se armoniza el espíritu de libertad, de independencia, de igualdad, la conciencia de que el productor sostiene a toda la humanidad sin que él reciba de ella una retribución equivalente a lo que crea por si solo, con la posición baja del proletariado, con los vejámenes que sufre y las miserias que pasa; el problema social, repetimos, queda en pie a pesar del mejorismo. Forzoso es entonces proclamar como necesaria la emancipación, y puesto que de esta nos hablan también los que aseveran que la organización encierra en si misma su propia finalidad, habrá que entender con un poco de buena voluntad, que la finalidad de la organización gremial es la emancipación de los trabajadores agremiados¹⁰⁴.

Gilimón chegou a ir mais longe e afirmou que uma organização “que no tenga otro fin más que el mejoramiento de sus componentes, reconoce de modo tácito la legitimidad de la explotación capitalista”, ao considerar que seria possível conquistar melhores condições de vida sem que

100 “Los demás y nosotros”, **La Protesta**, 17 de março de 1908, p. 1.

101 “La fuerza de la organización obrera IV”, **La Protesta**, 28 de janeiro de 1909, p. 1.

102 “La fuerza de la organización obrera II”, **La Protesta**, 21 de janeiro de 1909, p. 1.

103 “El fracaso de la fórmula simplista”, **La Protesta**, 19 de março de 1908, p. 1.

104 “La asociación por la asociación”, **Suplemento de La Protesta**, junho de 1908, p. 38-39.

houvesse a necessidade de superar o capitalismo. Contudo, a emancipação dos trabalhadores “no será cierta en tanto no vivan en un régimen anárquico, y en consecuencia la organización gremial debe tener como objeto el anarquismo”¹⁰⁵.

Contudo, nem todos os anarquistas argentinos sustentaram as concepções finalistas. Mas esses militantes poucas vezes puderam expressar suas opiniões em *La Protesta*, sobretudo a partir de 1906, quando a redação do diário anarquista foi assumida pelo grupo de Gilimón, que deu ao periódico um tom muito mais doutrinário e privilegiou as posições que defendiam o alinhamento ideológico da organização operária ao anarquismo, fechando suas colunas para aqueles que sustentaram opiniões distintas. Caso notório foi o de Emilio Basterrica, que chegou a ter a oportunidade de se manifestar nas páginas de *La Protesta* e afirmar que seus redatores “no conocen el movimiento obrero”¹⁰⁶. Para ele, “los trabajadores, al combatir contra los burgueses, no necesitamos conocer tanto las ideologías”:

Cuando nos hemos lanzado a una huelga para conquistar algo de lo mucho que nos han usurpado, hemos visto a individuos que no han conocido el significado de la palabra ideología obrar de acuerdo con sus aspiraciones de disfrutar los derechos que les fueran pisoteados, tan revolucionariamente, que rayaba en lo sublime¹⁰⁷.

De acordo com Basterrica, nenhum direito conquistado pelos trabalhadores organizados “fue conquistado con teorías muy bellas”, foi a ação revolucionária que “nos ha dado su posesión”. Assim, não havia necessidade de insistir tanto na propaganda ideológica, afinal, o trabalhador que “conoce sus verdaderos derechos, lucha contra quienes lo oprimen, funda con los demás compañeros de miseria la sociedad del amor, la justicia y la igualdad, y hace práctico el comunismo anárquico”¹⁰⁸. Sete anos mais tarde, Ricard expôs um ponto de vista semelhante em *Ideas y Figuras*, afirmando que “propagar una finalidad de rótulo, de estatuto [...] contradice los mismos fundamentos de la anarquía”:

No queremos la existencia de códigos [...] y combatimos los prejuicios de carácter parlamentarios; si decidimos a la F. O. R. A. que el mantenimiento del rótulo comunista es su finalidad, también debemos decir a las sociedades anarquistas que su finalidad se halla en la letra de un estatuto. Sin finalidad de rótulo, la F. O. R. A. marchará como "nave sin rumbo"; si esto es cierto, ¿por qué, entonces, queremos una sociedad libre sin códigos ni

105 “La finalidad obrera”, *La Protesta*, 19 de novembro de 1908, p. 1

106 “Carta abierta”, *La Protesta*, 25 de março de 1908, p. 1.

107 “Emancipación obrera”, *La Protesta*, 20 de março de 1908, p. 1.

108 *Ibid.*

estatutos de ninguna especie? Una sociedad anarquista sin rótulo, sin estatuto, ha de ser también una sociedad sin "finalidad", que marchará como "nave sin rumbo"...¹⁰⁹.

Ideias como as de Ricard e Basterrica puderam ganhar algum espaço em *La Protesta* somente depois de 1911. Como veremos adiante, o anarquismo passou por um período de reorganização e reorientação após a repressão do Centenário, culminando em uma mudança de postura que permitiu um acordo com o sindicalismo revolucionário e a abolição da resolução finalista no IX Congresso da FORA. Contudo, as concepções finalistas continuaram exercendo alguma influência sobre o anarquismo argentino pelo menos até a década de 1930. Os militantes descontentes com os resultados do IX Congresso desconsideraram suas resoluções e passaram a se reunir na FORA do V Congresso, instituição que terá um papel importante em eventos como a Semana Trágica e a Patagônia Rebelde.

109 “Moral Anarquista: El congreso de la F. O. R. A. y mis ideas”, **Ideas y Figuras**, 1 de maio de 1915, p. 9.

3 A PRÁTICA REVOLUCIONÁRIA DO ANARQUISMO ARGENTINO

O anarquismo não poderia ter se tornado uma ideologia revolucionária tão importante se o seu discurso não fosse secundado por uma prática contundente. Como vimos no primeiro capítulo, os militantes libertários souberam explorar as peculiaridades do contexto argentino e apresentar o anarquismo enquanto uma alternativa política viável para a classe trabalhadora, marginalizada pelas elites políticas e sem direitos garantidos. Os anarquistas contribuíram para a formação de uma identidade de classe entre os trabalhadores argentinos através de um discurso que antagonizava a classe operária com as autoridades e a burguesia, e também incentivaram a criação de sindicatos e a solidariedade com os trabalhadores de outros ofícios. Souberam mobilizar a solidariedade de classe para sustentar movimentos de grande repercussão, como a greve geral de janeiro de 1907. Também mobilizaram os trabalhadores na luta por melhores condições de vida, mas articulando reivindicações mais imediatas com uma perspectiva revolucionária de longo prazo, como na greve dos inquilinos, também em 1907. Denunciavam a política e os poderes públicos através de sua imprensa e de seus discursos inflamados e eloquentes e também se mobilizaram para reagir aos abusos das autoridades, como na *Semana Roja* de 1909. Estimularam a solidariedade internacional no interior da classe trabalhadora, desmistificando os preconceitos patrióticos e demonstrando seu internacionalismo na prática, como na campanha antimilitarista de 1908 e na greve geral de protesto contra o fuzilamento do pedagogo anarquista espanhol Francisco Ferrer y Guardia em 1909.

Contudo, longe de adotarem uma postura intransigente de “tudo ou nada”, os anarquistas souberam flexibilizar alguns de seus princípios em determinadas situações. A defesa da ação direta e da greve geral como um contraponto às práticas reformistas não implicou em uma negação absoluta de todo e qualquer tipo de negociação. Na *Semana Roja*, por exemplo, aceitaram negociar com o próprio presidente do Senado para que as reivindicações do movimento fossem cumpridas. O caráter sectário geralmente atribuído ao anarquismo argentino após o V Congresso da FORA também pode ser problematizado. Embora a colaboração com os socialistas tenha sido rara, em diversos momentos os anarquistas atuaram em conjunto com os seus adversários sindicalistas, como na greve geral de janeiro de 1907.

Neste capítulo, iremos analisar em maior detalhe os eventos citados, que consideramos significativos para compreender a atuação dos anarquistas frente a determinadas questões. Alguns deles já foram bastante estudados pela historiografia do movimento operário argentino, como é o

caso da greve dos inquilinos e da *Semana Roja*, enquanto a greve geral de janeiro de 1907¹¹⁰ e a campanha antimilitarista de 1908 permanecem pouco analisadas até agora. Nosso objetivo é identificar os limites e as possibilidades das práticas anarquistas no contexto argentino, enfatizando o período que vai de 1907 até 1910, momento marcado por grandes agitações sociais protagonizadas pelo anarquismo.

3.1 A GREVE GERAL DE JANEIRO DE 1907 E A PRÁTICA DA SOLIDARIEDADE

1907 foi um ano muito marcado pela conflitividade social na Argentina. O Departamento Nacional do Trabalho (DNT) registrou 231 paralisações somente em Buenos Aires, e a quantidade de trabalhadores que se somaram às greves também foi bastante elevada: as estimativas chegam ao número de 169.017 grevistas. E em um intervalo de mais ou menos sete meses, duas greves gerais de solidariedade foram declaradas. A greve geral de janeiro marcou o início deste ciclo de lutas sociais e foi também o seu momento mais grandioso. O movimento teve início em Rosario e foi motivado pela imposição municipal de uma carteira de trabalho para os condutores de veículos. A carteira deveria funcionar como uma espécie de registro de conduta, além de identificar os trabalhadores com retratos e impressões digitais. A reação dos condutores foi imediata. No dia 15 de janeiro, se reuniram em assembleia e decidiram paralisar os trabalhos, exigindo a imediata abolição das carteiras.

A indignação dos condutores de veículos com a imposição das carteiras se dava por diferentes motivos. Primeiramente, elas submetiam os trabalhadores ao arbítrio das autoridades e empregadores, pois “para ejercer el oficio de conductor de carruajes se requería una información sumaria, que demostrase que el peticionante no había tenido entradas policiales por delitos de cierta categoría”, ao mesmo tempo em que “los patrones debían declarar, bajo firma, la causa de expulsión o salida de los obreros”. Como afirmou Lorenzo Mario, “los antecedentes, la vida del pasado iban a ser motivo asaz poderoso para coartar el proletariado de la liberad del trabajo y condenarle al hambre y a la miseria”. A exigência das carteiras também foi entendida como uma ofensa à honra e a dignidade dos trabalhadores, “una disposición autoritaria, que deprimía la altivez obrera”¹¹¹. Cabe destacar que elas não serviam apenas para o registro de conduta, mas também funcionavam como uma forma de controle dos trabalhadores pelo poder público, pois identificavam os condutores com

110 Embora mencionada com frequência, a greve geral de janeiro de 1907 ainda carece de análises mais aprofundadas. Entre os poucos estudos realizados até o momento, destacamos: BELKIN, 2015.

111 “En Rosario”, **La Protesta**, 20 de janeiro de 1907, p. 1.

retratos e impressões digitais, “cosas propias de criminales y ladrones”¹¹². Como o registro de retratos e digitais era bastante incomum fora das delegacias de polícia, a imposição de uma carteira para identificação e registro de conduta soou como uma ofensa aos condutores, que consideravam que os poderes públicos estavam dando aos trabalhadores o mesmo tratamento dado aos bandidos. A ofensa parece ter atingido o conjunto da classe trabalhadora rosarina, que logo se somou ao movimento iniciado pelos condutores de veículos.

No dia 16, Rosario amanheceu silenciosa e quase sem nenhum movimento. Os bondes à tração deixaram de circular no dia seguinte, interrompendo completamente o tráfego da cidade. Foram registrados conflitos entre grevistas e forças policiais, e o governo respondeu ao movimento ocupando a cidade militarmente, criando um ambiente de tensão entre os operários. De acordo com um correspondente de *La Protesta*,

La ciudad está ocupada militarmente a pesar de que el estado de sitio no está declarado. Esto demuestra, que las hienas asesinas, están con deseos de realizar masacres; como prueba de todo esto, un solo ejemplo creo que será suficiente: De la cárcel, han sido sacados numerosos presos y armados con rifles, para cooperar al sometimiento de los obreros en huelga, estos se hallan acuartelados en las diferentes mazmorras policiales. La ribera del Rosario está ocupada por numerosas fuerzas de Marina, que constantemente se mueven, como si estuviéramos en campo de maniobrar¹¹³.

Na noite do dia 18, os grevistas se reuniram em assembleia e reafirmaram a continuidade do movimento até o cumprimento de suas reivindicações. Além da abolição das carteiras, também exigiam a liberdade dos companheiros presos em razão da greve. Durante a reunião, um delegado da FOLR afirmou que a entidade estava disposta a prestar sua solidariedade ao movimento através de uma declaração de greve geral. Os trabalhadores presentes na assembleia decidiram aceitar o apoio, caso as reivindicações não fossem atendidas dentro de um prazo de dois dias. Nesse ínterim, as tensões foram aumentando. O governo nacional mobilizava tropas enquanto deputados da província de Santa Fe viajavam até Buenos Aires para tentar convencer o presidente a declarar estado de sítio. Diante da crise, o prefeito Néstor Fernández apresentou sua renúncia ao governador Pedro Echagüe. Os grevistas, por sua vez, conseguiram a adesão dos gráficos e dos portuários ao movimento e, uma vez que as reivindicações dos condutores não foram atendidas, a FOLR convocou a greve geral para o dia 21.

112 “Federación Obrera Regional Argentina”, **La Protesta**, 23 de janeiro de 1907, p. 1.

113 “Las huelgas: en el Rosario, huelga general de rodados, la ciudad militarizada”, **La Protesta**, 19 de janeiro de 1907, p. 2.

Na medida em que o movimento tomava maiores proporções, os apelos de solidariedade foram ganhando espaço nas colunas de *La Protesta*. A greve foi saudada com grande entusiasmo pelos anarquistas, que viram nele uma “superación de la tendencia [...] excesivamente economicista que había adquirido la actividad de una parte de las sociedades de resistencia en la última época” (CIERRI, 1997, p. 162). Nas palavras de Lorenzo Mario,

[...] la actitud del pueblo obrero de Rosario es única, y es digna de admiración y aplauso, aún existen otros detalles que realzan los méritos del gallardo movimiento. Son las causas de la huelga. [...] El revolucionario acto de masas proletarias de la Chicago argentina no obedece el afán o al deseo – que fuera justo – de alcanzar mejoras económicas. No: esta huelga no es huelga de intereses. Es huelga de dignidad. Es huelga de conciencias. Es huelga de valientes¹¹⁴.

Era, portanto, um movimento digno da solidariedade dos trabalhadores portenhos: “Buenos Aires debe solidarizarse con Rosario. Los explotados de aquí deben prestar su aliento poderoso, su ayuda eficaz, a los rosarinos. La huelga general, por solidaridad, se impone en Buenos Aires”¹¹⁵. Um dia antes do início da greve geral em Rosario, a FORA já deixava os trabalhadores da capital em alerta: “La gravedad de la situación de los gremios obreros de Rosario, nos mueve a pedir a los trabajadores de Buenos Aires estén prontos, con el ánimo bien dispuesto, para hacer acto de solidaridad tan pronto como él sea necesario”¹¹⁶.

No dia 21, a greve geral “ha paralizado todo lo que representa actividad y vida en una ciudad tan importante como es el Rosario”:

Inmediatamente respondieron al paro las siguientes sociedades adheridas: Estibadores, Conductores de Carros, Pintores, Carpinteros, Sastres, Barraqueros, Peluqueros, Marineros y Foguistas, Peones de Comercio, Ebanistas, Constructores de Carruajes, Panaderos, Empajadores, Vidrieros, Zapateros, Tabaqueros, Talabarteros, Pavimentadores de calles, Ladrilleros, ídem (sección cerros). Otros gremios no organizados en sociedad de resistencia también abandonarán el trabajo, uniendo su protesta a la formidable protesta del proletariado rosarino. Solamente algunos obreros del puerto, adictos a la sociedad patronal permanecen en sus puestos; pero el número es muy escaso y ellos no han de tardar en abandonar su puesto de esclavos¹¹⁷.

La Protesta destacou o caráter anarquista e antiautoritário do movimento:

114 “En Rosario”, **La Protesta**, 20 de janeiro de 1907, p. 1.

115 *Ibid.*

116 “Federación Obrera Regional Argentina”, **La Protesta**, 20 de janeiro de 1907, p. 2.

117 “Huelga general en Rosario”, **La Protesta**, 22 de janeiro de 1907, p. 1.

La huelga general del Rosario no responde a una efímera conquista económica, ella es una demostración palpable del espíritu libertario frente al gobierno, ella es una enseñanza más que debemos recoger, la sublevación contra las imposiciones autoritarias, un ensayo de fuerzas frente al Estado defendido por esbirros y demás hombres sin carácter que manejan las armas en defensa de los tiranos¹¹⁸.

As autoridades, por sua vez, ordenaram “la clausura de los locales y la prohibición de toda reunión”, enquanto as forças repressivas “desfilan por las calles y asaltan a los obreros sin otro motivo que su capricho, o por la orden de cualquier capitalista”¹¹⁹. O número de operários detidos chegava a mais de cem. Em Buenos Aires, os anarquistas já articulavam um movimento de solidariedade. Em *La Protesta*, Lorenzo Mario afirmava que “la población obrera de Buenos Aires está en el deber imperioso e ineludible de solidarizarse con sus hermanos del Rosario”, exortando os trabalhadores à ação: “Esperemos que la palabra ‘solidaridad’ no figure solo en manifiestos. Hechos, siempre hechos es lo que se necesita”¹²⁰. A Federação Operária Local Bonaerense (FOLB) convocou uma reunião para o dia 23, orientando “a que todas las sociedades adheridas celebren asambleas lo más rápido posible a fin de solidarizarse con los compañeros del Rosario, en caso necesario”¹²¹. A FORA também enviou uma nota à UGT, solicitando uma posição em relação a possível declaração de greve geral. A UGT afirmou sua disposição em aderir ao movimento. Quando a FOLR enviou um comunicado pedindo a solidariedade das organizações operárias de todo o país, no dia 22, o Conselho Federal da FORA se reuniu com a Junta Executiva da UGT. Era a primeira vez que as duas centrais se reuniam para combinar uma atuação conjunta.

Enquanto isso, a greve de Rosario ia se intensificando. No dia 23, os ferroviários aderiram ao movimento e a paralisação no porto foi total. Praticamente nenhum veículo circulava sem a autorização do comitê de greve ou da FOLR. O número de operários detidos aumentava e o governo enviou mais tropas para a cidade que, naquela altura, já contava com cerca de 750 militares mobilizados. Pela noite, o encouraçado *Independencia* chegou ao porto da cidade com mais 200 homens armados. Para despistar as autoridades, o comitê de greve se reunia secretamente em lugares diversos. Um subcomitê chegou a ser formado, para evitar a desmobilização em caso de prisão dos membros do comitê. Naquele momento, algumas localidades do interior já registravam movimentos de apoio aos grevistas rosarinos: houve paralisações em Santa Fe, San Justo, Chacabuco, Puerto Borghi e Colastiné¹²². Em Buenos Aires, a FORA e a UGT chegaram a um

118 *Ibid.*

119 *Ibid.*

120 “La huelga se impone”, *La Protesta*, 23 de janeiro de 1907, p. 1.

121 “Federación Local Bonaerense”, *La Protesta*, 22 de janeiro de 1907, p. 2.

122 “La huelga general”, *La Protesta*, 24 de janeiro de 1907, p. 1.

entendimento e convocaram uma greve geral de solidariedade por tempo indeterminado a partir do dia 25. Um dia antes da mobilização, a imprensa operária portenha publicou um manifesto escrito em conjunto pelas duas centrais, enunciando os motivos gerais e particulares da paralisação:

Ha llegado un momento solemne para los trabajadores de la región Argentina. De un lado los legisladores se aumentan en un cincuenta por ciento sus enormes sueldos percibidos por no hacer nada, ni siquiera concurrir al recinto que llaman sagrado, y por otro lado los alquileres de nuestras miserables viviendas, asiento de toda enfermedad y toda comodidad, absorben la mayor parte de nuestros exiguos jornales. [...] De un lado se nos atropella a tiros y sablazos en cuanto se efectúa un mitin cualquiera, y de otro lado se favorece a los capitalistas dándoles soldados para que nos reemplacen en las huelgas y alterando las leyes aduaneras para que nuestras aspiraciones y esfuerzos resulten defraudados e inútiles. De un lado se dictan disposiciones vejatorias, humillantes, que están en pugna abierta hasta con esa constitución que siempre se nos está poniendo de manifiesto como un dios a quien hubiera que prestar adoración, y de otro lado se amontonan soldados y buques de guerra para domeñar a los que no quieren se les marque infamantemente en libretas de conchabo como si fueran delincuentes. Y así sucesivamente, en interminable rosario, siguen los abusos produciéndose y seguimos siendo tratados peor que si fuéramos bestias, seres sin dignidad y sin derecho¹²³.

O manifesto também apelava para os sentimentos solidários da classe trabalhadora de Buenos Aires, buscando mobilizar essa solidariedade de classe contra as autoridades e os representantes da burguesia:

Tenemos que defender a nuestros camaradas del Rosario y defendernos nosotros también al mismo tiempo de autoridades y capitalistas. [...] Se han equivocado grandemente los poderes públicos si creían que iban a ir cercenándonos derecho tras derecho, libertad tras libertad impunemente. Nuestra actitud de hoy les enseñará a ser más medidos en lo sucesivo, a no atentar contra los trabajadores, a respetarnos como adversarios ya que no lo han hecho como hombres. [...] Defendamos nuestra libertad, nuestros derechos, nuestra dignidad, nuestra legítima aspiración a vivir la vida íntegra¹²⁴.

Ainda no dia 24, os grevistas rosarinos se reuniram em assembleia no teatro Politeama e decidiram nomear uma comissão para negociar um acordo com as autoridades locais. Contudo, as negociações não prosperaram e a greve foi mantida. No dia 25, milhares de trabalhadores se somaram ao movimento de solidariedade aos grevistas de Rosario. Em Buenos Aires, a adesão foi massiva:

La paralización ha sido intensa; ha alcanzado a casi todos los gremios y ha comprendido a una enorme mayoría de asalariados. [...] El tráfico ha sufrido una paralización absoluta fuera del centro de la ciudad. El puerto ha quedado por entero paralizado. Las fábricas y

123 “A los Trabajadores”, **La Protesta**, 24 de janeiro de 1907, p. 1.

124 *Ibid.*

talleres no han funcionado. Los conductores de carros han demostrado como siempre su espíritu de solidaridad y rebelión. Los cocheros, casi sin preparativos, con espontaneidad que merece aplausos han igualmente uniéndose al paro, no habiendo circulado más coches que los manejados por los patrones y por algunos peones de caballeriza ascendidos prodigiosamente a conductores. La provisión de pan ha sido dificultosa, habiéndose iniciado ya por los patrones [...] la suba del precio del imprescindible producto, cuya calidad [...] ha sido pésima. En suma, el paro durante el primer día ha superado los cálculos que habían hecho hasta los más interiorizados del estado de ánimo de la clase trabajadora de la capital¹²⁵.

Como de costume, a greve tomou maiores proporções nos bairros operários de La Boca e Barracas. Das categorias mais relevantes, apenas os trabalhadores dos bondes não se uniram ao movimento, mas algumas linhas deixaram de circular ou circularam com dificuldades. Os anarquistas não hesitaram em empregar a violência “contra los traidores a la causa común”¹²⁶, e também não deixaram de colocar em prática alguns atos de sabotagem: “Los cables de los tranvías eléctricos fueron cortados, los coches volcados, y los traidores de todos los gremios recibieron la merecida lección que les enseñará a no traicionar la causa obrera”¹²⁷. Também foram registradas prisões e confrontos entre grevistas e forças policiais. O chefe de polícia Ramón Falcón, “obrando como legislador, poder ejecutivo y simple *botón* empezó a clausurar los locales obreros, prohibiendo asambleas y conferencias, lo mismo que si estuviéramos en pleno estado de sitio”¹²⁸. O fechamento de locais operários e a prisão de militantes serviram apenas para acirrar os ânimos. Desafiando as autoridades, os anarquistas passaram a promover assembleias e reuniões nas praças públicas: “Hay que ventilar en las calles lo que no se permite tratar en los locales. Hay que protestar contra la tiranía solapada de un gobierno que ni tiene respeto a las leyes, ni se resuelve a decretar el estado de sitio para dar así carácter legal a su opresión”¹²⁹. Em novo manifesto conjunto, FORA e UGT afirmavam que o único resultado da ação repressiva seria “la reacción violenta de las fuerzas obreras”¹³⁰.

No segundo dia de greve, *La Protesta* estimava que cerca de 130 mil trabalhadores abandonaram o trabalho e aderiram ao movimento. E apesar da repressão, a crônica do periódico anarquista afirmava que as “arbitrariedades policiales no enfriaron el entusiasmo, sino que al contrario muchos indiferentes templaron sus ánimos al saber que la autoridad se ponía al incondicional servicio de los capitalistas”. No interior, o movimento ganhou adesões em Bahía

125 “Huelga general”, *La Protesta*, 26 de janeiro de 1907, p. 1.

126 “Lo necesario”, *La Protesta*, 26 de janeiro de 1907, p. 1.

127 “La huelga general: Rosario y Buenos Aires, enseñanzas para el futuro”, *La Protesta*, 30 de janeiro de 1907, p. 1.

128 “La Policía”, *La Protesta*, 26 de janeiro de 1907, p. 1. Grifo no original.

129 “A las plazas públicas”, *La Protesta*, 26 de janeiro de 1907, p. 2.

130 “A los trabajadores”, *La Protesta*, 26 de janeiro de 1907, p. 1.

Blanca, Quilmes, La Plata, Mar del Plata e San Fernando. De acordo com *La Protesta*, “casi todos los obreros están unánimes en aprobar la huelga general como medio de agitación y como una arma superior para imponerse a los capitalistas y a los gobiernos”¹³¹. A proibição de assembleias e reuniões imposta pela polícia foi totalmente desconsiderada pelos grevistas. Pela tarde do dia 26, centenas de trabalhadores se reuniram na Praça de Maio. O comitê de greve promovia várias reuniões para orientar os grevistas. Em nota, a FOLB reafirmou sua disposição em “seguir la huelga general hasta tanto las autoridades del Rosario, sucumban, ante las justas resistencia férrea y tenaz de nuestros hermanos de aquella localidad”¹³².

Enquanto isso, em Rosario a situação se encaminhava para um acordo. Ainda no dia 26, o prefeito aceitou negociar com os membros do comitê de greve para buscar uma solução ao conflito. O acordo firmado com as autoridades garantia a abolição da carteira para os condutores de veículos e a liberdade dos grevistas presos. No dia seguinte, o comitê de greve realizou uma assembleia no teatro *Politeama*, onde o acordo foi aprovado. Com a vitória do movimento em Rosario, FORA e UGT levantaram a greve na capital, entendendo que “las causas que dieron margen a que practicáramos la solidaridad han desaparecido”¹³³.

As proporções do movimento nos dão uma ideia da capacidade de mobilização exercida pelo anarquismo naquele momento¹³⁴. De acordo com Alejandro Cierri (1997, p. 165), “la adhesión de las sociedades de resistencia fue casi total así como la participación de los obreros de Buenos Aires”. O número de trabalhadores que abandonaram o trabalho e aderiram ao movimento oscila entre 80 e 130 mil, a depender das estimativas¹³⁵. Ainda que se tome como referência as estimativas mais conservadoras, fica claro que a greve contou com a participação de uma parcela relevante da classe trabalhadora portenha, que ia muito além da militância organizada. Bilsky (1985a, p. 75) afirma que, em janeiro de 1907, havia 46.790 trabalhadores sindicalizados em Buenos Aires em comparação a 162.824 trabalhadores sem nenhum vínculo com qualquer organização operária. Quando a greve ainda estava em curso, *La Protesta* destacou que “se ha conseguido que gremios que permanecían casi de todo desorganizados [...] aúnen su acción”, preparando o terreno para uma “reorganización gremial poderosa, con el ingreso en las sociedades de resistencia de muchos

131 “Huelga general”, **La Protesta**, 27 de janeiro de 1907, p. 1.

132 “La Federación Local Bonaerense”, **La Protesta**, 28 de janeiro de 1907, p. 1.

133 “El Comité Federal”, **La Protesta**, 29 de janeiro de 1907, p. 3.

134 Embora a greve tenha contado com o apoio da UGT, cabe ressaltar que a iniciativa foi tomada pela FORA.

135 O boletim do DNT estima que o movimento contou com a adesão de 87.800 trabalhadores; *La Protesta*, como vimos, fala em 130 mil grevistas; *La Unión Obrera*, periódico da UGT, calculou 94.420 operários paralisados e estimou que pelo menos 62% do total da classe trabalhadora de Buenos Aires aderiu ao movimento.

obreros que poco a poco se habían ido desentendiendo de la lucha”¹³⁶. Após o fim do movimento, o diário anarquista destacava que era preciso aproveitar o momento para fortalecer a organização operária: “[...] se hace notar la necesidad de que la Federación Local, active los trabajos para organizar varios gremios y reorganizar otros en el franco camino de la lucha revolucionaria, activando la propaganda por medio de conferencias y otros sistemas”¹³⁷.

O balanço do movimento foi bastante positivo. Os anarquistas entenderam que a greve geral havia confirmado algumas de suas principais posições. Desde o início, entenderam a greve como um movimento essencialmente antiautoritário. Nas palavras de Gilimón,

[...] no se trataba de vencer a un capitalista más o menos poderoso, ni a un gremio patronal dividido entre si por la competencia mercantilista y los odios y rivalidades que de ella se deducen, sino que se iba contra la autoridad, contra lo que es más fuerte en la actual sociedad, contra lo que en si tiene todos los medios de defensa y combate, la suma de todo el poder en el régimen presente¹³⁸.

Gilimón ressaltou que foi “a la autoridad a quien ha sido preciso combatir, habiéndose esta manifestado con mayor encono y saña feroz enemiga del proletariado que la burguesía capitalista propiamente dicha”:

Queda demostrado que el peor adversario, el más tenaz y el más poderoso, es la autoridad. Y contra ella hay que ir en toda forma, sin desperdiciar ocasión ni medio. Debemos tener presente siempre, que en tanto la autoridad subsista, el capitalismo no podrá ser derrocado por más esfuerzos que se hagan [...]. Es pues contra la autoridad contra la que hay que ir en primer término. Es ella la que hace falta derrocar, pues caída ella, el capitalismo se desmoronará por si solo y el problema social quedará resuelto¹³⁹.

Esse raciocínio é coerente com a formulação anarquista de que a autoridade é a base sustentadora da estrutura de dominação estatista e capitalista. Para Gilimón, a greve provava essa formulação na prática e também demonstrava que a autoridade só poderia ser combatida através da solidariedade e da ação direta dos trabalhadores:

La complicación huelguística, la extensión de la huelga, el paro general, la acción violenta de individuos y grupos, ha determinado el más espléndido triunfo que hasta ahora hayan conseguido los obreros de esta región. [...] Ha triunfado la solidaridad gremial, a vencido la clase obrera apoyando los trabajadores de un gremio a los de otro, los de una ciudad a los de otra, sin titubeos, ni mezquindades, con esa consciencia propia de los que saben que al

136 “Consideraciones”, **La Protesta**, 26 de janeiro de 1907, p. 1.

137 “Ecos de la huelga general”, **La Protesta**, 29 de janeiro de 1907, p. 1-2.

138 “El triunfo”, **La Protesta**, 29 de janeiro de 1907, p. 1.

139 *Ibid.*

defender la causa de uno se defiende la de todos y que al defender la de los demás se defiende la propia, porque es tanta la identidad del derecho de todos los obreros, que resulta imposible dividir y separar el de cada uno, suerte que en tanto que quede un hombre sin emanciparse la libertad será un mito y habrá que estar arma al brazo y receloso el espíritu para contener la rebeldía futura del sometido¹⁴⁰.

De acordo com Gilimón, a ação direta e a solidariedade “ha unido firmemente al proletariado argentino *fusionándole* más que todos los escritos y pactos congreseriles”¹⁴¹. Aqui, há uma crítica indireta aos sindicalistas revolucionários, que perseguiram a unidade do movimento operário através da fusão das duas centrais sindicais. Cabe ressaltar que uma característica marcante da greve geral de janeiro de 1907 foi a colaboração entre anarquistas e sindicalistas. FORA e UGT, pela primeira vez, articularam e dirigiram conjuntamente um movimento grevista de grande envergadura¹⁴². Fazia pouco tempo desde que o sindicalismo revolucionário se consolidou como uma corrente política autônoma no interior do movimento operário argentino, mas já em 1906 conquistou a direção da UGT, marcando uma mudança na orientação da organização, que até então era dirigida pelos socialistas. Isso permitiu uma aproximação entre a FORA e a UGT, uma vez que os sindicalistas adotavam posições mais combativas e também eram partidários da ação direta. O movimento grevista de janeiro ajudou a fortalecer os laços entre as duas centrais e criou um clima favorável à unidade. Contudo, um setor do anarquismo representado por Gilimón e pela redação de *La Protesta* se manteve crítico à unidade sindical, valorizando muito mais a unidade de ação espontânea que se manifestou durante a luta, “sin necesidad de pactos escritos ni a ensambles organizativos permanentes” (BELKIN, 2018a, p. 64).

Analisando as greves de Rosario e Buenos Aires, Lorenzo Mario chegou a conclusões originais e interessantes. De acordo com ele, o movimento em Rosario contou com a adesão total dos trabalhadores: “El paro no ha tenido traidores, ni tráfugas. [...] La solidaridad no ha sido de palabras sino de hecho: todos, todos los trabajadores han respondido a la declaración de huelga”. Em Buenos Aires, apesar de ter adquirido grandes dimensões, “el movimiento huelguista no ha tenido la intensidad que en Rosario”, pois “mientras algunos gremios abandonaban el trabajo sin que se notara una sola defección, una sola cobardía, otras colectividades obreras se resistían por la influencia de cierto número de traidores”. Ressaltava que o número de fura-greves “ha sido escaso, [...] pero así mismo esa minoría no debió nunca existir para honra del proletariado bonaerense”.

140 *Ibid.*

141 *Ibid.* Grifo no original.

142 O leitor poderá lembrar que a UGT e os socialistas participaram da greve geral de 1904. Naquela ocasião, porém, apenas secundaram o chamado da FORA. Não houve uma atuação coordenada ou conjunta entre as duas centrais.

Considerava que o nível de adesão ao movimento não poderia ser explicado pela solidez da organização operária, uma vez que em Rosario “la organización gremial es casi nula”:

Allí la organización ha sido un mero vehículo que facilitaba la propaganda de ideas. Aún más: allí casi no ha existido organización; las sociedades de resistencia existen más de nombre que de hecho pero, en cambio, entre la masa obrera hay proporcionalmente, mayor número de espíritus concededores de la idea anárquica. Allí los elementos productores y explotados sabían y saben que esta lucha, que conmueve el universo entero, no tiene el solo fin de obtener mejoras económicas, sino que va más lejos, hasta la destrucción de toda propiedad, de todo gobierno, de toda ley, de toda patria¹⁴³.

Para Lorenzo Mario, a força do movimento em Rosario poderia ser explicada pela difusão e aceitação do anarquismo entre os trabalhadores da cidade: “[...] el proletariado rosarino, organizado apenas de nombre, está unido, amalgamado, por la comunión de ideas, que es el elemento de cohesión más poderoso que puede existir”. Mais ainda, a própria luta era concebida de maneira distinta:

[...] mientras, aquí salvo algunas excepciones, se considera la huelga como un simple paro, como un simple abandono del trabajo; mientras aquí, la huelga tiene un carácter excesivamente pacífico, en Rosario, se ha comprendido que las huelgas generales son algo más que pacíficas paralizaciones, pacíficos descansos. En Rosario se ha comprendido que las huelgas son verdaderas revoluciones sociales; y que, en esos días, el proletariado no debe cruzarse de brazos, sino, obrar. [...] Y en la lucha no hay que descuidar los medios eficaces... Con tal convicción, los obreros rosarinos llevaron el terror al seno de la burguesía y del gobierno, e impidieron el incremento del carneraje. La acción violenta era necesaria para el triunfo de la causa de la justicia, y la acción violenta fue llevada a la práctica¹⁴⁴.

Assim, a necessidade da ação enérgica e violenta contra as autoridades e a burguesia foi ressaltada. Contudo, para ser efetiva, ficava claro que a violência revolucionária deveria ser levada a cabo pelo conjunto da classe trabalhadora, e não por indivíduos isolados.

Notamos que os balanços realizados pelos anarquistas anteciparam algumas posições que contribuiriam para a divisão do movimento operário em um segundo momento. Gilimón defendeu a unidade de ação espontânea, sem a necessidade de uma fusão entre a FORA e a UGT ou de um pacto formal entre as duas organizações, enquanto Lorenzo Mario ressaltou a importância da propaganda anarquista entre os trabalhadores. Assim, quando os sindicalistas revolucionários

143 “La huelga general: Rosario y Buenos Aires, enseñanzas para el futuro”, **La Protesta**, 30 de janeiro de 1907, p. 1.

144 *Ibid.*

defenderam a necessidade de unificar as duas centrais sindicais e abolir a resolução finalista, o clima de unidade criado durante a greve geral de janeiro de 1907 se desfez.

3.2 A GREVE DE INQUILINOS DE 1907 E A LUTA POR MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA

Como vimos no capítulo anterior, o projeto político anarquista previa o estabelecimento de uma sociedade livre de opressão e exploração, e os anarquistas entendiam que a transformação social só seria possível através da ação direta e revolucionária das classes oprimidas. Porém, o projeto finalista sustentado pelo anarquismo não impediu que seus militantes se envolvessem em lutas para melhorar as condições de vida dos trabalhadores no presente, embora articulando reivindicações imediatas com um objetivo revolucionário de longo prazo. Dentro dessa perspectiva, a greve dos inquilinos de 1907 nos parece um evento bastante ilustrativo.

O problema da moradia foi um dos mais sérios enfrentados pela classe trabalhadora de Buenos Aires. A maior parte dos imigrantes que chegavam ao país se estabelecia na capital, e a cidade não foi capaz de acompanhar o vertiginoso aumento populacional causado pela imigração massiva. A necessidade de morar em um lugar próximo ao local de trabalho fez com que a demanda por moradia fosse especialmente alta nos arredores da região central de Buenos Aires, onde a maior parte dos imigrantes se estabeleceu. A situação deu origem ao fenômeno dos *conventillos*, habitações conjuntas semelhantes aos nossos cortiços. De acordo com Suriano,

Las casas de inquilinato ocupaban terrenos relativamente pequeños de 8,66 metros de frente y entre 30 y 60 metros de fondo y, sin duda, cuantas más piezas tenían, mayores eran las ganancias obtenidas. Generalmente se invirtió en ellas poco capital, tanto cuando se refaccionaron viejas casonas, como cuando se las construyeron para dichos fines específicos. En este último caso se utilizaron los materiales más baratos y de menos calidad, la altura de la habitación disminuyó y en algunos conventillos se construyeron unos primeros pisos en los que generalmente las piezas eran de madera (SURIANO, 1984, p. 204).

A carência habitacional se tornou um negócio especialmente lucrativo para os proprietários dos *conventillos*, que cobravam altos aluguéis por uma peça em suas propriedades. Contudo, as condições precárias dos *conventillos* não condiziam com os aluguéis cobrados, que comprometiam quase metade do orçamento de um trabalhador¹⁴⁵. As peças alugadas possuíam em média quatro ou

145 Em geral, o aluguel de uma peça em um *conventillo* custava cerca de 20 pesos mensais, enquanto o salário de um trabalhador se encontrava na média dos 55 pesos mensais. Muitos proprietários exigiam algum depósito adiantado de seus inquilinos, geralmente no valor de dois ou três meses de aluguel, o que também acabava pesando no bolso do trabalhador. De acordo com Spalding, a principal causa dos altos preços cobrados pelos aluguéis era a contínua

cinco metros quadrados, contando com pouca ou nenhuma ventilação, e podiam abrigar até sete ou oito pessoas em alguns casos. As condições higiênicas dos *conventillos* eram, em geral, ruins. Muitos deles não possuíam banheiros suficientes para atender as necessidades de todos os inquilinos, e a aglomeração de muitas pessoas em um mesmo ambiente facilitava a circulação de doenças infectocontagiosas. Em alguns casos, as leis municipais de higiene e limpeza não eram cumpridas pelos donos dos *conventillos*. Em 1904, por exemplo, o Censo Municipal registrou 559 inquilinatos sem banheiro. Por outro lado, cada *conventillo* possuía normas internas, que muitas vezes impunham condições arbitrárias aos seus inquilinos. A título de exemplo, transcrevemos as normas de um *conventillo* situado na rua Tucumán 855, em Buenos Aires:

1. El alquiler se paga puntualmente *el día de su vencimiento*.
2. Todo inquilino *tiene que tener un depósito como fianza* de la habitación que ocupa.
3. Es prohibido los gritos, bailes o ruidos, que puedan molestar a los vecinos como todo acto que altere el orden y la moral.
4. El orden y la moral son *exigidos estrictamente* a todos inquilinos.
5. *No son admitidas ninguna clase de animales* de los que indica la ordenanza municipal ni los que molesten o ensucien las paredes y pavimentaciones, de lo contrario la multa será abonada por el inquilino.
6. *El dueño de la casa se reserva el derecho de inspeccionar las habitaciones* para ver si se encuentran en el estado de limpieza que la higiene requiere.
7. *Los deterioros que si hicieran intencionalmente o por descuido* como roturas de vidrios, pérdida de llave, serán abonados por el inquilino.
8. *Es prohibido el lavado para afuera* como igualmente *dejar abiertas las canillas, derramar agua* o cualquier otra *materia* que moleste a la salud y limpieza.
9. Los inquilinos tienen el *deber de tener limpio el frente de sus habitaciones*.
10. *No es permitido pararse en la puerta de calle*, la que deberá siempre estar libre para el tránsito.
11. *Es rigurosamente prohibido tener braceros con fuego dentro de las piezas* por ser perjudicial a la salud y por el aseo y limpieza.
12. *Ningún inquilino podrá admitir a vivir en su pieza otra persona sin que haya sido presentado al encargado*, de lo contrario se considerará como intruso.
13. *Después de cerrada la puerta de calle ningún inquilino tiene derecho a golpear*; por lo tanto *el que necesita llave puede solicitarse mediante el depósito de un peso* que se le devolverá cuando sea entregada¹⁴⁶.

Muitas disposições eram sistematicamente violadas pelos inquilinos, mas sempre existia o temor de uma inspeção dos proprietários ou autoridades municipais e a ameaça de despejo por descumprimento das normas. Disposições como a proibição de lavar roupas e acender fogueiras

valorização da propriedade urbana em um contexto marcado pelo aumento populacional sem precedentes. Contudo, um fator importante que também impactava o preço dos aluguéis era o emprego de intermediários (*encargados*) contratados para tomar conta dos *conventillos*: “El propietario arrendaba la casa por una suma fija anual a otra persona, quedando ésta en libertad para disponer de los inquilinos. Calculando la ganancia de los dueños en un 20%, y sumando a ésta un porcentaje igual que percibía el arrendatario, se deduce el porqué de los elevados alquileres” (SPALDING, 1970, p. 450).

146 “Inquilinos y propietarios: La explotación de la propiedad”, **La Protesta**, 3 de junho de 1905, p. 2. Grifos no original.

prejudicavam especialmente o trabalho doméstico. Muitas mulheres trabalhavam como lavadeiras para ajudar no sustento da família, e a ausência de cozinhas nos *conventillos* obrigava o uso de fogueiras para o preparo da comida. Não à toa, as mulheres se destacaram como participantes e lideranças ativas da greve dos inquilinos.

A situação já vinha causando certa insatisfação pelo menos desde 1893, quando foi criada uma liga de inquilinos em Buenos Aires, mas que se manteve ativa por pouco tempo. Em 1901, o primeiro congresso da FOA aprovou uma resolução que recomendava “iniciar un movimiento en favor de la rebaja de alquileres” (BILSKY, 1985b, p. 194), mas nenhuma iniciativa concreta foi tomada até 1905, quando a FORA, a UGT e o PSA iniciaram uma campanha de agitação que culminou na formação da *Liga Contra los Alquileres e Impuestos* em outubro de 1906. A Liga contou com a adesão de diversas associações operárias de Buenos Aires, incluindo as de condutores de carros, vassoureiros, estofadores, pedreiros, padeiros, pintores, cortadores de calçado, sapateiros, gráficos, mosaístas, entre outros¹⁴⁷. A *Liga* teve vida curta, mas manteve uma atuação intensa nos meses em que esteve ativa, organizando reuniões, conferências e manifestações públicas para denunciar a situação precária dos inquilinos e os altos preços cobrados pelos aluguéis, além de ter formado subcomitês em bairros como La Boca, Barracas, Villa Crespo e San Cristóbal, que concentravam uma grande quantidade de *conventillos*. Porém, em janeiro de 1907, seu secretário Tomás de los Santos foi acusado de ser um agente policial infiltrado, fato que motivou sua renúncia¹⁴⁸. A *Liga* entrou em crise e cessou suas atividades em março do mesmo ano. Contudo, a *Liga* teve alguma influência sobre os inquilinos. De acordo com James Baer (1993, p. 355), suas atividades estimularam a participação dos inquilinos de *conventillos* em movimentos reivindicativos. Assim, quando o preço dos aluguéis disparou em agosto, em razão de um aumento de impostos municipais, os inquilinos se recusaram a pagar seus aluguéis.

O movimento foi iniciado por um *conventillo* na Rua Ituzaingó 279, propriedade de Pedro Holterhoff, que aumentou o preço do aluguel para 25 pesos. Os inquilinos não aceitaram o aumento e decidiram deixar de pagar o aluguel, exigindo uma redução de 30% do valor cobrado, o fim dos depósitos adiantados e vencimentos mais flexíveis. Formaram um comitê “para contrarrestar los ataques de los ensoberbecidos patrones” e enviaram um comunicado para *La Protesta*, solicitando a adesão e o apoio dos inquilinos de outros *conventillos* ao movimento, “para conseguir la rebaja de los alquileres de las viviendas en todos los inquilinatos de la Capital, que es donde se aloja toda la

147 “Liga contra los alquileres e impuestos”, *La Protesta*, 9 de novembro de 1906, p. 2.

148 “Liga contra los alquileres e impuestos”, *La Protesta*, 22 de janeiro de 1907, p. 2.

clase obrera”¹⁴⁹. Grupos de grevistas se organizaram para percorrer os bairros e *conventillos* em busca de novas adesões¹⁵⁰. No dia 13 de setembro, o comitê lançou um manifesto que foi publicado em *La Protesta*, propondo uma greve geral de inquilinos:

La imposibilidad de vivir, dado el alto precio que propietarios e intermediarios especuladores cobran por incómodas viviendas, nos impulsan a no pagar alquiler mientras no sean rebajados los precios en un 30%. Los propietarios sin miramientos de ninguna especie escarnecen a los pobres agobiados por la explotación capitalistas y las gabelas del Estado. El movimiento contra la imposibilidad de vivir trabajando es un hecho y falta para su éxito que lo secunden todos los inquilinos de esta ciudad. [...] Nuestra divisa contra la avaricia de los propietarios debe ser: No pagar el alquiler¹⁵¹.

Aos poucos, o movimento foi ganhando força. Seu “quartel general” foi o *conventillo* da Rua Ituzaingó 279, “donde pueden mandar delegados los inquilinos de los innumerables conventillos y casas de inquilinatos de esta capital”¹⁵². Logo, os inquilinos começaram a se organizar por bairros:

Cada uno de los barrios participantes [...] designaba un comité que generalmente funcionaba dentro de un conventillo. Los integrantes de cada comité recorrían la zona que les correspondía visitando cada uno de los inquilinatos para tratar de conseguir la adhesión a la huelga de los que aún no lo habían hecho. Las resoluciones de cada barrio eran luego discutidas por los delegados de los comités zonales en el seno del comité central. Este ejercía la dirección de la huelga y funcionaba en la Sociedad de Resistencia de Conductores de Carros, donde también lo hacía un organismo dedicado a la defensa y solidaridad con los detenidos y heridos en los enfrentamientos con la policía. Paralelamente a los comités barriales funcionaban subcomités de propaganda, encargados de difundir la postura de los inquilinos a través de conferencias públicas, actos e informes a la prensa (SURIANO, 1984, p. 217).

A greve tomou maiores proporções ao longo do mês de setembro. No dia 25, *La Protesta* falava em 20 mil grevistas e 400 *conventillos* em greve¹⁵³. Em outubro, de acordo com Baer (1993, p. 356) e Suriano (1984, p. 217), o movimento já contava com a adesão de 80% dos *conventillos* da cidade, somando cerca de 120 mil grevistas. Isso quer dizer que em seu auge, a greve de inquilinos chegou a contar com a adesão de quase 10% da população de Buenos Aires à época. A reivindicação central foi a redução de 30% no valor dos preços cobrados pelos aluguéis, mas cada *conventillo*

149 “Inquilinos en huelga”, **La Protesta**, 31 de agosto de 1907, p. 1.

150 “La huelga de inquilinos: Su marcha”, **La Protesta**, 12 de setembro de 1907, p. 1.

151 “Al pueblo: Huelga general de inquilinos”, **La Protesta**, 13 de setembro de 1907, p. 1.

152 *Ibid.*

153 “La gran huelga: 20.000 huelguistas”, **La Protesta**, 25 de setembro de 1907, p. 1.

também apresentou suas reivindicações particulares, geralmente exigindo a abolição de certas normas específicas exigidas pelos seus proprietários.

O movimento foi saudado com grande entusiasmo pelos anarquistas, pois foi entendido como um ataque direto ao direito de propriedade, entendido como um dos fundamentos da sociedade capitalista:

La agitación contra los alquileres merece sinceramente nuestro apoyo decidido, porque ella significa un ambiente de malestar proletario que puede trocarse en principio de revolución social, porque su simple iniciación demuestra el poco respeto que merece la propiedad privada, hasta la fecha respetada como institución sagrada¹⁵⁴.

Ao mesmo tempo, as propostas libertárias “fueron apoyadas masivamente por los inquilinos y [...] los militantes anarquistas gozaron de una enorme simpatía y popularidad”, pois “hicieron girar todo el conflicto al redor de las reivindicaciones más sentidas por los protagonistas: la rebaja del alquiler y la lucha contra la arbitraria figura del encargado de los conventillos” (SURIANO, 1984, p. 215), enquanto os socialistas se limitaram a pedir soluções aos poderes públicos, exigindo a construção de casas para operários. Articulando reivindicações mais imediatas como a redução dos aluguéis e a abolição de normas arbitrárias impostas pelos proprietários dos *conventillos*, os anarquistas afirmavam que o movimento deveria assumir um caráter insurrecionário, “pues de lo contrario será ahogado por la fuerza autoritaria que no puede menos que estar a la expectativa para proteger los intereses capitalistas”¹⁵⁵. Para os anarquistas, o problema ia além da precariedade das moradias da classe trabalhadora:

[...] no es solamente la pocilga inmundada de un metro de ancho y uno y medio de altura, confinando con la letrina, sin aire y sin higiene, lo que nos agobia y avergüenza, sino que es todo, todo lo actual que nos ofende y nos martiriza pretendiéndonos cilicios de degeneración en cuerpo y espíritu¹⁵⁶.

Diante da magnitude que o movimento foi tomando, *La Protesta* cobrava uma atitude mais firme por parte da FORA e UGT:

En los congresos de la F. O. R. A. y U. G. de T., las sociedades gremiales acordaron activar la campaña emprendida contra el exorbitante precio de los alquileres, una de las dificultades más importantes para poder vivir. Las declaraciones de los congresos

154 “La gran huelga de inquilinos”, **La Protesta**, 16 de outubro de 1907, p. 1.

155 “La gran huelga”, **La Protesta**, 1 de outubro de 1907, p. 1.

156 “La huelga de inquilinos: Crónica del movimiento”, **La Protesta**, 4 de outubro de 1907, p. 1.

celebrados deben ser algo más que un acuerdo puramente teórico, deben convertirse en realidad cuando las circunstancias son favorables para su desenvolvimiento. [...] En una palabra: las sociedades gremiales con su fuerza y medios deben encauzar el gran movimiento de oposición al alma capitalista y hacer por todos los medios que la huelga de inquilinos conmueva la opinión pública y obtenga un triunfo¹⁵⁷.

Os próprios inquilinos também solicitaram um apoio mais contundente das centrais sindicais. Uma reunião de delegados dos *conventillos* de Barracas, no final de setembro, “acordó hacer una nota a la F. O. R. A. y U. G. de T. a fin de que intervenga en este movimiento popular”¹⁵⁸. No dia 28 de setembro, uma nota da FORA foi publicada em *La Protesta*, onde a central anarquista se declarava solidária ao movimento e convidava “a todas las sociedades del interior que se solidaricen con esta huelga, por considerar que ella va directamente contra los intereses de los capitalistas”¹⁵⁹. Cabe destacar que a nota não tinha efeitos práticos: não convocava nenhuma greve ou manifestação em apoio aos inquilinos. Rumores sobre uma greve geral para secundar o movimento dos inquilinos foram desmentidos em *La Protesta*: “Nada hay sobre ese asunto ni siquiera ha habido propuesta de esta índole”¹⁶⁰. Contudo, as organizações operárias – e em especial aquelas orientadas pelos anarquistas – trataram de prestar solidariedade ao movimento. Os condutores de carros, por exemplo, cederam o seu local para a realização de reuniões do comitê central de inquilinos e dificultaram o cumprimento das ordens de despejo, se recusando a transportar móveis e pertences de inquilinos desalojados a mando dos proprietários ou oficiais de justiça¹⁶¹. Encontramos também uma referência a uma reunião convocada pela sociedade de resistência dos eletricitistas para discutir formas de apoio ao movimento dos inquilinos¹⁶². Assim, embora as centrais operárias não tenham se envolvido diretamente no conflito, houve apoio concreto ao movimento por parte de sindicatos de certas categorias.

Inicialmente, os inquilinos acumularam diversas vitórias contra os proprietários de *conventillos*, que se viram obrigados a ceder. No dia 21 de setembro, pouco menos de um mês após o início do movimento, *La Protesta* noticiava o primeiro triunfo dos inquilinos em greve: o proprietário de um inquilinato localizado na Rua Paseo Colón 1600 cedeu e reduziu o aluguel em

157 “Contra los alquileres: A las sociedades obreras”, **La Protesta**, 14 de setembro de 1907, p. 1.

158 “Barracas al Norte”, **La Protesta**, 26 de setembro de 1907, p. 1.

159 “Federación Obrera R. Argentina”, **La Protesta**, 28 de setembro de 1907, p. 1.

160 “Falsos rumores”, **La Protesta**, 5 de outubro de 1907, p. 1.

161 “Desalojo frustrado”, **La Protesta**, 20 de outubro de 1907, p. 1-2.

162 “Sociedad de Resistencia Obreros Electricistas y Anexos”, **La Protesta**, 14 de setembro de 1907, p. 1.

30%¹⁶³. Entre o final de setembro e o início de outubro, o movimento obteve uma série de vitórias¹⁶⁴ que eram vivamente festejadas pelos inquilinos, como relata a crônica que aqui reproduzimos:

Los moradores del conventillo Paraguay 1521 festejaron anoche el triunfo de la huelga de la casa. Alrededor de una larga mesa instalada en el segundo patio, se sentaron más de sesenta comensales que devoraron un succulento “menú” de corderitos asados y vino de Mendoza, al son de un organito que obligó a oír a los presentes un repertorio que había desde un oratorio de Perosi hasta el popular tango “Aflojale que colea”. El escenario fue adornado con faroles chinoscos y banderas. Después hubo baile, discursos, saludos a los diarios, abrazos, “filos” y “strilos” y reconciliación con el casero (SPALDING, 1970, p. 487-488).

Assim que o movimento logrou suas primeiras vitórias, os proprietários decidiram se organizar e reagir. Já no início de outubro, houve uma reunião de arrendatários e proprietários de *conventillos* para discutir maneiras de se contrapor à greve, mostrando-se dispostos a não ceder em nenhuma reivindicação. Para defender seus interesses, contaram com o juiz letrado Manuel Carlés, “cuya posición intransigente con respecto a los inquilinos en conflicto guió a los sectores más recalcitrantes de los propietarios”. O recurso mais utilizado pelos proprietários contra os inquilinos em greve foi a emissão de ordens de despejo. De acordo com Suriano (1984, p. 218), “los pedidos de desalojo fueron tantos, que se acumularon en los juzgados, demorando bastante tiempo en hacerse efectivos”. A demora na execução dos despejos favoreceu os inquilinos em um primeiro momento, dando mais tempo para que organizassem sua resistência ou mesmo chegassem a acordos com seus proprietários. Nos casos em que a ordem de despejo era executada, a reação dos inquilinos foi violenta, muitas vezes frustrando o desalojamento. Baldes de água quente eram jogados sobre os proprietários, policiais ou oficiais de justiça que tentavam ingressar nos *conventillos* e, quando conseguiam entrar, eram apedrejados ou expulsos a vassouradas. Estas cenas foram geralmente protagonizadas por mulheres que tomaram parte ativa no movimento. Em *La Protesta*, abundam relatos de enfrentamentos entre inquilinos e proprietários:

En la calle Defensa existe un conventillo cuyo encargado quiso sentar plaza de hombre guapo, golpeando bárbaramente a un muchacho de tierna edad. Esta guapeza le valió una soberana paliza, paliza aplicada por las mujeres que habitan en la casa, quienes justamente indignadas ante la cobardía del casero bruto, acudieron a la defensa del menor para libertarlo de las garras del tigre. Las valerosas mujeres, después de derribarlo al suelo impidiéndole todo movimiento, se les ocurrió la humorada de quitarle los calzones, largándolo en tal facha a la calle, provocando la risa de todos los espectadores de este curioso y divertido sainete. Fue necesario la intervención del vigilante de la esquina para

163 “La primera victoria”, *La Protesta*, 21 de setembro de 1907, p. 2.

164 À título de exemplo, ver: “La huelga de los inquilinos”, *La Protesta*, 3 de outubro de 1907, p. 1 e “La huelga de inquilinos”, *La Protesta*, 6 de outubro de 1907, p. 1.

que las inquilinas le devolviesen los pantalones. [...] El propietario de otro conventillo de la calle Chacabuco, [...] se presentó llorando ante el comisario de la sección, exponiendo que no era posible la permanencia en su casa debido a la hostilidad de las mujeres que lo maltrataban de palabra y de acción, escupiéndole la cara de avaro que tiene, y no dejándole dormir sueño tranquilo, amenazándole con quitarle la roña mediante un baño de agua hirviendo si no se decide a efectuarles la rebaja del 30% en el precio de los alquileres¹⁶⁵.

As inquilinas também organizaram manifestações de rua, percorrendo os bairros da cidade brandindo suas vassouras e buscando adesões de novos *conventillos* ao movimento. A participação ativa das mulheres foi notada pelos observadores da época, como se pode concluir pela análise das crônicas de *La Protesta*. De acordo com Baer, a questão da moradia afetava as mulheres diretamente:

Algumas trabalhavam em casa, passando ferro ou lavando roupa, o que muitas vezes era proibido pelas regras dos proprietários. A maioria sentia a pressão de manter a família funcionando em quartos pequenos e apertados. Muitas responderam de boa vontade à necessidade de aluguéis mais baixos e melhores condições, retendo o aluguel do proprietário ou defendendo os vizinhos que poderiam ser despejados. Elas estavam defendendo mais do que suas casas; elas estavam protegendo suas famílias e preservando seus meios de trabalho (BAER, 1993, p. 358).

O protagonismo feminino também pode ser explicado pelo fato de que os homens passavam boa parte de seus dias trabalhando fora de casa, enquanto as mulheres permaneciam nos *conventillos*. Um levantamento realizado por Suriano (1984, p. 232) identificou 81 pessoas presas no desenrolar do conflito, entre as quais 37 eram mulheres. A dinâmica do movimento e a própria forma de organização dos inquilinos facilitou a participação das mulheres que chegaram a integrar os comitês de grevistas e discursar em conferências e manifestações. Destacamos também a participação do Centro Anarquista Feminino, liderado por Juana Rouco Buella, María Collazo e Virginia Bolten, presenças constantes nas conferências, reuniões e manifestações de rua e que foram reconhecidas como líderes pelas demais mulheres que participavam do movimento. Não à toa, a Lei de Residência foi aplicada contra elas quando as autoridades iniciaram sua investida contra a greve dos inquilinos.

Inicialmente, o governo não interveio no conflito. O prefeito de Buenos Aires, Carlos Alvear, inclusive se mostrou disposto a negociar e buscar soluções para a questão da moradia, propondo a abolição dos impostos nacionais e municipais que incidiam sobre a propriedade. Contudo, no final de outubro, a greve dos inquilinos chegou em um ponto crítico, e as autoridades

165 “Escenas cómicas”, *La Protesta*, 12 de outubro de 1907, p. 1.

mudaram de atitude em relação ao movimento. No dia 22, inquilinos do *conventillo* da Rua San Juan 677 que resistiram a uma ordem de despejo se enfrentaram com a polícia. Na ocasião, o operário Miguel Pepe, de 18 anos, foi assassinado. A morte do jovem Pepe marcou o início do fim do movimento. De acordo com Gilimón,

El entierro de Miguel Pepe, colosal, extraordinario, convertido en grandiosa manifestación de protesta, fue, puede decirse, el último acto de la huelga de inquilinos, que duró casi tres meses. Las deportaciones de anarquistas y la muerte de Miguel Pepe hicieron entender a los habitantes de Buenos Aires que la policía estaba dispuesta a todo para concluir con la huelga, y ésta se terminó, realizando numerosos desalojos el cuerpo de Bomberos provisto de las mangueras para inundar las habitaciones en que se encastillaban algunos, y con los máusers prontos a hacer fuego al menor conato de resistencia violenta (GILIMÓN, 2018, p. 77).

Após as manifestações que sucederam a morte de Pepe, a resistência dos inquilinos começou a dar sinais de desgaste. Muitos passaram a acatar pacificamente as ordens de despejo ou então aceitaram as condições impostas pelos proprietários, atitude que foi criticada pelos anarquistas: “[...] es lamentable que algunos inquilinos hayan aceptado condiciones impuestas por los mismos arrendatarios y encargados de hacer cumplir la ley, haciendo una rebaja más irrisoria de lo que se pedía en el pliego”¹⁶⁶. Os anarquistas tentaram sustentar a greve até as suas últimas consequências, orientando os inquilinos a resistirem até o fim e os incitando a incendiar seus *conventillos* nos casos em que o despejo já era iminente: “Ya lo sabéis, camaradas, con un poco de CALMA, KEROSENE, y FÓSFOROS la victoria será con nosotros”¹⁶⁷. Um a um, os *conventillos* mais combativos foram sendo desalojados e o governo decidiu aplicar a Lei de Residência para desorientar o movimento. Entre os militantes presos e expulsos do país, constavam José Pañeda, Juana Rouco Buella, María Collazo, Mariano Forcat, Roberto D’Angiò e Virginia Bolten. Diante da repressão governamental, a FORA decidiu convocar uma greve geral para o final do ano, mas acabou sendo adiada para o início de janeiro de 1908. O fracasso da greve iniciou um período de refluxo do movimento operário, que se recuperou apenas após os acontecimentos da *Semana Roja*.

3.3 DA SEMANA ROJA AO CENTENÁRIO: ANARQUISTAS, ESTADO E MOVIMENTO OPERÁRIO

Entre 1908 e o início de 1909, o movimento operário estava bastante enfraquecido. Ao longo de 1908, um dos assuntos mais debatidos em *La Protesta* foi a crise da organização sindical, e os

166 “La huelga de inquilinos”, *La Protesta*, 8 de novembro de 1907, p. 1.

167 “Actitud que debe imitarse”, *La Protesta*, 31 de outubro de 1907, p. 1.

informes policiais “revelaban la disminución de la actividad de los anarquistas y socialistas [...] lo que probaba – a su juicio – la pérdida de su influencia en la clase trabajadora” (CIERRI, 1997, p. 176). As autoridades aproveitaram o momento para investir contra a organização operária. Em abril de 1908, o chefe de polícia Falcón propôs um projeto de lei que limitava o direito de reunião e a liberdade de imprensa. A FORA tentou impulsionar um comitê unificado para combater o projeto de Falcón, mas a iniciativa não prosperou. Contudo, o projeto de lei foi arquivado quando a imprensa não alinhada ao oficialismo e a oposição parlamentar se mobilizaram contra a sua aprovação.

Já em 1909, a municipalidade de Buenos Aires discutia um código de penalidades que exigia dos trabalhadores em serviços urbanos o uso de uma carteira de identificação para exercer seus trabalhos. A exigência valeria para os motoristas, carroceiros, choferes, garçons e serviços domésticos em geral. A medida lembrava aquela imposta pela municipalidade de Rosario e que motivou a greve geral de janeiro de 1907. Porém, tendo em vista o estado da organização operária no início de 1909, o governo municipal considerava que dificilmente os trabalhadores poderiam articular um protesto de grandes magnitudes para barrar a medida. Mas como era de se esperar, o código de penalidades causou grande revolta entre os trabalhadores da capital. As categorias afetadas pela medida logo se mobilizaram e a *Federación Gremial de Rodados*, que reunia os trabalhadores do transporte urbano, resolveu declarar uma greve geral da categoria a partir do dia 3 de maio. Ao descontentamento causado pelo código de penalidades, somou-se a indignação causada pelo aumento dos preços do pão, formando um ambiente propício para a conflitividade social.

Nesse contexto, as organizações operárias previam grandes manifestações para o Primeiro de Maio. A FORA pretendia reunir seus aderentes na Praça Lorea, partindo em marcha até a Praça Mazzini, enquanto os socialistas convocaram o seus simpatizantes a se concentrar na Praça Constitución, finalizando seu percurso na Praça Colón. Recém iniciada a manifestação da FORA, que reuniu cerca de 30 mil manifestantes, a polícia de Falcón disparou contra a multidão, matando mais de dez operários e ferindo quase uma centena de manifestantes. De acordo com a crônica de *La Protesta*, “la policía ha cargado sobre los manifestantes en plena Avenida de Mayo, cuando apenas si la columna de la Federación empezaba a ponerse en movimiento”¹⁶⁸. Não demorou para que a notícia chegasse até a manifestação socialista, que reunia cerca de 20 mil pessoas. Ao tomarem conhecimento dos atos de violência cometidos pela polícia, os socialistas se pronunciaram no sentido de convocar uma greve geral de protesto a partir do dia 3, exigindo a destituição de Falcón. Pela noite, a Junta Executiva da UGT se reuniu e tomou resolução idêntica. O Conselho

168 “El pueblo asesinado”, *La Protesta*, 2 de maio de 1909, p. 1.

Federal da FORA também se reuniu e decidiu convocar “la Huelga General por tiempo indeterminado para protestar enérgicamente del crimen como homenaje de respeto a los caídos”¹⁶⁹. A polícia tratou de fechar os locais operários e proibir reuniões, enquanto o próprio presidente Figueroa Alcorta felicitava Falcón por sua conduta. A gravidade da situação possibilitou a atuação conjunta das organizações sindicais, como na greve geral de janeiro de 1907. No dia 2, delegados da FORA, UGT e sociedades autônomas constituíram o *Comité de Huelga General* (CHG), organismo que disputou com o PSA a direção da greve.

Cabe destacar que as próprias reivindicações do CHG foram diferentes daquelas sustentadas pelo PSA. Os socialistas exigiam a destituição de Falcón do cargo de chefe de polícia, enquanto o CHG reclamava a liberdade dos grevistas presos, a reabertura dos locais operários e, em um segundo momento, exigiu também a abolição do código de penalidades municipal. A destituição de Falcón não chegou a fazer parte das reivindicações do CHG. O chefe de polícia de Buenos Aires não deixou de ser responsabilizado pela repressão, mas os anarquistas e sindicalistas que lideravam o CHG entendiam que a própria instituição policial era o problema. De acordo com *La Protesta*,

[...] la policía sigue realizando crímenes y seguirá en adelante, mientras subsista, porque el crimen es su función única, ya que la esencia del crimen es la violencia, y la esencia de la actuación policial es la violencia ejercida sistemáticamente sobre todos y cada uno de los hombres que componen el pueblo¹⁷⁰.

A mesma posição foi sustentada pelos sindicalistas em seu periódico *La Acción Socialista*. Afirmavam que ao exigir a destituição de Falcón, os socialistas “hacían recaer todas las responsabilidades en un individuo” e transformavam “lo que era un problema social en una cuestión personal” (BELKIN, 2018a, p. 108). Contudo, o PSA se manteve firme em sua reivindicação, orientando “a la clase obrera a persistir en su actitud digna y valiente, no reanudando su trabajo hasta que renuncie o sea destituido el jefe de policía” (CAMPS *et al.*, 2010, p. 29), enquanto tratava de negociar diretamente com o poder público. Logo no primeiro dia de greve, os socialistas Alfredo Palacios e Enrique Dickmann se encontraram com o Ministro do Interior Marco Avellaneda, e se demonstraram dispostos a “terminar el paro general si se destituye al coronel Falcón”. Em *La Protesta*, os anarquistas afirmaram que tal “ofrecimiento es por un lado arriesgado y por otro una viveza”, uma vez que desrespeitava a declaração de greve da FORA, UGT e sociedades autônomas e desconsiderava as outras reivindicações do movimento. Faziam questão de lembrar que “no es la

169 “F. O. R. A.”, *La Protesta*, 3 de maio de 1909, p. 1.

170 “Prevenirse”, *La Protesta*, 3 de maio de 1909, p. 1.

huelga la obra de un partido, sino de los trabajadores con exclusión absoluta de sus ideas políticas”¹⁷¹. Para tentar impedir a ingerência do PSA sobre a greve, o CHG acordou “no dar por terminado el movimiento hasta que no lo resuelva una asamblea que se convocará para ese objeto en los propios locales obreros una vez obtenida su reapertura”¹⁷². Os socialistas foram reiteradamente atacados pelos anarquistas ao tentarem se apresentar como lideranças do movimento:

Luego el 1º de mayo, se produjo el paro y hubo fusilamiento cruel e infame. Toda la población se indignó y las sociedades obreras decretaron la huelga general, a la que se adhirieron los socialistas, forzosamente, pues en caso contrario habrían desempeñado el más vil de los papelones. Ellos son enemigos de los movimientos de esa naturaleza; sus declaraciones y su propaganda lo prueban. [...] Fueron en contra de su táctica, empujados por la fuerza de las circunstancias. Su adhesión fue plausible y los trabajadores no podemos menos que reconocer su buen comportamiento. [...] El partido socialista argentino no representa nada en las luchas proletarias; no tiene fuerzas, ni prestigio, ni adherentes en condiciones de promover una agitación como la que palpamos¹⁷³.

Apesar da disputa entre PSA e organizações sindicais, o movimento logo adquiriu enormes proporções. Um dia após seu início, *La Protesta* afirmava que “la huelga general no ha alcanzado en Buenos Aires, nunca, la intensidad y extensión que ahora”. Os atos previstos para o dia 3 foram proibidos pela polícia, mas a paralisação atingiu em cheio a capital argentina:

En las fábricas, en los talleres, en el matadero, en los mercados, en las panaderías, en las obras en construcción, en todas partes, en donde el brazo creador labora, el paro ha sido absoluto, completo, sin traiciones ni cobardías. [...] Ni el cierre de los locales obreros, ni el despliegue de fuerzas, ni la misma desorganización que la burguesía y los gobernantes creían garantía suficiente para que no se produjeran huelgas, ha impedido el formidable paro¹⁷⁴.

La Protesta estimava que o número de grevistas chegava a 200 mil. Era o maior movimento grevista produzido em Buenos Aires até então. Poucos serviços funcionavam na cidade: apenas alguns cafés, restaurantes, serviços públicos e aduaneiros não paralisaram suas atividades. Alguns bondes circulavam com dificuldade em certos pontos da cidade, mas seus motoristas foram agredidos e os veículos vandalizados:

171 “Mitin socialista”, **La Protesta**, 4 de maio de 1909, p. 2.

172 “Acuerdo”, **La Protesta**, 4 de maio de 1909, p. 1.

173 “Hablemos claro”, **La Protesta**, 10 de maio de 1909, p. 1.

174 “Crónica”, **La Protesta**, 4 de maio de 1909, p. 1.

A pedradas, a tiros, como se ha podido, se ha conseguido someter a esos traidores indignos de consideración a esos miserables que no sienten, ya no dolor por las víctimas inmoladas por la policía, sino siquiera vergüenza de ser los únicos que traicionan el grandioso movimiento de protesta del proletariado. El número de coches que han sufrido desperfectos de más o menos consideración pasa de quinientos. En Boca y Barracas, quedó por completo paralizada la circulación de tranvías. [...] Y por todas partes en fin fue disminuyendo la circulación de tranvías, que al oscurecer quedó interrumpida en absoluto en toda la capital¹⁷⁵.

O movimento teve repercussões também no interior, com atos de solidariedade registrados em Rosario, La Plata, Junín, Bahía Blanca, Lomas de Zamora, San Fernando, Tigre, Pergamino, Bragado, Córdoba, Tres Arroyos e Paso de los Libres.

No dia 4, os grevistas se uniram para acompanhar o enterro das vítimas do Primeiro de Maio. O cortejo fúnebre estava previsto para o dia anterior, mas as autoridades impediram a liberação dos corpos. O ato reuniu cerca de 80 mil pessoas e ocorreu no cemitério da Chacarita, sendo um dos poucos momentos de união entre as forças políticas que disputavam a direção do movimento. A multidão ouviu discursos de Alfredo Palacios (socialista), Luis Lotito (sindicalista) e Juan Bianchi (anarquista). No momento em que os manifestantes se dispersavam, foram “atacados cobardemente por la policía”¹⁷⁶ que atirou contra os trabalhadores e prendeu mais de cem. Em resposta, o CHG convocou uma manifestação para o dia seguinte, na Praça de Maio, “donde el pueblo trabajador demostrará a los prepotentes gobernantes que no es con el derramamiento de sangre proletaria que lograrán terminar con el unánime y hermoso movimiento de protesta contra la barbarie policial”¹⁷⁷. O ato foi proibido pelas autoridades, e vários manifestantes que chegavam desavisados ao local foram presos ou agredidos pela polícia. Alguns deles se dirigiram até a Praça Constitución, onde ocorria uma manifestação socialista. O sindicalista José Montesano pôde discursar no ato em nome do CHG¹⁷⁸. Aqui, a união só se fez possível por causa da proibição de uma das manifestações previstas para o dia. Nos demais dias da greve, PSA e CHG convocaram atos independentes.

175 “Los empleados de tranvías”, **La Protesta**, 4 de maio de 1909, p. 1.

176 “A la vuelta del entierro: Una nueva masacre”, **La Protesta**, 5 de maio de 1909, p. 2.

177 “Gran Mitin”, **La Protesta**, 5 de maio de 1909, p. 2.

178 “En la Plaza Constitución”, **La Protesta**, 6 de maio de 1909, p. 1.

O resto da semana foi marcado por manifestações de rua e confrontos com a polícia¹⁷⁹. Dia após dia, a greve ganhava novas adesões. Em 6 de maio, por exemplo, *La Protesta* noticiava que os eletricitas e trabalhadores do serviço de abastecimento de água decidiram paralisar os trabalhos¹⁸⁰. Quando a capital chegava ao sexto dia de greve, as autoridades foram obrigadas a ceder. No dia 8 de maio, o CHG nomeou uma comissão composta por dois membros da FORA, dois da UGT e dois das sociedades autônomas para negociar com Benito Villanueva, presidente do Senado. O PSA foi excluído das negociações. Para colocar um fim ao movimento grevista, o governo acatou todas as reivindicações exigidas pelo CHG: abertura dos locais operários, liberdade para todos os grevistas presos e a abolição do código de penalidades municipal. Demonstrando boa fé e disposição para cumprir com o que foi acordado, no mesmo dia o governo ordenou a abertura dos locais operários. Em contrapartida, o CHG recomendou o retorno ao trabalho, “en vista de las declaraciones gubernativas prometiendo la libertad de los presos y en vista de ser un hecho la reapertura de los locales obreros y la no aplicación de la nueva ordenanza municipal”¹⁸¹, mas ameaçaram uma nova paralisação caso o governo não cumprisse com o prometido em relação aos grevistas presos. Ainda no dia 8, os delegados de 32 sociedades operárias se reuniram e concordaram em recomendar o retorno ao trabalho, “en atención a que las reclamaciones presentadas habían sido satisfechas en todas sus partes”. A resolução tomada pelos delegados não era definitiva, “puesto que iba a ser sometida a la asamblea de los gremios industriales del domingo, en la cual se tomó el acuerdo de reanudar el trabajo”¹⁸². No domingo, dia 9, trabalhadores de diversas categorias celebraram assembleias em seus locais de reunião e decidiram levantar a greve. Com o fim da greve geral, o governo cumpriu sua promessa e libertou os grevistas detidos. No dia 11, *La Protesta* noticiava a libertação de 800 presos, entre os quais Carlos Balsán, José Castiñeiras, Máximo Aracemi, Eduardo Gilimón e Federico Gutiérrez¹⁸³.

179 *La Protesta* inclusive nos fornece relatos sobre tiroteios no bairro operário de Barracas, onde trabalhadores se enfrentaram com a polícia. Segundo a crônica do diário anarquista, “soldados armados a máuser recorrían anteanoche [5 de maio] las calles de Barracas, mientras todo el mundo paseaba tranquilamente o se estacionaba en las aceras, comentando los sucesos actuales. Los oficiales de policía y los vigilantes, al ver tanta gente en la vía pública, creyeron que tenían ante sí un gran mitin popular y comenzaron a distribuir sablazos a derecha y izquierda, obligando a los transeúntes a refugiarse en las casas inmediatas. Las hordas de Falcón agotaron la paciencia del vecindario, pues los atropellos a mano armada y los atentados criminales de los cosacos se sucedían sin interrupción. Entonces fue cuando algunos vecinos se decidieron a repeler las agresiones de que se les hacía víctimas...”. Ver: “En Barracas: Combate sangriento”, **La Protesta**, 7 de maio de 1909, p. 1.

180 “Ultima hora”, **La Protesta**, 6 de maio de 1909, p. 2.

181 “El Comité de Huelga General y delegados de las sociedades obreras de la Capital Federal”, **La Protesta**, 9 de maio de 1909, p. 1.

182 “Contestando inexactitudes”, **La Protesta**, 15 de maio de 1909, p. 1.

183 “La libertad de los presos”, **La Protesta**, 11 de maio de 1909, p. 1.

A negociação dos grevistas com o governo representa um verdadeiro ponto de inflexão nas relações entre Estado e movimento operário. Era a primeira vez que as mais altas autoridades políticas da Argentina se dispunham a negociar com trabalhadores e se mostraram dispostos a aceitar as reivindicações de um movimento grevista. Ao mesmo tempo, anarquistas e sindicalistas adotaram uma postura pragmática e aceitaram negociar diretamente com as autoridades para que suas reivindicações fossem atendidas. Se posteriormente a *Semana Roja* foi “incorporada en la conciencia obrera como una acción ejemplar y exitosa” (BILSKY, 1985b, p. 153), em um primeiro momento a postura tomada pelas lideranças operárias foi motivo de debate, especialmente entre os anarquistas.

Manuel Magdaleno contestou violentamente a postura do CHG. Considerava “precipitada” a suspensão do movimento pelas lideranças grevistas, depois de “ocho días de lucha en la cual los combatientes demostraron toda la virilidad que las circunstancias exigen”. Julgava um erro “dar por terminado el movimiento con todos los compañeros dentro de las mazmorras” e considerava que “este hecho no tendrá jamás una explicación satisfactoria, porque no podrá hallarse por ninguna parte la justificación de semejante cobardía por parte de dirigentes de dicho movimiento”¹⁸⁴. Lamentava que os dirigentes da FORA não foram capazes de evitar “desaciertos vergonzosos en el transcurso del último movimiento, suspendido por los buenos oficios del señor Benito Villaneuva, y la candidez [...] de los componentes del susodicho comité” e recordava que os anarquistas “hemos rechazado el arbitraje en los movimientos obreros”, mas que para “vergüenza de todos los revolucionarios” aceitaram este recurso “después de haber efectuado el movimiento más grande, con proyecciones de una verdadera revolución”¹⁸⁵. Algumas sociedades operárias também protestaram contra a resolução do CHG de recomendar o retorno ao trabalho: em assembleia realizada no dia 9, os curtidores aprovaram uma declaração censurando “la precipitación con que ha procedido el comité de huelga al aceptar las promesas del político Villaneuva”, atitude que apenas serviu para “desorientar a las masas obreras del camino que los hubiera llevado al triunfo completo de sus aspiraciones; sin antes haber esperado las resoluciones que hubieran tomado todos los gremios en lucha”¹⁸⁶.

Contudo, o balanço geral do movimento foi positivo. Gilimón afirmou que não era possível esconder as vantagens morais obtidas pelos grevistas: “Esas ventajas morales consisten en la beligerancia que el gobierno ha reconocido a los huelguistas, beligerancia comprobada por el simple

184 “¿Debilidad, o cobardía?”, **La Protesta**, 10 de maio de 1909, p. 1.

185 “Asamblea de delegados: Breves consideraciones”, **La Protesta**, 13 de maio de 1909, p. 1-2.

186 “Protestas”, **La Protesta**, 11 de maio de 1909, p. 1.

hecho de haber venido al campo obrero a pactar con los trabajadores”. A disposição do governo em negociar com os grevistas foi um verdadeiro “triunfo moral” para os trabalhadores, “ya que no es cosa corriente que las más altas [...] autoridades de un país, desciendan a tratar con huelguistas y pactar el fin de una agitación que ha tenido bien definido carácter subversivo”¹⁸⁷. Para Luis Ortega, a vitória do movimento demonstrava que as concepções e táticas de luta propagadas pelos anarquistas estavam já enraizadas na classe trabalhadora:

Si nuestra propaganda no hubiera tenido eco, no hubiera sido acogida con mayor o menor rapidez, si no se hubiese extendido *o bien si ella no se hubiera producido*, no era posible que por generación espontánea hubiese brotado en las mentes de los trabajadores el propósito de responder a los atropellos policiales con una huelga general¹⁸⁸.

Indo além, Ortega afirmou que se “la idea de huelga general forma ya parte integrante de la mentalidad de los trabajadores del país, [...] puede suceder lo mismo con la de revolución social y con la de anarquía”¹⁸⁹. O momento deveria ser aproveitado pelos anarquistas para fortalecer a organização operária e propagar suas ideias entre os trabalhadores. Como afirmou Adrián Troitiño, “nuestro deber es penetrar en esas sociedades y emprender una obra realmente fecunda y de regeneración social iniciando conferencias sociológicas y funciones teatrales, de carácter social, repartir folletos de propaganda y editar periódicos que [...] sean el porta voz de nuestros ideales”¹⁹⁰.

O sucesso da greve geral foi bastante positivo para o movimento operário argentino, revertendo o quadro de desorganização e estimulando um aumento da atividade sindical. Durante um curto período, anarquistas e sindicalistas se reaproximaram, fortalecendo novamente as tendências favoráveis à unidade do movimento operário. E os anarquistas mostraram que também poderiam ser pragmáticos e não rejeitaram a negociação quando perceberam que ela poderia garantir uma vitória concreta para os trabalhadores, compreendendo os limites de suas táticas de mobilização naquele momento. Seis dias após o início da greve, o movimento já começava a dar sinais de desgaste: alguns transportes já circulavam pelas ruas da cidade e alguns operários retomaram o trabalho no porto, ainda que protegidos pela polícia. No dia 7, a explosão de uma bomba plantada em um bonde na Avenida Corrientes causou a morte de uma pessoa e deixou mais 22 feridos. A autoria do ato jamais foi provada, mas ele poderia servir como uma justificativa perfeita para as autoridades intensificarem a repressão sobre o movimento operário. Quando o

187 “Otros aspectos del paro”, **La Protesta**, 14 de maio de 1909, p. 1.

188 “La idea de la huelga general”, **La Protesta**, 12 de junho de 1909, p. 1. Grifos no original.

189 *Ibid.*

190 “La organización obrera”, **La Protesta**, 27 de maio de 1909, p. 1.

governo decidiu tratar com os grevistas, as lideranças operárias perceberam que poderiam obter alguma vantagem através da negociação. É importante notar que os sindicalistas eram maioria no CHG, representando a UGT e as sociedades autônomas, e alguns poderiam afirmar que o maior pragmatismo dos sindicalistas pode ter influenciado a postura tomada pelo organismo. Porém, cabe ressaltar que a FORA era a organização operária de maior peso e influência naquele momento, e não encontramos indícios de que seus dirigentes contestaram as ações do CHG ou se opuseram às negociações. A redação de *La Protesta* também não censurou as negociações e cerrou fileiras com a direção da FORA. Quando o debate foi levantado por Magdaleno, o diário anarquista cedeu suas colunas a Luis Lauzet, que compunha o CHG, para rebater as acusações feitas contra o organismo. O artigo de Lauzet terminava com uma nota da redação, no qual se fazia um pedido para que “los que tengan empeño en seguir ventilando este asunto, lo hagan verbalmente”, para não estimular polêmicas sobre acontecimentos “contra los que ya no se puede volver”¹⁹¹. E como vimos, a avaliação do movimento foi em geral positiva: após seis dias de paralisação, acompanhados pela ação enérgica dos trabalhadores, a greve terminou com uma vitória completa sobre as autoridades, que foram obrigadas a ceder e aceitar todas as reivindicações do movimento.

Porém, a *Semana Roja* terminou com um saldo de 25 mortos e cerca de 250 pessoas feridas gravemente. Falcón continuava em seu cargo e, embora o CHG não tenha reivindicado sua destituição, existia certa expectativa nesse sentido, dada a grande comoção causada pelo movimento. Eis que no dia 14 de novembro, o jovem imigrante anarquista ucraniano Simón Radowitzky decidiu fazer “justiça com as próprias mãos” e atentou contra a vida de Falcón, arremessando uma bomba contra o veículo que o transportava pelas ruas do bairro da Recoleta. O atentado também tirou a vida de Juan Alberto Lartigau, secretário particular de Falcón. Embora negando qualquer envolvimento no atentado e o classificando como uma ação individual e isolada, o ato foi saudado pela FORA e por *La Protesta*. Radowitzky foi imediatamente preso após o atentado e o presidente Figueroa Alcorta declarou estado de sítio, desencadeando uma violenta repressão contra o movimento operário. Os locais operários foram fechados, militantes foram presos e bandos nacionalistas se organizaram para atacar as sedes das organizações e da imprensa operária:

La noche del 14 de Noviembre, un grupo compuesto por empleados de policía disfrazados de *ciudadanos libres* asaltó el local donde está instalada la redacción e imprenta del diario “La Protesta” destruyendo máquinas, empastelando tipos, secuestrando correspondencias y maltratando á tres personas que permanecían en la casa. La noche del día siguiente, el mismo grupo amparado por las sombras de la noche, llevó un ataque al local de la

191 “Contestando inexactitudes”, **La Protesta**, 15 de maio de 1909, p. 1-2.

Federación Obrera Regional Argentina cometiendo allí toda clase de atrocidades. La misma noche del 15 fue atropellado el local que ocupaba la sociedad “Conductores de Carros” sito en la Avenida Montes de Oca, 972, a una cuadra de la comisaría 26, donde hicieron pedazos los muebles y quemaron en medio de la calle la biblioteca social. Con igual violencia penetraron después en los locales de los carpinteros calle Uruguay 115 y Sarandí 1115. Igualmente, en el local de los zapateros para hacer toda clase de destrozos contra los muebles, escritorios, bibliotecas y demás dependencias, fueron ayudados por el vigilante de facción en la esquina de las calles Humberto 1 y Sarandí, quién facilitó á los asaltantes el machete para romper la cerradura de la puerta que dá entrada al local. En el local de los sombrereros, Solís, 1769, donde también está instalada la secretaria de la Confederación O. R. A. y otras sociedades, penetró un grupo de particulares y treinta vigilantes con sus uniformes respectivos, quienes no sólo destrozaron cuanto encontraron á su paso sino que penetraron en los sótanos del salón donde el señor Eliseo Carpita, tiene instalado un taller de mueblería y rompieron cuantos muebles encontraron, insultando al señor Carpita, “por haber alquilado el local á las sociedades obreras”, y dirigiendo frases brutales a su compañera. También en el local de la calle México, 2070, donde se hallan instaladas más de veinticinco secretarías de sociedades obreras, varios asaltantes causaron destrozos considerables y se llevaron cuanto creyeron conveniente¹⁹².

Apesar da forte repressão, o movimento operário tentou reagir ao autoritarismo do governo. Durante o estado de sítio, os principais periódicos da imprensa operária, *La Protesta* e *La Vanguardia*, deixaram de circular. *La Acción Socialista* continuou a ser publicado, embora irregularmente, e os anarquistas editaram um boletim clandestino chamado *Nuestra Defensa*. Em 8 de dezembro, a FORA lançou um manifesto comunicando a formação de um Subconselho Federal e propondo a realização de uma greve geral contra o estado de sítio, contando com o apoio da Confederação Operária Regional Argentina (CORA). Delegados das duas centrais se reuniram no dia 12 para discutir o tema. Consideraram que uma convocatória imediata seria precipitada e decidiram adiar a declaração de greve para janeiro, caso o estado de sítio fosse prorrogado. Em 13 de janeiro, o estado de sítio foi revogado e a greve não se fez necessária.

A reorganização do movimento operário foi rápida, seguida por uma intensa atividade sindical. Ainda em janeiro, os trabalhadores marítimos iniciaram uma greve que se estendeu até fins de março, contando com a solidariedade dos pedreiros, trabalhadores portuários e condutores de veículos. A FORA chegou a ameaçar a realização de uma greve geral¹⁹³, que só não se concretizou porque as reivindicações dos trabalhadores marítimos foram atendidas pela patronal¹⁹⁴. Uma das causas para o aumento da agitação sindical, de acordo com Gilimón, foi o início dos preparativos para o Centenário da Revolução de Maio: “Un aumento en el trabajo, determinado por los preparativos [...] de las fiestas del centenario, ha hecho que el número de brazos desocupados

192 “Crónica”, **Ideas y Figuras**, 11 de janeiro de 1910, p. 10. Grifos no original.

193 “El movimiento de solidaridad”, **La Protesta**, 21 de março de 1910, p. 1.

194 Os marítimos exigiam aumentos salariais, liberdade para os companheiros presos em função da greve, folgas garantidas e melhores condições de trabalho. Ver: “Gran triunfo obrero”, **La Protesta**, 22 de março de 1910, p. 1.

disminuya y sean factibles las reclamaciones de carácter económico”¹⁹⁵. A crescente mobilização operária criou grandes expectativas para o Centenário. Os anarquistas iniciaram uma campanha exigindo a revogação da Lei de Residência, liberdade para os presos por causas sociais e anistia para os desertores do serviço militar¹⁹⁶. Rumores sobre a realização de uma greve geral durante as festas do Centenário se tornaram cada vez mais fortes, mas inicialmente não foram confirmados. Em *La Protesta*, Gilimón afirmou que “hasta la fecha nadie ha iniciado trabajos tendientes a realizarla, y sin embargo no pasa día sin que los diarios burgueses se ocupen del asunto”:

Ignoramos nosotros tanto como el que más si habrá o no huelga en mayo. Depende ello de que se acceda a nuestros desos de libertad para los presos por cuestiones sociales, de que se borre esa injusta ley de residencia, de que se amnistíe a los prófugos y desertores, y tal vez de otras cosas por el estilo que a su tiempo pediremos¹⁹⁷.

O texto de Gilimón é ambíguo. Deixa margem para a possibilidade de evitar o conflito através do cumprimento das demandas exigidas pelos anarquistas. Ao mesmo tempo, a ideia lhe parecia simpática: “La huelga del centenario, con esa plataforma, sería una huelga de justicia y de una oportunidad indudable, ya que nada más lógico que cuando se conmemoran las libertades, se conmemoren con la práctica de la libertad”. Sua realização dependia apenas “de que los trabajadores se interesen por todo esto, lo cual aunque creemos suceda, no podemos asegurarlo”¹⁹⁸. Poucos dias depois, o periódico anarquista *La Batalla*¹⁹⁹ publicou um “plebiscito” para “conocer la opinión popular” (CAMPS *et al.*, 2010, p. 70) sobre a realização de um movimento grevista durante as comemorações do Centenário. A ideia foi ganhando força e não demorou para encontrar adesões entre as sociedades operárias. No dia 8 de abril, *La Protesta* publicava uma resolução tomada pela *Sociedad de Resistencia Obreros Albañiles* e enviada ao Conselho Federal da FORA, “haciendo algunas proposiciones respecto a la actitud” que a central anarquista deveria assumir “ante la celebración del centenario de la revolución de 1810”. Os pedreiros propunham o seguinte:

- 1° Que se exija la derogación de la ley de residencia.
- 2° Reclamar la amnistía general para los prófugos y desertores del ejército.
- 3° Reclamar la libertad de todos los presos por cuestiones sociales.

195 “El fenómeno de la agitación huelguística”, *La Protesta*, 8 de março de 1910, p. 1.

196 “A la comisión pro Centenario”, *La Protesta*, 10 de março de 1910, p. 1.

197 “La huelga del Centenario”, *La Protesta*, 2 de abril de 1910, p. 1.

198 *Ibid.*

199 *La Batalla* foi um diário anarquista vespertino que circulou entre 7 de março e 8 de maio de 1910, editado por González Pacheco e Teodoro Antillí. Longe de concorrer com *La Protesta*, os dois periódicos se complementaram. A edição simultânea de *La Batalla* e *La Protesta* fez de Buenos Aires uma das poucas cidades do mundo onde eram publicados dois diários anarquistas.

4º Que no accediendo el gobierno a estas reclamaciones, se proclame la huelga general²⁰⁰.

Contudo, a resposta da FORA foi bastante tímida, limitando-se a afirmar que “acataremos la resolución de la mayoría de las entidades federadas, en virtud de que no somos sino un comité de relaciones”²⁰¹. Mas alguns dias depois, em 21 de abril, *La Protesta* publicou um comunicado do Conselho Federal da FORA desmentindo qualquer declaração de greve para o Centenário²⁰². A postura da FORA foi criticada pela militância anarquista. Gilimón e Carlos Balsán responderam afirmando que o Conselho Federal não poderia “opinar, desmentir, autorizar o desautorizar nada”, uma vez que funcionava como uma simples central de relações “entre los diversos cuerpos federales y societarios y carece por lo tanto de facultad para hacer y dejar de hacer”. Consideravam que a declaração era incompreensível e até mesmo prejudicial para o movimento operário, uma vez que “sirve unicamente para que muchos vacilen y crean que no se va a producir huelga alguna ni reclamación de ningún género”. Esta atitude só poderia ser justificada se o Conselho Federal da FORA concluísse que as sociedades aderidas “no son propicias a reclamación ni paro alguno”. Contudo, Gilimón e Balsán entendiam que existia um clima propício para levar a campanha adiante: “Creemos que los trabajadores están de acuerdo en reclamar la derogación de la ley de residencia, la libertad de sus compañeros presos por cuestiones sociales y la amnistía de los infractores a la ley de enrolamiento y servicio militar obligatorio”²⁰³. E de fato, as organizações operárias apenas aguardavam um posicionamento mais contundente da FORA para aderirem ao movimento.

Até o último momento, a central anarquista manteve uma postura reticente. Ocorre que a direção da FORA buscava uma saída negociada com o governo, que de acordo com Gilimón, “parlamentaba con los miembros del Consejo Federal de la F. O. R. A. directa e indirectamente”:

La principal base de arreglo era la de no hacer declaración alguna de huelga, la de no amenazar con el paro general, la de dejar al gobierno que obrase de modo que pareciese lo hacía por impulso propio y no obedeciendo a la presión callejera. Y del arreglo se descartaba la derogación de la ley de residencia, para lo cual se argüía que no había tiempo hábil, por no corresponder al gobierno sino al Congreso la derogación y estar éste muy atareado con otros asuntos. Empero se prometía reformarla después (GILIMÓN, 2018, p. 94).

200 “La Federación y el Centenario”, *La Protesta*, 8 de abril de 1910, p. 2.

201 *Ibid.*

202 “F. O. R. A. – Desmintiendo”, *La Protesta*, 21 de abril de 1910, p. 1.

203 “La huelga general: a los consejos de las federaciones regional y local”, *La Protesta*, 21 de abril de 1910, p. 1.

Uma delegação da FORA se encontrou com o Ministro do Interior, José Gálvez, no dia 7 de maio. A FORA solicitou a revogação da Lei de Residência, anistia para os desertores do serviço militar e liberdade para os trabalhadores presos por causas sociais. Contudo, Gálvez afirmou que não poderia atender nenhuma daquelas reivindicações, recomendando que a FORA buscasse o Congresso Nacional para tratar da revogação da Lei de Residência, o Ministério da Guerra para solicitar a anistia aos desertores e o Ministério da Justiça para garantir a liberdade de seus companheiros presos. Quando se soube que o Conselho Federal da FORA vinha negociando com o governo, *La Protesta* não poupou críticas à central anarquista e afirmou que seus dirigentes “han llevado a la práctica un acto que está en pugna con todo el espíritu anarquista de la F. O. R. A.”²⁰⁴.

Um dia depois da reunião da FORA com o Ministro do Interior, uma gigantesca manifestação tomou conta da Praça Colón, reunindo cerca de 70 mil operários. A manifestação foi convocada com certa antecedência pelo *Comité de Agitación contra la Ley de Residencia*²⁰⁵ e contou com a adesão dos principais sindicatos aderidos à FORA²⁰⁶. Ali, uma declaração de greve foi lida e aprovada por aclamação:

El pueblo congregado en manifestación magna en la plaza Colón, porque es tal su voluntad, declara llegada la hora de ir a la huelga general revolucionaria, si no ha obtenido antes satisfacción completa a las condiciones siguientes: derogación de la ley de residencia; libertad de los presos por cuestiones sociales; amnistia amplia para los infractores y desertores del ejército²⁰⁷.

É interessante notar que a declaração afirma que a greve foi proclamada pelo “povo”, sem fazer nenhuma menção à central anarquista. A FORA não desmentiu a proclamação de greve geral, convocada para o dia 18, e foi arrastada para o movimento pelas suas bases. Porém, a declaração antecipada deu tempo para o governo reagir, decretando o estado de sítio na noite do dia 13. Pela tarde, antes mesmo do estado de sítio ser decretado, as autoridades policiais prenderam centenas de militantes operários, assaltaram as sedes de *La Protesta* e *La Vanguardia* e de numerosos sindicatos. No dia seguinte, bandos nacionalistas se organizaram para atacar os locais operários, dirigindo sua fúria especialmente contra os anarquistas. Aos gritos de “abajo la anarquía” e “mueran los gringos”, os bandos nacionalistas atearam fogo nas redações de *La Protesta* e *La Batalla*. Nem mesmo *La Vanguardia* escapou do ódio reacionário dos bandos nacionalistas, ainda que os socialistas se

204 “La nota de la federación”, **La Protesta**, 10 de maio de 1910, p. 1.

205 “Contra la ley de residencia”, **La Protesta**, 4 de maio de 1910, p. 1.

206 *La Protesta* menciona a adesão dos condutores de veículos, portuários, marítimos, pedreiros, carpinteiros, padeiros, sapateiros, entre outros. Ver: “Contra la ley de residencia”, **La Protesta**, 6 de maio de 1910, p. 1.

207 “El mitin monstruo”, **La Protesta**, 10 de maio de 1910, p. 1.

opussem à greve geral. Também foram registrados ataques aos bairros judeus de Buenos Aires. Tudo com a conivência e colaboração da polícia e das autoridades²⁰⁸. Mesmo assim, não conseguiram evitar a greve, que se iniciou no dia 16 de maio, dois dias antes do previsto e com o apoio dos sindicatos mais combativos, incluindo os condutores de veículos e operários da construção. O tráfego no centro da cidade não foi tão afetado, mas a paralisação foi total em La Boca e Barracas, e os grevistas lograram alguns atos de sabotagem contra as festas do Centenário: “La iluminación fue sabotada; el arco de triunfo preparado, incendiado; las principales exposiciones se abrieron con semanas de retraso” (BILSKY, 1985b, p. 158). Com o passar dos dias, o movimento foi decaindo e a greve chegou ao seu fim em 21 de maio. Apesar de alguns inconvenientes, as festas do Centenário foram mantidas e celebradas sob estado de sítio e a repressão se mostrou bastante eficaz.

Após o Centenário, o movimento operário estava totalmente desorganizado: suas principais lideranças foram presas ou deportadas, seus principais meios de comunicação foram destruídos, seus locais foram fechados e depredados. O golpe final veio com a aprovação da Lei de Defesa Social. Em 26 de junho de 1910, uma bomba explodiu no Teatro Colón. Não houve mortos nem feridos de maior gravidade, mas o ato serviu de justificativa para o governo aprovar uma lei repressiva contra o movimento operário apenas dois dias depois do atentado²⁰⁹. A lei proibia a entrada de anarquistas no país, criminalizava a propaganda anarquista e restringia severamente os direitos de associação e reunião. Reuniões e manifestações só poderiam ser realizadas com autorização prévia, e a polícia poderia dissolver qualquer manifestação ou reunião não autorizada pelas autoridades. O direito de greve também foi alvo da lei, que penalizava qualquer militante que tentasse promover paralisações.

A violenta repressão desencadeada após o Centenário, coroada com a aprovação da Lei de Defesa Social, representou uma dura derrota para o movimento operário e especialmente para o anarquismo argentino. Os próximos anos serão marcados por uma lenta recuperação da atividade sindical, pelo avanço do sindicalismo revolucionário e algumas mudanças no interior do anarquismo, que buscava se adaptar à nova conjuntura. O tema será tratado de maneira breve no próximo capítulo.

208 Para uma crônica completa da repressão e dos ataques nacionalistas contra a imprensa e os locais operários, ver: “Nuestra crónica”, **Ideas y Figuras**, 1 de outubro de 1910, p. 3-12.

209 Os anarquistas não reivindicaram o atentado, e inclusive levantaram a hipótese de que pudesse ter sido uma armação da polícia para pressionar pela aprovação de uma lei repressiva. Ver: “La tragedia de Buenos Aires”, **La Protesta**, 2 de julho de 1910, p. 1.

3.4 A PRÁTICA DO INTERNACIONALISMO

Como vimos no primeiro capítulo, em 1904 a Federação Operária Argentina passou a se denominar Federação Operária Regional Argentina. De acordo com Oved, a incorporação do adjetivo “Regional” ao nome da central operária “no fue casual ni insignificante, sino intencional, y se fijó por meta el enfoque que niega la división política presente del mundo, y que juzga a la nación o al Estado como una región en el alistamiento global” (OVED, 1978, p. 361). Tratava-se de uma demonstração do internacionalismo da Federação, que não ficou restrito apenas ao discurso de seus militantes e foi traduzido na prática. Contudo, ainda são poucos os pesquisadores que se debruçaram sobre as dimensões e práticas internacionalistas do anarquismo argentino e sul-americano¹. Como foi apontado pela historiadora Constance Bantman (2006, p. 261-262), a maioria dos pesquisadores se limitou a estudar o anarquismo dentro de limites locais e nacionais, sem dar muita atenção à dimensão internacional do movimento libertário. Os esforços internacionais dos anarquistas, quando considerados, foram frequentemente reduzidos às interações entre militantes e teóricos mais conhecidos e às organizações internacionais que os anarquistas tentaram estabelecer, muitas vezes sem sucesso. Porém, a autora ressalta que apesar das dificuldades em estabelecer organizações internacionais formais, os militantes anarquistas foram bem sucedidos ao articularem redes informais de militância internacional.

De acordo com Clayton Peron Franco de Godoy, os militantes anarquistas do final do século XIX e da primeira década do século XX apostaram nas redes informais de militância como estruturas básicas de mobilização. Tais redes incluíam “os grupos de afinidade, os centros sociais, os sindicatos de orientação sindicalista revolucionária ou declaradamente anarquistas, os grupos de propaganda e, principalmente, periódicos e indivíduos”. Os periódicos, aliás, muitas vezes “extrapolaram suas funções usuais de veículos de propaganda, convertendo-se [...] em verdadeiros ‘comitês de correspondência’ e ‘centros de discussão’ internacionais” (GODOY, 2018, p. 75-76), possibilitando certa articulação entre grupos de militantes de contextos locais e/ou nacionais distintos. No caso argentino, notamos que a FORA manteve intensos contatos com outras organizações operárias sul-americanas ao longo de todo o período estudado, especialmente com aquelas do Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai. Também foram estabelecidas conexões com a Europa, especialmente Espanha, Itália e França. *La Protesta* teve uma circulação significativa fora da Argentina, enquanto a força e o prestígio da FORA lhe garantiram um lugar destacado no

movimento sindicalista internacional, sobretudo no contexto sul-americano, onde foi tomada como referência pelos militantes anarquistas dos países vizinhos.

As conexões internacionais do anarquismo argentino permitiram não apenas a troca de informações entre militantes de países distintos, mas também possibilitaram a articulação de iniciativas mais concretas, como foi o caso da campanha antimilitarista de 1908, levada a cabo pelos anarquistas argentinos e brasileiros.

Entre o final do século XIX e o início do século XX, a política de “paz armada” era o lugar comum na diplomacia internacional. Segundo os defensores dessa política, somente um Estado forte e que dispusesse de elementos materiais para se defender poderia garantir a paz de maneira efetiva. Essa política também atendia aos interesses da indústria bélica, pois a venda de armamentos se tornou um negócio bastante lucrativo e que logo passou a buscar novos “sócios” não só na Europa, mas também nos países subdesenvolvidos. Nesse contexto, Argentina e Brasil se envolveram em um conflito diplomático sem precedentes em torno da questão dos armamentos.

As rivalidades afloraram logo após a discussão e aprovação de um projeto de rearmamento naval apresentado pelo Congresso Nacional brasileiro em 1904. O projeto punha em risco a superioridade naval da Argentina na América do Sul, iniciando uma corrida armamentista na região. Enquanto o Brasil buscava recuperar o prestígio de sua marinha de guerra após os anos de instabilidade política que sucederam a proclamação da República, os oficiais militares e a opinião pública da Argentina denunciavam as supostas pretensões imperialistas do Brasil, que se armava e ameaçava a segurança dos argentinos. O conflito, então, desenvolveu-se em torno da luta pela supremacia naval na região, agravando-se a partir de 1906, quando Figueroa Alcorta assumiu a presidência da Argentina e nomeou Estanisláo Zeballos, um rival do chanceler brasileiro Barão do Rio Branco, para chefiar o Ministério de Relações Exteriores argentino. A rivalidade pessoal entre ambos marcou profundamente as relações entre os dois países naquele período, contribuindo para a escalada das tensões, que atingiu seu ápice em 1908, por conta da campanha armamentista liderada por Zeballos e pela celeuma causada pelo chamado telegrama n. 9²¹⁰. As relações diplomáticas entre os dois países se tornaram extremamente complicadas. Uma guerra entre Argentina e Brasil era propalada pela imprensa burguesa e por políticos de ambos os países, gerando um clima de hostilidade entre as duas potências sul-americanas.

210 Incidente diplomático gerado por conta de uma falsificação, por parte de Zeballos, de uma mensagem telegráfica dirigida por Rio Branco à Legação Brasileira em Santiago, no Chile. Para mais detalhes, ver: HEINSFELD, 2000, p. 276-282.

Ante a possibilidade de um conflito armado entre as duas nações, os anarquistas argentinos e brasileiros viram uma oportunidade para demonstrar seu internacionalismo e iniciaram uma campanha antimilitarista que transcendeu as fronteiras nacionais. A iniciativa de agitar uma campanha contra a guerra parece ter partido da Confederação Operária Brasileira (COB), de orientação sindicalista revolucionária e liderada pelos anarquistas. A COB propunha a realização de uma greve geral para o dia 1 de dezembro, “para paralizar la acción militar e imponer la voluntad pacífica de las poblaciones a las pasiones y a los intereses bélicos” e convocando “a todas a las poblaciones de América del Sud a exteriorizar de una manera visible su adhesión a dicha manifestación” (SPALDING, 1970, p. 446). A iniciativa foi bem recebida pelos anarquistas argentinos. Mario Themis considerou que sua realização seria “una hermosa demostración de fraternidad y la mejor forma de oponerse a la guerra”²¹¹. A campanha antimilitarista tomou fôlego no fim do mês de julho. Motivado por rumores de que o governo realizaria em breve uma série de conscrições militares, J. Andranich escreveu nas colunas de *La Protesta* um texto conclamando os militantes à ação, citando a iniciativa brasileira:

La Federación Obrera de Río de Janeiro ya envió tiempo atrás una circular a las sociedades gremiales de esta comarca indicando la necesidad de impedir una guerra entre cualquier nación Sud americana, adoptando para ello la H. G. R. [huelga general revolucionaria] en todo el continente, como adhesión con los dos o más pueblos afectados por la guerra, y pidiendo al propio tiempo el parecer de cada entidad obrera sobre su proyecto de hacer una pública declaración de lo que antecede, el 1º de diciembre del corriente año. [...] Dicha Federación como previendo los acontecimientos, se adelantó a ellos, y no tenemos conocimiento de que todas las sociedades que recibieron dicha circular hayan dado su parecer al respecto, por lo que es bueno no se deje a un lado este este asunto de tan vital importancia²¹².

Ações mais concretas passaram a ser propostas em *La Protesta* logo em seguida. H. C. Losifano propôs a realização de uma intensa campanha antimilitarista na imprensa operária e nos sindicatos, além de um boicote aos jornais pró-armamentistas. Reafirmava, ainda, o internacionalismo anarquista:

Nosotros no debemos ir a la guerra; nosotros debemos de extender los brazos a los obreros de la nación enemiga (para ellos se entiende) he ir en contra de los dos. En contra del gobierno brasileño y en contra del gobierno argentino, para después ir en contra de todos los gobiernos, e implantar con bases inexpugnables los cimientos de una sociedad libre... donde no haya guerras... donde no haya derramamiento de sangre inútil...²¹³.

211 “Organización internacional”, *La Protesta*, 2 de junho de 1908, p. 1.

212 “Nuestro grito de guerra”, *La Protesta*, 29 de julho de 1908, p. 2.

213 “Contra la guerra”, *La Protesta*, 7 de agosto de 1908, p. 1-2.

No mesmo sentido, Máximo Fernández fez um apelo à FORA para iniciar uma campanha antimilitarista, imprimindo manifestos “sobre la guerra y el gobierno, explicando lo desastrosa que será para todos, sufriendo las peores consecuencias el pueblo trabajador”²¹⁴. Propunha ainda que esse mesmo manifesto fosse distribuído também aos trabalhadores brasileiros por meio da COB. Federido Moreno, por sua vez, viu o clima de ameaça de guerra com o Brasil como oportuno para agitar a militância e propagandear o ideário anarquista:

Este es el mejor momento propicio para arrear al surco nuestra simiente regeneradora, agitando al proletariado a fin de que se oponga al despilfarro del tesoro público, para evitar la guerra; y así atraer a nuestras filas muchos reacios a nuestras ideas. Anarquistas sinceros y convencidos, ha llegado la oportunidad de desperar al pueblo, la hora ha sonado, a la obra!²¹⁵.

O chamado à ação logo se concretizou com a convocação de um protesto antiarmamentista para o dia 4 de outubro, seguido pela criação de um *Comité Popular contra el Proyecto de Armamentos*²¹⁶, que passou a encabeçar a agitação antimilitarista realizando diversas reuniões e conferências sobre o tema até que a FOLB assumisse a campanha, já no final de outubro²¹⁷. A campanha buscava impedir a aprovação de um projeto que garantia a quantia de 170 milhões de pesos para a obtenção de armamentos para a Argentina. A primeira manifestação convocada pelo *Comité* parece ter frustrado as expectativas dos anarquistas. A concentração se deu na esquina das ruas Córdoba e Gazcón e o ato reuniu cerca de 400 pessoas, segundo *La Protesta*. Outras duas conferências antimilitaristas marcadas para o dia foram impedidas pela polícia²¹⁸. Já a manifestação marcada para o dia 11 de outubro teve maior sucesso. Para o dia do ato, *La Protesta* preparou uma edição cheia de artigos discutindo a guerra, o militarismo e o conceito de pátria para ser distribuída entre os manifestantes. A concentração ocorreu na Praça Colón e reuniu cerca de cinco mil pessoas, segundo o periódico anarquista²¹⁹.

Houve cobranças para que a FOLB tomasse um papel mais ativo no movimento. Bernardo Ibañez argumentava que era preciso realizar “una campaña entre los trabajadores, quienes son los únicos de quien depende este movimiento, por que en las altas esferas, ya se sabe como se acojen

214 “Contra la guerra”, **La Protesta**, 16 de agosto de 1908, p. 1-2.

215 “A la obra”, **La Protesta**, 18 de setembro de 1908, p. 1.

216 “Comité popular contra el proyecto de armamentos”, **La Protesta**, 23 de setembro de 1908, p. 2.

217 “Gran mítin de protesta”, **La Protesta**, 30 de outubro de 1908, p. 1.

218 “Las conferencias del domingo”, **La Protesta**, 6 de outubro de 1908, p. 1.

219 “Contra los armamentos”, **La Protesta**, 13 de outubro de 1908, p. 1.

dichos proyectos” e, para isso, conclamava a federação operária local a tomar frente na agitação, uma vez que o *Comité* dispunha de uma quantia de dinheiro bastante limitada, mas que

[...] uniéndola a la que podría dar la Federación y demás sociedades, podriase hacer una gran cantidad de manifiestos invitando al pueblo a que concurra, que difundidos por todas las calles traerían necesariamente la simpatía y el contingente de muchos que hasta son ignorantes de la adquisición de armamentos²²⁰.

Alguns dias depois, a FOLB tomou a liderança da campanha antimilitarista, convocando uma manifestação para o dia 15 de novembro. Pouco antes da nova manifestação, o incidente do telegrama n. 9 veio à tona para em seguida ser desbaratado. *La Protesta* repercutiu a notícia de que o telegrama havia sido falsificado por Zeballos:

Los diarios burgueses de la tarde dan cuenta de que el barón de Rio Branco ha mostrado al representante argentino en Rio Janeiro [sic] copia auténtica del despacho núm. 9, obtenida del telégrafo chileno y autenticada debidamente por el ministro argentino en Chile, autoridades chilenas y ministro brasileño en Santiago, comprobándose debidamente que es un todo diferente ese despacho telegráfico al que aquí fue proporcionado al doctor Zeballos. [...] Queda con esto por tierra la base del proyecto de armamentos y si un mediano buen sentido primara en los gobernantes de este país, de hecho quedaría anulado ya ese proyecto²²¹.

A edição de *La Protesta* de 15 de novembro novamente trazia uma série de artigos antimilitaristas e antipatrióticos, além de um manifesto da FOLB contra o projeto de armamentos. Segundo o periódico, a manifestação realizada na data contou com cerca de cinco mil manifestantes que se reuniram na Praça Lorea para protestar contra o militarismo. Anarquistas e socialistas novamente dividiram o púlpito. Em seu discurso, o militante ácrata Manuel Magdaleno deu uma mostra do internacionalismo anarquista e “explicó el principio de solidaridad existente con los trabajadores del Brasil, leyendo una carta de la confederación brasileña, en la cual se manifiesta que los mismos deseos de fraternidad unían a los trabajadores de ambos países”²²². Terminado o ato de 15 de novembro, as atenções se voltaram para a manifestação internacional contra a guerra a ser celebrada em 1 de dezembro. Porém, a ideia original de realizar uma greve geral de protesto acabou não se concretizando. No dia 17 de novembro, uma circular da COB foi publicada em *La Protesta*, informando que “teniendo en cuenta el poco tiempo que aun queda para la realización de la manifestación de protesta contra la guerra y en la imposibilidad de tratar sobre la conveniencia de

220 “Lo que urge”, *La Protesta*, 14 de outubro de 1908, p. 1.

221 “Contra el proyecto-negocio”. *La Protesta*, 13 de novembro de 1908, p. 1.

222 “El mítin del domingo”, *La Protesta*, 17 de novembro de 1908.

una huelga general”, os brasileiros decidiram “conmemorar la fecha del 1º de diciembre próximo con una manifestación pública”, esperando “que igual resolución será tomada por todas las corporaciones obreras de la república, a fin de que el acto sea simultáneo en todos los países sudamericanos”²²³. Assim, a FOLB decidiu realizar uma conferência pública no salão *Vorwärts*, tradicional espaço de reuniões do movimento operário²²⁴. Os sindicalistas da UGT aderiram ao ato, o que gerou críticas por parte de *La Protesta*. Afirmavam que a adesão da central sindicalista teria sido “un acto oportunista para conquistar a costa de la F. O. R. A. el triunfo de un éxito que sería luego bien aprovechado en perjuicio de esa organización obrera”²²⁵. O periódico anarquista também disparou críticas ao próprio Conselho Federal da FORA, por ter aceitado ou solicitado a participação da UGT na manifestação²²⁶. Ao dedicar as colunas de suas edições posteriores ao ato para criticar os sindicalistas e a direção da FORA, *La Protesta* lamentavelmente não nos fornece maiores informações sobre a manifestação de 1 de dezembro.

Apesar da campanha antimilitarista, Argentina e Brasil aprovaram orçamentos para a compra de novos armamentos. No Brasil, contudo, a lei do sorteio militar não chegou a ser aplicada, fato que foi comemorado como um triunfo pelos anarquistas²²⁷. Após o congresso argentino aprovar a aquisição de novos armamentos, o *Comité Popular contra el Proyecto de Armamentos* convocou uma manifestação para o dia 27 de dezembro, que reuniu cerca de três mil pessoas na Praça de Maio²²⁸. No dia 30, *La Protesta* publicou uma nota anunciando uma reunião “en la cual se resolverá sobre la actuación de este comité”²²⁹. A partir desta data, não encontramos mais informações sobre o *Comité* e a campanha antimilitarista parece ter sido dada como encerrada. Aos poucos, as relações entre Argentina e Brasil foram melhorando e se normalizaram após a visita de Roque Sáenz Peña ao Brasil em 1910. Em seguida, ele e Rio Branco negociaram o fim da corrida armamentista e as tensões belicistas cessaram.

Certamente seria um exagero afirmar que a campanha antimilitarista dos anarquistas argentinos e brasileiros foi capaz de impedir a guerra entre os dois países, mas ela nos mostra que os militantes foram capazes de articular ações concretas a nível internacional mesmo sem a existência de uma organização formal. Esta capacidade de articulação acabou animando a ideia de

223 “Una circular”, **La Protesta**, 17 de novembro de 1908, p. 1.

224 “Vida obrera: El gran mitin de hoy”, **La Protesta**, 1 de dezembro de 1908, p. 1.

225 “La vida obrera: Ecos del mitin”, **La Protesta**, 3 de dezembro de 1908, p. 1

226 “Cuatro verdades”, **La Protesta**, 4 de dezembro de 1908, p. 1.

227 “Del Brasil revolucionario”, **La Protesta**, 25 de dezembro de 1908, p. 1.

228 “El mitin del domingo”, **La Protesta**, 29 de dezembro de 1908, p. 1.

229 “Conferencias”, **La Protesta**, 30 de dezembro de 1908, p. 2.

realizar um Congresso Operário Sul-Americano. Já em junho de 1908, Mario Themis considerava que a iniciativa impulsionada pela COB poderia incentivar a organização internacional: “[...] debe pues aprovecharse tan favorable oportunidad y de una vez, resueltamente, hacer de la organización obrera Sud-Americana una fuerza poderosa”²³⁰. A FORA encabeçou a iniciativa, enviando circulares para outras organizações operárias sul-americanas. A partir do final de novembro, *La Protesta* passou a noticiar adesões de diversos grupos e organizações da região. Em um primeiro momento, foram noticiadas as adesões do *Centro 1º de Mayo*²³¹ e do grupo *Humanidad*²³² do Peru, da Federação Operária Regional Paraguaia (FORPa)²³³ e da Federação Operária Regional Uruguiaia (FORU)²³⁴. Boa parte dos sindicatos da FORA aderiram à iniciativa, incluindo alguns dos mais importantes, como os de operários do porto, carpinteiros, pedreiros e de ofícios metalúrgicos²³⁵. Os trabalhos para a realização do congresso continuaram no ano seguinte. Em 11 de fevereiro de 1909, uma nota publicada em *La Protesta* afirmava que o Congresso Operário Sul-Americano seria celebrado em Buenos Aires, a partir do dia 30 de abril de 1910 e contando com a adesão de “los delegados de las sociedades obreras de la Argentina, delegados del Brasil, Uruguay, Paraguay, Perú y probablemente de Chile, única región de la que aun no se ha recibido contestación categórica”²³⁶. Em uma circular de março de 1909, o Conselho Federal da FORA informava alguns dos temas a serem debatidos pelo congresso:

Entre los temas enviados por las sociedades figuran algunos, como ser: ¿Qué medios deben emplearse para abolir la esclavitud en los yerbales del Paraguay, Brasil y Argentina? ¿Qué actitud han de asumir los gremios en caso de una guerra entre dos o más naciones? ¿Qué medidas tomará el proletariado para contrarrestar la crisis universal? Pacto de solidaridad de la Federación Obrera Sudamericana. Destinar la tercera y cuarta página de *La Protesta* como boletín de informaciones de la F. O. Sudamericana. ¿Qué medios cree más convenientes el congreso para la conquista de la jornada de seis horas? Estudiar los medios para que en caso de huelga general ésta pueda hacerse con más rapidez que hasta la fecha. Necesidad de formar comités antimilitaristas en el seno de las sociedades y Federaciones (ABAD DE SANTILLÁN, 2005, p. 204-205).

De acordo com Abad de Santillán (2005, p. 204), o estado de sítio decretado após o assassinato de Falcón “impidió la preparación y la regularidad de las relaciones continentales”. Assim, no VIII Congresso da FORA, ficou decidido que o Congresso Operário Sul-Americano seria

230 “Organización internacional”, **La Protesta**, 2 de junho de 1908, p. 1.

231 “Federación Obrera Regional Argentina: Organización Internacional”, **La Protesta**, 24 de novembro de 1908, p. 2

232 “Federación O. R. Argentina: Organización Internacional”, **La Protesta**, 25 de novembro de 1908, p. 1-2.

233 “Federación O. R. Argentina: Organización Internacional”, **La Protesta**, 26 de novembro de 1908, p. 1.

234 “Federación O. R. Argentina: Organización Internacional”, **La Protesta**, 27 de novembro de 1908, p. 2

235 “La vida obrera: El Congreso Sud-Americano”, **La Protesta**, 12 de dezembro de 1908, p. 1-2.

236 “Congreso Obrero Sudamericano”, **La Protesta**, 11 de fevereiro de 1909, p. 1.

realizado em Montevideu, entre os dias 1 e 3 de janeiro de 1911. Contudo, a violenta repressão que se seguiu ao Centenário desarticulou completamente a FORA, que só conseguiu reconstituir o seu Conselho Federal em 1912. Uma vez que os preparativos para a realização do Congresso Operário Sul-Americano eram levados a cabo pela FORA, sua desorganização impediu a realização do congresso. Uma vez reorganizada, porém, a central anarquista foi capaz de manter seus contatos com as demais organizações operárias da região. Em 1913, por exemplo, a FORA enviou o delegado José Borobio para assistir o Segundo Congresso Operário Brasileiro; em 1915, participou do Congresso Internacional da Paz e do Congresso Anarquista Sul-Americano, também realizados no Brasil²³⁷; em 1929, a FORA foi a principal articuladora da Associação Continental Americana de Trabalhadores (ACAT), que congregava as principais organizações operárias de orientação anarquista da América Latina²³⁸.

Em outros momentos, a solidariedade internacional se manifestou de maneira mais espontânea, sem que as redes e conexões existentes com a militância de outros países precisassem ser acionadas. Em 26 de julho de 1909, uma greve geral insurrecionária parou Barcelona e outras cidades da Catalunha. A revolta se iniciou quando a coroa espanhola decidiu enviar tropas de reservistas para guerrear no Marrocos. O conflito logo tomou proporções sérias, com ataques diretos à Igreja e ao Estado: mais de uma centena de edifícios foram queimados, dentre os quais cerca de oitenta pertenciam ao clero. O governo espanhol declarou estado de guerra e mobilizou o exército para reprimir a revolta, que foi sufocada no dia 31. 65 pessoas morreram, e o número de feridos superou meio milhão. O pedagogo libertário Francisco Ferrer y Guardia, fundador da Escola Moderna, foi acusado de ser o líder máximo da revolta. A acusação carecia de qualquer fundamento, mas mesmo assim Ferrer foi detido no dia 1 de setembro e posteriormente fuzilado em 13 de outubro.

Não demorou para que os acontecimentos repercutissem na Argentina. Já no dia 27, algumas informações sobre a revolta foram publicadas em *La Protesta*, na seção “*Telegramas*”²³⁹. A partir do dia 30, as notícias sobre os acontecimentos em Barcelona ganharam maior destaque, sendo publicadas logo na primeira página do diário anarquista²⁴⁰. Quando chegaram as notícias da repressão, o movimento operário argentino reagiu imediatamente. Uma manifestação foi convocada

237 O Congresso Internacional da Paz e o Congresso Anarquista Sul-Americano ocorreram em setembro de 1915, ou seja, após o IX Congresso da FORA, e por isso não serão aqui abordados, respeitando o recorte temporal de nossa pesquisa. Contudo, o leitor poderá encontrar informações sobre esses congressos em: SANTOS, 2018.

238 Para maiores informações sobre a ACAT, ver: POY, 2020, p. 177-181 e MARTÍNEZ, 2018, p. 101-130.

239 “Telegramas”, **La Protesta**, 27 de julho de 1909, p. 2.

240 “La revolución en España”, **La Protesta**, 30 de julho de 1909, p. 1.

para o dia 8 de agosto, contando com a participação de oradores da FORA e UGT²⁴¹. A UGT decidiu iniciar uma campanha de boicote aos produtos espanhóis²⁴² e impulsionou a criação de um *Comité Obrero de Agitación*, para realizar “una poderosa agitación destinada a determinar la cesación de la guerra y la reposición en libertad de los trabajadores de España actualmente presos por las últimas manifestaciones de protesta contra la guerra”²⁴³. O *Comité* foi formado por uma comissão de cinco delegados representando a FORA, UGT e sociedades autônomas. No dia 22 de setembro, o *Comité* lançou um manifesto incitando os trabalhadores a organizarem um boicote contra os produtos da Espanha:

Los sucesos de Barcelona, constituyen la aspiración universal del proletariado que lucha por emanciparse de las tiranías burguesas, confirmando su producción, el deseo de oponer a la guerra burguesa, que persigue fines unicamente beneficiosas para ella, la guerra siempre permanente de la clase obrera que persigue la libertad e independencia del sistema del salario y la destrucción de la actual forma de organización social. [...] Como un exponente real de nuestros profundos sentimientos de simpatía y solidaridad hacia aquellos camaradas, urge la necesidad imperiosa de intervenir en la lucha que tiene miras de ser internacional por la actuación de diferentes organizaciones nacionales, para conquistar la libertad de esos compañeros presos por haber cumplido con un deber de admiración a no ser más instrumento de la guerra libertadora que ha entablado el proletariado en todas las naciones. [...] ¡Agitémonos por un boycott en regia a los productos y barcos de procedencia española! [...] Obreros del puerto y transportes marítimos, vuestra ayuda se hace imprescindible. Obreros conductores de carros, agitaos para la lucha; trabajadores de la industria contribuid con vuestra fuerza y voluntad indomable, y el triunfo será nuestro, producto de la solidaridad internacional del proletariado organizado!²⁴⁴.

O fuzilamento de Francisco Ferrer em 13 de outubro causou uma reação imediata. No mesmo dia, a FORA organizou uma conferência no salão da sociedade *Unione e Benevolenza*, onde discursaram Alberto Ghirardo, José de Maturana, Antonio Zúñiga, Antonio Zamboni, Carlos Balsán, Salvador Caputto, Gabriel Biagiotti, González Pachecho, Renato Ghía e Manresa Herrero²⁴⁵. Segundo *La Protesta*, cerca de 20 mil trabalhadores atenderam ao chamado da FORA e aprovaram por aclamação a realização de uma greve geral de protesto²⁴⁶. No dia seguinte, houve uma manifestação na Praça Colón, onde lideranças da FORA pronunciaram discursos inflamados em repúdio ao fuzilamento de Ferrer. Antes do fim do ato, Juan Bianchi e Carlos Balsán anunciaram que uma nova manifestação seria realizada na Praça Once no dia seguinte. *La Protesta* afirmava que

241 “Al pueblo: Gran mitin antiguerrero”, **La Protesta**, 4 de agosto de 1909, p. 1. A manifestação acabou não ocorrendo por conta do mau tempo, ver: “El mitin anunciando”, **La Protesta**, 10 de agosto de 1909, p. 1.

242 “Solidaridad Internacional”, **La Protesta**, 4 de agosto de 1909, p. 1.

243 “Solidaridad internacional”, **La Protesta**, 17 de agosto de 1909, p. 1.

244 “A la clase trabajadora de la República Argentina”, **La Protesta**, 22 de setembro de 1909, p. 1.

245 “Solidaridad con las víctimas de la reacción española”, **La Protesta**, 13 de outubro de 1909, p. 1.

246 “El mitin de anoche”, **La Protesta**, 14 de outubro de 1909, p. 1.

“donde llegó la noticia de la proclamación de huelga general el paro se produjo”, e destacou a participação feminina no movimento: “[...] las obreras [...] se plegaron en masa en muchos establecimientos, entre ellos la fábrica de zapatillas La Argentina, y la fábrica de tejidos Luis Barolo, en la que trabajan quinientas”²⁴⁷.

A greve tomou maiores proporções no dia 15. Apesar da chuva, cerca de dez mil trabalhadores se reuniram na Praça Once para se manifestar. As lideranças da FORA discursaram em uma tribuna improvisada. Durante o ato, “dos grupos de rebeldes colgaron banderas españolas y la fotografía del rey en las ramas de los árboles, prendiéndoles fuego al instante” e foram prontamente saudados pelos demais manifestantes aos gritos de “¡Muera Maura!” e “¡Muera el rey Alfonso!”²⁴⁸. Nova manifestação ficou marcada para o dia seguinte. Anarquistas e socialistas decidiram realizar um ato na mesma hora e no mesmo local. Contudo, um desencontro entre as lideranças operárias produziu uma situação bastante inusitada. Duas tribunas distintas foram erguidas na Praça Colón, onde ocorria a manifestação, causando certa confusão: “Muchos que se hallaban a igual distancia de la primera que de la segunda tribuna, oían a los conferenciantes de una y otra parte, no pudiendo comprender claramente las palabras del anarquista y del socialista a la vez”²⁴⁹. Os anarquistas tentaram unificar o ato, mas os socialistas não aceitaram a proposta.

A última manifestação ocorreu no dia 17, na Praça Constitución. Anarquistas e sindicalistas compartilharam a mesma tribuna, enquanto os socialistas novamente decidiram montar a sua à parte. De qualquer forma, o ato contou com a participação de cerca de 20 mil manifestantes, que ouviram discursos de Félix Godoy, Maria Collazo, José de Maturana e Alberto Ghiraldo²⁵⁰. Reproduzimos aqui alguns trechos do discurso de Ghiraldo, que foi publicado em sua revista *Ideas y Figuras*:

Compañeros de dolor y de ideas: el asesinato de Francisco Ferrer, llevado a cabo por las autoridades de España, es el más inicuo de los crímenes perpetrados en los modernos siglos. Se trata del fusilamiento de un maestro de escuela. [...] Fuera de todo dogma, la enseñanza propagada por Ferrer reposa en una base científica y racional. [...] En esta forma entendía Ferrer [...] introducir efectivamente en la enseñanza de la niñez y en todos los países las ideas de ciencia, de libertad y de solidaridad. ¡Qué programa más hermoso para la realización de una vida! Este es el verdadero Ferrer, el único Ferrer existente a quien se acaba de sacrificar, echando mano de los más infames recursos y en holocausto del catolicismo monárquico que hoy deprime a España. [...] El daño más acusador de los publicados hasta estos instantes contra el sacrificado consiste en la declaración de dos testigos que manifiestan haber oído hacer á los revoltosos indicaciones para levantar unos

247 “La protesta universal”, **La Protesta**, 15 de outubro de 1909, p. 1.

248 “La Huelga General”, **La Protesta**, 16 de outubro de 1909, p. 1.

249 “En la Plaza Colón”, **La Protesta**, 17 de outubro de 1909, p. 2.

250 “Crónica general”, **La Protesta**, 19 de outubro de 1909, p. 1.

rieles. ¿Qué más? ¡Ferrer, el maestro de escuela, enseñando á los obreros que colocaron los rieles la manera de levantarlos! Lo torpe del cargo subleva y conturba. ¡Y basta de discurso! Estos son momentos de acción. ¡A la acción, pues! Y la acción en este caso, fuera de las enérgicas medidas que la clase obrera debe tomar, ha tomado ya en consonancia con la actitud que cuadra en momentos como los presentes, es, en homenaje al mártir y cumpliendo su último postulado, sembrar de escuelas racionalistas el territorio de la República, de acuerdo con las bases de la educación científica echadas por Ferrer en Barcelona – ya que por medio de la educación moderna y revolucionaria ha de regenerarse no solo España sino el mundo. Creo que es esta la forma más eficaz de contestar a los que vertiendo su sangre generosa han imaginado anular la obra del educador. Una vez más quedaría así sentado el principio de que la sangre es fecunda. La de Ferrer, no será estéril. Probemos que no ha caído en tierras yermas²⁵¹.

A educação racionalista proposta por Ferrer e o seu projeto da Escola Moderna animaram os anarquistas ao redor do globo, e na Argentina não foi diferente. Como afirmou Juan Suariano, a educação e a cultura “eran consideradas por el anarquismo como cuestiones fundamentales para que los individuos alcanzaran una conciencia liberadora”:

[...] la educación alternativa buscaba operar sobre los sectores populares para convertirlos en seres pensantes y modelar su identidad, tratando de neutralizar las “deformaciones” inculcadas por la escuela oficial y por el propio sentido común popular. Paralelamente, consideraban la instrucción como una buena herramienta modeladora de la misma vanguardia y una contribución a la formación del militante que debía ser instruido y estar capacitado para dirigirse de manera eficaz y racional a los trabajadores para poder incorporarlos a la causa revolucionaria (SURIANO, 2005, p. 39-40).

A comoção causada pelo fuzilamento de Ferrer impulsionou um movimento pela educação racionalista e libertária, animando a criação de Escolas Modernas. Contudo, poucas experiências foram bem sucedidas, apesar dos esforços de militantes como Julio R. Barcos, que dirigiu as Escolas Modernas de Luján, Lanús e de bairros periféricos de Buenos Aires. De acordo com Suriano, estas experiências “funcionaron con enormes dificultades, no superaron el medio millar de alumnos y fueron desapareciendo entre 1909 y 1910 cuando se desató la represión posterior al asesinato del jefe de policía Ramón L. Falcón y el Centenario”. Ainda segundo Suriano, não se pode atribuir o fracasso das experiências pedagógicas racionalistas na Argentina somente à repressão:

[...] la ausencia de una verdadera demanda social debido a la fuerte presencia de la escuela pública [...] ocupó con eficacia los espacios vacíos y operó eficientemente sobre los sectores populares. Más allá de sus limitaciones, el aparato educador estatal alcanzó a cumplir con las necesidades básicas de un proceso alfabetizador y disciplinador que se articuló en torno al lema de educación universal, gratuita y obligatoria. No hay dudas que

251 “Un discurso”, **Ideas y Figuras**, 24 de outubro de 1909, p. 13-14.

este proceso anuló y neutralizó el atractivo que pudiera llegar a tener la pedagogía libertaria y la condujo hacia el fracaso (SURIANO, 2005, p. 41-42).

As dificuldades encontradas pelas Escolas Modernas foram percebidas por militantes da época, como Ricardo Carrencá. Para ele, o movimento operário argentino “ha descuidado en mucho este importante asunto”, apesar da “gran cantidad de individuos agremiados, que podrían prestar su contingente a las escuelas modernas”:

Estas son las instituciones hacia donde deben converger los esfuerzos proletarios; ellas han de ser la cuna de los hombres que han de alcanzar esa sociedad tan anhelada; de lo contrario, nos agruparemos mucho, declararemos huelgas, boicots y otras cosas por el estilo, pero la sociedad futura pasará a la historia como un hermoso sueño de una legión de románticos²⁵².

Mas apesar das dificuldades que encontraram ao tentar implementá-lo, o projeto pedagógico racionalista e libertário de Ferrer jamais deixou de ser reivindicado pelos anarquistas argentinos, e a comoção causada pelo seu fuzilamento agitou um dos mais grandiosos movimentos de solidariedade internacional já ocorridos na Argentina.

252 “Los medios”, **La Protesta**, 10 de outubro de 1909, p. 1.

4 O ANARQUISMO ARGENTINO FRENTE AO SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO

Ainda no início do século XX, a hegemonia anarquista no movimento operário foi desafiada pelo surgimento de uma nova corrente política, o sindicalismo revolucionário. Tal como os anarquistas, os sindicalistas revolucionários criticavam o reformismo socialista e defendiam a ação direta e a greve geral. No entanto, acusavam os libertários de colocar sua ideologia acima dos interesses da classe trabalhadora, defendendo a neutralidade política e a autonomia dos sindicatos, fazendo apelos constantes à unidade da classe trabalhadora e rechaçando de modo indistinto as ideologias que dividiam o operariado organizado. Como afirmou Belkin (2018a, p. XXXVI), o surgimento dessa corrente impactou as demais forças políticas do movimento operário: “El PS profundizó su inclinación electoralista y el anarquismo se replegó sobre sí mismo, acrecentando sus rasgos identitarios y embanderando a la FORA en el comunismo anárquico”. A insistência, por parte de uma parcela da militância anarquista, de que a organização operária precisava ter uma ideologia e uma finalidade bem definidas foi em certa medida uma reação ao sindicalismo revolucionário.

Neste capítulo, iremos discutir as relações entre o anarquismo e o sindicalismo revolucionário durante o período estudado. Entre 1904 e 1915, o sindicalismo revolucionário apareceu com mais clareza como uma corrente distinta no interior do movimento operário, amadurecendo suas posições até o IX Congresso da FORA, momento a partir do qual assumiu a liderança do operariado argentino. O anarquismo, por sua vez, precisava responder ao desafio imposto pelo desenvolvimento de uma corrente que disputava os mesmos espaços de atuação e com a mesma combatividade, o que acabou gerando divisões no interior do campo libertário: alguns anarquistas preferiram endurecer suas posições ideológicas, enquanto outros defenderam uma aproximação com os sindicalistas.

Porém, antes de iniciarmos uma análise mais detalhada sobre o contexto argentino, devemos realizar uma discussão mais ampla sobre o que foi o sindicalismo revolucionário e qual foi a sua relação com o anarquismo.

4.1 ANARQUISMO E SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO: UMA COMPLEXA RELAÇÃO

Parte da historiografia considera que o sindicalismo revolucionário é uma criação francesa, fundada na experiência da Confederação Geral do Trabalho (CGT). Jacques Julliard (1988) atribuiu sua emergência a um compromisso firmado na Carta de Amiens (1906) entre as diversas correntes

políticas existentes no interior do movimento operário francês daquele período para estabelecer bases de ação comuns e preservar a autonomia dos sindicatos frente aos partidos e grupos políticos que disputavam a condução das organizações sindicais. Para Edilene Toledo (2004, p. 28), “o sindicalismo [revolucionário] estava constituído na França” desde o fim do século XIX, e “a partir dos primeiros anos do novo século, ele irá configurando-se também em outros países”. No mesmo sentido, Wayne Thorpe (2010, p. 17-18) afirma que CGT francesa foi, inicialmente, “a única organização autodenominada sindicalista revolucionária na Europa” e que serviu de “exemplo e inspiração” para o movimento operário radical ao redor do mundo. Em contrapartida, Kenyon Zimmer (2018) aponta que os fundamentos do sindicalismo revolucionário podem ser encontrados já na experiência da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT). A AIT, unida em torno do lema “a emancipação da classe trabalhadora deve ser obra da própria classe trabalhadora”, encontrou os defensores mais acérrimos dessa fórmula entre as fileiras anarquistas. De acordo com Zimmer (2018, p. 354), foi a ala antiautoritária da Internacional, liderada por Mikhail Bakunin, que encampou os princípios básicos que conformaram a práxis do sindicalismo revolucionário: a independência dos sindicatos em relação aos partidos políticos, a rejeição da política parlamentar em favor da ação direta dos trabalhadores, a tática da greve geral revolucionária e a noção de que a organização dos trabalhadores forneceria as bases da sociedade pós-revolucionária. No mesmo sentido, van der Walt (2018, p. 253) afirma que apesar das origens francesas do termo “sindicalismo revolucionário”, o movimento sindicalista revolucionário precede a CGT francesa e as “principais posições e práticas sindicalistas revolucionárias emergiram na ala anarquista da Associação Internacional dos Trabalhadores [...] identificada com Mikhail Bakunin”.

Enquanto Karl Marx defendia que a classe trabalhadora deveria se organizar em um partido político para obter a conquista do poder político²⁵³, Bakunin advogava que as organizações operárias deveriam ser independentes dos partidos, mesmo daqueles que se proclamassem socialistas ou operários, e que as bases da associação deveriam ser exclusivamente econômicas. Para o anarquista russo, os fundadores da AIT “agiram com grande sabedoria ao eliminar, de início, do programa dessa Associação, todas as questões políticas e religiosas”:

253 No Congresso de Haia, realizado em 1872, no qual se decidiu pela expulsão dos anarquistas da AIT, Karl Marx e Friedrich Engels também fizeram com que fosse aprovada a seguinte resolução: “Na sua luta contra o poder colectivo das classes possidentes, o proletariado só pode agir como classe constituindo-se a si próprio em partido político distinto, oposto a todos os antigos partidos formados pelas classes possidentes. Esta constituição do proletariado em partido político é indispensável para assegurar o triunfo da Revolução social e do seu objectivo supremo: a abolição das classes” (MARX; ENGELS, 2007). Para uma discussão mais exaustiva sobre as e divergências entre Marx e Bakunin, ver: ECKHARDT, 2016.

Sem dúvida, não lhes faltaram em absoluto nem opiniões políticas, nem opiniões antirreligiosas bem definidas; mas se abstiveram de emití-las nesse programa porque seu objetivo principal era unir acima de tudo as massas operárias do mundo civilizado em uma ação comum. Tiveram necessariamente de buscar uma base comum, uma série de simples princípios sobre os quais todos os operários, quaisquer que sejam, por sinal, suas aberrações políticas e religiosas, [...] estão e devem estar de acordo (BAKUNIN, 2016, p. 47).

Para Bakunin, ao adotar uma posição política ou antirreligiosa, a AIT acabaria por fomentar a divisão e a discórdia entre os operários. Em contrapartida, ao dar para a associação uma base cujo único fundamento era “a luta exclusivamente econômica do trabalho contra o capital”, a luta pela emancipação da classe trabalhadora tenderia a ser mais efetiva, pois

[...] a partir do momento que um operário põe o pé nesse terreno, a partir do momento que, adquirindo confiança tanto em seu direito como na força numérica, ele engaja-se com seus companheiros de trabalho numa luta solidária contra a exploração burguesa, ele será necessariamente levado, pela própria força das coisas, e pelo desenvolvimento dessa luta, a logo reconhecer todos os princípios políticos, socialistas e filosóficos da Internacional, princípios que nada mais são, com efeito, do que a justa exposição de seu ponto de partida, de seu objetivo. [...] Do ponto de vista político e social, eles têm por consequência necessária a abolição das classes, conseqüentemente aquela da burguesia, que é a classe hoje dominante; a abolição de todos os Estados territoriais, aquela de todas as pátrias políticas, e sobre sua ruína, o estabelecimento da grande federação internacional de todos os grupos produtivos, nacionais e locais (BAKUNIN, 2016, p. 49).

Bakunin compreende que o “caráter econômico da luta permite garantir a unidade dos trabalhadores enquanto classe e uma aproximação concreta da organização e da luta de classes”, inserindo os operários “numa experiência pedagógica, garantida por uma educação prática que contribuirá de maneira determinante para sua formação política” e que aos poucos irá promovendo “um melhor entendimento, por parte dos trabalhadores, do mundo à sua volta, das relações sociais, de sua situação, de seus interesses e de seu projeto de classe”, contribuindo também para a “radicalização dos trabalhadores num sentido revolucionário e socialista” (CORRÊA, 2019, p. 432). As greves são entendidas como um elemento fundamental nesse processo e constituem “um meio precioso de luta”, fruto do antagonismo “entre o Trabalho e o Capital, tendo necessariamente por consequência tornar os operários cada vez mais conscientes do abismo que existe entre a burguesia e o proletariado”, fortalecendo a organização dos trabalhadores e preparando-os para a “grande luta revolucionária e definitiva que, destruindo todo privilégio e toda distinção de classe, dará ao operário o direito de desfrutar do produtor integral de seu trabalho, e, por isso, os meios de desenvolver na coletividade toda a sua força intelectual, material e moral” (BAKUNIN, 2017, p.

469). O potencial revolucionário das greves poderia ser ainda mais amplificado se algum tipo de articulação entre elas tornasse possível a realização de uma greve geral:

Quando as greves propagam-se, comunicam-se de um ponto a outro, significa que elas estão bem perto de se tornar uma greve geral; e uma greve geral, com as ideias de libertação que prevalecem hoje no proletariado, só poderia levar a um grande cataclismo, que daria uma nova cara à sociedade. Sem dúvida, não estamos ainda nesse ponto, mas tudo nos leva a ele. Contudo, é necessário que o povo esteja pronto, que não se deixe enganar pelos falatrões e sonhadores como em 48, e, por isso, ele deve estar forte e seriamente organizado (*apud* CORRÊA, 2019, p. 435).

Selmo Nascimento da Silva afirma que a greve geral, para Bakunin, é sinônima de insurreição, uma verdadeira “ofensiva da classe trabalhadora contra a ordem burguesa, onde a dialética criação-destruição estabelece a destruição do sistema capitalista e a criação da sociedade socialista”:

A tese da greve geral insurrecional se pauta no entendimento de que a luta revolucionária é uma luta eminentemente econômica, ou melhor dizendo, uma luta pela emancipação econômica da classe trabalhadora. Para os bakuninistas a emancipação econômica só é possível com a destruição simultânea da propriedade privada e do Estado [...]. Assim, a greve geral tem objetivos programáticos definidos: a abolição da propriedade privada e a destruição do Estado, como condições necessárias para a emancipação dos trabalhadores (SILVA, 2017, p. 218).

E se a emancipação da classe trabalhadora passa pela destruição do sistema estatista e capitalista, a organização operária “deve ter um caráter essencialmente diferente da organização dos Estados” (BAKUNIN, 2016, p. 113). De acordo com Felipe Corrêa (2019, p. 421), as classes dominantes impõem sua dominação através de estruturas autoritárias e burocráticas, de tal modo que “torna-se necessário negar tais concepções para se chegar a uma nova”:

Isso significa que a forma de uma organização deve ser determinada pelos fins que ela pretende atingir. Essa coerência estratégica preconiza que, para se atingir fins determinados, são necessários meios adequados, e que, por isso, a depender desses fins, algumas concepções organizativas são mais adequadas que outras. [...] Negando as concepções organizativas dominadoras e burocráticas, e levando em conta que a finalidade dessa organização deve ser o socialismo coletivista-federalista, chega-se ao federalismo [...], que subsidia também esse “como” da concepção organizativa da luta dos trabalhadores. Nesse sentido, o federalismo [...] pode ser definido como uma concepção organizativa baseada no princípio da liberdade, que permite relacionar coerentemente os meios de luta com os fins do socialismo coletivista-federalista, contrapor a burocracia e a burocratização e levar a cabo a delegação com controle da base. O federalismo garante a coerência estratégica do projeto revolucionário, graças à promoção de meios federalistas e do protagonismo dos trabalhadores em suas organizações e lutas (CORRÊA, 2019, p. 422).

Assim, qualquer estratégia que previsse a necessidade de uma organização centralizada e visasse a tomada do poder político não deveria ter lugar na luta dos trabalhadores, pois desta forma os operários estariam ajudando a perpetuar e legitimar um sistema de dominação que consideram injusto e que deve ser abolido. Se o proletariado “quisesse apoderar-se do poder político, tornar-se-ia ele próprio uma classe dominante e exploradora” (BAKUNIN, 2017, p. 468). Para Bakunin, uma vez que Estado e dominação são indissociáveis, não é possível conceber a ideia de um “Estado popular” e controlado pelos trabalhadores: “O Estado, por mais populares que o façam em suas formas, será sempre uma instituição de dominação e exploração, e por consequência, para as massas populares, uma fonte permanente de escravidão e miséria” (BAKUNIN, 2016, p. 91). As aspirações da classe trabalhadora “não podem ter outro objeto senão o estabelecimento de uma organização e de uma federação econômica absolutamente livres, fundada sobre o trabalho e a igualdade de todos e absolutamente independentes de todo governo político”, e essa organização não pode ser “senão o resultado da ação espontânea²⁵⁴ do próprio proletariado” (BAKUNIN, 2017, p. 468).

As ideias de Bakunin tiveram grande influência nas seções suíça, italiana e espanhola da AIT. Esta última foi fundada pelos bakuninistas em 1870, e após três anos de existência já ostentava cerca de 60.000 membros, conformando-se como uma das seções mais ativas e poderosas da Internacional. Porém, ainda na década de 1870, e sobretudo após a derrota da Comuna de Paris, o movimento operário europeu foi duramente reprimido. Muitos de seus militantes mais ativos foram presos, mortos ou forçados ao exílio. Se por um lado o desterro de diversos militantes contribuiu para a propagação de suas concepções e práticas ao redor do globo²⁵⁵, por outro, a repressão afetou seriamente o epicentro do movimento operário radical. Com a desarticulação das organizações operárias, uma parcela considerável dos militantes anarquistas da Europa passou a considerar as táticas sindicalistas ineficazes, abraçando o insurrecionalismo. Assim, as primeiras iniciativas do sindicalismo revolucionário “foram ofuscadas pela ascensão do anarquismo insurrecional” (VAN DER WALT; SCHMIDT, 2009, p. 157) após a dissolução da AIT em 1877. A prática de atentados violentos contra chefes de Estado e representantes da burguesia – a chamada “propaganda pelo ato”

254 De acordo com Felipe Corrêa (2019, p. 428), o conceito de espontaneidade em Bakunin não deve ser entendido como antítese de organização: “Para ele, espontaneidade refere-se a algo que é natural, que se autoefetiva por si mesmo e se constrói dialeticamente de baixo para cima, do simples ao complexo”.

255 Lucien van der Walt (2018, p. 253) destaca a formação de organizações que poderiam ser classificadas como sindicalistas revolucionárias nas Américas a partir da segunda metade da década de 1870, entre as quais constam o *Congreso General de Obreros Mexicanos*, fundado em 1876; a *Central Labor Union* estadunidense, fundada em 1884; e o *Círculo de Trabajadores de La Habana*, fundado em Cuba em 1885. Imigrantes anarquistas desempenharam um papel fundamental na formação dessas organizações. No caso argentino, vimos o papel desempenhado pelos internacionalistas espanhóis exilados e por militantes italianos como Mattei e Malatesta na construção das primeiras organizações anarquistas e sindicatos revolucionários da Argentina.

– foi comum no meio anarquista europeu durante a década de 1880, causando pânico na sociedade da *belle époque* e consolidando no senso comum a imagem do anarquista conspirador e terrorista. No entanto, a predominância do insurrecionalismo não durou muito tempo:

No final da década de 1880, houve uma reação generalizada contra a propaganda pelo ato nos meios anarquistas, e muitos dos que a haviam defendido no passado, incluindo [Alexander] Berkman, [Emma] Goldman, [Piotr] Kropotkin, [Errico] Malatesta e [Johann] Most, começaram a apontar suas desvantagens. Para a maioria dos anarquistas, a propaganda pelo ato se provou ineficaz e um perigo direto para o anarquismo. Ela causou uma imensa repressão, paralisando as tentativas de formar um movimento anarquista de massas (VAN DER WALT; SCHMIDT, 2009, p. 133).

O insurrecionalismo não foi capaz de enfraquecer o capitalismo e o Estado e a “própria natureza do ato insurrecional” passou a ser considerada elitista: “em vez de inspirar a classe trabalhadora e o campesinato à ação, [a propaganda pelo ato] na melhor das hipóteses reforçou a confiança passiva das massas em líderes e salvadores” (VAN DER WALT; SCHMIDT, 2009, p. 133), além de ter afastado os anarquistas dos anseios mais imediatos da classe trabalhadora, como por exemplo, a busca por melhores salários e menores jornadas de trabalho. Segundo van der Walt e Schmidt (2009, p. 133), o anarquismo parecia ter se tornado “a crença de uma seleta elite” e que na prática demonstrava ser prejudicial aos movimentos populares. Essa crítica do insurrecionalismo coincidiu com uma retomada do sindicalismo revolucionário, que foi especialmente forte na França e culminou na criação da CGT.

Embora os anarquistas não fossem a única força que impulsionava a CGT, foram sem sombra de dúvidas uma força determinante. As principais lideranças do sindicalismo revolucionário francês – Émile Pouget, Fernand Pelloutier, Georges Yvetot e Paul Delesalle – eram anarquistas; os anarquistas também “lideraram a ofensiva ao Partido Socialista e à ação política na CGT” e foram “os grandes responsáveis pela rejeição dos partidos, eleições e parlamento em favor da ação direta dos sindicatos” (DARLINGTON, 2009, p. 35). Sob a hegemonia dos anarquistas, a CGT se tornou a grande referência do sindicalismo revolucionário internacional:

Militantes estrangeiros observaram a CGT da melhor maneira que puderam, seja indiretamente, por meio da mídia impressa, ou diretamente, através do contato pessoal com seus membros [...]. Para alguns, Paris constituiu a Meca do sindicalismo revolucionário, um destino para os peregrinos em busca de inspiração ou para aqueles que desejavam observar o exemplo francês em primeira mão (THORPE, 2010, p. 19).

O prestígio da CGT no movimento operário internacional foi tamanho que o sindicalismo revolucionário floresceu mesmo em países onde o anarquismo era pouco influente, como nos Estados Unidos, Irlanda e Inglaterra. Inspirados pela CGT, socialistas radicalizados desses países impulsionaram organizações sindicais que tinham como fundamento a ação direta dos trabalhadores e viam com certa desconfiança a política parlamentar. Dessa forma, o sindicalismo revolucionário encontrou respaldo em um contingente popular muito mais amplo do que o anarquismo. Por esse motivo, historiadores como Edilene Toledo (2004) e Ralph Darlington (2009) consideram que o sindicalismo revolucionário se constituiu enquanto um movimento autônomo em relação ao anarquismo. Para Toledo,

[...] na teoria sindicalista revolucionária convergiam ideias socialistas como a luta de classes [...] e ideias anarquistas, como a destruição do Estado, embora, na visão sindicalista, os sindicatos substituíssem o Estado e constituíssem a base da organização da futura sociedade, enquanto os anarquistas queriam destruir todas as instituições da sociedade burguesa, entre as quais incluíam também o sindicato (TOLEDO, 2004, p. 31-32).

De maneira semelhante, Darlington (2009, p. 44) reconhece que o desenvolvimento do sindicalismo revolucionário guarda alguma relação com o anarquismo, mas afirma que “o núcleo da filosofia sindicalista revolucionária não era explicitamente anarquista”, e que apesar de apresentar certas afinidades com o anarquismo, especialmente no que diz respeito à rejeição aos partidos políticos e a preferência por uma organização de tipo federalista e mais ou menos descentralizada, o sindicalismo revolucionário também incorporava certos elementos do marxismo, tais como:

[...] a concepção marxista da necessidade e desejabilidade da luta de classes [...] como um meio de resistência coletiva ao capitalismo que pode desenvolver a confiança, a organização e a consciência de classe dos trabalhadores; a absoluta primazia da classe trabalhadora como o único agente revolucionário que poderá libertar toda a sociedade; e uma concepção de socialismo surgida da necessidade dos trabalhadores tomarem o poder por si mesmos [...] (DARLINGTON, 2009, p. 47).

De acordo com Iain McKay (2012, p. 90), as formulações de Darlington ignoram “não apenas a influência mais óbvia” de Bakunin sobre o sindicalismo revolucionário, como também “a rejeição explícita de Marx e Engels” às principais táticas sindicalistas defendidas pelos libertários no interior da AIT. Marx (2010b, p. 490-491) criticava a concepção bakuninista de que a “classe operária não deve se ocupar com política” e “deve se organizar somente através dos sindicatos”, afirmando que Bakunin não compreendia que “todo movimento de classe” é necessariamente “um

movimento político”. Para Engels, ao promover uma postura negativa em relação à política parlamentar, os anarquistas não atacavam “o Estado concreto que nos oprime”, mas sim “o estado em abstrato que não existe em nenhuma parte e que, portanto, não se defenderá” (ENGELS, 2013). Um ataque efetivo ao Estado exigiria, de acordo com suas concepções, uma intervenção política ativa da classe operária organizada em um partido. Engels também se posicionou contra a noção de que as organizações operárias poderiam fornecer as bases da sociedade pós-revolucionária, ao atacar os partidários de Bakunin afirmando que eles propunham que o proletariado “se organize não de acordo com as necessidades da luta [...] mas de acordo com as noções vagas de uma sociedade futura concebida por alguns sonhadores” (MARX; ENGELS, 2010a, p. 66). Além disso, também ironizava a ideia de greve geral concebida pelos bakuninistas:

No programa de Bakunin, a greve geral é o trampolim que leva à Revolução Social. Uma bela manhã, os operários de todas as associações de um dado país e até do mundo inteiro deixam o trabalho e em quatro semanas, no máximo, obrigam as classes dominantes a dar-se por vencidas ou a lançar-se contra os operários, com o que ganham o direito de se defenderem e, aproveitando a ocasião, de derrubarem a velha organização social (ENGELS, 2013).

Para Engels, na melhor das hipóteses a greve geral “só afeta diretamente os burgueses individuais”, mas não exerce nenhum efeito “contra a sua representação coletiva, isto é, contra o poder do Estado” (ENGELS, 2013). Entretanto, apesar das objeções de Marx e Engels aos fundamentos do sindicalismo revolucionário, o fato é que em determinados contextos, como na Itália, militantes identificados com o marxismo e desiludidos com a ação política passaram a advogar as táticas do sindicalismo revolucionário²⁵⁶. De acordo com van der Walt e Schmidt (2009), esses militantes abandonaram o marxismo e abraçaram o anarquismo na prática. Concordamos com estes autores quando enfatizam as origens anarquistas do sindicalismo revolucionário, contudo, tendo em vista que o sindicalismo revolucionário encontrou respaldo onde o anarquismo teve pouca ou nenhuma influência, e que em alguns contextos de fato se constituiu enquanto uma corrente política autônoma em relação ao anarquismo e ao socialismo, acreditamos que seria incorreto reduzir o sindicalismo revolucionário ao anarquismo. Nesse sentido, concordamos com a afirmação de Alexandre Samis (2018, p. 482) de que “tomar todo o movimento por sua corrente majoritária [...] traz inconvenientes para se definir com precisão a complexidade do modelo sindicalista revolucionário”, que foi antes tudo uma “obra coletiva da classe trabalhadora”. Por outro lado, não

256 Para uma discussão sobre o sindicalismo revolucionário na Itália, ver: TOLEDO, 2004, p. 88-149.

consideramos que seja correto relativizar a importância do anarquismo na constituição do sindicalismo revolucionário, uma vez que

[...] o sindicalismo revolucionário cresce como oposição a um significativo reformismo socialista; e que, antes do bolchevismo, corrente que só pode ser considerada após 1917, o anarquismo representa a única ideologia claramente revolucionária com densidade suficiente para fornecer aos sindicalistas inspiração política [...] (SAMIS, 2018, p. 483).

E muito embora o sindicalismo revolucionário tenha se configurado enquanto um movimento internacional, é preciso estar atento às particularidades de suas expressões locais ou nacionais (LINDEN; THORPE, 1990, p. 1), de modo que possamos avaliar até que ponto o anarquismo foi ou não um elemento determinante em sua constituição, e quais foram as relações entre anarquismo e sindicalismo revolucionário em contextos mais específicos.

4.2 O NASCIMENTO DO SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO NA ARGENTINA: EMBATES CONTRA O REFORMISMO SOCIALISTA E AS TENTATIVAS DE APROXIMAÇÃO COM O ANARQUISMO

Diferentemente de seus companheiros brasileiros, muito influenciados pelo sindicalismo revolucionário francês, os anarquistas argentinos seguiram um caminho próprio e desenvolveram concepções distintas para fundamentar sua atuação no movimento operário. Contudo, o sindicalismo praticado pela CGT francesa encontrou seus entusiastas entre os grupos autonomistas da UGT e em uma fração do PSA que desconfiava das táticas eleitorais e reformistas preconizadas pelos seus dirigentes. Uma parte da militância socialista “cuestionaba el énfasis exagerado en la lucha político-electoral y advertía sobre el descuido de la acción gremial”, o que gerou “una suerte de malestar crónico en las filas partidarias” (BELKIN, 2018a, p. XLIV). As controvérsias no interior do partido foram se agravando conforme o governo combinava medidas repressivas com alguns acenos para a classe trabalhadora, como a Lei Nacional do Trabalho. Ao mesmo tempo, o movimento operário se radicalizava cada vez mais. A Lei Nacional do Trabalho, que dividiu opiniões entre os socialistas, foi rechaçada em absoluto pela UGT, que se distanciava cada vez mais do PSA.

A ala mais combativa do PSA e as tendências autonomistas da UGT deram origem ao sindicalismo revolucionário argentino. Identificados com o sindicalismo francês e com as críticas ao reformismo realizadas por Arturo Labriola e Enrico Ferri, os sindicalistas argentinos viam no

sindicato a organização operária por excelência, colocando-se “en un neto terreno de lucha de clases, de denuncia del socialismo parlamentario, utilizando, para ello, los métodos de acción directa y de la huelga general como medios de capacitación revolucionaria de la clase obrera” (BILSKY, 1985b, p. 133). Sua diferença em relação ao anarquismo, que introduziu as práticas de ação direta na Argentina, se dava fundamentalmente no papel atribuído ao sindicato:

En tanto aquél ve en la organización un instrumento de gimnasia revolucionaria y de constante conflicto entre capitalistas y trabajadores, sin atribuirle su contenido verdaderamente revolucionario como creadora de nuevos órganos de gestión colectiva y de conciencia rígida de clases... el sindicalismo considera a la organización obrera de clase como el elemento primordial y constitutivo de toda la obra revolucionaria del proletariado, y designa sus organismos... a sustituir definitivamente en el futuro todas las instituciones burguesas... (OVED, 1978, p. 407).

Como se vê, os sindicalistas o conceberam o sindicato como um meio e como um fim, enquanto muitos anarquistas o aceitaram somente como um meio. E uma vez que o sindicato era entendido como o único meio capaz de destruir o capitalismo e também o germe da sociedade futura, era essencial que pudesse abrigar em seu seio o maior número possível de trabalhadores. Nesse sentido, a defesa da unidade e da neutralidade sindical eram indissociáveis:

[...] en el sindicato deben tener cabida todas las expresiones del movimiento obrero, con la única condición de ubicarse en el terreno de la lucha de clases y aplicar la acción directa, dejando de lado la propaganda ideológica (BILSKY, 1985b, p. 136).

Além disso, os sindicalistas revolucionários adotavam uma postura “obreirista” e questionavam o papel dos intelectuais no movimento operário, responsabilizando-os pelos desvios reformistas no interior do socialismo, enquanto o anarquismo “pretendía una colaboración más estrecha con algunos intelectuales, pero sin por ello abandonar el terreno de la lucha de clases” (BILSKY, 1985b, p. 120). A crítica sindicalista ao Estado também era distinta daquela feita pelos anarquistas em alguns pontos, sobretudo porque os sindicalistas ressaltavam com maior clareza o caráter classista do Estado, e em um primeiro momento aceitaram a ação parlamentar, “pero en forma crítica y de descrédito de las instituciones del régimen capitalista, debiendo la representación parlamentaria de la clase obrera, subordinarse completamente a los intereses y necesidades de estas” (BILSKY, 1985b, p. 134). Em julho de 1905, os sindicalistas passaram a publicar o seu próprio periódico, *La Acción Socialista*, onde seu programa foi exposto de maneira mais concisa pela primeira vez:

- a) Fijar la posición del movimiento obrero en el terreno de la lucha de clases, manteniendo el espíritu revolucionario que ha de animarlo, procurando impedir toda interpretación dual sobre las funciones de los órganos e instituciones de dominación burguesa;
- b) Enaltecer la acción directa del proletariado, desarrollada por su simple y deliberada voluntad de modo independiente de toda tutela legal, dirigida a disminuir prácticamente las condiciones de inferioridad económica en que lo tiene colocado el capitalismo.
- c) Demostrar teórica y prácticamente el papel revolucionario del sindicato, su efectiva superioridad como instrumento de lucha y su función histórica en el porvenir como embrión de un sistema de producción y gestión colectivista;
- d) Integrar la acción revolucionaria del proletariado por medio de la subordinación de la acción parlamentaria a los intereses de la clase trabajadora, correspondiendo a ésta señalar a sus mandatarios la conducta a seguir en los parlamentos burgueses;
- e) Ratificar el concepto marxista sobre el significado de la acción del proletariado en su fundamental expresión de la lucha de clases;
- f) Negar que el Estado sea órgano social y universal y demostrar su naturaleza de institución de clase;
- g) Adjudicar al parlamentarismo, como único papel en el proceso revolucionario, funciones de crítica y descrédito de las instituciones políticas del régimen capitalista (SPALDING, 1970, p. 296).

Ao mesmo tempo em que combatiam o reformismo no interior do PSA, os militantes sindicalistas avançaram sobre as organizações que se encontravam na órbita de influência da UGT e ganharam o apoio dos grupos autonomistas, que eram partidários da neutralidade sindical e desconfiavam dos anarquistas e socialistas. O peso dos sindicalistas no interior da UGT ficou evidente em seu III Congresso, realizado entre os dias 12 e 18 de agosto de 1905 e que aprovou resoluções aceitando a tática da greve geral²⁵⁷ e relativizando a importância da luta política²⁵⁸, abrindo margens para uma aproximação com o anarquismo.

É interessante notar que a UGT seguiu um caminho inverso ao da FORA, uma vez que “nace estrechamente ligada a una corriente política, el P.S.” e “irá paulatinamente tomando distancia con el partido al cual debió su gestación” (BILSKY, 1985b, p. 130). As divergências entre a UGT e os sindicalistas com a direção do PSA chegaram a um ponto crítico em fevereiro de 1905, quando o governo decretou estado de sítio em razão da revolta promovida pela UCR e aproveitou a suspensão

257 Duas resoluções sobre o tema foram propostas. A primeira, do militante socialista Jacinto Oddone, reconhecia que “la huelga general [...] puede ser, en determinadas circunstancias de lugar y de tiempo, un medio eficaz para exteriorizar la protesta da la clase trabajadora” (OVED, 1978, p. 405). A segunda, proposta pelo sindicalista Luis Bernard, considerava a greve geral “el mejor instrumento con el cual se puede detrimenar al capitalismo” e recomendava “acceptar la huelga general como medio específico de lucha proletaria por su eficacia moral y material” (OVED, 1978, p. 405). A resolução de Oddone, de teor mais moderado, foi aprovada por 5096 votos contra 2793 pela proposta por Bernard. Apesar da vitória de uma posição mais moderada sobre o tema, “la votación evidencia el peso apreciable de la minoría muy similar en su concepción a la de los anarquistas” (OVED, 1978, p. 405).

258 Nesse sentido, o congresso aprovou a seguinte resolução, que naquela altura expressava a posição dos sindicalistas sobre o tema: “Resuelve aceptar la lucha política en el verdadero significado que ella tiene de lucha de clases; y a la acción parlamentaria, en el concepto de que no realiza obra efectiva revolucionaria, y sólo sirve para complementar la acción material y positiva que realiza el proletariado en el frente verdadero... o sea en el campo económico” (OVED, 1978, p. 405).

das garantias constitucionais para reprimir o movimento operário. A situação era tensa e no interior do socialismo se debatia sobre qual atitude deveria ser tomada. O Comitê Executivo do PSA, de composição reformista, exigia calma, enquanto os sindicalistas propunham “una postura más combativa, alentando la resistencia del movimiento obrero, sin limitarse necesariamente a lo estrictamente legal” (BELKIN, 2018a, p. 30); a UGT, em sintonia com as posições sindicalistas, “llama a adoptar una enérgica resistencia, imprimiendo a la acción un carácter revolucionario” (BILSKY, 1985b, p. 125). Porém, a repressão conseguiu imobilizar o movimento operário durante o estado de sítio, não abrindo margem para maiores resistências.

Como vimos anteriormente, a atividade sindical e a imprensa operária foram retomadas imediatamente após a revogação do estado de sítio. Além disso, a atitude repressiva do Estado fortaleceu as posições dos socialistas mais radicalizados, que buscaram cada vez mais uma aproximação com o anarquismo. Por outro lado, e em um sentido inverso, “la confrontación implacable con el régimen acrecentó el odio y las inclinaciones extremistas en el sector anarquista” (OVED, 1978, p. 412), favorecendo algumas posturas mais sectárias. Contudo, a redação de *La Protesta* adotou uma posição amplamente favorável à unidade do movimento operário, defendendo uma aproximação com o sindicalismo revolucionário. Alberto Ghirardo, na época diretor do diário anarquista, via naquela corrente que surgia no interior do PSA “una evolución del socialismo favorable al anarquismo” (BILSKY, 1985b, p. 126). Na avaliação de *La Protesta*, parecia cada vez mais claro que os militantes operários de distintas correntes políticas passaram a reconhecer, na arbitrariedade do Estado e dos patrões, um inimigo comum a ser combatido. Uma vez que esta luta “tiene sus contornos definidos de una manera clara y terminante y con su objetivo están conformes todos los trabajadores sin distinción alguna de ideales políticos”, a divisão entre os militantes operários parecia não ter mais razão de ser:

La división actual no tiene asidero alguno en que sustentarse, pues muy bien dentro de los gremios caben los socialistas, los de la Unión General y los de la Federación, sin que por eso perdieran la tendencia sociológica que cada uno tiene, y haciendo en cambio mucho más eficaz la lucha económica en que todos están de acuerdo. [...] En aquellos puntos en que hay identidad de mirar, puede y débese hacer acción conjunta, sin perjuicio de que en campañas de otro género, en luchas de orden distinto al económico, obren individualmente como mejor les parezca, como más de acuerdo sea con los ideales de cada uno²⁵⁹.

E respondendo os militantes anarquistas mais sectários, afirmavam:

259 “El pacto de los asalariados”, *La Protesta*, 20 de maio de 1905, p. 2.

[...] a aquellos anarquistas que juzgan el pacto como una claudicación de sus compañeros en ideal, debemos decirlos que aún suponiendo que la lucha económica no proporcione ventajas a los trabajadores y aún considerando que esas ventajas sean siempre una ilusión, lo que si teóricamente, y en sentido general puede ser verdad, en la práctica no lo es, como nos lo prueba de palmaria manera la situación de la clase obrera en los países en que la organización gremial ha alcanzado un completo desarrollo, comparándola con la de las naciones en que el gremialismo es embrionario, y aún dando por sentado que las mejoras adormezcan al trabajador alejándolo de la emancipación, lo que tampoco está probado, pues no vemos que estén más cerca de ella los obreros de las regiones antiorganizadoras, que los de las en que la organización es un hecho, debemos decirlos que aunque más no fuese por espíritu de proselitismo y por inculcar el instinto de rebelión, deberían prestigiar ese Pacto que les permitiría relacionarse con mayor cantidad de trabajadores y haría más fácilmente comprensible la idea anárquica²⁶⁰.

Logo essa postura em prol da unidade foi traduzida na prática, quando a *Confederación Dependientes de Comercio* propôs a realização de uma manifestação de protesto contra as arbitrariedades cometidas durante o estado de sítio e foi secundada pela FORA, UGT e PSA. A manifestação foi convocada para o dia 21 de maio e anunciada com entusiasmo pelos anarquistas: “Por vez primera se responde a la prepotencia de los burgueses que a todos nos miden con el mismo rasero, con una protesta general en la que desaparecen las diferencias de tácticas y escuelas”. Na avaliação de *La Protesta*, o ato marcava o início de “una nueva era en la vida gremial del país”²⁶¹. Os manifestantes se concentraram na Praça Constitución e marcharam até a Praça Lavalle, onde enfrentaram a repressão. A polícia disparou contra os manifestantes, ocasionando duas mortes²⁶². A comoção gerada no movimento operário chegou a alimentar rumores de uma possível greve geral que, no entanto, foram desmentidos²⁶³. Contudo, o clima favorável à unidade parecia se consolidar: “Toda la vida política dentro del movimiento tiende entonces a polarizarse alrededor del problema de la unidad, cuya expresión inmediata será un llamado a la realización de un pacto solidario entre la F.O.R.A. y la U.G.T” (BILSKY, 1985b, p. 127). A questão deveria ser tratada nos congressos das duas organizações sindicais, a serem realizados em agosto.

Como vimos, o sindicalismo revolucionário deu o tom ao III Congresso da UGT, aprovando resoluções que possibilitavam uma maior aproximação com os anarquistas. A iniciativa mais relevante nesse sentido foi a proposta de um pacto solidário com a FORA, escrito nos seguintes termos:

260 “Los obstáculos del pacto”, **La Protesta**, 25 de maio de 1905, p. 2.

261 “El primer acto de unión”, **La Protesta**, 21 de maio de 1905, p. 2.

262 Para uma narrativa detalhada dos acontecimentos, desde a ótica dos anarquistas, ver: “Nuestra crónica”, **La Protesta**, 23 de maio de 1905, p. 1.

263 “Huelga general: rumores infundados”, **La Protesta**, 30 de maio de 1905, p. 1.

[...] considerando que las causas que tienen distanciadas a los obreros socialistas y anarquistas, tienen sus raíces en dos escuelas sociológicas distintas y por ende, en dos maneras de concebir las causas que determinan el movimiento económico en la historia. Que solo las necesidades imperiosas del desarrollo industrial y proletario y una mayor educación económica y política de las masas proletarias, atenuarán hasta suprimir los diferentes métodos de lucha, declara:

Que la solidaridad obrera entre todos los obreros es no obstante, un medio eficaz e indiscutible para alcanzar esas aspiraciones y que la Union General de Trabajadores aceptará un pacto con las demás asociaciones siempre que no perjudique su método de lucha. Que la unión y la solidaridad entre los asalariados de todos los países puede arrancar progresiva y paulatinamente a la clase capitalista las mejoras y ventajas que han de encaminarla hacia su emancipación política, económica y social.

En consecuencia, lamentando las luchas intestinales que se manifiestan entre trabajadores de diferentes tendencias políticas, resuelve iniciar una enérgica campaña por medio de la propaganda oral y escrita con el propósito de desautorizar toda polémica o controversia que apartándose de las reglas de un debate sereno e instructivo, tiendan a exasperar más de lo que están las relaciones entre obreros socialistas y anarquistas.

Sobre las bases a que había de ajustarse el pacto se resuelve lo siguiente:

Aceptar y proponer a la consideración de todas las organizaciones obreras del país, que no militan en la Unión, la realización de un pacto de solidaridad tendiente a unificar la fuerza y acción de la clase obrera organizada en las siguientes circunstancias:

1. Para oponerse tenazmente a la aplicación de cualquier proyecto de Ley Nacional del Trabajo que en sus disposiciones contuviera, como el proyecto González, medidas restrictivas al desenvolvimiento y desarrollo de las organizaciones obreras.
2. Cuando manifiestamente se decretara el Estado de Sitio con el propósito de ahogar probables y efectivos movimientos de la clase trabajadora; y
3. Para combatir hasta su completa derogación a la odiosa y draconiana Ley de Extrañamiento de Extranjeros, valiéndonos para ello de una asidua propaganda, y de una acción seria y meditada, realizada en el interior y exterior de la república (SPALDING, 1970, p. 301-303).

A proposta não previa uma fusão entre as duas centrais sindicais, deixando claro que o acordo seria aceito desde que a autonomia e os métodos de luta preconizados pela UGT fossem respeitados, prevendo ainda uma atuação conjunta em torno de pautas bem definidas. *La Protesta* considerou a resolução aprovada “altamente simpática”: “Es una medida de oportunismo, en el más sano sentido de la palabra, y desde cualquier punto de vista encomiable”. Consideravam que o pacto proposto se apresentava “como un medio de defensa y de lucha, lejos del ambiente malsano de las capillitas, y aún diríamos apartado de toda intención doctrinaria”, garantido um amplo campo de possibilidades para que anarquistas e socialistas pudessem atuar em conjunto:

[...] los conflictos que llegaren a suscitarse por la cuestión de los salarios, por la conjuración del hambre tramada contra un obrero o un núcleo de obreros, las injusticias patronales, las leyes restrictivas y prohibitivas de la organización gremial, el

interesantísimo asunto del servicio militar obligatorio que todos partidarios de la acción directa o de las soluciones pacíficas estamos deseosos de combatir, la ley de expulsión dictada en perjuicio de los extranjeros, estas cuestiones y muchas más requieren funcionar energías para resolverlas en forma que convenga las esperanzas e intereses de la masa productora²⁶⁴.

Contudo, o pacto solidário proposto pela UGT precisava ser aprovado pelo V Congresso da FORA. E este, após amplas discussões, “abundando la casi totalidad de los delegados en consideraciones contra”, decidiu reconhecer como “inútil, ineficaz y contraproducente todo pacto solidario escrito con la U. G. de T.”, afirmando ainda que “la F. O. R. A. no tiene absolutamente nada que ver con idealismos que pudieran dividir al obrero” e estava disposta a acolher em seu seio “a todo obrero o grupo de obreros que deseen ingresar en sus filas”²⁶⁵. A rejeição ao pacto solidário com a UGT gerou uma longa controvérsia nas colunas de *La Protesta*, entre aqueles que eram favoráveis ao pacto e os que adotaram sem ressalvas as resoluções do V Congresso. Ángel Nóbile argumentava que deveria ter sido papel da FORA, e não da UGT, o de propor um pacto para estabelecer os limites e condições para uma atuação conjunta: “éramos nosotros, o era mejor dicho, la F. O. la que debía proponerlo, dentro de los limites indicados por la U. G. de T. en su nota, para que ellos, se aceptaran”. Além disso, afirmava que a FORA jamais negou sua solidariedade aos movimentos realizados pelo operariado argentino, e “esto prueba de que jamás los elementos de la F. O. han necesitado ni de pactos, ni de acuerdos de ningún género para ser consecuentes con los principios solidarios, que son su base y orientación”. Sendo assim, um pacto escrito seria totalmente inútil, uma vez que a solidariedade se dá “sobre el terreno de los hechos y no sobre una hoja de papel”²⁶⁶. Francisco Jaquet era da mesma opinião, afirmando que o V Congresso reconhecia “la necesidad de la solidaridad no escrita, sino sentida, producto de un convencimiento que da fuerza y valor a la acción voluntariamente desarrolladas y no impuesta por un formulismo inútil”. Para ele, a necessidade de se realizar uma ação conjunta “se siente cuando la acción gubernamental se desarrolla, tendiente a coartar un derecho, a negar una libertad; cuando la acción gubernamental es oprimiente, entonces todos los heridos por ella, se rebelan”, sem a necessidade da existência de um acordo formal. Teobaldo Arcebi, em contrapartida, adotou uma postura favorável ao pacto, que segundo ele poderia produzir “una mayor uniformidad en el criterio con que debe encararse la verdadera lucha de clase”:

264 “La acción conjunta”, **La Protesta**, 15 de agosto de 1905, p. 1.

265 “Federación Obrera Regional Argentina, su quinto congreso”, **La Protesta**, 31 de agosto de 1905, p. 3.

266 “El pacto de solidaridad”, **La Protesta**, 1 de setembro de 1905, p. 2.

[...] el Pacto de solidaridad fortalecería seguramente la organización general de nuestro proletariado para que pudiera con oportunidad con unión y energía responder a las provocaciones y a las bárbaras persecuciones y desmanes del inepto gobierno argentino. Además nos permitimos insistir en que los Congresales consideren que los últimos periodos de nuestra lucha aconsejan y prueban la utilidad de este Pacto, puesto de que en varias ocasiones las dos entidades obreras se han visto obligadas a ponerse de acuerdo, cuando era necesario llevar a cabo algún movimiento o protesta eficaz, significándose recíprocamente las ventajas de la acción uniforme y común²⁶⁷.

Baseado na experiência recente do movimento operário argentino, Arcebi julgava que não existiam mais razões suficientes para justificar a divisão, mas deixava claro que não se tratava de “conciliar las ideas ni las teorías distintas fundadas en dos escuelas sociológicas”, mas sim de “establecer un Acuerdo Solidario, que en las condiciones circunstanciales y estipuladas obtenga la unanimidad para la acción de todos los obreros organizados de la república”. Também reconhecia uma tendência “francamente revolucionaria” nas declarações do III Congresso da UGT, “donde ha predominado en casi todas las discusiones un criterio pronunciadamente revolucionario”²⁶⁸, o que facilitava uma aproximação com os anarquistas e operários organizados na FORA. Juan Meninato também adotou uma postura semelhante:

No creo que haya habido razones fundamentales para rechazar íntegro el pacto de la U. G. de T. máximo tratándose de una institución que según declaraciones de su último congreso, acepta y propaga la táctica y acción revolucionaria en el terreno amplio y fecundo de la lucha de clases, para conseguir la emancipación económica y social del proletariado²⁶⁹.

Meninato lamentava o sectarismo predominante entre os delegados do V Congresso, que “se han dedicado exclusivamente a revolver todo lo pasado, en lugar de tratar del presente para dirigirse hacia el porvenir”, e julgando que o tema não havia sido discutido adequadamente, defendeu “mandar un referendum a todas las sociedades federadas, para que ellas mismas, después de haberlo discutido en sus respectivas asambleas, se pronuncien en pro o en contra del pacto”²⁷⁰. A. Chancallini reconhecia que quando “la necesidad de la rebelión se impone a todos, claro está que no es necesario el pacto escrito para que se solidaricen”, mas mesmo assim acreditava que um pacto formal poderia ter certa utilidade “para regular la acción colectiva”²⁷¹.

Jaquet foi quem soube expressar melhor as objeções ao pacto desde uma perspectiva mais doutrinária. Para ele, aceitar um pacto com a UGT seria reconhecer uma entidade “surgida del

267 “El pacto de solidaridad”, **La Protesta**, 3 de setembro de 1905, p. 2.

268 *Ibid.*

269 “El pacto de solidaridad”, **La Protesta**, 5 de setembro de 1905, p. 2.

270 *Ibid.*

271 “El pacto de solidaridad”, **La Protesta**, 6 de setembro de 1905, p. 2.

choque de principios opuestos” aos da FORA. Mais do que isso, afirmava que todas as ideias “que han aceptado contacto con otras, han perdido su pureza, fuerza verdadera y real que debe llevarla al triunfo”:

¿No están amenazados del mismo peligro los anarquistas? Me dirán que estos, al negar los principios fundamentales de la sociedad actual, no pueden hacer concesiones, pero hay un término medio entre esta y aquel, y es el colectivismo. Se dice también que a la revolución sucederá un período de transición durante el cual una forma intermediaria se deberá plantear, pero no se tiene en cuenta que esta forma intermediaria, que bien pudiera ser el federalismo, se refiere unicamente a las relaciones económicas. El principio Estado, debemos procurar abolirlo inmediatamente. Pactando los anarquistas con los socialistas, nos exponemos a que se falsee la educación del pueblo y que el esfuerzo de la revolución no llene la misión que de ella nosotros, los anarquistas, esperamos²⁷².

Para Jaquet, tendo em vista que o V Congresso da FORA “ha recomendado una propaganda de principios por la que se conseguirá unión verdadera”, enquanto a UGT “quiere decirse que no sostiene principio ninguno”, havia mais um motivo para rejeitar o pacto. Se a UGT não sustentava mais nenhum princípio, sua própria existência já não tinha mais razão de ser: “Esta división se basaba en los medios de lucha y el tercer congreso de la U. G. de T. ha reconocido y adoptado las armas esgrimidas por la F. O. R. A. con algunas limitaciones de poca importancia”²⁷³. Para ele, a FORA “ofrece a todos los obreros el pacto de solidaridad amplio que sirve de base a su acción”, motivo pela qual rejeitava “un pacto con una entidad que representa la división del proletario, división que no tiene razón de ser”²⁷⁴.

No dia 9 de setembro, *La Protesta* publicava uma nota dando a discussão por encerrada, uma vez que todos os argumentos pró e contra o pacto “han sido expuestos y discutidos detenidamente”²⁷⁵. Ao fim e ao cabo, as posições favoráveis à resolução tomada pelo V Congresso, contrária ao pacto, acabaram prevalecendo. Contudo, a justificativa do Conselho Federal da FORA para não aceitar o pacto solidário com a UGT não expressava um caráter decididamente sectário. Em linhas gerais, argumentava-se que o “formulismo de un pacto escrito” era desnecessário, mas a possibilidade de uma aproximação com a UGT não era completamente descartada:

[...] ambas instituciones establecen como base común, el principio de solidaridad, y ambas se orientan en una idéntica finalidad defendiendo un mismo interés – el de la clase trabajadora en general cuyo mejoramiento económico y social se persigue, independientemente de toda otra ideología – y tal analogía de causas e intereses, hace que

272 “El pacto de solidaridad”, **La Protesta**, 5 de setembro de 1905, p. 2.

273 *Ibid.*

274 “El pacto de solidaridad”, **La Protesta**, 6 de setembro de 1905, p. 2.

275 “El pacto de solidaridad”, **La Protesta**, 9 de setembro de 1905, p. 2.

esa solidaridad, surja y se imponga espontáneamente, sin necesidad de protocolo previo, como natural consecuencia de los principios que se proclaman y del consciente interés de los factores. De esta manera cualquier iniciativa, cualquier acción que una u otra de las instituciones, trate de hacer práctica, en beneficio de esa causa o interés común, bien entendido, tiene forzosamente que resultar homogénea y concorde con la causa e interés de la otra, y en consecuencia cooperada solidariamente en todo sentido por esta²⁷⁶.

A nota termina afirmando que a FORA continuaria atuando de acordo com seus métodos e concepções, “haciendo no solo obra de solidaridad [...] sino también obra de defensa de sus propios intereses a toda iniciativa o actitud que la U. G. de T. determine hacer prácticas, en el sentido de contrarrestar la reacción feroz de las clases gobernantes”²⁷⁷. Logo essas afirmações seriam testadas na prática...

4.3 RUMO À UNIDADE?

O final do ano de 1905 foi novamente marcado pela repressão e pelo conflito social. Em 19 de setembro, os estivadores de Rosario entraram em greve, exigindo melhores condições de trabalho²⁷⁸. Não demorou muito para que o movimento crescesse e se generalizasse, atingindo outros portos do país. No dia 5 de outubro, *La Protesta* noticiava paralisações em San Pedro, Campana, San Martín, Villa Constitución, Bahía Blanca, La Plata e San Nicolás²⁷⁹. Em Buenos Aires, até mesmo a *Sociedad Argentina Obreros del Puerto*, de orientação católica e que era tida como “pelega”, aderiu ao movimento, chegando a participar de assembleias no *Teatro Iris* de La Boca ao lado da *Sociedad de Resistencia Obreros del Puerto*. Em assembleia realizada no dia 3 de outubro, as duas sociedades acordaram a composição de uma comissão de greve com quinze representantes de cada parte²⁸⁰. Para além da união inédita entre operários católicos e anarquistas, os ferroviários também ameaçaram entrar em greve²⁸¹, o que poderia causar sérios prejuízos para a economia exportadora argentina. Então, no dia 7, o governo decretou mais uma vez o estado de sítio. A FORA respondeu convocando uma greve geral por tempo indeterminado a partir de 9 de outubro. A UGT, em um primeiro momento, convocou uma greve geral por 48 horas, mas logo decidiu estender o movimento, em comum acordo com a FORA. Segundo a crônica de *La Protesta*,

276 “La Federación Obrera a la Unión G. de Trabajadores”, **La Protesta**, 15 de setembro de 1905, p. 2.

277 *Ibid.*

278 “Interior: Última hora, Rosario”, **La Protesta**, 19 de setembro de 1905, p. 3.

279 “La gran huelga”, **La Protesta**, 5 de outubro de 1905, p. 2.

280 “La huelga del puerto”, **La Protesta**, 4 de outubro de 1905, p. 2.

281 “Lecciones de la huelga”, **La Protesta**, 8 de outubro de 1905, p. 1.

a greve conseguiu alcançar proporções consideráveis, apesar de ter sido declarada sem nenhuma preparação ou propaganda prévia:

[...] la huelga duró toda la semana, no en su carácter completamente general, como era de desear, pero bastante potente para conmover a la burguesía al extremo de que representantes del gran capital hicieron trabajos acerca del gobierno para el levantamiento del estado de sitio²⁸².

Como era de se esperar, o governo reprimiu violentamente o movimento e suas lideranças. Francisco Jaquet e Ángel Nóbile, membros do Conselho Federal da FORA, foram deportados; Luis Bernard e Ernesto Piot, que compunham a Junta Executiva da UGT, foram presos e enviados a Montevideu. O ambiente repressivo, contudo, mais uma vez serviu como pretexto para aproximar foristas e ugetistas. Foi criado um comitê pró-presos e deportados e, ante rumores de uma extensão do estado de sítio, “el Sub-Consejo de la F.O.R.A. nombrado por la prisión del C. F. en unión con la J. E. de la U. G. de T. constituyeron un Comité de Huelga que inició los trabajos para resistir con otra huelga general en caso de que los rumores resultasen ciertos”²⁸³. Como a medida de exceção não foi prorrogada, a greve geral que vinha sendo gestada não ocorreu. O estado de sítio foi levantado em 5 de janeiro de 1906. A colaboração entre anarquistas e sindicalistas continuou firme ao longo do ano. Não foi incomum encontrar nas páginas de *La Protesta* textos de militantes sindicalistas como Luis Lotito e Rufino Asenjo del Río. No interior de alguns sindicatos filiados à FORA, a cooperação entre as duas tendências foi especialmente forte, “sobre todo aquellos que militan dentro de una misma federación de oficio con sociedades pertenecientes a la U. G. T. (metalúrgicos, gráficos, sombrereros, calzado, oficios de la madera)” (BILSKY, 1985b, p. 138). A ideia de reunificar o movimento operário em uma só organização ganhava força. No VI Congresso da FORA, realizado entre os dias 19 e 23 de setembro, os delegados dos sapateiros apresentaram a seguinte moção:

[...] El Consejo Federal nombrado por el congreso, se encargará de organizar un Congreso de Unificación para formar de una vez una sola Federación en la cual está agrupada toda la clase trabajadora. A este congreso deberán ser invitadas todas las sociedades obreras afiliadas a la F. O. R. A., Unión General de Trabajadores y todas las sociedades independientes (BILSKY, 1985b, p. 219).

282 “Durante el estado de sitio”, *La Protesta*, 1 de fevereiro de 1906, pp. 1-2.

283 *Ibid.*

A proposta foi aceita pelos delegados do VI Congresso, embora as fontes consultadas não forneçam maiores detalhes sobre sua votação nem registrem os debates que podem ter ocorrido antes de sua aprovação. Em suas memórias, Gilimón afirma que “había causado entusiasmo” entre os militantes da FORA “la idea de refundir en un solo cuerpo las dos grandes asociaciones obreras del país” (GILIMÓN, 2018, p. 71). Contudo, alguns anarquistas viam a proposta com alguma desconfiança. Adrián Troitiño, por exemplo, via com certa estranheza o fato dos socialistas de *La Vanguardia* se declararem a favor da unificação: “Después de cuatro años de lucha contra la Federación aconsejan nuestros primos hermanos la unión de sus camaradas con los mismos que más de una vez fueron por ellos acusados de mil villanías”. Ressaltando as diferenças entre anarquistas e socialistas, Troitiño afirmou que

[...] la división de estos dos elementos, [...] sino se hubiera procedido en el segundo congreso, tenía forzosamente que producirse más tarde o temprano y nos aventuramos a manifestar que la fusión tan deseada por algunos se llevara a la práctica en estos momentos, antes de poco tiempo tendríamos que lamentar una nueva división tal vez más honda y perjudicial de la que padecemos hoy²⁸⁴.

Francisco Corney também via a ideia com ressalvas e considerava que o interesse pela fusão partia principalmente dos socialistas e sindicalistas. Em sua avaliação, o PSA perdia espaço no movimento operário e procurava reconquistar alguma influência entre os trabalhadores; os sindicalistas, por sua vez, “si logran la fusión consideran fácil ser el motor que ponga en movimiento las fuerzas federadas”²⁸⁵. Como outros militantes anarquistas, Corney desconfiava das intenções dos sindicalistas, naquele momento recém rompidos formalmente com os socialistas. Em abril, o PSA celebrou em Junín o seu VII Congresso. Neste congresso, os sindicalistas foram expulsos do partido e em seguida formaram a sua própria organização, a Agrupación Socialista Sindicalista (ASS), que se propunha a “determinar y uniformar la acción de los sindicalistas en sus respectivas organizaciones gremiales, a fin de encarrilar la acción de éstas en un franco y abierto espíritu de lucha de clases” (BELKIN, 2018a, p. 48). O programa dos sindicalistas, contudo, ainda causava dúvidas entre os anarquistas:

En el campo económico somos socialistas, en el campo político somos anarquistas. Todos los que en el campo económico son socialistas y en el campo político parlamentarios, [...] no dejan de ser más que socialistas políticos o parlamentarios. ¿Entonces? Que diablos son los de la agrupación Sindicalista de la Argentina? ¿Son socialistas políticos o son socialistas anárquicos? Yo creo que es necesario que ante los trabajadores se manifiesten claramente lo

284 “Pido la palabra”, *La Protesta*, 22 de setembro de 1906, p. 2.

285 “La fusión gremial”, *La Protesta*, 9 de janeiro de 1907, p. 1.

que son. Si son anarquistas que rompan en programa que tienen y sino no dejarán de ser socialistas políticos [...]”²⁸⁶.

As colunas de *La Protesta* foram abertas ao sindicalista Rufino Asenjo del Río para responder aos questionamentos levantados. Ele argumentava que os sindicalistas “han luchado para destruir el falso concepto y alcance de la acción política y electoral, pues era una enfermedad que la acción económica revolucionaria estuviese supeditado a la acción política”, esclarecendo que os sindicalistas não eram políticos, “puesto que nuestra base revolucionaria es el sindicato”, e que se aceitavam a atuação parlamentar, impunham à ela uma série de limitações: “[...] el diputado obrero está subordinado a los intereses obreros, siendo estos los que han de señalar el rumbo a seguir en los parlamentos, no pudiéndose apartar de la ruta revolucionaria es decir, enérgico, de obstrucción”²⁸⁷. De acordo com Asenjo del Río, essa postura era distinta daquela adotada pelo PSA, que pretendia dirigir o movimento operário e subordinar a ação sindical à luta política. Antonio Marconi percebia algumas incoerências na postura assumida pelos sindicalistas:

La Agrupación Sindicalista [...] se ve arrastrada por el movimiento obrero revolucionario. Si ella sigue sosteniendo que es necesaria la acción política aunque sea como cosa secundaria, es sostener que es necesario que el proletariado deba tener sus representantes en el parlamento burgués o de enviarlos allí. Esto es ir contra el mismo proletariado revolucionario que viene negando en las luchas y en las manifestaciones teóricas, la inutilidad de la acción política. No es acaso lo que siempre ha venido sosteniendo la F.O.R.A. y los anarquistas dentro y fuera de ella, que la acción política no reporta ningún beneficio a los trabajadores?²⁸⁸.

Para Marconi, “hasta que la Agrupación Sindicalista de la Argentina no rechace en absoluto la acción política, aún como arma secundaria”, os sindicalistas não poderiam afirmar que não são políticos. Além disso, via como inútil ocupar o parlamento com fins obstrucionistas, pois “para hacer práctica la obra se necesita la acción de abajo, la acción del proletariado organizado”:

Frente al parlamento burgués, debe levantarse amenazador para todo el régimen capitalista, los sindicatos organizados y solidarizados en una sola entidad. Esta es la obra de verdadero obstruccionismo. En cuanto al descrédito que puede hacerse del parlamento burgués, es que el pueblo no vote para que así el parlamento sea en realidad un adversario y podamos combatirlo sin temor ninguno y de este modo no se neutraliza la acción revolucionaria, la que a veces es neutralizada por la misma burguesía para detener el avance del proletariado revolucionario²⁸⁹.

286 “Aclaración”, **La Protesta**, 17 de janeiro de 1907, p. 2.

287 “El sindicalismo mal interpretado”, **La Protesta**, 18 de janeiro de 1907, p. 1.

288 “El sindicalismo bien interpretado”, **La Protesta**, 19 de janeiro de 1907, p. 1-2.

289 *Ibid.*

Marconi chegava a afirmar que a representação no parlamento inclusive limitava a ação do movimento operário: “[...] es tiempo ya que el proletariado se encauce francamente por las vías revolucionarias y no pierda más tiempo”²⁹⁰. Asenjo del Río, ao responder Marconi, insistiu na afirmação de que os sindicalistas não eram políticos, já que encontravam no sindicato o seu principal meio de ação. Ainda considerava que não existiam diferenças de fundo entre “sindicalistas que van al parlamento a destruirlo y los anarquistas anti-parlamentarios, que no van porque crean que no se destruye nada”; para ele, as duas posturas poderiam ser consideradas antiparlamentares. Em seu juízo pessoal, porém, os sindicalistas não deveriam gastar suas energias na luta parlamentar: “[...] para no conquistar nada en el parlamento no debemos ir, y esa energía económica es mejor que la reconcentremos en el sindicato”²⁹¹. Assim como Asenjo del Río, cada vez mais sindicalistas passaram a adotar uma postura mais decidida contra o parlamentarismo. De acordo com Belkin (2018a, p. 49), os sindicalistas, após conquistarem a direção da UGT em seu IV Congresso, realizado em dezembro de 1906, passaram a condenar decididamente a ação parlamentar e os partidos políticos. A partir da dissolução da ASS em abril de 1907, passaram a concentrar todos os seus esforços exclusivamente na ação sindical e abandonaram qualquer perspectiva de luta parlamentar.

Já no início de 1907, com a eclosão da greve geral em Rosario, as desconfianças e divergências ficaram em segundo plano. A escalada do conflito, como vimos, permitiu uma aliança entre os anarquistas da FORA e os sindicalistas da UGT, que convocaram uma greve geral solidária em Buenos Aires. O saldo do movimento foi positivo para as duas tendências e o triunfo da solidariedade animou ainda mais os entusiastas da reunificação das forças operárias, criando grandes expectativas para o Congresso Pró-Fusão convocado pela FORA, que aconteceria entre os dias 28 de março e 1 de abril. O período que antecedeu o congresso foi marcado por debates intensos, travados na imprensa ou em conferências realizadas nos locais operários. Aqui, percebemos certo desencontro entre as opiniões publicadas em *La Protesta* e o sentimento geral da militância operária. Embora *La Protesta* tenha assumido uma postura favorável à unidade até 1906, recordamos que o grupo de Gilimón assumiu a redação do periódico naquele mesmo ano, afastando Ghiraldo e dando ao periódico uma orientação ideológica mais doutrinária. Assim, os críticos da fusão e defensores das concepções finalistas ganharam muito mais espaço nas colunas do diário anarquista. Mas nas notícias sobre as conferências realizadas sobre o tema, percebemos a predominância de um sentimento fusionista. Um exemplo é a conferência realizada no dia 1 de

290 *Ibid.*

291 “El sindicalismo mal interpretado II”, **La Protesta**, 20 de janeiro de 1907, p. 1-2.

fevereiro no salão *Unione Benevolenza*, onde quase todos os oradores – anarquistas e sindicalistas – se pronunciaram em favor da unidade:

Los oradores designados oficialmente, Tortorelli, Galletti, Lotito y Aquiles Lorenzo, abogaron por la fusión de las fuerzas obreras, de la que dijeron esperaban grandes beneficios y progresos para el proletariado argentino. Pronunciáronse todos en sentido revolucionario. Después habló nuestro camarada Lorenzo Mario exponiendo que al hacerse la fusión habría que tener cuidado con los malos pastores que podrían pretender llevar al proletariado por rumbos políticos. [...] Biagiotti habló también sobre la fusión diciendo que nadie se oponía a ella, pero que si esta no se llegaba a verificar sería por la dificultad que podía surgir para hallar una fórmula aceptable por todos. Pascual Guaglianone pronunció después un breve discurso de bella forma y nutrido fondo, manifestando que la fusión es necesaria por razones económicas, pero que a ella había que ir con ideales bien altos [...] ²⁹².

Já os textos publicados em *La Protesta* que se propunham a discutir o tema apresentam muitas ressalvas, quando não se colocam abertamente contra a fusão. Juan Bianchi, por exemplo, sustentou que a FORA “contó siempre en su seno con el elemento más avanzado y emancipado de la clase trabajadora argentina; la constituyen los gremios más importantes de la capital y el proletariado de las principales localidades de la región”, enquanto a UGT “es entidad raquítica y sin importancia en el movimiento obrero, debido a que la componen gremios pequeños y sin ninguna fuerza”. Além disso, citava diferenças no campo tático que poderiam dificultar uma eventual fusão: “Aceptan ellos como medio de lucha las cooperativas y Bolsas de Trabajo que nosotros rechazamos y que traerán inevitables y largos debates e incidentes en las sesiones del congreso y en el seno de la proyectada institución”. Afirmava, contudo, que se os militantes da UGT, “reconociendo hoy el error cometido y sintiendo esa necesidad de unirse con nosotros”, poderiam aderir à FORA, desde que aceitando suas bases, “que son hoy, sin lugar a discusión, las más aceptables y libres que se conocen” ²⁹³. Já um militante que assina seu texto como “Espartaco” afirmou o seguinte:

[...] el fusionismo obrero, sin cohesión, sin ideales, sin aspiraciones, sino solamente por la lucha del mísero centavo; concluirá por adormecerse en los laureles de la conquista del pan, y en la satisfacción de su estómago, olvidará su principio y su finalidad ²⁹⁴.

Devemos lembrar que para os sindicalistas a neutralidade política e ideológica das organizações operárias era um pré-requisito para a consolidação da unidade, concepção que não era aceita pelos militantes anarquistas mais doutrinários. Para os anarquistas fusionistas, no entanto,

²⁹² “Pro fusión”, *La Protesta*, 3 de fevereiro de 1907, p. 1.

²⁹³ “Algo sobre la fusión”, *La Protesta*, 12 de março de 1907, p. 1.

²⁹⁴ “Deslindando posiciones”, *La Protesta*, 5 de fevereiro de 1907, p. 1-2.

não se tratava de abandonar os ideais libertários, mas de entender a organização sindical “como institución de la totalidad de la clase”, na qual o anarquismo seria “una fuerza más dentro de ella, aunque en esta lectura, es una necesidad revolucionaria el llegar a ser la hegemónica” (MANULI, 2011, p. 94).

Os anarquistas chegaram divididos ao Congresso Pró-Fusão. É significativo que em 28 de março, dia marcado para o início das atividades do congresso, duas opiniões distintas sobre o assunto tenham sido publicadas na primeira página de *La Protesta*. Em um texto sucinto, Gilimón considerava que unir o proletariado era um objetivo plausível, porém “esa unión es lógico hacerla bajo las bases de las sociedades que más acertadas han estado en su orientación, en sus métodos de combate”²⁹⁵. Deixava claro que os anarquistas não deveriam abrir mão de seus princípios. Pascual Guaglianone, em suas longas considerações sobre a fusão, afirmava esta se impunha pela lógica e pela necessidade:

La impone la lógica: La primitiva Federación se dividió porque una fracción de ella creía en la eficacia de la lucha político parlamentaria. La misma fracción hoy, después de haber pasado por la prueba de fuego de la experiencia, reconoce su error y adopta con entusiasmo el arma de combate de la vieja Federación. Salvado el obstáculo que dividió a los trabajadores, la Razón no ve el motivo por el cual no han de volver a unirse. [...] La impone la necesidad: El capitalismo argentino, hasta ayer dividido y falto de educación societaria, ha aprendido de los obreros a agremiarse, y usando de todos los recursos, empleando los más condenados medios pretende poner dique a las aspiraciones del proletariado. La acción de sus gobernantes y la prédica de sus sacerdotes, lo denuncian bien a las claras. Uno de sus propósitos, no hay por qué decirlo, es el de sacar al proletariado de la vía recta de la revolución para encenagarlo en la política [...] ²⁹⁶.

Guaglianone considerava que não havia mais motivos para duvidar da boa fé dos militantes da UGT. A experiência havia demonstrado que as táticas de ação direta, desde o princípio adotadas pelos anarquistas, eram as mais eficientes. Também criticava aqueles que “se arguyen en contra de la fusión” para sustentar suas posições ideológicas: “Ni la Federación ni la Unión General son enemigas de la propaganda de ideas”, afirmava Guaglianone. Apesar das diferenças de opinião, Gilimón e Guaglianone desejavam o bom andamento do congresso. Gilimón recomendava serenidade aos delegados presentes, para que pudessem discutir racionalmente e deixar de lado paixões ou personalismos. Guaglianone esperava dos delegados a realização de “obra buena y noble”²⁹⁷. Nesse sentido, as expectativas não foram cumpridas.

295 “El Congreso”, *La Protesta*, 28 de março de 1907, p. 1.

296 “Desde el umbral”, *La Protesta*, 28 de março de 1907, p. 1.

297 *Ibid.*

O congresso teve lugar no salão da *Sociedad Verdi*, contando com a presença de quase duzentos delegados representando 135 sindicatos: 69 aderidos à FORA, 30 aderidos à UGT e 36 autônomos. Como de costume, o primeiro tema a ser tratado eram as credenciais dos delegados presentes. A discussão tomou duas sessões e gerou grande polêmica. A maioria anarquista conseguiu impugnar as credenciais dos socialistas Antonio Zaccagnini, diretor de *La Vanguardia*, e Juan Perez Arce, sob o argumento de que não representavam nenhuma sociedade operária. Contudo, aprovaram as credenciais de Carlos Balsán, administrador de *La Protesta*, que também não poderia ter assumido como delegado pelos mesmos motivos que Zaccagnini. Além disso, em uma clara demonstração de força, Balsán foi eleito presidente da mesa organizadora do congresso.

As polêmicas continuaram nas discussões seguintes. Os anarquistas propuseram que os delegados deveriam discutir primeiro quais seriam as bases da fusão. Os sindicalistas, por sua vez, afirmaram que antes os delegados deveriam se manifestar se estavam contra ou a favor da fusão. Desde a mesa organizadora, o sindicalista Lucas Tortorelli propôs que “por razones de mejor discusión se pregunta a los delegados si están conformes o no con la fusión”²⁹⁸. A maior parte dos delegados anarquistas afirmava que só o fato de concorrer a um congresso pró-fusão já deixava claro qual era a opinião dos delegados. Após uma longa discussão, a mesa organizadora colocou a questão em votação: 78 sociedades votaram contra a chamada “declaração preliminar”, enquanto 32 votaram a favor e 3 se abstiveram. Vencida a discussão, os delegados passaram a tratar sobre as bases de unificação. Os anarquistas propuseram que a entidade surgida da fusão adotasse o Pacto de Solidariedade da FORA. Os sindicalistas aceitaram, propondo que “se divida el pacto en dos partes, declaración de principios y organización”. A proposta foi aprovada. Nesse momento, o socialista Jacinto Oddone apresentou “un proyecto que debía ampliar las bases del pacto de la F. O. R. A.”²⁹⁹, prevendo “la mayor libertad de pensamiento para los afiliados a las corporaciones gremiales, pudiendo cada cual aceptar fuera de la organización los medios de lucha que estén de acuerdo con sus ideas filosóficas o políticas” (ABAD DE SANTILLÁN, 2005, p. 169). Pretendia com isso derrubar a cláusula do comunismo anárquico aprovada no V Congresso da FORA. Francisco Jaquet, em resposta, fez um longo discurso afirmando que “las sociedades obreras no deben reducir sus esfuerzos a una lucha puramente económica en el sentido de conquistas paulatinas mejoras hasta abolir el capitalismo”, sustentando que uma vez realizada a fusão, “debe exponerse la finalidad de las organizaciones obreras”. Atacou o parlamentarismo e exaltou a ação direta. Por fim, apresentou as seguintes proposições:

298 “Congreso de Unificación”, *La Protesta*, 30 de março de 1907, p. 1.

299 “Congreso de Unificación”, *La Protesta*, 31 de março de 1907, p. 1.

Considerando que la lucha política no es un medio de acción directa y es perjudicial para el proletariado, el congreso se declara contrario a la política y recomienda una constante propaganda en tal sentido.

Convencidos de la finalidad a que han llegado los sociólogos y pensadores modernos para conquistas la más amplia libertad individual y colectiva, el Congreso recomienda la propaganda del comunismo anárquico en el seno de todas las sociedades y la discusión de todas las ideas³⁰⁰.

Os sindicalistas se manifestaram contra a proposta de Jaquet. Tortorelli afirmou que “el movimiento obrero tiene su ideología propia y marcha hacia una libre sociedad de productores sin importarle nada de las ideologías que son concepciones abstractas”; Oliveros defendeu que “en las sociedades no deben propagarse las ideas”; Juan Cuomo discursou afirmando que “los obreros deben unirse para combatir la clase capitalista”. Mas quando a proposta foi posta em votação, no quinto e último dia do congreso, o resultado foi amplamente favorável aos anarquistas: 62 organizações votaram a favor, 9 contra e 33 se abstiveram. Cabe destacar que alguns delegados anarquistas se opuseram à proposta de Jaquet. Pardo declarou que “el pacto de solidaridad aprobado ya se desprende que el proletariado marcha hacia el comunismo anárquico” e portanto considerava a declaração desnecessária; Vicente Perducca se manifestou contrário à declaração finalista; Luis Coch “dice que reconoce que el comunismo anárquico es la libertad pero no hay que decirlo”, também se posicionando contra a resolução³⁰¹. Os socialistas e sindicalistas decidiram se retirar do congreso após a aprovação da resolução de Jaquet. Consideravam que os delegados anarquistas “subordinaron los intereses y aspiraciones del proletariado militantes a las conveniencias de secta”, e que “la aceptación de la declaración del comunismo anárquico implica hacer de la organización de clase [...] una organización sectaria y partidista, cuando dentro de la misma debieran estar todos los trabajadores sin distinción de matices y opiniones” (SPALDING, 1970, p. 309). Os anarquistas, por sua vez, criticaram duramente a atitude dos socialistas e sindicalistas, acusando-os de não aceitar uma resolução aprovada por ampla maioria: “Los sindicalistas, y con ellos los socialistas, han resultado anarquistas individualistas, sublevándose ante los acuerdos de las mayorías”³⁰². A FORA lançou um manifesto lamentando a cisão produzida no congreso, “porque trabajadores de la República pierden una cohesión que consideramos necesaria, principalmente por el efecto moral que la fusión habría causado en la burguesía”, ressaltando que os delegados que não aceitavam a propaganda do comunismo anárquico eram uma pequena minoria: “Estos delegados, no de nueve

300 “Congreso de Unificación”, **La Protesta**, 1 de abril de 1907, p. 1.

301 “Congreso de Unificación”, **La Protesta**, 2 de abril de 1907, p. 1.

302 “Sinceridad fusionista”, **La Protesta**, 3 de abril de 1907, p. 1.

sociedades en junto, han preferido retirarse del Congreso, a acatar la votación de la mayoría”. Para a central anarquista, eram eles os responsáveis pelo fracasso do congresso. A FORA, por sua vez, reafirmava sua solidariedade “a todos los trabajadores hermanos nuestros, pertenezcan o no a la Federación”, e também assumia o compromisso de “difundir entre los obreros el ideal anárquico” (SPALDING, 1970, p. 307-308), seguindo as resoluções aprovadas pelo congresso.

O fracasso do Congresso Pró-Fusão teve consequências bastante negativas para o movimento operário. A colaboração entre anarquistas e sindicalistas foi abalada e várias sociedades operárias se dividiram, enquanto outras buscaram preservar sua unidade se separando das centrais e se declarando autônomas.

4.4 MARCANDO DIFERENÇAS

Ainda que o ano de 1907 tenha sido marcado por uma alta conflitividade social e um grande número de greves, a divisão do movimento sindical foi um obstáculo significativo para o sucesso das lutas operárias. Tome-se por exemplo a greve geral de protesto contra o massacre de Ingeniero White. A empresa *Ferrocarril del Sud* vinha realizando uma série de empreendimentos no porto daquela localidade, próxima de Bahía Blanca. Em 20 de julho, rebitadores das docas e elevadores de carga decidiram entrar em greve, reclamando um aumento de 30% e jornada de oito horas. Inicialmente, a medida teve pouca adesão, mas no dia 23, os grevistas marcharam pelo porto em busca da solidariedade dos seus colegas trabalhadores. Dois capatazes ingleses, Williams Kelly e Patrics O’Bryan – “un déspota con los obreros acostumbrado a insultarlos de hechos y de palabra” e “un rompehuelgas incorregible”³⁰³, nas palavras de *La Protesta* –, tentaram impedir o abandono do trabalho e acabaram feridos. Os grevistas se dirigiram até a *Casa del Pueblo*, enquanto a empresa ferroviária, após os distúrbios, pediu a colaboração da subprefeitura portuária para conter o movimento. As tropas da marinha se agruparam nas imediações da *Casa del Pueblo* e, sob ordens do oficial Juan Posse, abriram fogo contra o local. Vários operários ficaram feridos e pelos menos dois vieram a falecer em decorrência dos ferimentos, Pascual Atiliano e José Falcioni. As forças militares fecharam e ocuparam a *Casa del Pueblo*, e a Federação Operária Local de Bahía Blanca imediatamente declarou a greve geral³⁰⁴. Os acontecimentos não demoraram a repercutir em Buenos Aires. Carlos Balsán, correspondente de *La Protesta* em Ingeniero White, pedia “a todas las sociedades obreras de Buenos Aires y del interior, que celebren asambleas para resolver la forma

303 “La masacre en Ingeniero White”, **La Protesta**, 27 de julho de 1907, p. 1.

304 “Ultima hora: huelga general”, **La Protesta**, 24 de julho de 1907, p. 1.

adequada para secundar el movimiento y protestar contra las matanzas³⁰⁵. O Conselho Federal da FORA lançou uma nota chamando os sindicatos da capital e do interior a emitirem suas opiniões sobre que medidas tomar diante dos acontecimentos:

En vistas de los infames atropellos llevados a cabo por la policía y el ejército de Bahía Blanca, con los obreros de aquel puerto, que en son de protesta por la actitud arbitraria de uno de sus jefes, habíanse declarado en huelga, este Consejo Federal en su reunión de ésta noche, resolvió someter a vuestra consideración para que la hagáis conocer a la vez que a las respectivas sociedades, la actitud que en esta emergencia debe adoptarse frente a la cobarde acción del capitalismo y su secuace el Estado³⁰⁶.

A UGT também lançou uma circular chamando os sindicatos aderidos a convocarem assembleias “para tomar en consideración la conducta a seguir en estos momentos de nuestra organización frente al brutal asesinato y cometido por los esbirros policiales y militares en las personas de los obreros hermanos nuestros”³⁰⁷. Enquanto as duas centrais deliberavam, novos incidentes tomavam lugar em Ingeniero White. Falcioni, um jovem imigrante italiano, morreu em decorrência dos ferimentos causados pelos tiros dos militares. Segundo Federico Randazzo (2007, p. 37), Falcioni não tinha nenhum envolvimento com o movimento operário e apenas passava pelo local quando foi atingido. Seu velório se transformou em uma gigantesca manifestação popular que, ao passar em frente a subprefeitura do porto, foi reprimida a tiros. Os manifestantes chamavam o subprefeito naval Enrique Astorga de assassino e o responsabilizavam pela brutal repressão aos trabalhadores. Irritado, Astorga mandou abrir fogo sobre a multidão. Na refrega, três balas atravessaram o ataúde de Falcioni, mutilando seu cadáver. Alguns manifestantes que não se dispersaram prosseguiram o cortejo fúnebre, levando os maltratados restos mortais de Falcioni até o cemitério da Bahía Blanca. O fato causou grande indignação no meio operário e as duas centrais decidiram declarar uma medida de força. Porém, o que se notou foi um evidente desencontro entre as direções da FORA e UGT. No dia 30 de julho, a UGT resolveu declarar uma greve geral de 24 horas para o dia 3 de agosto. A FORA, no dia seguinte, chamou uma greve geral de 48 horas, a ser realizada entre os dias 2 e 3 de agosto. A discrepância entre as orientações dadas pela FORA e pela UGT causaram desavenças no movimento operário e confundiram os trabalhadores, de tal modo

305 “A las sociedades obreras”, **La Protesta**, 25 de julho de 1907, p. 1.

306 “Federación O. R. Argentina”, **La Protesta**, 25 de julho de 1907, p. 1.

307 “Circular de la U. G. de T.”, **La Protesta**, 26 de julho de 1907, p. 1.

que a paralisação não teve o mesmo alcance daquela realizada em janeiro³⁰⁸. O tráfego de carros e bondes foi pouco afetado pela greve³⁰⁹.

Terminado o movimento, o balanço de *La Protesta* era bastante negativo: a greve foi considerada “un verdadero fracaso para los trabajadores”, com operários desmoralizados voltando ao trabalho “en peores condiciones que antes del movimiento”³¹⁰. A reação patronal recrudescceu e houve denúncias de demissões e represálias aos trabalhadores que se somaram ao movimento³¹¹, iniciando um período de refluxo das lutas operárias. Como afirmou Belkin, a relação de forças se inclinava em favor da classe dominante:

Los empresarios tomaran nota del revés sufrido por los trabajadores bahienses y del relativo bajo acatamiento a huelga general, entendieron que la coyuntura era favorable para avanzar sobre las fuerzas del trabajo y actuaron en consecuencia (BELKIN, 2018a, p. 79).

Em suma, o movimento operário estava bastante dividido e enfraquecido, sem forças para contrapor as ofensivas burguesas. Isso ficou ainda mais claro durante as articulações para uma nova greve geral em resposta à repressão desencadeada durante a greve dos inquilinos.

No dia 18 de outubro, a FORA decidiu convocar uma greve geral para 25 de dezembro, exigindo a revogação da Lei de Residência, amplamente utilizada para reprimir o movimento operário e que foi acionada mais uma vez para expulsar do país os militantes estrangeiros mais ativos durante a greve dos inquilinos. A FORA também decidiu notificar a UGT e as sociedades autônomas, propondo a formação de “un consejo regional que sea el que de mayor impulso a este movimiento”³¹². A convocação da FORA veio a público quando a greve dos inquilinos ainda estava em curso, e chama a atenção o fato de a greve geral ter sido anunciada com tanta antecipação. De acordo com Gilimón (2018, p. 77), o Conselho Federal da FORA se deixou influenciar pelos sindicalistas, que sustentavam “la conveniencia de aplazar la huelga general en señal de protesta por los actos policiales para más adelante, dando así tiempo para poder hacer una activa propaganda en pro del paro”. No dia 20 de novembro, delegados da FORA, UGT e sociedades autônomas se reuniram para deliberar sobre o tema, mas sem tomar nenhuma decisão. Em nova reunião, realizada

308 O DNT registrou 45.372 grevistas, enquanto *La Protesta* falou em 70 mil trabalhadores paralisados. Apesar de serem números não desprezíveis, cabe lembrar que a greve geral de janeiro conseguiu mobilizar o dobro.

309 “Consideraciones”, **La Protesta**, 3 de agosto de 1907, pp. 1-2.

310 “Ecos de la huelga de I. White”, **La Protesta**, 15 de agosto de 1907, p. 1.

311 “Represalias burguesas”, **La Protesta**, 06 de agosto de 1907, p. 1.

312 “F. O. R. A.”, **La Protesta**, 19 de outubro de 1907, p. 2.

no dia 29, decidiu-se pela criação de um *Comité de Agitación* composto por quatro delegados da FORA, quatro da UGT e quatro das sociedades autônomas³¹³.

Entre os dias 15 e 17 de dezembro, pouco antes da data anunciada para o início da paralisação, a FORA realizou o seu VII Congresso na cidade de La Plata. O tema mais importante a ser discutido era a greve geral, e seus organizadores pediam que “las agrupaciones representadas em dicho Congreso nombraran el delegado de su seno para dictaminar la mejor forma de hacer efectiva la huelga general”³¹⁴. A concorrência foi pouco numerosa: de acordo Abad de Santillán (2005, p. 179), apenas 33 sociedades participaram do congresso. O Conselho Federal da FORA solicitou que a UGT enviase um representante para debater sobre o tema da greve geral, porém, o convite dividiu as opiniões dos delegados. Para o delegado da Federação Local de Santa Fe, “la huelga debe ser declarada por el Congreso de la F. O. R. A. y no de la U. G. de T.”; os delegados dos condutores de carros de Buenos Aires “hacen notar la conveniencia de invitarlos por no implicar inconveniente alguno” e apresentaram uma moção formalizando o convite, gerando um debate no qual “toman parte varios delegados: unos pro y otros en contra”. Laprida observou que o convite deixava claro que os representantes da UGT “debían presentarse como delegación informadora y con el solo objeto de llevar el resultado de la resolución”³¹⁵, sem interferir nos rumos do congresso. A moção foi enfim aprovada, demonstrando alguma disposição dos delegados da FORA em colaborar com os sindicalistas da UGT. Porém, antes de se iniciar o debate envolvendo a greve geral, o congresso decidiu aprovar uma resolução antifusionista, considerando “que en el pasado congreso de unificación, las sociedades adheridas a la U.G.T. han dado pruebas de poca corrección societaria en las prácticas democráticas, pues una minoría ha sido la causa del fracaso de dicho congreso” e recomendando que a FORA “no tenga ya trato con la U.G.T. para realizar otro congreso de unificación” (ABAD DE SANTILÁN, 2005, p. 180). Ao mesmo tempo em que não descartava a possibilidade de uma ação conjunta com a UGT, naquele momento a FORA rejeitava uma unificação institucional.

José Montesano e Juan Loperana foram os representantes da UGT enviados para debater sobre a greve geral. De acordo com Belkin (2018a, p. 90), apoiavam a realização de uma medida de força contra a Lei de Residência, mas sustentavam que não era possível realizá-la imediatamente, tendo em vista a desorganização do movimento operário. A argumentação dos sindicalistas parece ter encontrado respaldo entre os delegados da FORA, que aprovaram uma resolução

313 “La reunión de anoche”, **La Protesta**, 30 de novembro de 1907, p. 2.

314 “VII Congreso”, **La Protesta**, 12 de dezembro de 1907, p. 1.

315 “Congreso de la F. Obrera R. Argentina”, **La Protesta**, 18 de dezembro de 1907, p. 1.

desconsiderando a convocação da greve para o dia 25 de dezembro e estabelecendo que “las sociedades acordaran la fecha en sus respectivas asambleas”, devendo comunicar suas decisões ao *Comité de Agitación* até o dia 15 de janeiro³¹⁶. A decisão não agradou parte da militância anarquista. Para Pierre Quiroule, “la decisión de los delegados de dejar a las sociedades que representan la tarea de fijar el día más conveniente para la declaración de huelga, equivale a una funesta deserción”. Em sua avaliação, o VII Congresso da FORA “no ha respondido [...] a la gran expectativa del proletariado de esta región que tenía los ojos en sus deliberaciones”³¹⁷. Segundo *La Protesta*, todos esperavam que a greve geral “fuese declarada por el Congreso, y no que este hiciera una declaración como la de que las sociedades la declaren, señalando la fecha más propicia para llevarla a cabo”. Avaliaram também que a maior parte dos delegados parecia tomada por um pessimismo ou uma indiferença: “Casi todos se dedicaban por entero en consideraciones sobre el estado de la organización, tachándola de lamentable y casi indispueta para llevar a cabo un movimiento de esta naturaleza”. Na avaliação do diário anarquista, a desorganização das forças operárias não era necessariamente um fator que pesava contra a declaração de greve geral, “puesto que los revolucionarios responderían a ella”³¹⁸. Fato é que a resolução do congresso também não agradou os sindicalistas, que entendiam que a greve deveria ser declarada pelo *Comité*, e não pelos sindicatos da FORA. A Junta Executiva da UGT lançou uma nota onde manifestava sua desconformidade com o movimento, repudiando a “intransigencia de los individuos que persisten en realizarlo, como nefasta y traidora a los reales intereses del proletariado del país [...] despreciando la opinión meditada y seria de la mayoría de los obreros organizados” (SPALDING, 1970, p. 344-345). Várias sociedades autônomas também se opuseram ao movimento. Mesmo assim, a FORA decidiu convocar a paralisação para o dia 13 de janeiro, ignorando a oposição dos sindicatos não aderidos³¹⁹. Os anarquistas criticaram de maneira contundente a postura dos sindicalistas. Rufino Asenjo del Río, agora militando nas fileiras do anarquismo, afirmava que os sindicalistas estavam sendo inconsequentes com seu discurso revolucionário, afirmando que “esa misma inconsecuencia lleva el germen de su muerte”³²⁰; Amador V. González, por sua vez, afirmou que a greve “no ha de ser el cruce de brazos de un pueblo amedonado y cobarde que mendiga, sino la acción rebelde del brazo que consciente de sus derechos se estiende [...] a dejar caer sobre el rostro de nuestros verdugos el paso de los odios acumulados durante una larga etapa de pasivez”³²¹;

316 “F. O. R. A.”, *La Protesta*, 24 de dezembro de 1907, p. 1.

317 “El fracaso de una noble idea”, *La Protesta*, 20 de dezembro de 1907, p. 1.

318 “Impresiones del VII Congreso de la F. O. R. A.”, *La Protesta*, 22 de dezembro de 1907, p. 1.

319 “La F. O. R. A. a las Federaciones Locales y a las sociedades obreras”, *La Protesta*, 8 de janeiro de 1908, p. 1.

320 “¡Lo que va de ayer a hoy!” *La Protesta*, 5 de janeiro de 1908, p. 1.

321 “A la acción y duro con ellos”, *La Protesta*, 12 de janeiro de 1908, p. 2.

La Protesta menosprezou a oposição da UGT à greve geral, sustentando que “el único núcleo revolucionario existente en este país es la F. O. R. A. que tiene que accionar por sí sola, con sus solas fuerzas”³²²; nas vésperas da paralisação, talvez minimizando a falta de unanimidade do movimento, o diário anarquista afirmou que o sucesso da greve não deveria ser avaliado “por el número de brazos que se cruzan, sino por el número de los que accionan”³²³.

A mobilização, contudo, não atingiu a magnitude esperada pelos anarquistas. O longo período de preparação da greve geral deixou as autoridades em alerta, e pouco antes da paralisação, o governo já tomava providências e fechava os locais operários³²⁴. Na noite anterior ao início do movimento, a polícia invadiu a sede da *Sociedad de Resistencia de Obreros Caldereros*, prendendo três operários que estavam no local: Manuel Lourido (então secretário do Conselho Federal da FORA), Adolfo Serrano e Remo Cotti. A polícia apreendeu produtos químicos que supostamente deveriam ser utilizados para a confecção de explosivos. De acordo com o relato de Gilimón (2018, p. 79), a prisão dos militantes “se realizó con acompañamiento de periodistas y fotógrafos, con lo cual al amanecer del día 13 los diarios publicaron el descubrimiento sensacional de la policía”. Assim, o movimento já começou enfraquecido e não conseguiu se manter por mais de dois dias. Já no dia 15 de janeiro, a FORA deu a greve por terminada, argumentando que “no podríamos contrarrestar la nefasta obra de la policía y de los que nos traicionen con sus continuos engaños”³²⁵, em uma clara referência aos sindicalistas. *La Protesta* admitia que a greve “no ha sido general”³²⁶. Gilimón (2018, p. 78) qualificou o movimento como “el más mediocre de los realizados en la Argentina”. O fracasso da greve marcou o início de um período de grande desorganização do movimento operário e de relações conflituosas entre anarquistas e sindicalistas. Para os libertários, a derrota do movimento evidenciava “la necesidad de hacer en adelante una propaganda intensa y netamente anarquista”, convictos de que para chegar ao triunfo revolucionário “no se necesitan cotizantes de sociedades gremiales, se necesitan hombres capaces de afrontar las circunstancias”³²⁷. Os anarquistas também sentiram a necessidade de marcar suas diferenças com os sindicalistas, aprofundando suas críticas ao sindicalismo revolucionário.

Uma das críticas centrais dos anarquistas ao sindicalismo revolucionário se dirigia ao seu caráter economicista. Para os libertários, os sindicalistas se preocupavam somente com a dominação

322 “El momento actual”, **La Protesta**, 8 de janeiro de 1908, p. 1.

323 “La huelga general en toda la región”, **La Protesta**, 12 de janeiro de 1908, p. 1.

324 “Locales clausurados”, **La Protesta**, 8 de janeiro de 1908, p. 1.

325 “F. O. R. A. a todas las sociedades federadas y autónomas”, **La Protesta**, 15 de janeiro de 1908, p. 1.

326 “Las jornadas de ayer”, **La Protesta**, 15 de janeiro de 1908, p. 1.

327 *Ibid.*

econômica, ignorando a opressão política, cultural e religiosa. De acordo com a concepção sindicalista, a dominação econômica – fundada na propriedade privada dos meios de produção – sustentava todas as outras formas de opressão, de tal forma que “circunscriben toda su acción de reforma social al terreno económico contando con que después de reformado éste, el resto se reformará por sí solo”³²⁸. Os anarquistas consideravam que este “determinismo económico carece de base cierta”, e que reduzir “al económico los factores determinantes de los hombres” seria “convertirlos en simples receptáculos de alimentos”, incapazes de conceber algo além da conquista de pequenas melhoras. A luta econômica passava a ser entendida como um fim em si mesmo, resultando em um “mejorismo por medio de la huelga, en vez del mejorismo por medio de la ley que los sindicalistas de ahora sostenían cuando hace todavía poco militaban en el socialismo”³²⁹. Esta crítica ao economicismo sindicalista fez com que os anarquistas aprofundassem ainda mais a defesa do finalismo e da necessidade de dar à organização operária uma orientação abertamente libertária para que os trabalhadores pudessem voltar sua ação contra todas as instituições da sociedade atual. Nas palavras de Antonio Loredó,

[...] yo siento la necesidad de la organización obrera con orientación anarquista para que lleve el ataque a la sociedad en todas sus instituciones; que ataque a la propiedad en todas sus formas por medio de huelgas generales y parciales, boicots, sabotajes, etc; que luche contra la iglesia haciéndole el vacío, negando a Dios como creador del mundo, negando su concurso para la creación de iglesias, capillas y conventos; bregando contra el Estado, haciendo campañas anti militaristas y anti policiales, educando a la juventud en el seno de las sociedades y en las escuelas racionalistas haciendo hombres anti religiosos, antipatrióticos y como consecuencia anarquistas; llevando así un ataque a todo lo existente se preparará un mundo nuevo³³⁰.

Cabe ressaltar que ao contrário dos anarquistas, os sindicalistas sempre sustentaram que a organização operária não deveria ter uma orientação ideológica ou finalidade definida. Para eles, qualquer formulação ideológica “es ajena a la acción revolucionaria que se desprende de la lucha cotidiana en el marco sindical” e a teoria revolucionária “no tiene sentido de existir más que como práctica revolucionaria cotidiana” (BILSKY, 1985b, p. 142). A introdução de ideologias no interior do sindicato era motivo de divisão e vista como prejudicial para os interesses da classe trabalhadora, e por isso os sindicalistas buscaram combater a propaganda ideológica no seio das organizações operárias, enquanto para anarquistas como Gilimón, o enfrentamento entre diversas tendências no interior do movimento operário não era algo essencialmente negativo:

328 “Cosas de los prácticos”, **La Protesta**, 30 de abril de 1908, p. 1.

329 “Del peligro del sindicalismo”, **La Protesta**, 19 de abril de 1908, p. 1.

330 “La fuerza de la organización obrera III”, **La Protesta**, 23 de janeiro de 1909, p. 1.

[...] Del encuentro entre unos y otros, surge la propaganda con mayor actividad. Las doctrinas se ponen de frente. Los argumentos se robustecen y aclaran con el choque, y hasta el más corto de inteligencia se interesa por la polémica y puede finalmente juzgar con más acierto de parte de cual contendiente hay mayor suma de razón, pues si bien la controversia es para los contenedores un ejercicio mental que a ninguno de ellos hace cambiar en un ápice de sus ideas ya que el amor propio les suele impedir reconocer superioridad en el adversario, en cambio quien presencia el choque encuentra más claras las ideas en pugna [...]. De ahí la conveniencia de la polémica, la utilidad de la refutación, las ventajas de esa guerra encarnizada que se hacen los socialistas, sindicalistas y anarquistas, y que viene a ser el método más activo de propaganda³³¹.

Já a acusação de que os sindicalistas não perseguiam uma finalidade clara e definida foi uma das críticas mais recorrentes dos anarquistas ao sindicalismo revolucionário. Máximo Aracemi colocou a questão nos seguintes termos:

Nosotros vamos mas allá de lo que van ellos; perseguimos cosas muchas más altas y más grandes de las que persiguen ellos; y a la fuerza, pues, ha de resultar que ellos, distraendo atención y fuerzas en la persecución de cosas menos importantes, tienen que ser un estorbo para el triunfo de la anarquía y como tal, deben ser combatidos por los anarquistas³³².

Para os anarquistas, soava absurda a ideia de destruir os fundamentos da sociedade presente sem propor uma nova forma de organização social. Nesse sentido, a finalidade perseguida pelos libertários, como vimos, sempre foi bem definida: “una sociedad sin leyes, sin autoridad, sin dinero y sin propiedad privada”. A finalidade do sindicalismo revolucionário, contudo, não parecia muito clara:

Ella consiste solo en que los obreros se apoderen de la producción, expropiando a la burguesía. Después, cuando hayan realizado ese hecho, cuando queden dueños de todo, se organizarán como les agrade. ¿Constituirán una sociedad anarquista, burguesa o socialista? ¿Como quieran! [...] Después de derrumbada la sociedad actual... los obreros podrán pasar un mes... discutiendo la forma de organización que adoptarán... ¡Ya se ve como resulta absurdo el pensar en la forma en que deberá de empezar a reorganizarse la sociedad, cuando empieza a desorganizarse la actual!³³³.

Apesar de sustentarem concepções distintas, vimos que os sindicalistas empregavam na luta econômica as mesmas táticas propagadas pelo anarquismo – a ação direta e a greve geral – e também rejeitavam a luta política. Assim, os anarquistas buscaram explorar as contradições entre o discurso e a prática dos sindicalistas para se contrapor ao sindicalismo revolucionário,

331 “La Harmonía”, **La Protesta**, 16 de maio de 1908, p. 1.

332 “Los demás y nosotros”, **La Protesta**, 30 de setembro de 1908, p. 1.

333 “No puede ser”, **La Protesta**, 25 de março de 1908, p. 1.

frequentemente fazendo menções à greve geral de janeiro de 1908. Apesar de seu discurso radical, naquela ocasião, o sindicalismo “se ha mostrado en la práctica adverso a la huelga general”³³⁴; como afirmou Asenjo del Río, “los obreros anarquistas quedaron abandonados a sus propias fuerzas, y lo que es odioso y repugnante, fueran combatidos por su justa y necesaria iniciativa”³³⁵ pelos sindicalistas durante aquele movimento. Os anarquistas também insistiram no fato de que foram eles os precursores das táticas de ação direta no movimento operário argentino. Máximo Aracemi, por exemplo, afirmou que os anarquistas empregavam e propagavam a ação direta “desde mucho tiempo antes” do sindicalismo revolucionário surgir na Argentina³³⁶. Gilimón, em um interessante texto chamado “*El sindicalismo en Europa y America*”, afirmava que o sindicalismo revolucionário se consolidou na Europa como uma *forma de luta* dos trabalhadores organizados graças à atuação dos anarquistas no movimento operário, sem se constituir enquanto uma corrente política nova: “Prueba de que el sindicalismo no es una tendencia nueva, nos lo da la injerencia anarquista en los sindicatos y la adopción de todos los medios preconizados por los anarquistas organizadores en todo tiempo para conseguir la emancipación social”. Contudo, Gilimón reconhecia que em alguns lugares “el sindicalismo tiende a ser una tendencia nueva, algo que no es ni socialismo ni anarquismo”, como aconteceu na Argentina. Enquanto na Europa o sindicalismo se voltava contra a interferência dos partidos políticos na organização operária, na Argentina “no hay partido socialista que anular [...] y en cambio hay de antigua data una organización obrera – un sindicalismo, se así se quiere llamar – que tiene una tendencia definida antipolítica y libertaria”, de tal forma que os sindicalistas argentinos “han creído necesario llevar algo nuevo a la organización obrera [...] y han creído que pues en Europa se va en los sindicatos contra los políticos, aquí que no los hay, se debe ir contra los anarquistas”. Ironizando os sindicalistas, Gilimón afirma que se as tendências antipolíticas e antiautoritárias predominavam no movimento operário argentino, era graças ao esforço militante dos anarquistas:

Es por demás original ese modo de ver de los sindicalistas de la Argentina, de estos sindicalistas que ni siquiera han tenido que hacer aquí el sindicalismo, porque hace años que existe, porque hace años que los anarquistas lo fundaron y lo vienen sosteniendo, manteniéndolo apartado de todo contacto político y autoritario³³⁷.

334 “Los demás y nosotros”, **La Protesta**, 17 de março de 1908, p. 1.

335 “¿La fusión?..”, **La Protesta**, 24 de março de 1908, p. 2.

336 “Intereses comunes”, **La Protesta**, 15 de maio de 1908, p. 1.

337 “El sindicalismo en Europa y America”, **La Protesta**, 3 de outubro de 1908, p. 1.

Em outra ocasião, Gilimón afirmou que “los sindicalistas han retorcido el argumento anárquico contra los políticos y lo aplican a los anarquistas que no son obreros manuales”³³⁸, em uma crítica ao obreirismo sindicalista. As posições obreiristas do sindicalismo revolucionário argentino tinham como base a concepção soreliana de que a classe operária deveria se separar das demais classes sociais e rejeitar tudo aquilo que fosse estranho ao proletariado³³⁹. Georges Sorel considerava que “fechado em si mesmo, o proletariado poderia preparar o próprio futuro, evitando a corrupção burguesa e potencializando a própria fisionomia moral no desenvolvimento autônomo dos sindicatos” (TOLEDO, 2004, p. 82). Como vimos anteriormente, uma parcela do anarquismo representada por Gilimón rejeitava as concepções obreiristas do sindicalismo que, segundo ele, não levavam em consideração se “el no obrero manual es tan explotado y vive tan miserablemente como el que lo es, ni si piensa en si tiene o no necesidad de emanciparse, ni se considera si pide o no al pueblo algo para si particularmente”³⁴⁰.

Em suma, podemos afirmar que entre o fracasso do primeiro Congresso Pró-Fusão e a *Semana Roja*, os anarquistas foram se afastando dos sindicalistas e sentiram a necessidade de aprofundar sua crítica ao sindicalismo revolucionário para se diferenciar desta corrente que, como vimos, guardava diversas semelhanças com o anarquismo, e também para reforçar alguns de seus fundamentos teóricos, como a insistência no finalismo revolucionário e a defesa de uma concepção mais ampla de luta contra o sistema vigente, que não se limitasse apenas aos seus aspectos econômicos e contemplasse um combate ativo contra todas as outras formas de dominação.

4.5 UMA EFÊMERA REAPROXIMAÇÃO

Apesar de guardar suas diferenças com o anarquismo e o socialismo, os sindicalistas sempre perseguiram a unidade do movimento operário, pregando a necessidade de unir em uma só organização os trabalhadores de todas as tendências. Após o fracasso da greve geral de 1908, os sindicalistas iniciaram uma campanha pela realização de um novo congresso pró-fusão. Iniciativas

338 “De la propaganda”, **La Protesta**, 7 de março de 1909, p. 1.

339 Georges Sorel é frequentemente citado como um dos principais teóricos do sindicalismo revolucionário. Contudo, é importante notar que sua obra é escrita através da perspectiva de alguém que observava o movimento de fora. Sorel, que era francês, nunca falou como um porta-voz da CGT ou do movimento sindicalista, e de maneira geral, suas ideias tiveram pouco impacto no desenvolvimento do sindicalismo revolucionário. Itália e Argentina foram duas exceções. Na Itália, o sindicalismo revolucionário “acolheu o pensamento de Sorel como o de um mestre” (TOLEDO, 2004, p. 85), enquanto na Argentina, os sindicalistas se apropriaram de elementos da teoria soreliana para aprofundar sua crítica ao socialismo reformista. Na Itália, aliás, o pensamento soreliano encontrou adeptos inclusive entre grupos de extrema-direita: Benito Mussolini, por exemplo, era um admirador de Sorel. Para mais detalhes sobre as relações entre fascismo e sindicalismo revolucionário, ver: TOLEDO, 2004, p. 78-88.

340 “De la propaganda”, **La Protesta**, 7 de março de 1909, p. 1.

mais concretas nesse sentido começaram a ser gestadas em julho de 1908. A *Federación Nacional de Obreros Constructores de Rodados*, liderada pelo sindicalista Sebastián Marotta, encabeçou os trabalhos em prol da nova tentativa de unificação. Após diversas reuniões, uma assembleia realizada no dia 25 de fevereiro de 1909 resolveu criar um comitê pró-fusão, com representantes da FORA, UGT e sindicatos autônomos³⁴¹. No entanto, a FORA decidiu não tomar parte no comitê, “en vista de la poca importancia que las sociedades le dan a la idea de celebrar un nuevo congreso pro fusión de las fuerzas obreras de la república”³⁴². O clima entre os anarquistas definitivamente não parecia favorável à unificação. Os acontecimentos da *Semana Roja*, porém, reascenderam os ânimos dos fusionistas. Houve uma efêmera reaproximação entre anarquistas e sindicalistas que se efetivou na direção conjunta do *Comité de Huelga General* durante a greve de maio e também na campanha de solidariedade aos revolucionários espanhóis levada à cabo pelo *Comité Obrero de Agitación*, experiências já analisadas anteriormente. Os anarquistas, contudo, estavam divididos. Alguns foram entusiastas da fusão, após as experiências bem sucedidas das lutas operárias recentes, enquanto outros se mantinham contrários ou reticentes. A. Ruiz Díaz foi um dos que se manifestaram em favor da fusão:

Dejemos, en buena hora, que se fusionen en una sola entidad colectiva todas las asociaciones gremiales de la República, para que así puedan luchar con ventaja contra su único y común enemigo en el terreno económico: el capital. Y no solamente hay que dejarlos, si que también ayudarles en esta tarea – es la labor que incumbe realizar a todos los que se dicen amantes del bienestar y progreso de la "clase" laboriosa; pero, ¡por favor! no se les exija a los obreros que ostenten en la frente el cartel de "anarquistas" para darles entrada en la asociación. [...] Que los obreros sean protestantes o musulmanes, judíos o cristianos, socialistas o anarquistas, ello no importa. Todos sin distinción tiene que alquilar sus brazos productores a un único enemigo que explota sus esfuerzos, pues que se agrupen entonces para obtener mejoras de aquellos que se valen de su trabajo para enriquecerse. El que quiera hacer propaganda por sus ideales políticos o sociales que le haga donde le plazca, o mejor dicho, donde puede; pero pretender imponer nuestros ideales a todos los obreros que se agremian es sencillamente de cristianos: un sectarismo feroz y nada más³⁴³.

Ruiz Díaz entendia o sindicato como um “medio de lucha de que puede disponer el trabajadora, una arma que bien esgrimida puede darle resultados ventajosos”. Compartilhava com os sindicalistas a noção de que todos os trabalhadores, sem distinção de ideologia, deveriam ter lugar na organização operária: “yo en cuanto ‘obrero’, me pongo de acuerdo con otros obreros y me asocio para la lucha por el centavo o por el pan [...] pero sin mirar por eso si aquellos con quienes me asocio, profesan los mismos ideales políticos o sociales que yo”. Se havia possibilidade de

341 “El congreso de la fusión”, *La Protesta*, 26 de fevereiro de 1909, p. 1.

342 “Al comité pro fusión y a las sociedades en general”, *La Protesta*, 30 de março de 1909, p. 1.

343 “Dos palabras”, *La Protesta*, 14 de julho de 1909, p. 2

acordo na luta econômica, a ação conjunta nesse campo deveria ser perseguida. Contudo, Ruiz Díaz ainda fazia questão de demarcar suas posições: “fuera del obrerismo, combato el cristianismo, el judaísmo y el socialismo”³⁴⁴. Existiam limites para a possibilidade de uma atuação conjunta.

Adrián Troitiño se mostrou um entusiasta da fusão naquele momento e afirmou que diante da “evolución de la Unión G. de Trabajadores y de las sociedades autónomas, no existe motivo fundamental alguno, para que las sociedades adheridas a la Federación Obrera Argentina, se recusen a tomar parte en el próximo congreso”:

Esas instituciones aceptan de lleno toda nuestra táctica de lucha, y por lo tanto su evolución constituye un triunfo de nuestra propaganda sobre las demás escuelas sociológicas; y así como hemos triunfado en nuestra táctica revolucionaria, triunfaremos en nuestra concepción filosófica en cuanto a la sociedad futura³⁴⁵.

Para Troitiño, a fusão oferecia a possibilidade de “hacer nuevos prosélitos para la revolución”. Segundo ele, se os sindicalistas “se imponen y consiguen neutralizar nuestra propaganda en el seno de las sociedades obreras, será debido a la falta de actividad de los anarquistas”. Os anarquistas, então, deveriam apoiar a fusão e propagar suas teorias no interior da nova organização instituída pela unificação das duas centrais operárias, demonstrando a superioridade do anarquismo “sobre las demás escuelas que pretenden resolver el problema social”³⁴⁶.

Gabriel Biagiotti adotou uma posição intermediária nesse debate. Era partidário da fusão, desde que realizada “bajo la más amplia orientación, de acuerdo con las científicas investigaciones de la ciencia, las cuales marcan el derrotero que el proletariado universal ha de seguir para libertarse de la tiranía y la opresión”. Isso significava que a FORA, enquanto instituição mais avançada e de bases mais amplas, não deveria abrir mão de seus princípios para que a fusão fosse levada a cabo. Aqueles que faziam oposição ao finalismo forista, por sua vez, deveriam demonstrar “su inconveniencia e inaceptabilidad”. Afirmava ainda que o comunismo anárquico não era uma imposição e nem um obstáculo à associação, tendo em vista que “en el seno de todas las sociedades federadas, tienen en su asociación, hombres de todos los credos, colores y matices”³⁴⁷.

344 “Punto final”, **La Protesta**, 20 de julho de 1909, p. 1.

345 “El Congreso de Fusión”, **La Protesta**, 10 de setembro de 1909, p. 1.

346 *Idem*.

347 “La verdad ante todo”, **La Protesta**, 14 de julho de 1909, p. 1-2.

Alsupro, por sua vez, sustentou uma postura abertamente antifusionista. Para ele, a fusão “no solo era imposible llevarla a cabo, sino que en caso de realizarla sería funesta para la organización obrera en general”. Também afirmava que “la solidaridad brota espontánea, sin necesidad de pactos escritos”³⁴⁸, retomando os argumentos utilizados pelos anarquistas ao rechaçar o pacto solidário com a UGT em 1905:

Los obreros debemos de tener muy en cuenta que el pasado congreso solo ha producido distanciamientos, los que duraron hasta la última huelga general de Mayo y ahora que ya estaban allanados, viene este otro a producirlo de nuevo. Por cuyo motivo los obreros debemos en interés propio evitar este congreso por los males que nos reportará³⁴⁹.

As semanas prévias ao Segundo Congresso Pró-Fusão, porém, foram marcadas por desencontros e confusões. Como vimos, a FORA não chegou a integrar o comitê pró-fusão responsável pela organização do congresso. A participação de sociedades aderidas à FORA ao congresso, no entanto, não foi vedada. No dia 28 de agosto, o comitê enviou uma circular “en la cual se invitaba a las sociedades a reunir sus componentes respectivos y resolver sobre la actitud a asumir [...] pidiendo el envío de los delegados a la reunión que el 17 de septiembre”. De acordo com o informe lido no VIII Congresso da FORA,

El Comité pro fusión que entonces funcionaba, por error adoptó una resolución que obstruía la entrada al congreso de toda sociedad que hasta el 2 de septiembre no hubiese presentado su adhesión. La notificación se publicó en diferentes diarios, entre los días 3 y 7 del mes mencionado. Como la medida implicaba exclusión arbitraria, naturalmente hubo protestas. Más tarde se publicó en *La Protesta* la revocación de aquel acuerdo, asegurándose que se hizo con fecha 13. Pero esta medida y su rectificación, y las tardías decisiones de las sociedades que contestaron a la circular del 28 de agosto, llevaron como consecuencia el que la celebración del segundo congreso de fusión contase con 10 de nuestras sociedades (ABAD DE SANTILLÁN, 2005, p. 200-201).

De acordo com Martín Manuli, “el problema de las fechas es más bien una excusa, puesto que el problema de fondo radicaba en que la FORA no tenía posición tomada sobre el Congreso” (MANULI, 2011, p. 101). Uma vez que a FORA não tomou nenhuma posição em relação ao congresso, poucas sociedades aderidas à central anarquista se fizeram presentes na ocasião. De qualquer forma, o Segundo Congresso Pró-Fusão ocorreu entre os dias 25 e 26 de setembro de 1909, reunindo delegados de 42 sociedades, das quais apenas 13 pertenciam à FORA³⁵⁰. Como se

348 “La fusión”, *La Protesta*, 31 de agosto de 1909, p. 1.

349 “La fusión”, *La Protesta*, 1 de setembro de 1909, p. 1.

350 Segundo Manuli (2011), as seguintes sociedades aderidas à FORA concorreram ao Segundo Congresso Pró-Fusão: pedreiros, serradores, carpinteiros, condutores de veículos, curtidores, fundidores, ferreiros de obra, laminadores,

vê, os anarquistas foram minoria no congresso. Logo em sua abertura, também sofreram um revés: as credenciais do delegado Antonio Zamboni, redator de *La Protesta*, foram impugnadas, uma vez que ele não pertencia a nenhuma sociedade operária. Zamboni considerou que se tratava de um ataque político e se retirou do congresso, incitando os delegados da FORA a fazerem o mesmo. Não obteve sucesso, uma vez que foi acompanhado apenas por Juan Bianchi e um dos delegados dos fundidores.

As resoluções mais importantes do congresso foram tomadas nas sessões do dia 26. Durante a terceira sessão, Biagiotti “hace uso de la palabra diciendo que hay sociedades cuya finalidad es el comunismo anárquico y pregunta cual será la finalidad de la nueva organización”. O delegado sindicalista Marotta respondeu afirmando que “en la nueva organización no debe haber privilegio para ninguna idea, sino la más completa libertad de pensamiento”. É curioso notar que a postura de Biagotti não foi acompanhada pela maioria dos delegados da FORA presentes no congresso: de acordo com a crônica de *La Protesta*, além de Biagiotti, apenas o delegado dos laminadores fez uma defesa do comunismo anárquico. Contudo, Biagiotti apresentou uma moção onde “propone que las sociedades patrocinen cualquier pedido de uno de sus miembros para realizar controversias ideológicas”, que foi aprovada por 30 votos contra 2. O congresso também decidiu que a nova instituição, denominada Confederação Operária Regional Argentina (CORA), “sería netamente revolucionaria, desligada por completo de toda concepción política”³⁵¹. Por fim, os delegados aprovaram as seguintes declarações:

1. La C.O.R.A. tiene por objeto realizar la defensa de los intereses generales de los trabajadores, tendiendo a la vez a la conquista de su total emancipación económica y política.
2. Relacionar para la mejor obtención de este objetivo a todas las organizaciones obreras de la república unificándolas en el pensamiento y en la acción, al objeto de hacer más próspera y fecunda la lucha que deberá librar con tal motivo.
3. Relacionarse con el proletariado universal a fin de poder en todos los momentos y circunstancias hacer prácticos y efectivos los sentimientos de solidaridad entre los trabajadores de todas las naciones del mundo (SPALDING, 1970, p. 296-297).

A CORA adotou como base o Pacto de Solidariedade da FORA e um sistema organizativo idêntico, com algumas pequenas modificações. Seu Conselho Confederal foi composto por operários de distintas tendências: Perducca, Biagiotti e Yantorno, anarquistas; Bianchetti, Marotta e

operários do porto, distribuidores de jornais, chapeleiros e sapateiros. Contudo, as fontes se contradizem: Diego Abad de Santillán (2005) afirma que apenas 10 sociedades aderidas à FORA se fizeram presentes no congresso, sem citar os sapateiros e talvez desconsiderando algumas das organizações presentes como pertencentes à FORA.

351 “El Congreso pro Fusión”, *La Protesta*, 28 de setembro de 1909, p. 1.

Marinelli, sindicalistas; Besasso, socialista; e Caseaux, sem filiação ideológica definida. A fusão, enfim, era um fato. Mas não por muito tempo...

Logo após a conclusão do congresso, se produziram debates acirrados nas fileiras do anarquismo. Zamboni disparou críticas pesadas contra os sindicalistas e contestou os resultados do congresso. Para ele, os sindicalistas agiram de forma oportunista: “[...] convencidos de que hoy por hoy la masa obrera prefiere la adopción de métodos revolucionarios a la de los procedimientos pacíficos y legales, esos individuos no hallaron otro camino que el de llevar a cabo una farsa”³⁵². Negou-se a reconhecer uma fusão sancionada por um congresso dominado pelos sindicalistas e sociedades autônomas, no qual a FORA foi sub-representada. Biagiotti, por sua vez, defendeu as resoluções tomadas no congresso, em especial aquela que permitia a realização de conferências de controvérsia nos sindicatos: “[...] este acierto rompió con las trabas, que en la mayoría de las sociedades hasta aquí dificultó el avance de la investigación sociológica”. Também minimizou a supressão do comunismo anárquico, afirmando que o congresso aprovou declarações no sentido de dar à organização uma finalidade compatível com o programa anarquista, como a “supresión del salario y de la clase patronal” e a transformação de “todos los partidos políticos y jurídicos en federaciones de productores libres”: “[...] con esto entiendo decir que aunque se hayan cambiado expresiones, en el fondo no cambia el fin perseguido”. Para Biagiotti, os resultados do congresso afirmavam a superioridade das concepções e táticas anarquistas:

Es bueno tener en cuenta los cambios que se han operado en los compañeros, sindicalistas, ex-socialistas, esto a pesar de todas las dudas y vacilaciones, ponen de relieve el triunfo de la F.O.R.A. examínese las bases en que se constituyó la U. G. de T. en su nacimiento, y compárese con las declaraciones de principios y finalidad en que se plantea la Confederación, al constituirse en el reciente Congreso pro-Fusión³⁵³.

Gilimón adotou uma posição ambígua frente ao congresso. Segundo ele, a nova organização “ha adoptado el Pacto de Solidaridad de la F. O. R. A., se ha dado una organización idéntica, ha tomado un nombre que es casi una redundancia del viejo organismo y ha definido sus propósitos de un modo poco menos que idéntico al de la Federación”, criando uma situação anômala: “Venimos a tener así en esta región dos instituciones obreras que esencialmente no difieren en nada”. Para ele, era “chocante en extremo” que os delegados presentes no congresso, ao aceitar todas as bases da FORA, tenham decidido fundar uma nova instituição ao invés de aderirem à mais antiga. Contudo,

352 “Resultados de un congreso”, **La Protesta**, 28 de setembro de 1909, p. 1-2.

353 “Necesaria reconciliación”, **La Protesta**, 28 de setembro de 1909, p. 2.

e apesar de desconfiar das intenções dos sindicalistas – afirmou que “no les interesaba más que la fusión por lo que ella tiene importancia para la conquista de mejoras” –, foi favorável à fusão em um primeiro momento:

Parecemos que la fusión ha de realizarse, ya que es absurda la existencia de dos organismos idénticos [...] y pues todo indica que esto sucederá, [...] y por lo tanto, si los sindicalistas se desentienden de todo lo que atañe al porvenir, los anarquistas pueden hacer obra provechosa ponen actividad en ello³⁵⁴.

O Conselho Federal da FORA não demorou a se manifestar e, logo no dia 28 de setembro, enviou uma circular para as sociedades aderidas desconsiderando os resultados do congresso, “puesto que de las 85 sociedades que componen la F.O.R.A., sólo 10 de ellas tomaron parte en sus deliberaciones”. Contudo, convocaram uma reunião de delegados para o dia 30 de outubro e pediram para que as sociedades federadas “reúnan al gremio en asamblea y resuelvan la actitud que se debe adoptar ante lo hecho por el congreso de fusión” (ABAD DE SANTILLÁN, 2005, p. 193). Na ocasião, a maioria dos delegados se manifestou pela permanência na FORA³⁵⁵. Cabe notar, no entanto, que algumas das sociedades mais influentes da central anarquista (operários do porto, padeiros, condutores de carros, serradores, chapeleiros e sapateiros) se posicionavam em favor da fusão e pela adesão à CORA, enquanto a *Liga Obrera Naval Argentina*, importante sindicato de longa tradição anarquista, decidiu se desligar da FORA e aderir à CORA³⁵⁶. Talvez para evitar uma debandada de maiores proporções, a mesma reunião da FORA também decidiu convocar um novo congresso pró-fusão para o mês de dezembro. Porém, o estado de sítio, imposto após o assassinato de Falcón, impediu a realização do congresso e o movimento operário chegou dividido ao Centenário.

4.6 DO CENTENÁRIO AO IX CONGRESSO DA FORA: AVANÇO SINDICALISTA E REPOSICIONAMENTO DO ANARQUISMO

A FORA, como vimos anteriormente, manteve uma postura reticente quanto à greve do Centenário, sendo arrastada para o movimento por pressão de suas bases. Diante da vacilação da central anarquista, a CORA se empenhou em promover a greve geral. Já no dia 15 de março, o

354 “Consideraciones: situación extraña”, *La Protesta*, 1 de outubro de 1909, p. 1.

355 “F. O. R. A. – A las sociedades federadas”, *La Protesta*, 2 de novembro de 1909, p. 1.

356 Contudo, a passagem da *Liga Obrera Naval Argentina* na central sindicalista foi muito breve. Por causa de discordâncias na condução de uma greve de trabalhadores marítimos, a organização se desligou da CORA no início de 1910, declarando-se autônoma. Para mais detalhes sobre a relação dos marítimos com a FORA e a CORA, ver: BELKIN, 2018b.

Conselho Confederal da central sindicalista enviou uma circular destinada a todas as sociedades operárias “a fin de que resuelvan a la brevedad posible la conducta que debe asumir el proletariado organizado en las próximas fiestas del centenario que la burguesía argentina se prepara e indicar a sus correspondientes delegados concurren a la reunión que se celebrara para sus propósitos” (CAMPS *et al.*, 2010, p. 69). Em assembleia realizada no dia 22 de abril, os delegados da CORA votaram pela realização da greve geral em data próxima aos festejos do Centenário. A assembleia da CORA ocorreu apenas um dia antes do VIII Congresso da FORA. Segundo Belkin (2018a, p. 129), os sindicalistas pretendiam pressionar a central anarquista a se pronunciar no mesmo sentido. Porém, a greve geral sequer foi discutida pelo congresso³⁵⁷. A atitude dos delegados foi alvo de críticas por parte dos sindicalistas:

Hablaron de la “retirada anarquista para la lucha del centenario”, de la “cobardía anarquista (...) manifestada por medio de un congreso”. Destacaron que “la caduca Federación ORA no ha resuelto la huelga general para el centenario”, por lo tanto, “la joven y batalladora Confederación (...) debe hacer el movimiento por sí sola”. [...] Según los sindicalistas, el congreso obrero anarquista se abstuvo de convocar a la huelga general con el “argumento poderos y principal que iban a ocurrir persecuciones de la clase burguesa”. Impugnaron ese razonamiento diciendo que los anarquistas “esperan conquistar las libertades sin lucha y sin persecuciones” (BELKIN, 2018a, p. 130).

A postura combativa dos sindicalistas deixou os anarquistas em uma posição desconfortável. Como afirmou Gilimón (2018, p. 95), a declaração de greve geral da CORA teve um forte impacto moral entre os libertários, “ya que con ella se presentaban los sindicalistas como más revolucionarios que la F.O.R.A.”. A FORA, como vimos, pronunciou-se pela declaração de greve geral somente na manifestação do dia 8 de maio e se tornou o principal alvo da repressão desencadeada contra o movimento operário. Mas os sindicalistas também não saíram ilesos. Félix Godoy, membro da administração de *La Acción Socialista*, foi preso no dia 13. Durante a noite do dia 14, um grupo de policiais e estudantes tentou assaltar o local onde funcionava a redação do periódico sindicalista e a secretaria da CORA, mas foram repelidos a tiros. Na noite seguinte, conseguiram invadir o local, destruindo todos os seus móveis e hasteando uma bandeira argentina no alto do prédio. A imagem foi descrita pelos sindicalistas como “el triunfo de la canalla explotadora consagrando la irritante desigualdad social y el despotismo de una clase dueña de la vida” (CAMPS *et al.*, 2010, p. 94).

357 As resoluções aprovadas pelo VIII Congresso apenas mencionam apoio à campanha contra a Lei de Residência (BILSKY, 1985b, p. 230), mas em nenhum momento se referem diretamente à greve do Centenário. *La Protesta* também não registrou nenhum debate sobre a greve em suas crônicas do congresso.

Contudo, o fato é que o sindicalismo foi muito menos afetado pela repressão do que o anarquismo, que saía quase que completamente desarticulado das lutas do Centenário, e os sindicalistas souberam aproveitar o vácuo deixado pelos libertários:

Ante la ausencia forzosa de los anarquistas y las dificultades del socialismo para insertarse en el mundo gremial, la corriente sindicalista fue la que se encontró mejor predispuesta para incidir en el proceso de reconstrucción de las organizaciones obreras. La CORA logró subsistir y brindó su apoyo para la reorganización del movimiento obrero, convirtiéndose en una pieza clave de la creciente hegemonía sindicalista (BELKIN, 2018, p. 146).

A partir de 1911, os sindicalistas iniciaram um lento processo de reorganização das associações operárias, inclusive daquelas que antes se encontravam sob a influência do anarquismo, como foi o caso dos sindicatos de escultores e modeladores, fideeros e maquinistas de calçados. Além disso, também impulsionaram a criação de novas organizações sindicais, incluindo a *Federación Obrera Ferrocarrilera*, que em questão de poucos anos se tornaria um dos sindicatos mais poderosos da Argentina. Já entre o fim de 1911 e o início de 1912, houve uma tímida retomada do movimento operário: foram registradas greves de ladrilheiros, padeiros, portuários, carroceiros, marítimos e ferroviários. Contudo, a maior parte destes movimentos fracassou, e tanto anarquistas como sindicalistas coincidiram ao apontar a derrota dessas greves como resultado direto da postura conciliadora adotada por alguns sindicatos, como o dos padeiros e dos operários do porto, que em determinado momento chegaram a aceitar a mediação do DNT para buscar uma saída negociada ao conflito. Nas páginas de *La Protesta*, H. Grau lamentava que eram sindicatos ligados à FORA aqueles que “han dado y están dando notas desagradables de retroceso y desviación”³⁵⁸. Os ladrilheiros, que rejeitaram a mediação estatal e conseguiram impor suas reivindicações aos patrões, estavam organizados na CORA. Os anarquistas logo reconheceram o avanço dos sindicalistas: “[...] la CORA que hubo de sufrir por contragolpe las consecuencias de la persecución gubernamental que cayó sobre los nuestros, ha mantenido la relativa potencia y organización de sus gremios”³⁵⁹. No mesmo sentido, Julio R. Barcos afirmou o seguinte: “No hay duda que las represalias gubernativas han hecho mucho daño en las filas anarquistas [...]. Y los sindicalistas que tienen la virtud de la constancia, han aprovechado habilidosamente el tiempo haciéndoles propicio el terreno”³⁶⁰.

358 “La organización por talleres”, **La Protesta**, 16 de janeiro de 1912, p. 2-3.

359 “Balance del año”, **La Protesta**, 29 de setembro de 1912, p. 3.

360 “La Federación Obrera,” **La Protesta**, 15 de dezembro de 1912, p. 1.

Nesse contexto, os sindicalistas decidiriam impulsionar, novamente, um congresso pró-fusão. Entre os anarquistas, a iniciativa novamente dividiu opiniões, mas percebemos o fortalecimento de uma tendência mais favorável à unidade do movimento operário. Benjamín F. Lúquez, por exemplo, irá afirmar que “los trabajadores [...] de esta región sienten hoy día la necesidad de una mancomuni3n de las fuerzas disgregadas por antagonismos particulares y de sectas”. Assim como os sindicalistas, Lúquez entendia que as organiza33es oper3rias “no deben tener ninguna filiaci3n pol3tica o ideol3gica: deben ser simplemente conglomerados de obreros con aspiraciones m3ltiples, en el terreno econ3mico, moral, pol3tico y social”. Contudo, ele afirmava que “es necesario conocer cu3l ha de ser la finalidad de ese conglomerado de hombres, agrupados en sus respectivos sindicatos de oficios que no solamente pueden aspirar a su mejoramiento econ3mico, sino tambi3n moral, pol3tico y social”³⁶¹, defendendo a necessidade de que a organiza33o oper3ria tivesse uma finalidade emancipadora. Para Joaqu3n Hucha, a unidade do movimento oper3rio “es una necesidad forzosa frente a las circunstancias porque atraviesa la clase obrera”, uma vez que “las leyes represivas que hoy pesan sobre nosotros los desheredados, solo ser3n extirpadas por la acci3n conjunta de nuestras fuerzas”:

Es menester, que de una buena vez el proletariado tenga por entendido que su mejoramiento en todos los3rdenes de la vida, depende de sus propios esfuerzos, y que para ello no cuenta m3s que con un recurso: la acci3n directa. Se impone pues bajar de nuevo a la arena de la lucha contra la prepotencia del capitalismo ensoberbecido, solidarizando todas las fuerzas de la clase oprimida en un solo bloc con lo cual solamente lograr3 vencer a sus opresores³⁶².

Hucha afirmava que “a pesar de ser ardiente partidario de que en todas partes se impongan las ideas que sintetizan la 3ltima expresi3n que hasta la fecha ha determinado la ciencia social”, entendia que a classe trabalhadora “debe coaligar sus fuerzas, porque de esa manera adem3s de luchar con ventaja para la conquista de mejoras inmediatas en todos los3rdenes de la vida, se lograr3 a la vez apresurar el derrumbe del actual andamiaje social”³⁶³. Para Luis Lucena, “es hora ya de que nos dejemos de pol3micas con m3s o menos derroche de pasajes hist3ricos [...] para tratar de mancomunar las fuerzas dispersas del campo obrero revolucionario”³⁶⁴. A FORA tambi3m parecia disposta a colaborar com os esfor3os fusionistas. Com a reconstitu33o de seu Conselho Federal, a central anarquista chamou uma reuni3o de delegados para o dia 3 de novembro, para definir qual postura deveria ser assumida frente ao congresso. Os delegados reunidos recomendaram, na

361 “Organizaci3n y lucha”, **La Protesta**, 20 de outubro de 1912, p. 2.

362 “La fusi3n obrera”, **La Protesta**, 3 de novembro de 1912, p. 2-3.

363 *Ibid.*

364 “Dos palabras”, **La Protesta**, 17 de novembro de 1912, p. 3

ocasião, que as sociedades federadas aderissem ao congresso e defendessem a adoção do Pacto de Solidariedade da FORA para cimentar as bases da fusão. A resolução mais importante tomada naquela reunião, porém, foi a de recomendar que “se deje sin efecto” a resolução do V Congresso “que recomendaba como finalidad el comunismo anárquico”³⁶⁵. Pela primeira vez em sete anos, a FORA se mostrava disposta a abolir a resolução finalista em nome da unidade do movimento operário.

Contudo, não faltaram objeções à fusão proposta pelos sindicalistas. *La Protesta* publicou uma série de cinco artigos intitulados “*Organización y fusión*”. Afirmava-se que “en un punto de vista exclusivamente obrero, es indiscutible la ventaja y conveniencia de una sola organización proletaria” e se admitia que “en el campo de la organización caben todas las tendencias que puedan sustentar los trabajadores”³⁶⁶. Sustentando que a unificação deveria ocorrer através do ingresso de todas as organizações operárias à FORA, o texto contestava o argumento de que a resolução finalista era um obstáculo à fusão:

Se habla, como de un obstáculo insuperable, de una declaración de un congreso estableciendo la finalidad del comunismo anárquico. Pero entendemos que este es nada más que un pretexto, ya que tal declaración no obliga a ninguno a ser anarquista. [...] tal declaración no debiera asustar a quienes blasonan todos los días de un revolucionarismo sin cuartel que come crudos a todos los burgueses y hasta a los que no lo son, con tal que sean intelectuales³⁶⁷.

A condução do comitê pró-fusão, composto por uma maioria sindicalista, foi duramente criticada. Argumentava-se que “la Federación no tuvo representación proporcional ni legal en el seno del comité”, uma vez que “siendo el organismo de más volumen, estaba representada por dos delegados, al igual que unas pocas sociedades autónomas y que la Confederación que numéricamente no alcanza el valor de una sociedad de la Federación medianamente organizada”, o que demonstrava “el interés con que el grupo sindicalista persigue la fusión pero asegurándose desde el primer momento una fuerte mayoría”. A situação de fato gerou atritos: o delegado dos condutores de carros, que representava a FORA, se retirou do comitê após ter participado de pelo menos cinco reuniões, alegando que “era inútil su presencia en dicho comité y no poder hacerse en él más que lo que los sindicalistas querían”³⁶⁸. As bases de fusão propostas pelo comitê também não foram bem recebidas pelos anarquistas. O ponto que gerou mais discordâncias por parte dos

365 “F. O. R. A. – A las sociedades federadas”, *La Protesta*, 10 de novembro de 1912, p. 2.

366 “Organización y fusión II”, *La Protesta*, 20 de outubro de 1912, p. 1.

367 “Organización y fusión IV”, *La Protesta*, 3 de novembro de 1912, p. 1.

368 “Organización y fusión V”, *La Protesta*, 10 de novembro de 1912, p. 1.

libertários foi o seguinte: “[...] a fin de que alcance su máximo de efecto, la acción económica debe ejercerse directamente contra el patronato y el Estado, no debiendo las organizaciones en su calidad de grupos sindicales, preocuparse de los partidos y sectas” (ABAD DE SANTILLÁN, 2005, p. 216). Os anarquistas de *La Protesta* afirmaram que a fórmula “tontamente obrerista que pregona el sindicalismo es un principio negativo de organización”:

La sola comunidad de intereses materiales no da conciencia ni solidaridad social. Y aun sucede, y sucedería después peor, que el exceso de materialismo envilezca tanto las conciencias que los intereses que debieran ser solidarios se tornen antagónicos por el desarrollo del egoísmo individual e profesional³⁶⁹.

Ainda segundo *La Protesta*, uma organização “de carácter acentuadamente económico, ha de tener fatalmente largos períodos de inacción, pues no siempre habrá reclamaciones que hacer al patronato ni las condiciones del mercado ni la vida misma del pueblo permitirían”. Por este motivo, entendiam que a organização operária deveria ser fundada na “discusión de las ideas”, que “han de ser siempre el fundamento de la organización por que ellas crean vínculos intelectuales entre los hombres que no permitirían jamás la disgregación social”. Em suma, consideravam que as bases de fusão apresentadas pelos sindicalistas representavam “la tiranía del estómago sobre la cabeza” e que a FORA não deveria aceitá-las, “tanto porque sería humillante para ella como porque tales bases son muy inferiores a los principios generales de la vieja institución”³⁷⁰.

Com posições já definidas, os anarquistas participaram do Terceiro Congresso Pró-Fusão, que ocorreu entre os dias 30 de novembro e 2 de dezembro de 1912, dispostos a defender o Pacto de Solidariedade da FORA em contraposição às bases propostas pelos sindicalistas. Uma vez que os delegados da FORA abriram mão da resolução do comunismo anárquico, entendiam que a unificação deveria se dar por meio do ingresso em massa dos demais sindicatos à Federação. Fato é que os anarquistas estavam em menor número e se retiraram do congresso ao perceberem que seriam voto vencido. As bases de fusão propostas pelos sindicalistas foram aprovadas por 42 votos a favor, 4 abstenções, 1 voto contrário e com a ausência de 23 sindicatos da FORA. Com a aprovação das bases de fusão, os sindicalistas quiseram constituir um organismo diretivo para dar corpo à nova organização. Contudo, não houve consenso e vários delegados argumentaram que deveriam consultar suas bases antes de tomar qualquer decisão nesse sentido. Assim, ficou decidido que o congresso passaria a “cuarto intermedio por el tiempo que los congresales crean necesario, para que

³⁶⁹ *Ibid.*

³⁷⁰ *Ibid.*

la comisión pase a referendium las bases a objeto de que las sociedades las aprueben y haganlas enmiendas que consideren pertinentes”³⁷¹. Os delegados da FORA, como era de se esperar, rejeitaram as bases de fusão em uma reunião realizada no dia 25 de dezembro. Na ocasião, foi aprovada a seguinte resolução apresentada pelo delegado dos pedreiros: “En vista que las bases presentadas para la unificación, no son más amplias que el pacto de solidaridad de la F. O. R. A. aconséjese a las sociedades federadas que no concurran al Congreso y mantengan la F. O. R. A.”³⁷².

Os sindicalistas, contudo, não desistiram de sua cruzada pela unidade. Mudaram, porém, sua maneira de proceder. Após o fracasso de três congressos pró-fusão, os sindicalistas estavam convencidos da inutilidade de “prestigiar la realización de nuevos congresos de unificación”:

Este procedimiento dilatorio y de imprevistos y dudosos resultados por su reiterado fracaso en un pasado reciente no cuenta ni contaría con el necesario prestigio en la opinión colectiva, ni tampoco suscitaría el confiado entusiasmo que se requiere para dar cima al objetivo que se anhela materializar (ABAD DE SANTILLÁN, 2005, p. 223).

Era preciso buscar uma nova estratégia para alcançar a unidade do movimento operário. Em um congresso promovido pela CORA entre os dias 27 de junho de 1914, Marcelino Rigotti, delegado dos ferreiros de obra de Rosario, apresentou uma moção propondo a dissolução da CORA e adesão em massa de seus sindicatos à FORA. A proposta chama a atenção, pois em diversas oportunidades os anarquistas defenderam que a reunificação do movimento operário se desse por essa via. O VIII Congresso da FORA, inclusive, aprovou uma resolução nesse sentido, onde se afirma que “las sociedades obreras de resistencia de toda la República aceptan unánimemente el pacto de Solidaridad y la forma de organización de la F.O.R.A.” e convidava “las sociedades autónomas y adheridas a la Confederación a ingresar en ella [FORA] cuanto antes” (BILSKY, 1985b, p. 229). Os sindicalistas, contudo, vinham negando reiteradamente essa possibilidade. Porém, agora “vislumbraron una grieta entre los ácratas, creían que su arribo a la FORA sería recibido favorablemente por una fracción del activismo libertario” (BELKIN, 2018a, p. 208). O último congresso pró-fusão havia demonstrado o fortalecimento de uma posição favorável à unidade no interior do anarquismo, disposta inclusive a abrir mão da declaração finalista em nome da união do movimento operário. Os sindicalistas, então, resolveram criar um comitê “formado por delegados autónomos y confederados” para “estudiar la forma de la posible reunión en una de las instituciones federales existentes o, si fuera posible, en otra creada con una denominación distinta”.

371 “El congreso de fusión”, **La Protesta**, 8 de dezembro de 1912, p. 2.

372 “F. O. R. A.”, **La Protesta**, 29 de dezembro de 1912, p. 3.

O comitê deveria se pronunciar sobre o tema até o dia 29 de agosto, quando “se celebrará una reunión de delegados que resolverá definitivamente sobre la resolución a tomar”³⁷³.

Uma semana após a realização do congresso da CORA, o comitê entrou em contato com a FORA, solicitando uma reunião para “escuchar una exposición del Comité, y, esclarecerle sobre ciertos antecedentes que este estima necesarios par llevar a buen término sus gestiones”. Também pediam permissão para que os delegados do comitê pudessem participar das assembleias sindicais de sociedades aderidas à FORA, para “informar verbalmente a la asamblea de la organización acerca de los propósitos que se persiguen y la conveniencia de los procedimientos prestigiados para hacer posible de inmediato la unificación obrera”. Solicitavam, por fim, que o conselho da FOLB convocasse “una asamblea de delegados a fin de que esta considere la posibilidad de la adhesión de las organizaciones confederadas y autónomas de la capital a ese organismo, sobre las bases del pacto de solidaridad votado por el cuarto Congreso de la F. O. R. A.” e desconsiderando “todo agregado ulterior que las modifique”³⁷⁴. O Comitê Federal da FORA respondeu afirmando que “toda sociedad obrera es admitida en su seno de acuerdo con el pacto de solidaridad”, dando aval para o ingresso dos sindicalistas na instituição. Em referência ao comunismo anárquico, afirmavam que “es un acuerdo del V congreso como medio de propaganda y de finalidad y que no es una imposición, dejando al libre albedrío de las sociedades adheridas su difusión”, mas deixavam em aberto a possibilidade de exclusão da resolução finalista: “[...] toda rectificación a los acuerdos de un congreso debe ser obra de otro congreso de la F.O.R.A.” (ABAD DE SANTILLÁN, 2005, p. 226).

Os sindicalistas, como afirmou Belkin (2018a, p. 211), “desarrollaron una ofensiva en todos los frentes, por ‘arriba’ y por ‘abajo’. Por un lado, iniciaron negociaciones con la FORA y, por otro lado, trataron de intervenir directamente en las asambleas de base de cada gremio”. Apesar da boa vontade da FORA e de sua militância em colaborar com os sindicalistas, alguns anarquistas se demonstravam insatisfeitos e não queriam abrir mão do comunismo anárquico. Esteban Sánchez, por exemplo, sabia que “que bastaría dejar anulada la declaración de comunismo anárquico que honra al pacto de solidaridad de la Federación para que la fusión se hiciera prontamente”, porém considerava que tal atitude seria um “retroceso de las avanzadas del ideal para satisfacción íntima de los rezagados, de los cobardes y timoratos que temen a las ideas como al agua el gato”³⁷⁵. Para Florentino Giribaldi, a anulação da declaração finalista resultaria em uma irreversível mudança de

373 “El Congreso de la C.O. R. A.”, **La Protesta**, 30 de junho de 1914, p. 1-2.

374 “Comité de Concentración Obrera”, **La Protesta**, 8 de julho de 1914, p. 1.

375 “Sinceridad exigimos”, **La Protesta**, 9 de julho de 1914, p. 1.

táticas: “A la Federación se acoplarían sindicatos que no van a ninguna parte, organismos retardados, la rémora de la organización, lo que traería fatalmente rencillas entre unos y otros imposibles de evitar”³⁷⁶. José M. Acha, em contrapartida, adotava uma postura pró-fusão e afirmava que o anarquismo, “doctrina superior en sus medios y su finalidad social, nada puede temer de todas las tendencias antagónicas que se disputan el predominio entre las masas”. Para ele, os militantes “que combaten el proyecto de concentración obrera, parecen no darse cuenta [...] del valor moral de sus ideales, ya que los obsesiona el temor de un posible impedimento a la difusión de los mismos al constatarlos con las tendencias frágiles e indefinidas del sindicalismo”³⁷⁷.

A reunião de delegados da CORA e das sociedades autônomas realizada no final do mês de agosto confirmou a adesão dos sindicalistas à FORA. Apenas os delegados de quatro sindicatos socialistas (gráficos, fundidores, confeitores e cabeleiros) se opuseram, afirmando que não podiam aceitar o Pacto de Solidariedade da FORA “porque contiene una declaración que rechaza los partidos políticos, incluyendo a los partidos obreros”. Sem desprezar “los eficaces y efectivos servicios que la C.O.R.A. tiene prestados a la causa del proletariado regional”, os sindicalistas entendiam que a experiência demonstrava que a única forma de alcançar a unidade do movimento operário seria através da “eliminación necesaria de uno de los organismos federales que existen” (ABAD DE SANTILLÁN, 2005, p. 224) e, assim, sustentaram a incorporação da CORA à FORA. Agora, os sindicalistas se diziam convencidos de que as bases da FORA “son la expresión clara y concreta de la idealidad obrera”³⁷⁸. Além disso, a FORA era a central operária mais antiga do país e concentrava uma maior tradição de luta. Para formalizar sua adesão à Federação, os sindicalistas indicaram Juan Loperena, Fernando Cazeneuve e David Scholnicoff para integrar o Conselho Federal da instituição. *La Protesta* celebrou os resultados da reunião e a postura dos sindicalistas: “[...] la concentración efectuada por el congreso recientemente celebrado, lejos de ser ficticia, irreal o convencional, ella tiene hondo arraigo, ha sido un acto de conciencia bien meditado, auscultando los deseos generales”³⁷⁹.

Logo após a entrada dos sindicalistas na FORA, a central decidiu convocar o seu próximo congresso para meados de fevereiro de 1915. A realização do congresso era entendida como uma “necesidad urgente para consolidar las fuerzas obreras y satisfacer los deseos de las sociedades que últimamente se han adherido a la F. O. R. A.”³⁸⁰. Atendendo a pedidos das federações locais e

376 “Cuestión de nombre?”, *La Protesta*, 18 de julho de 1914, p. 1.

377 “Sobre la fusión”, *La Protesta*, 28 de julho de 1914, p. 2.

378 “Congreso de concentración obrera: Resumen de las sesiones”, *La Protesta*, 29 de agosto de 1914, p. 1-2.

379 “Concentración obrera: Los prestigios de la F. O. R. A.”, *La Protesta*, 8 de outubro de 1914, p. 3.

380 “F. O. R. A.”, *La Protesta*, 15 de novembro de 1914, p. 5.

sindicatos do interior, o congresso acabou sendo adiado para os primeiros dias de abril, para coincidir com as festividades da semana santa e levando em conta que “en los días de Cuaresma las empresas ferroviarias rebajan el precio de los pasajes, lo cual facilita la venida de delegados directos”³⁸¹. Cientes da importância desse congresso, as lideranças da FORA quiseram garantir que ele pudesse ser atendido pelo maior número possível de sindicatos espalhados pelo país. Não seria exagero dizer que a principal questão a ser discutida era a manutenção ou retirada do comunismo anárquico das bases da FORA. Nos meses que antecederam o congresso, as páginas de *La Protesta* foram tomadas por discussões em torno da declaração finalista. Pronunciando-se em favor da manutenção do comunismo anárquico, Orlando Angel afirmou que a resolução tomada pelo V Congresso não era impositiva e nem “preestablece que todos están obligados a hacer profesión de fe ideológica”. Também desconfiava da postura dos sindicalistas:

Si razonar con la certidumbre de las convicciones; si el ser consecuente con una finalidad preconizada desde hace muchos años entre nosotros y que ha servido para caracterizar la autonomía del movimiento obrero desplazando a los ambiciosos de los partidos; si afrontar la ola reaccionaria del Estado por sostener la integridad de la institución que proclama el advenimiento de un nuevo régimen de equidad social, tras el derrumbe del capitalismo y su defensor el Estado, es dividir al proletariado, ¿qué podremos decir de los que quieren amalgamarlo sin exponerle con claridad los fundamentos reales de todo esfuerzo y se le pide que no discutan el por qué se agrupan y contribuyen con sus energías a un sacrificio que no sabe qué objetivo tiene, fuera de la estéril resistencia a los desmanes capitalistas?³⁸².

No mesmo sentido, Biagiotti se pronunciou afirmando que qualquer “desacierto que obstaculice la divulgación de la verdad y el aceleramiento de las ideas, favorece a los tiranos de la humanidad perdurándolos en el dominio del monstruoso desquicio social”. Os esforços empenhados para anular a resolução do comunismo anárquico “no son más que un ingenuo error al cual no deben de sacrificársele las ideas de lucha social, por ser esta superior a la simple lucha del mejoramiento económico limitado”³⁸³. Gilimón chegou a afirmar que “si la unidad proletaria no ha de tener como fin el anarquismo, es perfectamente inútil”³⁸⁴. Em contrapartida, o fusionista Francisco J. García afirmava que os anarquistas “no debemos detenernos a entablar discusiones sobre si la sociedad futura ha de adoptar uno u otro sistema de organización social”, pois “dentro de la amplitud anarquista caben todas las fórmulas que se quieran, siempre que sean el resultado del libre acuerdo, y no se haga imposiciones que lesionen la libertad individual o colectiva en el seno de

381 “Movimiento Obrero”, **La Protesta**, 20 de janeiro de 1915, p. 3.

382 “Mi criterio”, **La Protesta**, 3 de março de 1915, p. 3.

383 “La Federación Obrera Regional Argentina: ¿Con ideal o sin él?”, **La Protesta**, 13 de março de 1915, p. 3.

384 “La unidad proletaria”, **La Protesta**, 1 de abril de 1915, p. 1.

la sociedad”. Para ele, sustentar que a declaración finalista “es el único atributo revolucionario que puede evitar que la organización se desvíe” parecía ser um raciocínio infantil, pois “se puede ser todo lo comunista y aún anarquista que se quiera, pero eso no quita que se sea un cordero inofensivo”. García chegou a afirmar que a insistência “en mantener esa declaración teórica, puede ser motivo de discordia, que redundará en beneficio exclusivo de los parásitos sociales que nos explotan y tiranizan”³⁸⁵. Augusto Pellegrini, por sua vez, afirmou que os anarquistas “no necesitamos imponer a los organismos obreros la declaración futurista” e deveriam, ao invés disto, “imponerle prácticamente a la presente organización la realidad anarquista destruyendo todo para crear lo nuevo”³⁸⁶. Para Blas Barri, “la orientación no se escribe: se sigue con los hechos, cuando hay ideas bien comprendidas, consciencia y carácter”. Dizia ainda que a propaganda “y las declaraciones anarquistas son para los compañeros y las agrupaciones anarquistas”:

La Federación no debe de rotularse anarquista porque no lo es ni puede serlo, sino sencillamente obrera. Con el uso de la táctica de la acción directa, que no es exclusivamente anarquista, y estando los anarquistas en ellas con papel determinante, irá hacia la anarquía, aunque sea sin nombrarla, que de otra manera no irá a parte alguna, lo mismo con la declaración como sin ella. [...] Y si basta sacar una frase para dar término a muchas y perjudiciales desuniones; si con eso, como es claro, se puede robustecer un organismo que necesitamos poderoso, saquémosla de una vez, y que se en buena hora³⁸⁷.

O IX Congreso da FORA se reuniu entre 1 e 4 de abril, contando com a participación de 27 sociedades operárias de Buenos Aires, 7 de Santa Fe, 5 de La Plata e 13 do resto do país. A declaración finalista foi o primeiro tema a ser discutido, logo após a abertura do congreso. Giribaldi leu um informe no qual se afirma que “la F. O. R. A. no se pronuncia oficialmente partidaria, ni aconseja, la adopción de sistemas filosóficos, ni ideologías determinadas”. Em seguida, foi aberto o debate. Pellegrini, delegado da FOLR, “pronuncia un vehemente discurso para fundar el mandato de la entidad que representa, contraria a la recomendación comunista”, afirmando que “la organización es el producto de la explotación y por tanto los obreros se agrupan en defensa de sus intereses materiales”. Atilio Biondi, delegado dos caldeireiros, manifestou-se em favor do comunismo anárquico: “Considera que si la organización se pronuncia antipolítica, antiestatal y antimilitarista, de igual modo chocaría con todos los obreros que no piensan así”. Cristóbal Montale, representante dos ebanistas, “manifiesta que lo que se procura es terminar las divergencias que han impedido la

385 “Anarquista, sí; dogmático, no”, **La Protesta**, 7 de febreiro de 1915, p. 7.

386 “Autonomía”, **La Protesta**, 9 de febreiro de 1915, p. 2-3.

387 “Inquietudes”, **La Protesta**, 4 de abril de 1915, p. 1.

unificación en congresos anteriores por causa del término comunismo anárquico”, mas ressaltou que “la supresión no implica una oposición a la propaganda anarquista entre los sindicatos, que son los anarquistas los que la hacen efectiva y no por una declaración”. Miguel Solano, em nome dos carpinteiros, considerou que “necesariamente se ha de hacer propaganda en pro del comunismo, única razón que justificaría la lucha sindical revolucionaria”³⁸⁸. Senra Pacheco, se pronunciando pela *Federación de Artes Gráficas*, também concordou com a supressão do comunismo anárquico. O debate sobre a resolução finalista ainda continuou por mais duas sessões. Remo Cotti, delegado dos pintores, declarou-se partidário do comunismo anárquico, pois “el obrero es víctima no solo de la opresión capitalista, sino de los elementos que sirven a la burguesía, es necesario ilustrar el criterio de los trabajadores para que dirija su acción a la supresión de todas las instituciones que le oprimen”. Giribaldi, representando a Federação Local Santafecina, “sostiene que ha sido un ferviente defensor del comunismo en la F. O. R. A., pero que ahora niega su eficacia [...] porque considera que la propaganda debe ser popular y en todos los terrenos, sin exclusivismos”. Juan Villarruel e Leonardo Grandiloni, representantes dos sapateiros, “dicen que su sociedad fue una de las que em 1905 votaron por el comunismo”, mas consideraram que “hay causas profundas para modificar la opinión de entonces”. Pedro Casas, delegado da FOLR, afirmou que “los anarquistas no deben ilusionarse” com a força da declaração finalista e sustentou que “con rótulo o sin rótulo, los anarquistas harán la obra sana” no interior da Federação³⁸⁹.

Quando a questão foi posta em votação, uma ampla maioria de delegados votou pela anulação da resolução finalista. Apenas 14 sociedades votaram pela manutenção do comunismo anárquico. Analisando as posições sustentadas por militantes anarquistas antes, durante e depois do IX Congresso, é difícil corroborar com a hipótese de que a supressão do comunismo anárquico tenha sido resultado de uma manobra ou conspiração articulada pelos sindicalistas para conquistar a direção da FORA³⁹⁰. Em primeiro lugar, os anarquistas não foram alijados da direção da central. O novo Conselho Federal da FORA teve cinco militantes anarquistas em sua composição: Francisco García, Senra Pacheco, Emilio Basterica, Pedro López e Atilio Biondi. López e Biondi, inclusive, pronunciaram-se contra a retirada do comunismo anárquico. Os demais membros do Conselho Federal eram os militantes sindicalistas Sebastián Marotta, Juan Cuomo, David Scholnicoff e Lucas

388 “El IX Congreso de la F. O. R. A.”, *La Protesta*, 2 de abril de 1915, p. 1.

389 “El Congreso de la F. O. R. A.”, *La Protesta*, 3 de abril de 1915, p. 1.

390 Esta posição é sustentada por David Rock em seu clássico estudo sobre o radicalismo argentino. De acordo com Rock (1977, p. 104), “mediante una hábil maniobra entre bastidores, los ‘sindicalistas’ lograron mayoría entre los delegados presentes, obtuvieron la presidencia del congreso, y antes de que la vieja guardia anarquista pudiese movilizar a sus adeptos ya habían adoptado la resolución de abolir el pronunciamiento en favor del comunismo anárquico”.

Tortorelli. Como se vê, os anarquistas conservaram uma pequena maioria na direção da FORA. Além disso, como vimos anteriormente, pelo menos desde 1912 uma tendência fusionista vinha se fortalecendo entre a militância libertária, disposta a colaborar com os sindicalistas e abrir mão da declaração finalista em nome da unidade sindical. Como afirmou Belkin,

[...] el nuevo rumbo que adoptó la FORA a partir de 1915 fue un producto de un doble proceso. Por un lado, el sindicalismo se desarrolló y afianzó en el movimiento obrero, liderando el proceso de reorganización gremial después del Centenario. Por otra parte, dentro del anarquismo, fue madurando una ruptura entre dos líneas internas opuestas. La confluencia entre sindicalistas y anarquistas fusionistas [...] permitió cambiar la orientación estratégica de la central obrera (BELKIN, 2018a, p. 232).

Contudo, os resultados do IX Congresso causaram uma cisão no interior do anarquismo. Uma minoria dissidente não aceitou a supressão do comunismo anárquico e decidiu tomar uma iniciativa. Foram liderados pelos condutores de carros, que convocaram “a las comisiones de las sociedades que están de acuerdo, con los acuerdos del V Congreso [...] a una reunión que tendrá lugar el jueves 8 [...] para tratar algo sobre lo anulado”³⁹¹. Na ocasião, decidiram não reconhecer a legitimidade dos acordos tomados pelo último congresso da FORA e nem de seu novo Conselho Federal. Em nova reunião, realizada no dia 2 de maio, as sociedades dissidentes decidiram ignorar os acordos do IX Congresso, conservar a resolução do comunismo anárquico e formar a Federação Operária Regional Argentina do V Congresso (FORA V)³⁹². Paralelamente, Rodolfo González Pacheco tomou o controle de *La Protesta*, e com o apoio de Teodoro Antílli, então um dos redatores do diário, fechou suas colunas para os militantes fusionistas, que ficaram impedidos de emitirem suas opiniões no principal periódico anarquista do país:

[...] Sepan los que quieren el comunismo para la Federación que van a ser apoyados; sepan todos que estaremos en batalla y que los que no están con nosotros, estarán contra nosotros, que nos los desprenderemos aunque nos duela. ¡Somos anarquistas! No puede ser admitido en estas columnas que se diga que es lo mismo comunismo que nada...³⁹³.

391 Segundo informa *La Protesta*, participaram da reunião os seguintes sindicatos: ofícios vários de Lanús e Talleres, tabaqueiros, pedreiros, carpinteiros, eletricitas, alpargateiros, choferes, cozinheiros e confeiteiros, condutores de carros, ofícios vários de Santa Fe e padeiros (seções norte, central e Belgrano). Ver: “Por el Comunismo Anárquico”, **La Protesta**, 6 de abril de 1915, p. 1.

392 De acordo com Abad de Santillán (2005, p. 245), os sindicatos que em um primeiro momento constituíram a FORA V foram os seguintes: condutores de carros, carpinteiros, eletricitas, tabaqueiros, padeiros, fundidores e anexos, operários do porto, alpargateiros, grafiteiros e anexos, *Centro Obrero del Este*. Delegados de outros sindicatos assistiram a reunião na qualidade de observadores.

393 “Contra el Congreso de la Federación: ¡Todos a la lucha!”, **La Protesta**, 6 de abril de 1915, p. 1.

Diante da atitude sectária de Pacheco e Antílli, Alberto Ghirardo abriu as portas de sua revista *Ideas y Figuras* para que os militantes fusionistas pudessem expor suas opiniões e publicou, no dia 1 de maio de 1915, uma edição inteiramente dedicada ao IX Congresso. Logo no editorial, a cisão causada no meio libertário foi lamentada:

El órgano principal de la colectividad libertaria, cambiando inesperadamente de rumbo, contribuyó a acrecentar la desorientación, reinante aún entre los gremios que votaron la cláusula abolicionistas y de esta manera se ha llegado al lamentable resultado que todos conocemos: al nuevo e inconcebible cimac, después del cual la F. O. R. A. se ha escindido en dos y los militantes de la misma ideología, los que hasta ayer fraternizaban en las gestas de la lucha efectiva, se maltratan con furor digno de otra causa que no sea esta, quien que solo entran en juego las declaraciones puramente verbales y platónicas cuando los pequeños personalismo³⁹⁴.

Contradizendo a ideia de que os sindicalistas foram os principais responsáveis pela supressão do comunismo anárquico, Rómulo Montenegro afirmou que o IX Congresso da FORA foi “compuesto casi en su totalidad por anarquistas” e louvou a atitude de delegados como López e Biondi, “que habiendo luchado francamente por el mantenimiento de la declaración, han aceptado, luego, un puesto en el Congreso para continuar la lucha en el sentido que ellos creen justo”³⁹⁵. Para Pedro Casas, aqueles que votaram pela anulação da resolução finalista “entendimos interpretar la realidad en toda su magnitud, en el sentido que las sociedades obreras no son instituciones anarquistas, sino puramente proletarias”. Afirmava que os delegados do IX atuaram “como verdaderos anarquistas, como individuos que practican un ideal de libertad, porque la anarquía es el concepto más amplio de la libertad, y la libertad es aquello que no pone trabas al pensamiento”³⁹⁶. Francisco García defendeu de maneira decidida suas posições fusionistas, afirmando que a divisão do movimento operário “solo puede ser beneficiosa para los guardianes del privilegio burgués”. Sustentava que o acordo alcançado pelo IX Congresso garantia “amplia libertad para que se propaguen las ideas anarquistas, frente a las teorías que puedan sustentar los que con ellas disientan”, dando uma oportunidade aos militantes libertários para “demostrar la superioridad de los ideales nuestros, que aceptarán los obreros por su libre voluntad y no por que se les imponga”³⁹⁷. Em suma, os fusionistas consideravam que a declaração finalista não só era inútil, como também prejudicial para o movimento operário. Viram na adesão de novos sindicatos à FORA uma oportunidade de propagar o anarquismo para um número maior de trabalhadores, sem a necessidade

394 “IX Congreso de la Federación Obrera Regional Argentina”, *Ideas y Figuras*, 1 de maio de 1915, p. 1.

395 “El triunfo definitivo de la F. O. R. A.”, *Ideas y Figuras*, 1 de maio de 1915, p. 8.

396 “El IX Congreso de la F. O. R. A. Nuestra opinión”, *Ideas y Figuras*, 1 de maio de 1915, p. 10.

397 “Anarquismo y comunismo”, *Ideas y Figuras*, 1 de maio de 1915, p. 11-12.

de sustentar de uma declaração escrita e acreditando também no potencial construtivo da ação direta, que como afirmou Senra Pacheco, “elimina totalmente aquel sindicalismo retardatario y conservador cuya lucha se desenvuelve a base de la acción múltiple, como ser: la colaboración de clase, el arbitraje, la representación política, etc”³⁹⁸. Porém, os rumos da FORA do IX Congresso mudaram completamente a partir de 1916, com a ascensão de Hipólito Yrigoyen e da UCR ao poder. A atuação dos anarquistas no interior da FORA IX e as complexas relações desta central operária com o governo de Yrigoyen, contudo, são temas que fogem à alçada da nossa pesquisa.

398 “La lucha por la emancipación económica”, **Ideas y Figuras**, 1 de maio de 1915, p. 12.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em março de 1908, *La Protesta* publicou um editorial onde buscava diferenciar o anarquismo das demais correntes políticas que disputavam o movimento operário, ao mesmo tempo em que realizava um balanço da atividade anarquista desenvolvida até aquele momento:

En materia de movimientos obreros, hemos propiciado cuantos se han producido, alentando a los trabajadores e indicándoles que solo mediante la acción revolucionaria cabía la posibilidad de que se impusieran a patrones e inconscientes. Igualmente hemos hecho cuanto de nuestra mano ha sido posible, en las luchas de los obreros contra las instituciones oficiales, tales como el municipio de Rosario. La huelga de inquilinos, prestigiada durante años y años por nosotros, nos sirvió para hacer activa propaganda en contra del articulado derecho de propiedad. Contra las autoridades, nuestras campañas han sido activas y constantes, ora se haya tratado de protestar contra policiales prácticas, ora se tratase de ir contra el Estado mismo y sus leyes represivas, tales como la de residencia. Compenetrados de la necesidad que hay de encarnar en el proletariado huelga general, la hemos apoyado cuantas veces ha habido ocasión para ello, sin pensar en si tendría o no éxito y considerándola unicamente un medio poderoso de agitación, como una manera de tender una valla entre opresores y oprimidos, explotadores y explotados. La religión, el ejército, la magistratura, la familia legalizada, el gobierno, la propiedad, el capital, la política, el parlamentarismo, todo en fin cuanto constituye un privilegio, un prejuicio, una opresión, una farsa; ha sido fustigado tenazmente por nosotros en cuanta ocasión ha sido oportuna, contribuyendo así en la medida de nuestras fuerzas a crear conciencias, a formar anarquistas, a difundir nuestras ideas³⁹⁹.

A atuação dos anarquistas nem sempre foi exitosa. Nem todas as greves foram vitoriosas, as prisões e deportações foram constantes, e a repressão sempre esteve presente no cotidiano militante. Afinal, nem sempre era possível triunfar “contra enemigo tan potente como es el capital y su aliado el Estado”⁴⁰⁰. Mesmo assim, o anarquismo protagonizou alguns dos principais conflitos sociais da Argentina do início do século XX e soube se apresentar como uma alternativa política viável para a classe trabalhadora. Seus militantes estimularam e mobilizaram a solidariedade de classe, seus esforços garantiram a existência relativamente estável das organizações operárias, e suas atuações buscaram garantir melhores condições de vida para a classe trabalhadora no presente, mas sem abandonar a luta por uma transformação radical da sociedade. Ao mesmo tempo em que adotaram posturas radicais e revolucionárias, os anarquistas também souberam ser pragmáticos, negociando com as autoridades quando perceberam que poderiam garantir vantagens para a classe trabalhadora

399 “Los demás y nosotros”, *La Protesta*, 17 de março de 1908, p. 1.

400 *Ibid.*

e buscando alianças pontuais com seus adversários políticos, em especial com os sindicalistas revolucionários.

Os anarquistas argentinos também elaboraram concepções originais sobre a ação sindical e a finalidade da organização operária, que fundamentaram suas práticas no movimento sindical. Seja promovendo a luta de classes e evidenciando um antagonismo claro entre burguesia e proletariado ou advogando a “luta social” e chamando a atenção para outros tipos de dominação que afetavam o conjunto da classe trabalhadora, os anarquistas contribuíram para consolidar uma identidade de classe bem definida e uma ação sindical independente, estimulando o uso da ação direta e a greve geral. A compreensão de que meios autoritários não eram compatíveis com fins libertários fez com que os anarquistas defendessem um modelo federalista de organização que garantisse a democracia de base, a iniciativa individual e a autonomia sindical. Por fim, uma parcela relevante da militância libertária chegou a considerar que a organização operária deveria ser dotada de uma finalidade e de uma orientação ideológica bem definida, evitando assim possíveis desvios reformistas ou corporativistas.

Chama a atenção o fato de que tais concepções desenvolvidas pelos anarquistas argentinos não tenham sido estudadas de modo mais aprofundado até agora. O finalismo da FORA foi um precursor importante daquilo que anos mais tarde veio a ser chamado de “anarcossindicalismo”. Até então, poucas instituições sindicais chegaram a se identificar abertamente com a ideologia anarquista, e o finalismo da FORA teve uma influência determinante sobre outras organizações operárias da América do Sul. A exemplo da FORA, várias federações sindicais da região se declararam anarquistas, como a Federação Operária Regional Uruguiaia (FORU) e a Federação Operária Regional Peruana (FORPe), por exemplo. No Brasil, onde os anarquistas se identificaram mais com o sindicalismo revolucionário francês, a Federação Operária Local de Santos (FOLS) preferiu seguir o exemplo argentino e se declarou anarquista em 1912, levando a discussão sobre o finalismo para o Segundo Congresso Operário Brasileiro em 1913 e suscitando um debate nas páginas do periódico *A Voz do Trabalhador*⁴⁰¹. A influência da FORA e suas conexões com o movimento operário sul-americano são temas que pretendemos desenvolver melhor em trabalhos futuros.

As relações entre anarquismo e sindicalismo revolucionário na Argentina também deveriam ser estudadas com mais atenção. A própria experiência do sindicalismo revolucionário no

401 Sobre o debate mencionado, ver: OLIVEIRA, 2010.

movimento operário argentino durante a primeira década do século XX foi um tema pouco explorado pela historiografia, à exceção dos trabalhos de Bilsky (1985b) e, mais recentemente, Belkin (2015, 2018a, 2018b). Como vimos, o sindicalismo revolucionário surgiu como uma corrente política autônoma no contexto argentino, buscando se diferenciar do anarquismo e do socialismo. Mas assim como os anarquistas, denunciavam a política parlamentar e adotavam a ação direta e a greve geral como meios de luta, o que possibilitou a realização de alianças entre as duas correntes em determinados momentos. Contudo, sempre houve uma parcela da militância anarquista bastante crítica à aproximação entre anarquistas e sindicalistas revolucionários, enquanto outra parte da militância libertária chegou a defender uma possível unidade de ação com os sindicalistas e até mesmo uma fusão da FORA com a UGT/CORA. Mas por muito tempo, a parcela militante que adotou posturas mais críticas em relação à unidade entre anarquistas e sindicalistas revolucionários esteve na direção de *La Protesta*, o principal meio de comunicação do anarquismo argentino. Assim, entre 1906 e 1912 as posições mais favoráveis à unidade foram muito raras em *La Protesta*, e as iniciativas impulsionadas pelos fusionistas, como a revista *Labor* e o periódico *Luz y Vida*, não duraram por muito tempo, enquanto a revista *Ideas y Figuras*, de Alberto Ghirardo, era muito mais dedicada aos temas culturais do que aos problemas operários. Um estudo do anarquismo fusionista argentino provavelmente demandaria uma consulta em periódicos socialistas e sindicalistas revolucionários, como *La Vanguardia* e *La Acción Socialista*, e também nos periódicos sindicais de base, como *El látigo del Carrero* ou *El Obrero Panadero*, órgãos de imprensa dos condutores de veículos e padeiros, respectivamente. O período compreendido entre 1912 e 1915 mereceria uma atenção especial. Após a repressão do Centenário, o anarquismo argentino passou por um processo de reorganização e revisão de determinadas posturas, possibilitando uma aproximação cada vez maior com os sindicalistas revolucionários. O resultado dessas mudanças no interior do anarquismo e da aproximação com o sindicalismo revolucionário resultou na entrada dos sindicalistas na FORA em 1914 e na anulação da declaração finalista em seu IX Congresso. Longe de ser o resultado de uma manobra dos sindicalistas para tomar o controle da FORA, a abolição da resolução que recomendava a propaganda do comunismo anárquico foi parte de um processo do qual os anarquistas fusionistas também tomaram parte. Naquele momento, a unidade do movimento operário parecia ser mais importante do que qualquer questão ideológica.

Ao apontar algumas possibilidades de pesquisa relacionadas com o nosso trabalho, deixamos claro que não pretendemos dar uma palavra final sobre o tema. Nossa contribuição buscou uma análise mais detida sobre alguns aspectos menos estudados do anarquismo argentino.

Contudo, reconhecemos que nossa pesquisa também possui suas limitações. Ao ir à contramão de uma tendência cada vez mais presente na historiografia que busca favorecer os recortes regionais e específicos, estamos cientes dos problemas que podem ser causados por uma abordagem um pouco mais generalista. Assim, nossas hipóteses e interpretações podem e devem ser confrontadas com uma análise mais voltada para a experiência anarquista no “chão de fábrica”, tomando certa distância dos conflitos de maior envergadura que abordamos aqui que, apesar de serem muito significativos para uma compreensão das práticas anarquistas, foram excepcionais. Uma análise das concepções e práticas anarquistas no interior da Argentina também seria importante para confirmar ou contrapor nossas afirmações.

De qualquer forma, acreditamos que nossa pesquisa representa um avanço nos debates acerca das relações entre anarquismo e sindicalismo no contexto argentino e uma contribuição significativa para os estudos do anarquismo de maneira mais geral. Como viemos insistindo ao longo de todo o trabalho, a experiência do anarquismo argentino não se limitou a seguir os exemplos de seus pares europeus, e seus militantes desenvolveram contribuições originais para uma discussão que animou anarquistas ao redor do mundo. No Brasil, as discussões historiográficas sobre o anarquismo e suas relações com o sindicalismo e o movimento operário brasileiro ganharam certa projeção nos últimos anos e hoje já se encontram bastante avançadas. Contudo, a experiência do anarquismo nos demais países da América do Sul ainda continua tendo pouco espaço em nossos debates historiográficos, apesar das conexões visíveis que o movimento operário brasileiro manteve com seus vizinhos sul-americanos. Até agora, as ligações com a Europa têm sido privilegiadas e viramos as costas para a nossa região. Convidamos os historiadores do anarquismo a repensarem suas posturas e iniciarem novas investigações, com um olhar mais atento ao contexto sul-americano, comparando experiências e voltando seus olhares para as redes e conexões militantes do nosso subcontinente.

REFERÊNCIAS

- ABAD DE SANTILLÁN, Diego. **La FORA**: ideología y trayectoria del movimiento obrero revolucionario en la Argentina. Buenos Aires: Libros de Anarres, 2005.
- ANAPIO, Luciana. Compañeros, adversarios y enemigos. Conflictos internos en el anarquismo argentino en la década de 20. **Entrepasados**, Buenos Aires, n. 32, p. 27-41, 2007.
- ARMUS, Diego (org.). **Mundo urbano y cultura popular**: Estudios de Historia Social Argentina. Buenos Aires: Sudamericana, 1990.
- BAER, James A. Tenant Mobilization and the 1907 Rent Strike in Buenos Aires. **The Americas**, Cambridge, v. 49, n. 3, p. 343-368, 1993.
- BAKUNIN, Mikhail. **Obras seletas**. São Paulo: Intermezzo, 2016. v. 1.
- _____. **Obras seletas**. São Paulo: Intermezzo, 2017. v. 2.
- BANTMAN, Constance. Internationalism without an International? Cross-Channel Anarchist Networks, 1880-1914. **Revue belge de philologie et d'histoire**, Bruxelas, v. 84, n. 4, p. 961-981, 2006.
- BAYER, Osvaldo. **Anarquistas Expropriadores e Outros Ensaio**s. Feira de Santana: Adandé, 2020.
- BEIRED, José Luis Bendicho. **Movimento operário argentino**: Das origens ao peronismo. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- BELKIN, Alejandro. La huelga general de enero de 1907 y las estrategias políticas de socialistas, anarquistas y sindicalistas revolucionarios. **Estudios Del Trabajo**, Buenos Aires, n. 49/50, p. 31-59, 2015.
- _____. **Sindicalismo revolucionario y movimiento obrero en la Argentina**: de la gestación en el Partido Socialista a la conquista de la FORA (1900-1915). Buenos Aires: Ediciones CEHTI; Imago Mundi, 2018a.
- _____. Los marítimos, ¿un gremio sindicalista? *In*: NIETO, Agustín; VIDELA, Oscar (org.). **El anarquismo después del anarquismo**: Una historia espectral. Mar del Plata: Grupo de Estudios Sociales Marítimos, 2018b.
- BILSKY, Edgardo. **La F.O.R.A. y el movimiento obrero**. Buenos Aires: Centro Editor de America Latina, 1985a. v. 1
- _____. **La F.O.R.A. y el movimiento obrero**. Buenos Aires: Centro Editor de America Latina, 1985b. v. 2
- CAMPS, Melisa Aita *et al.* (org.). **La Argentina no era una fiesta**. La clase obrera y el Centenario: Selección de fuentes. [Buenos Aires]: [s. n.], 2010.

CIERRI, Alejandro Andreassi. **La rebelión de los metecos**: Conflictividad laboral y social en Buenos Aires, 1895-1910. Barcelona: CIMS, 1997.

_____. Del socialismo al sindicalismo revolucionario. La UGT argentina, 1903-1906. **Boletín americanista**, Barcelona, v. 48, p. 7–28, 1998.

COGGIOLA, Osvaldo; BILSKY, Edgardo. **História do Movimento Operário Argentino**. São Paulo: Xamã, 1999.

COLOMBO, Eduardo. A F.O.R.A. e o finalismo revolucionário. In: COÊLHO, Plínio Augusto (org.). **História do Movimento Operário Revolucionário**. São Paulo: Imaginário, 2004. p. 75-124.

CORRÊA, Felipe. **Bandeira negra**: rediscutindo o anarquismo. Curitiba: Prismas, 2015.

_____. **“Unidade real de pensamento e ação”**: teoria política e trajetória de Mikhail Bakunin. 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

DARLINGTON, Ralph. Syndicalism and the influence of anarchism in France, Italy and Spain. **Anarchist Studies**, Dagenham, v. 17, n. 2, p. 29–54, 2009.

ECKHARDT, Wolfgang. **The first socialist schism**: Bakunin vs. Marx in the International Working Men’s Association. Oakland: PM Press, 2016.

ENGELS, Friedrich. Os bakuninistas em ação. In: **Marxist Internet Archive**. [S. l.], 2013. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1873/11/05.htm>. Acesso em: 22 nov. 2020.

GALLO, Ezequiel. A Argentina: Sociedade e Política, 1880-1916. In: BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina**. São Paulo: Editora da USP, 2013. v. 5, p. 509-542.

GILIMÓN, Eduardo. **Hechos y comentarios y otros escritos**: El anarquismo en Buenos Aires (1890-1910). Buenos Aires: Libros de Anarres; Terramar, 2018.

GODIO, Julio. **Historia del movimiento obrero argentino, 1870-2000**. Buenos Aires: Corregidor, 2000. v. 1.

GODOY, Clayton Peron Franco de. “I Senza Patria”: padrões de difusão transnacional do movimento anarquista e sua recepção em São Paulo. In: SANTOS, Kauan Willian dos; SILVA, Rafael Viana da (org.). **História do anarquismo e do sindicalismo de intenção revolucionária no Brasil**: novas perspectivas. Curitiba: Prismas, 2018. p. 71-96.

HEINSFELD, Adelar. **As Ações Geopolíticas do Barão do Rio Brando e seus reflexos na Argentina**. 2000. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

HOBBSAWM, Eric. **Revolucionários**: ensaios contemporâneos. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

JULLIARD, Jacques. **Autonomie ouvrière**: études sur le syndicalisme d’action directe. Paris: Gallimard; Éditions du Seuil, 1988.

KORZENIEWICZ, Roberto P. The Labour Movement and the State in Argentina, 1887-1907. **Bulletin of Latin American Research**, Hoboken, v. 8, n. 1, p. 25-45, 1989.

LAFORCADE, Geoffroy de. Straddling the Nation and the Working World: anarchism and syndicalism on the docks and rivers of Argentina, 1900-1930. In: HIRSCH, Steven; VAN DER WALT, Lucien (org.). **Anarchism and Syndicalism in the Colonial and Postcolonial World, 1870-1940: The Praxis of National Liberation, Internationalism, and Social Revolution**. Leiden: Brill, 2010. p. 321-362.

LINDEN, Marcel van der; THORPE, Wayne. The Rise and Fall of Revolutionary Syndicalism. In: LINDEN, Marcel van der; THORPE, Wayne (org.). **Revolutionary Syndicalism: An International Perspective**. Aldershot; Brookfield: Scolar Press; Gower Publishing Group, 1990. p. 1-24.

MALATESTA, Errico. **Escritos Revolucionários**. São Paulo: Hedra, 2008.

_____. Sindicalismo: A crítica de um anarquista. In: WOODCOCK, George (org.). **Os grandes escritos anarquistas**. Porto Alegre: L&PM, 1990. p. 203-207.

MANULI, Martín. ¿Unidos o divididos? Los anarquistas en los Congresos de Fusión (Argentina, 1907-1910). **Trabajadores**, Buenos Aires, n. 1, p. 87-118, 2011.

MARTÍNEZ, María Migueláñez. **Más allá de las fronteras: El anarquismo argentino en el periodo de entreguerras**. 2018. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Letras, Universidade Autônoma de Madrid, Madrid, 2018.

MARTINS, Angela Maria Roberti; SOUZA, Ingrid Souza Ladeira. Vozes femininas do anarquismo na Argentina dos séculos XIX e XX. **Lex Cult**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, 2018, p. 210-244.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Das Resoluções do Congresso Geral Realizado na Haia. In: **Marxist Internet Archive**. [S. l.], 2007. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1872/09/07.htm>. Acesso em: 20 nov. 2020.

_____. **Collected Works**. Londres: Lawrence & Wishart Electric Book, 2010a. v. 23.

_____. **Collected Works**. Londres: Lawrence & Wishart Electric Book, 2010b. v. 43.

MCKAY, Iain. Another View: Syndicalism, Anarchism and Marxism. **Anarchist Studies**, Dagenham, v. 20, n. 1, p. 89-105, 2012.

NIETO, Agustín. Notas críticas en torno al sentido común historiográfico sobre “el anarquismo argentino”. **A Contracorriente**, Raleigh, v. 7, n. 3, p. 219-248, 2010.

ODDONE, Jacinto. **Gremialismo proletario argentino**. Buenos Aires: Libera, 1975.

OLIVEIRA, Tiago Bernardon. A neutralidade política no sindicalismo anarquista brasileiro (1906-1913). In: QUEIRÓS, César Augusto Bulboz; ARAVANIS, Evangelia (org.). **Cultura operária: trabalho e resistências**. Brasília: Ex Libris, 2010. p. 177-192.

OVED, Iacov. **El anarquismo y el movimiento obrero en Argentina**. Cidade do México: Siglo XXI, 1978.

POLETTI, Caroline. **A imaginação subversiva ao redor do mundo: imagens, poesias e contos de protesto na imprensa anarquista e anticlerical (Espanha, Argentina e Brasil, 1897-1936)**. 2017. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2017.

POY, Lucas. **Los orígenes de la clase obrera argentina: huelgas, sociedades de resistencia y militancia política en Buenos Aires, 1888-1896**. Buenos Aires: Imago Mundi, 2014.

_____. Working Class Politics and Labour Internationalism in Latin America: An Overview of Labour International Organisations in the Region During the Interwar Period (1919-1939). In: BELLUCCI, Stefano; WEISS, Holger (org.). **The Internationalisation Of The Labour Question**. Basingstoke: Palgrave MacMillan, 2020. p. 165-190.

PRIETO, Agustina. Notas sobre la militancia anarquista. Rosario, 1890-1903. **Entrepasados**, Buenos Aires, v. 32, p. 77-87, 2007.

QUESADA, Fernando. La Protesta. Una longeva voz libertaria. **Todo es Historia**, Buenos Aires, n. 82, p. 74-96, 1974a.

_____. La Protesta. Una longeva voz libertaria. **Todo es Historia**, Buenos Aires, n. 83 p. 68-93, 1974b.

RANDAZZO, Federico. **Las grietas del relato historico: Apuntes sobre los orígenes del anarquismo en Bahía Blanca y la matanza de obreros en Ingeniero White en 1907**. Buenos Aires: Centro Cultural de la Cooperación Floreal Gorini, 2007.

ROCK, David. **El Radicalismo Argentino**. Buenos Aires: Amorrortu, 1977.

SAMIS, Alexandre. **Minha pátria é o mundo inteiro: Neno Vasco, o anarquismo e o sindicalismo revolucionário**. São Paulo: Intermezzo Editorial, 2018.

SANTOS, Kauan Willian dos. Construindo o Congresso Internacional da Paz e o Congresso Anarquista Sul Americano: cultura política e o trânsito de ideias e experiências anarquistas e sindicalistas entre o Brasil e a Argentina nas duas primeiras décadas do século XX. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 18, n. 210, p. 37-49, 2018.

SCOTT, James C. Exploração normal, resistência normal. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 5, p. 217-243, 2011.

SILVA, Selmo Nascimento da. **Greves e lutas insurgentes: a história da AIT e as origens do sindicalismo revolucionário**. 2017. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

SOLOMONOFF, Jorge N. **Ideologías del movimiento obrero y conflicto social**. Buenos Aires: Tupac, 1988.

SPALDING, Hobart (org.). **La clase trabajadora argentina: Documentos para su historia, 1890-1912**. Buenos Aires: Galerna, 1970.

SURIANO, Juan. La huelga de inquilinos de 1907 en Buenos Aires. In: BARRÁN, José Pedro *et al.* (org.). **Sectores populares y vida urbana**. Buenos Aires: CLACSO, 1984. p. 201-232.

_____. **Anarquistas: cultura y política libertaria en Buenos Aires, 1890-1910.** Buenos Aires: Manantial, 2001.

_____. **Auge y caída del anarquismo:** Argentina, 1890-1930. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2005.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011. 3 v.

THOMPSON, Ruth. The Limitations of Ideology in the Early Argentine Labour Movement: Anarchism in the Trade Unions, 1890-1920. **Journal of Latin American Studies**, Cambridge, v. 16, n. 1, p. 81-99, 1984.

_____. Argentine Syndicalism: Reformism before Revolution. *In*: LINDEN, Marcel van der; THORPE, Wayne (org.). **Revolutionary Syndicalism: An International Perspective.** Aldershot; Brookfield: Scolar Press; Gower Publishing Group, 1990. p. 167-184.

THORPE, Wayne. Uneasy Family: Revolutionary Syndicalism in Europe from the Charte d'Amiens to World War One. *In*: BANTMAN, Constance; BERRY, David (org.). **New Perspectives on Anarchism, Labour and Syndicalism: The Individual, The National and the Transnational.** Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, 2010. p. 16-42.

TOLEDO, Edilene. **Travessias revolucionárias: idéias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália, 1890-1945.** Campinas: Editora Unicamp, 2004.

TURCATO, Davide. Anarchist Communism. *In*: LEVY, Carl; ADAMS, Matthew S. (org.). **The Palgrave Handbook of Anarchism.** Basingstoke: Palgrave MacMillan, 2018. p. 237-249.

VAN DER WALT, Lucien; SCHMIDT, Michael. **Black flame: the revolutionary class politics of anarchism and syndicalism.** Oakland: AK Press, 2009.

VAN DER WALT, Lucien. Syndicalism. *In*: LEVY, Carl; ADAMS, Matthew S. (org.). **The Palgrave Handbook of Anarchism.** Basingstoke: Palgrave MacMillan, 2018. p. 249-263.

ZARAGOZA, Gonzalo. **Anarquismo argentino (1876-1902).** Madrid: De la Torre, 1996.

ZIMMER, Kenyon. Haymarket and the Rise of Syndicalism. *In*: LEVY, Carl; ADAMS, Matthew S. (org.). **The Palgrave Handbook of Anarchism.** Basingstoke: Palgrave MacMillan, 2018. p. 353-369.



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Graduação
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564
E-mail: prograd@pucrs.br
Site: www.pucrs.br